OSantuario.com.br
Site de conteúdo teológico sobre o tema do santuário.

SUBTILEZAS DO ERRO

Contradita ao:
O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus
de R. Pitrowski e D. M. Canright

ARNALDO B. CHRISTIANINI

CASA PUBLICADORA BRASILEIRA

Santo André, São Paulo

1.ª Edição

5.000 Exemplares

1965

ÍNDICE

Introdução 4
1. Falsas Premissas 13
2. Contradições do Livro 16
3. Retrato Sem Retoque de Canright 24
4. A Verdade Sobre a Sra. White 31
5. Deturpações Grosseiras 38
6. Outras Clamorosas Inverdades 45
7. O Bode Emissário 53
8. O Santuário Celestial e a Expiação 59
9. O Novo Concerto Reafirma a Lei de Deus 65
10. A Tese Anominiana 70
11. O Verdadeiro Conceito de Lei 90
12. Lei e Graça 99
13. Objeções Irrazoáveis 109
14. Sofismas a Granel 120
15. Novas Distorções Textuais 130
16. Análises Proveitosas 141
17. Passagens Mal Compreendidas 146
18. Outras Cavilações 151
19. Teses Capciosas Sobre o Sábado 158
20. Seria o Sábado Cerimonial? 164
21. O Ciclo Ininterrupto 171
22. A Semana na Era Cristã 177
23. Acusações Improcedentes 183
24. É o Sábado Uma Instituição de Israel? 190
25. Desprezo Ostensivo Pelo Quarto Mandamento 196
26. "Razões" da Guarda do Domingo 203
27. Os Acontecimentos do Domingo 210
28. O "Dia do Senhor" 215

29. A Célebre Reunião de Trôade 220
30. As Coletas da Igreja de Corinto 227
31. Cisternas Rotas – I 232
32. Cisternas Rotas – II 239
33. Cisternas Rotas – III 246
34. O Célebre Edito de Constantino 253
35. O Concílio de Laodicéia 261
36. Natureza do Homem Segundo a Bíblia 267
37. Falsos Pilares do Imortalismo 273
38. Outras Ficções Imortalistas 283
39. Arengas Sem Fundamento 292
40. Fantasias em Torno do Poder Usurpador 297
41. O Progresso e o Trabalho dos Adventistas 301
42. Reexame de Passagens Astutamente Torcidas 304

INTRODUÇÃO

TALVEZ nenhum movimento religioso no mundo tenha sido alvo de ataques ferinos e descaridosos como os adventistas do sétimo dia. E isto sem dúvida em cumprimento de Apoc. 12:17: "Irou-se o dragão* contra a mulher e foi pelejar com os restantes da sua descendência, os que guardam os mandamentos de Deus e sustentam o testemunho de Jesus."

Muitos libelos foram articulados contra a mensagem, mas apesar disto Deus trabalha em favor de Seu povo que, ileso através da avalanche de diatribes que lhe são assacadas, marcha triunfalmente no cumprimento de Sua missão. Os "argumentos" que visam a combater a lei divina, por mais insistentes e reeditadas que sejam, jamais conseguirão seus objetivos nem impressionarão os que são de Deus e buscam mais luz. É contrafeitos que nos vemos empenhadas nesta inglória tarefa de responder a acusações cediças, caducas, superadas e desmoralizadas, sempre envoltas no *odium theologicum* visando a depreciar os adventistas, as doutrinas bíblicas que sustentam, e afastar deles as almas indagadoras da verdade.

A nascente das acusações é, indefectivelmente, o livro de D. M. Canright, trânsfuga do adventismo e figura contraditória que se esvaiu na passado: O *Seventh-Day Adventist Renounced*. A muitos parecia aquela obra uma fortaleza inexpugnável. Foi reeditada e proclamada irrespondível, Com o correr do tempo, porém, reduziu-se às verdadeiras proporções, as dimensões anãs das coisas inautênticas, como "ruínas lôbregas e mofadas de um castelo medieval de S. Domingos."

O mesmo vai ocorrer com seu caudatário brasileiro *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus* que, bem pesado e medido, é quase um plágio da obra de Canright, e não tem o valor que lhe atribuem, apesar de

* O dragão aí referido é o de Apoc. 12:9.

reeditado. É anódino, incongruente, inverídico, cheio de malabarismos exegéticos.

Apraz-nos assinalar que os evangélicos norte-americanos, de modo geral, desarmaram o espírito em relação aos adventistas do sétimo dia. Percebendo a inocuidade dos ataques contra eles, reconhecendo a boa cepa moral e espiritual dos membros da igreja da profecia, e, sobretudo, não podendo negar seu progresso impressionante na disseminação do Evangelho Eterno, decidiram ensarilhar as armas e examinar, com isenção de ânimo, os fundamentos doutrinários dos crentes em Cristo que guardam os mandamentos de Deus.

Como resultado imediato, observou-se completa mudança de atitude em relação a nós! Não mais repetiram os surrados e desmoralizantes chavões com que nos averbam (*judaizantes, sabatistas, hereges*, etc.), e concluíram por proclamar o fundamento cristão da nossa doutrina, num diálogo amistoso e cordial.

A revista *Eternity*, não faz muito, designou um redator membro da igreja batista para realizar uma pesquisa imparcial e profunda na mensagem dos adventistas do sétimo dia. Eis o resultado e seu pronunciamento insuspeito exarado no número de outubro de 1956, pág. 38 da citada revista *Eternity*:

Este redator leu todas as publicações anti-adventistas publicadas nos últimos 57 anos arroladas no catálogo da Biblioteca do Congresso e da Biblioteca Pública de Nova York. Menos de 20 por cento daquelas obras são atuais ou contêm a exata posição dos adventistas do sétimo dia como é pregada e publicada nos meios adventistas contemporâneos.

"Minha pesquisa resultou em descobrir o fato de que não somente **muitas citações inverídicas** relativas às primeiras publicações adventistas foram expurgadas das atuais publicações, mas que muitos dos críticos do adventismo do sétimo dia faziam uso constante e condenado pela ética, do processo chamado 'elipse' – ou mutilação de parte da frase, e às vezes de parágrafos inteiros entre dois períodos – a fim de forjarem a acusação de que os adventistas sustentam idéias que, em verdade, rejeitam com veemência."

Como é confortador um parágrafo como este! A verdade é que todo ataque à nossa mensagem vem eivado desse vício: deturpar afirmações nossas, quer citando-as pela metade, quer insolando-as da contexto para forçarem um sentido oposto. Canright em sua apostasia usou e *abusou* desse processo escuso. Em sua obra, já caduca, "Adventismo do 7°. Dia Renunciado" há uma infinidade de "elipses" desta espécie. Principalmente nas citas da Sra. White relativas ao fechamento da porta da graça, da guerra civil americana, e da reforma da vestuário, além de outras. Ainda recentemente um escritor de certa denominação citou uma frase isolada, deturpando-a para tentar provar que a Sra. White afirmara que Cristo *possuía uma natureza corrompida!!!* A que ponto chega a paixão cega!

Volvendo à revista *Eternity*, no mesmo número de novembro de1956, conclui o pesquisador:

"Este redator de modo algum é adventista do sétimo dia, e tampouco – como batista que é – poderia sustentar as doutrinas distintivas dos adventistas. ... porém um estudo imparcial dos fatos, cobrindo um período de sete anos, entrevistas com lideres da igreja adventista, e sobretudo através de conhecimentos de uma infinidade de publicações adventistas e contra eles, conduziu-me como pesquisador a crer que um reexame da crença do adventismo do sétimo dia é necessidade imperiosa nos círculos evangélicos ortodoxos dos nossos dias."

Aí está a justiça que nos é feita. Ai está o que os evangélicos honestos deviam ter feito há muito tempo: um reexame criterioso e imparcial da mensagem adventista, da sua história, das suas publicações, da sua obra. Por certo nunca mais escreveriam inverdades contra nós. Por certo não nos veriam mais através das lentes embaciadas do renegado Canright.

O pastor Walter Martin, polemista e escritor batista norte-americano, escrevera, no passado, muita inverdade (por má informação) contra os adventistas do sétimo dia. Após investigação honesta sobre a exata posição doutrinaria dos cristãos que guardam os mandamentos de

Deus, publicou recentemente um livro de grande repercussão nos meios evangélicos, intitulado *The Truth About Seventh-Day Adventism* (A Verdade a Respeito da Adventismo do Sétimo Dia), em que se penitencia de muitos exageros e incorreções em que incidira em relação a nós. Embora discordando de pontos doutrinários que sustentamos, desculpou-se das invencionices e acusações gratuitas, deixou Canright à margem e faz-nos justiça, chegando à conclusão irreversível: *os adventistas são cristãos genuínos, crentes em Cristo, salvos pela fé*.

Tem sido quase radical a mudança de atitude do mundo evangélico para com os adventistas. Falando, há algum tempo, na emissora radiofônica de prefixo KBT, o pastor da Tenth Avenue Baptist Church (Nova York), assim se expressou:

"Os adventistas do sétimo dia são membros dignos e recomendáveis da comunidade. Suas pequenas igrejas estão espalhadas entre colinas e vales. Seus hospitais realizam excelentes ministrações aos doentes. São bons vizinhos, bons camaradas e bons cidadãos. Eles têm dado ao mundo a **ministério da cura**. Têm-se apresentado, não como fanáticos ou teóricos, mas como empíricos, adotando as mais lídimas descobertas da ciência médica e cirúrgica, imprimindo em tudo o doce espírito de Jesus de Nazaré. Estes são os homens que infatigavelmente seguem as pegadas dAquele que veio fazer o bem. Em todos as casos têm-se esforçado para combinarem a cura do corpo com a da alma. Deus os abençoa.

"Ser adventista do sétimo dia é conhecer de novo a significado da cruz. Possuem fundos suficientes para executar o trabalho do Mestre. Por quê? Porque cada membro obedece à lei do dízimo. Suas igrejas estão repletas de adoradores, porque insistem na lealdade ao Senhor. Para o adventista do sétimo dia, a paz de Cristo e não a loucura dos prazeres pecaminosos, é a grande busca da alma. Vós não os encontrareis nas profanas casas de espetácu1os. Suas mulheres não são vistas com a postura mundana, nem exibindo nudismo. Seus homens e mulheres são encontrados nos lugares onde as orações costumam ser feitas. Este povo aguarda a vinda de Jesus, O estão esperando, e quando o Mestre vier, Ele os encontrará onde os cristãos devem estar."

Tão impressionante é a influência adventista no mundo hodierno que a uma das grandes editoras mundiais, a McGraw-Hill Book Company, Inc. incumbiu a grande jornalista e escritor Booton Herndon (notemos que tanto a editora quanto o escritor não têm nenhuma vinculação com os adventistas) de escrever um livro sobre a obra que os adventistas do sétimo dia realizam no mundo. Assim surgiu o livro *The 7th-Day*, já em 6.ª edição, e vertido para a castelhano e logo o será em outras línguas. Nele se retrata com justeza o que os adventistas realizam no mundo para a felicidade do gênero humano.

O preconceito cego, contudo, não vê estas coisas, e insiste na obra que visa minimizar esse povo. Continua sendo o "povo incompreendido" no dizer do escritor Herndon. Incompreendido, atacado e injuriado pelos que se dizem cristãos. Quase ninguém se detém a investigar a VERDADE acerca dos ASD, mas, quando o fazem sinceramente, mudam de opinião sabre eles.

O apóstata Canright, patrono e co-autor de *O Adventismo à Luz da Palavra de Deus*, ainda em 1899 "profetizou" a próxima extinção do movimento adventista. Falando dos esforços dos adventistas para ampliarem e manterem sua obra, escreveu: "É quase certo que por muito tempo não poderão manter esse trabalho sem que sobrevenha o colapso total." Ora, Deus não Se deixa escarnecer, e prosperou grandemente o trabalho dos que "guardam os mandamentos de Deus e a fé de Jesus" Apoc. 14:12.

Todo ataque à lei de Deus tem por base o *anominianismo*, ou seja uma posição teológica definida que sustenta a tese de que Cristo aboliu a lei de Deus. Dentro desse esquema pré-fabricado, a imutável lei moral divina, contida nos Dez Mandamentos – transcrito do caráter de Deus – *é reduzida a trapos*, de cambulhada com preceitos cerimoniais e civis do povo judaico, que eram transitórios.

Outro *background* teológico que favorece o *anominianismo* é o *dispensacionalismo* que divide radicalmente a economia divina em dois compartimentos estanques: dispensação judaica ou da lei, e dispensação

cristã ou da graça. Fruto desses dois erros rançosos é o livro que vamos analisar.

O autor mostra-se veemente e contraditório em tentar derribar o sábado divino, mas *não tem convicção* quanto ao dia de guarda, e não defende ardorosamente a domingo.

Citemos algumas de suas estranhas expressões, colhidas aqui e ali nos capítulos VI e VII:

"... **qualquer dia** daria o mesmo resultado tão bem como o dá o sábado... Pode-se mudar este dia para um outro ..."

"A única coisa que faz caso é que um dia das sete seja guardado."

"Sábado, domingo ou qualquer outro dia."

"Não há nenhum mandamento que mande observar... o domingo no Novo Testamento "

"Guardamos o domingo... porque o mundo em geral guarda este dia."

"O domingo não é uma substituição do sábado judaico."

A conclusão é que vemos um demolidor sem capacidade de construir; combatendo um dia de guarda instituído por Deus, mas não tendo convicção alguma para defender o Domingo!!!

O grande evangelista Billy Graham, batista, disse há pouco em Miami Beach: "Devemos viver todos os dias santamente ao Senhor. Mas penso que os adventistas têm um ponto forte para a aceitação do sábado." (Entrevista com Pauline Goddard, em *O Colportor Eficiente* de janeiro de 1964, pág. 2).

Teólogos, escritores e ministros batistas de projeção defendem a vigência da lei de Deus *contida no Decálogo*, e eles serão exaustivamente citados neste trabalho: Strong, S. Ginsburg, W. Taylor, Spurgeon, Broadus, B. Graham e outros. Isto prova que a autor de *O Adventismo à Luz da Palavra de Deus* se guiou por uma bússola

desacertada, louvando-se nas informações inverídicas, nos raciocínios capciosos e na hermenêutica vesga de Canright, e de tal modo se desacertou, que acabou indo de encontro à ortodoxia doutrinária da própria denominação, ou seja, o fundamentalismo batista, como se define na Declaração de Fé de New Hampshire, no Manual das Igrejas, no teor dos sermões de Spurgeon, Hiscox e outros.

São os Apóstatas Dignos de Crédito?

O nosso oponente superestima as acusações forjadas por Canright, pelo fato de *ter sido* ele um pregador adventista por muitos anos. Se as palavras e atitudes dos abjurantes têm peso no terreno doutrinário, então a coisa é séria! Judas Iscariotes *fora* um dos doze até quase no fim do ministério do Senhor, mas acabou fora do redil. Quanta coisa teria ele dito aos sacerdotes! A sua defecção do colégio apostólico serviria de argumento contra os ensinos de Jesus? Demas, companheiro de Paulo nas lides missionárias, abandonou-o também, no ocaso do ministério do apóstolo das gentes. É-nos dito que voltou para o mundo, o que indica que não mais cria na doutrina cristã. Seria curial apresentar Demas como argumento de que o ensino de Paulo era errado?

Em todos os tempos e em todos os grupos houve renunciantes e desertores. Não há denominação que não tenha tido esses dissabores. A própria história luminosa do cristianismo é mareada pelas sombras de apostasias chocantes.

O exemplo de Canright tem paralelo com o do pastor E. Fairfield, que foi pastor batista por mais de 25 anos e acabou abandonando essa igreja, dando à publicidade um trabalho – vertido para o português sob o título "Cartas Sobre o Batismo" – no qual apresenta as razões de sua defecção. Nesses escritos ele abjura formalmente a sua crença no princípio fundamental e distintivo da igreja batista, defendendo posição contrária. E os aspersionistas de todos os quadrantes se servem, ainda hoje, desse trabalho para combater os batistas, insistindo que Fairfield

devia saber o que dizia, pois que fora até lente de seminário batista, e exercera o ministério lá por mais de um quarto de século. ..

No Brasil, há muitos anos um tal Prof. Luiz Lavenere, depois de ter estado perto de quarenta anos na denominação batista, abandonou-a para abraçar o catolicismo romano. E o pastor Severino Lira, conferencista fogoso, que também abandonou a denominação batista e abraçou o catolicismo, lá em Pernambuco? Persiste o argumento?

Os verdadeiros motivos, só Deus conhece! A verdade não se afere pelo que afirmam homens volúveis, por mais cultos e considerados que sejam, mas pelo infalível: "Assim diz o Senhor." Esta é a norma.

O livro *O Adventismo à Luz da Palavra de Deus,* confuso, contraditório e caviloso, está virtualmente condenado pelo consenso das almas esclarecidas e humildes que se rendem ante a *inab-rogabilidade* da lei divina; condenado pelo bom senso que percebe as manhas exegéticas para sustentar uma posição irrazoável sobre a santa lei do Senhor; condenado por teólogos (cito o pastor William Kerr, de saudosa memória, que me afirmou ser o livro uma aberração teológica, e o saudoso Prof. Otoniel Mota, de quem muito aprendi, fez idêntica observação a um amigo nosso.) Condenado – por incrível que pareça – por membros da própria igreja batista, como alguns me afiançaram; condenado pela posição fundamentalista e ortodoxa de vultos exponenciais da igreja batista que serão *citados exaustivamente* no texto desta obra; condenado pela sua inépcia (pois em 40 anos de existência o libelo não "converteu" mais de *uma dúzia e mais quatro pretensos* adventistas – é a informação que nos dá – enquanto nesse mesmo espaço de tempo centenas de batistas tornaram-se convictos adventistas do sétimo dia e alguns deles foram alçadas ao nosso ministério, destacando-se um como dos mais eficientes conferencistas da nossa igreja! Mas a tudo sobreleva o "Assim diz o Senhor."

Aliás, seja dito de passagem, somos honrados com a amizade de muitos bons membros da denominação batista e de alguns de seus conspícuos pastores. E estes sabem que os adventistas do sétimo dia são

cristãos fundamentalistas *que se apegam unicamente nos méritos de Cristo para a salvação*, sendo a própria fé um dom de Deus. E que tudo quanto o adventista fiei passa "fazer" (se assim nos podemos expressar), não ele quem faz mas Cristo que nele vive. Quem guarda a lei é Cristo que vive nele. Crê que o ato de obedecer aos reclamos divinos e andar nas boas obras são coisas que Deus realiza nele. "Senhor... todas as nossas obras Tu as fazes por nós." Isaías 26:12.

O legalismo é uma aberração, é uma idéia equivocada, espúria, judaizante e "não tem parte neste ministério": o santo Evangelho de Cristo.

Graças a Deus que é assim!

FALSAS PREMISSAS

O AUTOR de *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus* é, seguramente, um homem mal informado. Dizem que o homem mal informado causa grande dano à coletividade, pela divulgação que faz das informações errôneas. De uma simples leitura da indigesto libelo, se infere que o autor

– desconhece a história denominacional adventista, principalmente nos seus primórdios, no período milerita, pois simplesmente reedita as mentiras de Canright; não buscou outra fonte mais idônea, e isso é grave.

– desconhece o crescimento vertiginoso dos ASD seus arrojados empreendimentos evangelísticos mundiais através de todos os veículos de divulgação, pois não se peja de reeditar um capítulo chinfrim sobre o trabalho adventista, averbando-o de falho, sem influência benéfica, citando uma falsa estatística de – pasmem os leitores!!! – 1914, e ainda tomando como base o ano de 1912! E como se serve de dados de segunda ou terceira mão, não se peja ainda de concluir: "Quanta à exatidão destes dados, dependo dos que os transmitiram." Ora, isto desmoraliza ainda mais o livro! Por que não cita estatística recente? E exata? Par quê?

– estriba-se nas assertivas de Canright sobre escritos da Sra. White, usando citações fora da contextuação, com o deliberado intuito de forçar um sentido tendencioso, como provaremos sobejamente, e cita até textos inexistentes

– os duvidosos pais da Igreja são exaustivamente apresentadas como fonte de doutrina a respeito do dia de guarda, em textos indignos de confiança.

– ignora fundamentalmente a doutrina adventista da salvação, pois afirma que pregamos *a salvação por merecimento ou por obras da lei, ficando desde já reptado a provar que este é nosso ensino, nossa pregação ou nossa prática*.

– sofisma muito em torno de textos bíblicas que falam da lei, no intuito deliberado de excluir o Decálogo, *a qualquer custo*, do sentido dos textos, ou quando o admite, terá que ser necessariamente de cambulhada com leis civis, cerimoniais, etc.

– exclui a ressurreição do nosso ensino sobre o aniquilamento.

Vamos aqui fixar três princípios basilares da crença adventista que, a nosso ver, foram deturpados para servirem de falsos pilares em torno dos quais gravita toda a falsa dialética do autor. São eles:

1. *Fica reafirmado: jamais ensinamos que exclusivamente os Dez Mandamentos constituem a lei moral, e tudo o mais na Bíblia é cerimonial*.

Esta é a falsa premissa na qual se embasa toda a "argumentação" do nossa acusador. Ensinamos que a lei moral se esparrama por toda a Bíblia, mas Deus houve por bem resumi-la, compendiá-la, consubstanciá-la nas "dez palavras" de Êxo. 20. Em outra parte da Bíblia, estes mandamentos se acham também resumidas em dois: "Amarás o Senhor teu Deus de todo a teu coração..." e "Amarás o teu próximo como a ti mesmo." S. Mat. 22:37-40. As Escrituras continuam *dependendo* dos mandamentos. E há ainda a maior síntese da lei, numa só palavra "amor". Rom. 13:10. Mas os resumos não anulam a extensão, antes a estabelecem.

2. *Fica reafirmado: jamais pregamos a salvação por obras da lei, pois a observância dos mandamentos da lei de Deus é fruto da salvação obtida pela fé em Cristo Jesus, o caminho natural da santificação.* Somos salvos pela fé mas julgados pelas obras, daí por que devemos observar os preceitos divinos pelo poder de Cristo.

3. *Fica reafirmado: jamais ensinamos que tudo se acaba na morte, favorecendo o epicurismo do "comamos e bebamos que amanhã morreremos" e muito menos que a destruição dos ímpios é*

momentânea. Ao contrário, pregamos a hediondez da pecado, realçamos o juízo vindouro, mostramos aos homens que só há refúgio em Cristo. Anunciamos a terrível punição dos ímpios, e finalmente sua dolorosíssima e lenta destruição. Mas não sofrerão eternamente, porque a punição é proporcional à culpa, "a cada um segundo as suas obras."

Diremos ainda que todo sincero indagador da verdade tem que ser coerente.

A Bíblia não afirma *explicitamente* que Abraão guardou os dez mandamentos, mas *isto não constitui prova* que não os tenha guardado. A Bíblia não afirma explicitamente que Jesus tenha guardado os dez mandamentos. No entanto, o adversário admite às págs. 145 e 146: "Jesus certamente *guardou a lei, não só a decálogo*, mas também o resto." Ora, coerência deve aceitar ambos os fatos, o de Cristo e o de Abraão.

Em todo o livro, quando menciona textos que aludem a abolir, então fatalmente é o decálogo que está em jogo; quando surgem textos que falam da lei como em *vigor*, aí então "os adventistas precisam provar que se refere aos dez mandamentos" O decálogo precisa estar fora! A qualquer custo!

Este é o diapasão do livro. O leitor sincero que julgue.

CONTRADIÇÕES DO LIVRO

1. Não há distinção de leis
"Não há separação entre lei **moral** e lei **cerimonial**." (p. 33)
"viram-se [os adventistas] forçados a fazerem esta distinção." (p. 33)

1. Há distinção de leis
"...O antigo concerto não compreendia só os dez mandamentos, mas todas as outras leis cerimoniais, civis e **morais**." (p. 26)
"Inclui, portanto, as leis **morais**, civis, os preceitos **cerimoniais** dos sacrifícios, o sacerdócio, a circuncisão, as festas" etc. (p. 145)

2. O sábado não foi diferenciado
"Se Deus quisesse que o sábado... fosse o dia para ser guardado por todos, certamente Ele o teria **diferenciado** dos outros por alguma maneira." (p. 53)

2. O sábado foi diferenciado
"... Aqui mesmo Jesus o **diferenciou** dos outros nove mandamentos do decálogo. Por causa da Sua natureza puramente cerimonial ..." (p. 64)

3. Foi abolido o Velho Testamento
"a lei foi abolida por Cristo" (p. 33)
"a lei sempre se refere aos 5 livros de Moisés ou a todo o Velho Testamento (p. 35) "lei refere-se ... às vezes a todo o Velho Testamento." (p 145)

3. Não foi abolido o Velho Testamento
"qual deve ser ... nossa atitude para o Velho Testamento? Devemos desprezá-lo? De modo nenhum. Devemos tê-lo como a Palavra de Deus, pois Jesus assim a considerou." (p. 55)

4. A lei findou com João
"A Bíblia diz...: 'A lei e os profetas **duraram até** João... Ora, se é **até** João ... logo não

4. Não, a lei findou com Cristo
"a lei findou na cruz" (p. 43)
"... **Jesus riscou** a lei, tirando-a do meio de nós ..." "isto Ele fez **pela Sua**

é até hoje." (p. 18)
"Se durou até João o precursor, **forçosamente parou aí**!... (p. 41)

morte" (p. 43) "a lei foi ordenada **até Jesus**; ora, se foi até Jesus, já não é mais depois dEle." (p. 141)
"a lei só vigorou até Jesus" (p. 163)

5. Dia de repouso desde o princípio do mundo

"Guardamos a domingo... porque já era um **princípio** existente ANTES da lei mosaica, **desde a criação do mundo**." (p. 78)

5. Dia de repouso não vem do princípio do mundo

"naqueles mesmos dias [da queda do maná no deserto] **e não no princípio do mundo** ... Deus lhes deu estatutos e uma ordenação: o que pode ser esta 'uma ordenação' senão a observância do sétimo dia?" (p.137) "Quando os tirou do Egito ... no deserto. Aqui, pois temos a data e o lugar da origem do sábado ..." (p. 137)

6. Lei Anulada

"Jesus **riscou** a lei, tirando-a do meio de nós ... pela sua morte na cruz." (p. 43)
Ora, o que foi ab-rogado, desfeito e abolido, deixa de continuar como tal." (p. 44)

6. Lei não Anulada

A grande lei moral de Deus, que abrange muito mais que os princípios morais de toda a lei mosaica, **permanece para sempre**. E a fé em Jesus **não a anula**, antes a ESTABELECE, porque uma fé sem lei alguma seria anarquismo." (p. 159)

7. Sem Base Bíblica

"... a doutrina sabatista não tem base na Bíblia." (p. 15)
"**Todo a sistema** do sabatismo está baseado nessas 'revelações' e **não na Bíblia**." (p. 18)

7. Com Base Bíblica

"**Baseiam** a maior parte das suas doutrinas nos dois livros proféticos: Daniel e Apocalipse." (p. 20)
"... usam mais as profecias de Daniel e Apocalipse do que qualquer outra

parte da Bíblia." (p. 132)

8. Sábado Para Judeus (uma raça)

"O sábado é uma instituição **exclusivamente judaica** (p. 59)

"Deus fixou o sábado como dia a ser guardado por **Israel** (p. 75)

"O próprio mandamento do sábado indica que é só para **Israel**..." (p. 134)

8. Sábado Para o Homem (Humanidade)

"Isto quer dizer que o sábado ou dia de descanso, deve servir ao **homem** ..." (p. 64)

"quer dizer que o sábado foi feito só unicamente para satisfazer às necessidades físicas do **homem**." (p. 75)

9. Pagãos não guardavam o 1.º dia

"[o edito de Constantino] não foi feito para agradar aos pagãos ... que nunca guardaram esse dia [o primeiro dia da semana]." (p. 87)

9. Pagãos guardavam o 1.º dia

"[o edito] era dirigido aos pagãos, pois não usou a expressão cristã 'dia do Senhor', mas DIA DO SOL! [o primeiro dia da semana] para que pudessem [os pagãos] **compreendê-lo bem**. ... pois era o dia que guardavam." (p. 87)

(colchetes nossos para elucidação).

10 . A Parte Abrange o Todo

"**estabelecemos a lei** ... Se, no caso, Paulo se referisse à lei mosaica, referia-se ... a todo o Pentateuco e não só ao decálogo. Neste caso, fica **estabelecido** também a circuncisão, as luas novas, etc." (p. 160)

"Se há algumas passagens que **parecem** referir-se unicamente aos dez mandamentos, falando deles como **lei, são passagens que tomam uma parte pelo todo**." (p. 35)

10. A Parte Não Abrange o Todo

"Ninguém de bom juízo diz que somos obrigados a engolir um boi inteiro por termos a necessidade de comer um pedaço ou uma **parte** para vivermos." (p. 153)

Inverdades, Fantasias e Invencionices

Afirmações Errôneas do Autor	**Nossos Reparos**
"[Guilherme Miller] pregou que todos são obrigados a guardar a Lei do Velho Testamento." (p. 17)	Se o autor do livro ama a verdade deverá imediatamente riscar este parágrafo, pois nem por sobras G. Miller pregou isto, nem mencionou a lei em suas pregações. **Em tempo algum**.
"Sra. White... papisa dos adventistas." (p. 18)	A Sra. White jamais foi dirigente da obra adventista e nela jamais ocupou qualquer cargo de direção. Sua função foi mais de orientação espiritual através de seus testemunhas inspirados.
"as 'visões' da Sra. White são 'revelações de Deus' **como as da Bíblia**." (p. 13).	Jamais colocamos os escritos da Sra. White em pé de igualdade com a Bíblia. Segundo ela mesma os definiu, eram uma 'luz menor para guiar à luz maior'. Recomendava **a Bíblia como regra suprema** de fé e Prática.
"Ela [a Sra. White] .. recebia a revelação de que o 'santuário' do qual fala Dan. 8:14 era a Terra..." (p. 18)	Absolutamente inverídico! A Sra. White jamais teve revelação neste sentido. Foi o batista G. Miller que pregava isto como argumento de que Cristo viria em 1844.
"(os adventistas) continuaram a fixar outras datas... e nunca Cristo veio!" (p. 19)	Os **mileritas** e movimentos dele derivados **fixaram** datas. **Nunca os adventistas do sétimo dia**!
"a Porta da graça se fechou em 1844." (p. 19)	Não é verdade. A própria Sra. White desmentiu essa versão. Nem isto se encontra nos livros citados pelo autor ("O Conflito dos Séculos" e também

"Spiritual Gifts)

"Cristo veio à Terra antes da abolição da escravatura." (p. 19)	A Sra. White não escreveu isto. É afirmação gratuita de Canright, tirada de uma frase fora do contexto.
"guerra da Inglaterra contra os Estados Unidos." (p. 20)	Não houve profecia alguma sobre isto. Falsa ilação de um trecho da Sra. White.
"os sabatistas ensinam doutrinas da Sra. White." (p. 20)	A Sra. White não instituiu nenhuma **doutrina**. O que as adventistas crêem e ensinam **é matéria bíblica**.
"Miller confessou seu grande desapontamento ... Depois de muitos adeptos seus terem abandonado o sabatismo (p. 22)	Miller era **batista e milerita** (se não há redundância nisto). Não havia ainda sabatistas na ocasião do desapontamento. Ignorância do autor, acerca do nosso início denominacional e da história do milerismo.
"Satanás ... co-salvador de Jesus." (p. 21)	Não é co-salvador de maneira nenhuma, mas no juízo executivo será também responsabilizado pelos pecados com com que incitou os homens a caírem, e será aniquilado com eles. A justiça divina exige a extirpação total do mal na restauração. Rom.16:20.
"Viram-se [os adventistas] forçados a fazerem esta distinção [lei moral e cerimonial]." (p. 33)	Grossa inverdade! Essa distinção já era feita por eminentes teólogos, **séculos antes** de existirem os adventistas do sétimo dia. Batistas – inclusive o nosso oponente – também a fazem.
"Os próprios sabatistas não crêem que a 'lei cerimonial' fosse abolida..." (p. 39)	Inexato! É nota tônica da nossa mensagem a ab-rogação de todo o preceituário cerimonial mosaico.
"carne de porco ... cuja proibição	Não é cerimonial. Carne de porco tem que

faz parte da lei cerimonial." (p. 39)	ver com as leis de saúde. É condenada também pela Ciência. Nosso corpo é o templo do Espírito Santo e não deve receber alimentação imunda.
"tem o sinal da besta aquele que guarda o domingo." (p. 57)	Não ensinamos isto. O sinal da besta será acontecimento futuro.
"ministros sabatistas, reunidos em Nova York descobriram que a Terra é... chata e estacionária e que o Sul ... move-se ao redor dela." (p. 61)	Isto jamais ocorreu. Tampouco em Nova York houve reunião de ministros adventistas ao tempo de Canright. Nunca admitimos a idéia geocêntrica.
" 'Amarás ao teu próximo como a ti mesmo'.. Este mandamento não é ao decálogo, mas sim da lei cerimonial." (p. 162)	Não é do cerimonialismo levítico. É mandamento moral, **resumo da segunda tábua do Decálogo**. Sendo normativo das relações humanas, é nitidamente moral. Rom. 13:8. É **resumo**.
" ... é raro o sabatista que seja bem versado na Bíblia em todos os outros pontos doutrinários." (p. 127)	Os fatos demonstram que os adventistas são os melhores conhecedores da Bíblia. Só no Brasil, por três vezes consecutivas membros da Igreja Adventista ganharam a primeira colocação no Concurso da Bíblia, e o prêmio da viagem a Israel. E o ganhador mundial em 1964, é adventista. E nos debates com membros de outras denominações os adventistas do sétimo dia demonstram superioridade no conhecimento bíblico.
"onde se viu entre eles um movimento notável na conversão e regeneração de pecadores perdidos?" (p. 129) "... pregam sem o E. Santo... não há conversões entre os incrédulos." (p. 131)	Os fatos demonstram o contrário o Se como resultado de uma série de de conferências públicas realizada em S. Paulo, batizaram-se mais de 200 almas. Pecadores unem-se a Cristo, deixam os vícios e tornam-se novas

	criaturas. Temos órgãos especializados para combater os vícios, que nenhuma outra organização possui.
Pregam ... "a salvação por merecimento." (p. 132)	Mentira crassa! Pregamos a Cristo crucificado, a Cristo Mediador e a Cristo prestes a voltar para ultimar a redenção do homem, e o fazemos com mais realce que qualquer outra denominação.
Ellen G. White – dá 666 e deve ser aplicado ao "sistema legalista." (p. 125)	Fantasia idiota! Na Gematria o W nunca valeu 10. Diz Apocalipse 13:18 que "é número de homem" e a Sra. White era mulher. Seu nome completo Ellen Gould Harmon White que honestamente soma 1.651, e nunca 666. Frivolidades como esta desmoralizam ainda mais o livro que nos combate. E o autor parece levar a sério essa brincadeira de mau gosto!
"... o sinal da besta é a guarda do sábado." (p. 126)	Grande blasfêmia! Se isto fosse verdade, Cristo (S. Luc. 4:16) e Paulo (Atos 16:13) tinham o sinal da besta, pois guardaram o sábado.
"A lei moral é **só o decálogo** e o resto é cerimonial" (p. 139)	Isto diz o autor do livro. Ensinamos que o Decálogo é o resumo da lei moral que poreja na Bíblia. Deus houve por bem compendiá-la em dez preceitos.
"Seria impossível escrever todo o Pentateuco em tábuas de pedra para ser carregado; por isso escreveu Deus apenas uma parte da lei em tábuas de pedra e não porque essa parte fosse superar ao resto." (p. 140)	**Primeiro**: para Deus **nada é impossível** e podia se quisesse, escrever a Bíblia toda em pedras. **Segundo**: Toda o contextuação indica que os dez mandamentos eram um código distinto, especial, separado de forma soleníssima. "E nada acrescentou". Deut. 5:22. A idéia do autor causa riso.

"um indivíduo único, ainda no futuro – o Anticristo – ... que se vai assentar no templo de Deus em Jerusalém... querendo parecer Deus, e que se vai atrever a mudar a lei..." (p. 160)

Em Jerusalém há a Mesquita de Omar e a igreja do Santo Sepulcro. Em qual destes templos se assentará o "futuro" Anticristo? Ou será num templo batista lá existente? Ou os judeus restaurarão lá o seu templo, e o hipotético Anticristo preferirá um templo judaico?

Conceitos Blasfemos da Lei Divina

O autor mostra-se inimigo acirrado, figadal e irreconciliável da lei divina sumariada na Decálogo, e para demonstrá-lo não titubeia em fazer afirmações atrevidas e blasfemas contra a imutável lei de Deus compendiada nos Dez Mandamentos. Citamos, a seguir, alguns trechos, embora o façamos até com asco.

"O decálogo... é *dependente, secundário e menor*..." (p. 86)

"[os dez mandamentos] *muito inferior*" (p. 51)

"É o decálogo perfeito?... Nós dizemos que não." (p. 140).

"O decálogo *não pode ser uma lei completa* porque qual dos dez mandamentos proíbe o orgulho, a bebedeira... a ira ... a egoísmo ... a avareza ..." (p. 141)

"Cada um será julgado segundo a lei moral e espiritual de Deus, *superior ao decálogo*, o qual trata quase exclusivamente de pecados públicos..." (p. 139)

"Imaginem Deus dando um mandamento de guardar o sábado a um anjo juntamente com seus filhos, escravos, bestas e estrangeiros com ele!" (p. 189)

"... todos aqueles que deixam de guardar o domingo para guardar o sábado decrescem na vida espiritual" (p. 72).

E vai por esse diapasão afora! S. Mat. 12:36.

RETRATO SEM RETOQUE DE CANRIGHT *

O LEITOR poderá estranhar a incisão deste capítulo, mas ele tornou-se necessário pelo fato líqüido e certo de se poder debitar a Canright a autoria mediata da livro que estamos considerando. Com efeito, toda a dialética antinomista e, sobretudo, *toda a informação deturpada sobre a nossa obra* – que o atual oponente não fez mais que repetir – provieram do cérebro imaginoso do ex-pregador adventista. Ele está presente em todo o conteúdo do livro.

Sem intuitos de apoucar o trêfego renegado, ou enquadrá-lo em esquemas psicológicos, contudo é um imperativo demonstrar, com base em suas atitudes e escritos, que os conceitos que expendeu contra a nossa obra e doutrina *não são dignos de confiança*. Houve erro, dolo e mistificação – e tudo isso é reproduzido no livro em lide.

Segundo sua própria declaração em um folheto publicado em 1888, Canright esteve nas fileiras do adventismo *durante longos 28 anos*. E no fim, conclui que o sistema adventista nada mais é que um "charco de erros, enganos e fanatismo". Não sabemos como uma pessoa culta, com plena lucidez de espírito, tenha demorado tão longo período de tempo para aperceber-se que se metera num charco. Eis uma declaração que depõe contra ele mesmo, colocando-o no rol dos ingênuos ou insinceros.

Outro exemplo: durante mais ou menos 20 anos (excetuando-se as suas intermitentes decaídas) pregou as nossas verdades básicas. Entre elas, a Trindade, a divindade de Cristo, a obra de Satanás, a batismo. Pois bem, em seu livro de repulsa ao adventismo afirma categoricamente que "os adventistas não crêem na Trindade". Que suas doutrinas heréticas são – "fixação de datas para a vinda de Cristo, milagres, não

* Este capítulo baseou-se nas seguintes fontes: **Canright Numa Casca de Noz**; W. A. Spicer, **Interessantes Revelações Acerca de Canright**; H. Richard, **A Confissão de Canright**; W. H. Branson, **A. Reply to Canright**; D. W. Reavis, **I Remember**; **Review and Herald** e **Seventh Day Adventism Renounced**, D. M. Canright.

ressurreição dos ímpios, falsos profetas, nova oportunidade de salvação, comunhão de bens, negação da divindade de Cristo, do diabo, do batismo etc., etc." (1)

Que conclusão se pode tirar disto? Merece fé sua última afirmação?

A sua defecção do nosso meio se deve ao fato de *não se ter conformado* com os enérgicos testemunhos que a Sra. White lhe mandava, verberando o seu procedimento incorreto e desnudando as suas intenções. Houve um testemunho nestes termos: "A maior parte de sua vida tem sido empregada em apresentar doutrinas que, durante a última parte dela, o Senhor há de repudiar e condenar." (2) E isto se cumpriu à risca.

Síntese do Seu Roteiro na Igreja Adventista

D. M. Canright uniu-se ao nosso movimento e tornou-se um pregador. Mas em certo tempo, as suas atitudes destoavam da serenidade e equilíbrio indispensáveis a tal cargo. Tinha pendores insofreáveis para polêmicas, e abespinhava-se por pouca coisa. Chegou a ponto de perder a confiança dos irmãos do ministério e da igreja em geral.

Em 1870 em Monroe, Iowa, em debate com certo pastor presbiteriano ele afirmou ao então presidente da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia que "sentia desejos de abandonar inteiramente a religião e a Bíblia e tornar-se um incrédulo". Foi o primeiro abalo. O pastor Butler orou com ele, uma noite inteira e este afinal, voltou à fé. Os testemunhos da irmã White eram francos a seu respeito.

Em 1873, nova queda espiritual. Afastou-se do nosso movimento, foi para a Califórnia, e pôs-se a trabalhar numa fazenda. Tempos depois, atendendo a apelos, voltou à igreja e ao ministério.

Em 1880, outra decaída. Abandonou a pregação, e foi para Wisconsin e Michigan, ensinando declamação. Transgredia o sábado,

mas dizia que ainda continuava a julgá-lo verdadeiro dia bíblico de repouso. Em princípios de 1881 voltou ao nosso meio.

E 1882, se novo colapso em sua vida religiosa. Novo abandono da obra. Foi para Oswego, Michigan. Ficou 3 anos fora do movimento, e dizia que não tinha mais fé nas nossas doutrinas. Incriminava a Sra. White. Em 1884. assistiu à grande reunião campal em Jackson, Michigan, e sabiamente declarou voltar para a igreja adventista, fazendo a sua conhecida confissão perante mil pessoas. Confessou-se arrependido por ter julgado mal a Sra. White. Penitenciou-se de seus pecados e erros e, em termos fervorosos e candentes, proclama a sua *nova conversão* e o desejo de nunca mais se apartar do povo do Advento, e estar sempre ligado "a esse povo e a essa obra". As apreensões dos dirigentes da obra diminuíram. Parecia o homem e transformara e se firmara na senda da verdade.

Mas em 1887 – a despeito de tantas juras de fidelidade e consagração – inopinadamente se aparta de nós, bandeia-se para uma igreja batista de Michigan, e se pôs a combater a nossa obra com todas as suas forças. De modo injusto e insolente investia contra a Sra. White. Seguia os nossos evangelistas de cidade em cidade, e procurava interceptá-los, debatendo publicamente com eles, clamando em alta voz que a doutrina da segunda vinda de Cristo para breve era um mito, que a lei de Deus fora abolida e que a nossa interpretação profética era errada. Escrevia pequenos folhetos, de 7 a 10 páginas, denominados '"casca de noz", nos quais, em linguagem violenta invectivava os adventistas.

Tentou enlamear o caráter irreprovável da Sra. White, chamando-a de impostora, papisa, alucinada, demente, histérica etc. Votava ódio indisfarçável ao nosso povo. Nem as nossas crianças escapavam aos seus ataques, tendo escrito coisas indignas elas. Chamava as nossas obreiras bíblicas de "semi-analfabetas indignas de obter um certificado de 3ª. série primária." No entanto, fora ele próprio quem as havia preparado. Esses folhetins eram vendidos a 2 e ½ cents (de dólar) e sua esposa

confessou mais tarde que se não fosse o que ele recebera em pagamento desses panfletos, teriam passado fome.

Não mais retornou ao nosso meio, e no ano seguinte, deu à estampa, às expensas das denominações batista e metodista, o "Seventh-Day Adventism Renounced". Os nossos oponentes fizeram reeditar o livro de que o "Sabatismo à Luz da Palavra de Deus" é quase um plágio.

Fora da Igreja Adventista

Os elementos sensatos e equilibrados das igrejas evangélicas não viam com muita simpatia os métodos utilizados pelo renegado adventista. Especialmente sua maneira de injuriar a irmã White não era apreciada e chegou a provocar reações. Crentes de uma igreja evangélica chegaram a afirmar: "Conhecemos bem a Sra. White. É boa senhora, e sua vida e influência entre nós tem sido de tal sorte que ataques desta ordem constituem *ofensa para nós*." (3) (Grifo nosso).

De uma feita, realizava uma conferência numa vila de Califórnia, cujo tema era demonstrar a falsidade das visões da Sra. E. G. White. Ao fim da conferência, um senhor não adventista, do auditório lhe endereçou as seguintes perguntas: "Qual é a natureza e tendência dessas visões? Qual o seu tono moral, e que seria o efeito de uma pessoa viver estritamente em harmonia com seus ensinos? Visivelmente desconcertado, o Sr. Canright concordou em que a moralidade era absolutamente pura, e que qualquer pessoa que vivesse o que tais visões ensinavam, sem dúvida estaria salva. (4)

Chamado certa vez a fazer uma série de conferências contra os adventistas no Estado de Iowa, os patrocinadores não cuidaram em prover nenhuma hospedagem. Ele ficou entregue a si mesmo e sem recursos. Por incrível que pareça, alguns adventistas viram a situação e o convidaram para sua casa enquanto ali permanecesse. Estas conferências não foram tão "quentes" como deveriam ser. No sábado, ele foi à reunião

adventista e ficou emocionado. Tomou a Palavra e exortou a todos a permanecerem fiéis à mensagem e obra adventista.

Em 1903, arrefeceu sua campanha anti-adventista. A convite do irmão Reavis, comparecera a uma reunião dos nossos obreiros em Battle Creek. Disse que tomara um caminho errado, e que por vezes se sentira atormentado. Foi-lhe dito que todos o perdoariam, se voltasse ao nosso meio. Ele desatou a chorar amargamente. Por fim declarou: "Eu me alegraria de poder voltar, mas não posso! É demasiado tarde! Fui muito longe! *Estou perdido para sempre! Perdido!"* Continuou a chorar por longo tempo. Disse textualmente ao irmão Reavis: "D. W., faça você o que quiser, mas não combata nunca a mensagem." (5)

Quando sua sogra falecera, o pastor adventista A. G. Haughey fez o serviço fúnebre, e a prédica sobre o estado do homem na morte. Canright e sua esposa estavam presentes. No final da cerimônia, ele, chorando, convulsivamente, abraçou o pastor Haughey e disse em voz clara que todos podiam ouvir: "Foi um belo sermão; o que o senhor disse é a verdade de Deus, rigorosamente bíblica." E rematou: "Os melhores amigos que já tive na vida, são todos adventistas do sétimo dia."

Mas, tempos depois, recrudescem os seus ataques pela prensa e pelos púlpitos. Ridicularizava as nossas instituições. Vivia em aperturas financeiras. Após a morte da esposa, chegou a vender seus objetos e quase todos os seus livros, com exceção de alguns volumes da Sra. White. Um membro da igreja adventista disse-lhe: "Ficarei com esses livros da Sra. White, se os quiser vender." "Não", disse Canright, "eles são por assim dizer os únicos livros que conservei."

Em 1915, falecera a Irmã White. Canright compareceu ao funeral, no Tabernáculo de Battle Creek. Aproximou-se do esquife com os olhos marejados de lágrimas, não se conteve e exclamou: "Foi-se uma nobre cristã! É morta uma nobre mulher." Essa exclamação fora ouvida por muitas Pessoas, inclusive o Prof. M. L. Anderson, que deu por escrito a prova de ter ouvido aquelas palavras. O irmão do apóstata, Sr. B. J. Canright, que estava ao seu lado, também tempos depois deu por escrito

a confirmação de que Canright dissera aquelas palavras e se mostrara muito perturbado. Ele não tinha nenhum dever de comparecer ao funeral de quem tanto atacara. Sem dúvida foi o remorso que o levou até lá. Canright faleceu aos 12 de maio de 1919. Tal foi o duro caminho de adversário que ele trilhou.

No entanto, um jornal batista americano afirmou: "Canright foi um fiei batista até á morte." A verdade, porém, [é que ele não foi fiei em nenhum lado onde esteve, e só Deus sabe o desfecho do seu acidentado roteiro religioso.

Não dispomos de espaço para citar todas as suas contradições. Mencionaremos algumas, a título de exemplo.

Em 1884 afirmou em sua confissão: "Não somente aceito mas creio que os testemunhos da Sra. White vêm de Deus." Em 1889 diz que os testemunhos não têm valor.

Em 1887, disse: "(A Sra. White) é uma senhora despretensiosa, modesta, de coração nobre e submisso. Conheço-a há 18 anos. Não é presumida, cheia de justiça própria como acontece com os fanáticos." Em 1889: "Ela é rude, de espírito descaridoso, severa, fanática, cheia de louvor próprio."

Palavras mais descorteses e contraditórias escreveu ele. Porém, em face disso perguntamos: Quando Canright disse a verdade? Na igreja adventista ou fora dela? Se disse a verdade quando adventista, seus ataques são insubsistentes. Quando afirmou quando apostatou, não pode merecer crédito, pois por 28 anos soube simular e mentir. Tem um precedente duvidoso, volúvel e contraditório.

Por que Canright não quis que a própria mãe lesse o *Seventh-Day Adventism Renounced*? Por quê?

O perfil aqui apresentada baseia-se em documentos fidedignos e absolutamente exatos. A esta altura, o leitor estará melhor capacitado

para aquilatar dos ataques de Canright contra a nassa obra e verá que o que escreveu não tem fundamenta e não merece *confiança*.

Referências:

(1) *Seventh-Day Adventism Renounced*, D. M. Canright. págs. 25, 74 e 75.
(2) *Testimonies for the Church*, vol. 5, pág. 625.
(3) *Interessantes Revelações Acerca de Canright*, R. A., Set. 1945.
(4) *Review and Herald*, 3 de maio, 1887.
(5) *I Remember*, D. W. Reavis, pág. 120.

A VERDADE SOBRE A SRA. WHITE

SEMPRE se pode duvidar da sanidade espiritual de quem, para justificar o seu antagonismo a um sistema, rompe as mais elementares normas éticas e insensivelmente falsifica os fatos, dando curso a grosseiras inverdades e malévolas imputações contra sinceros e piedosos servos de Deus.

Contra esta prática odiosa – verdadeira negação da essência amorável do cristianismo – há incisivas e causticantes profligações da Palavra de Deus, contidas especialmente em Êxodo. 20:16 e S. Mat. 12:36 e 37.

Profetas de Deus, via de regra, têm sido alvo de intrigas e soezes difamações. Mica, por exemplo, foi esbofeteado; Jeremias foi ferido e injustamente acusado; Elias foi acoimado de perturbador de Israel justamente por quem deveria ouvir-lhe as mensagens.

A João Batista aconteceu coisa pior.

A vida da Sra. White foi, toda ela, uma vigorosa afirmação de fé, desprendimento, abnegação, confiança inabalável no futuro, altruísmo e rendição incondicional a Cristo. A vida impoluta que levou, o seu caráter irrepreensível, sua reputação ilibada, a harmonia e equilíbrio de suas atitudes, sua modéstia e ponderação caracterizavam sua pessoa. Eram notáveis sua frugalidade e temperança, sua prestatividade, sua conversação requintada e sua caridade. Tudo isso é atestado por aqueles que a conheceram na *intimidade*. Dezenas de pessoas que com ela privaram deram esses testemunhos abonadores.

O próprio Canright, em 1887, escreveu sobre ela na *Review and Herald*: "Peço licença para dizer que conheço bem a Sra. White. Há dezoito anos mantenho contatos freqüentes com ela. Freqüentei a sua casa. Não é fanática." E esse mesmo homem, que não quis atender às admoestações da serva do Senhor e subitamente contra ela se rebelou e contra ela proferiu e escreveu as mais torpes difamações, mais tarde

penitenciou-se do seu erro e, diante do esquife em Battle Creek, reafirmou, em soluços: "Foi-se uma nobre mulher." Deveriam ponderar isso honestamente os nossos oponentes costumam escorar-se em Canright.

Mesmo rijamente atacada em sua reputação por aquele infeliz renegado, ela jamais teve uma palavra de represália. Orava por ele. Referia-se a ele como a um transviado, digno de simpatia.

O Dom de Profecia

O "espírito de profecia" é o que, segundo as Escrituras, a par com a guarda das mandamentos de Deus, seria o característico da igreja remanescente. Compare-se Apoc. 12:17 e 19:10, última parte. Este *dom* consiste precipuamente em dar ao Povo de Deus mensagens diretas e específicas, traçando-lhe normas e diretrizes, dando-lhe orientação e instruções especiais. Esclarece o sentido das Escrituras e confirma a fé. Não substitui a Bíblia nem ensina nenhuma doutrina nova.

Os *testemunhos* orais ou escritos da Sra. White preenchem plenamente este requisito, no fundo e na forma. Tudo quanto disse e escreve foi puro, elevado, *cientificamente correto e profeticamente exato*. Resistiu às análises e críticas rigorosas. Os seus detratores – utilizando-se dos mesmas processos dos incrédulos em relação à Bíblia – procuraram "inventar" contradições e inexatidões que *não constam em nenhum escrito da serva do Senhor* (*).

Os seus escritos, agora vertidos em quase todos os idiomas, aí estão a *desafiar* a crítica honesta. um repto que pode ser formulado sem receio; qualquer pessoa sincera que, com isenção de ânimo, tenha lido algumas páginas da Sra. White, não é capaz de atacá-la ou aprovar as imputações que lhe são feitas. É simples experimentar: basta ler.

(*) Entre elas se enquadram a suposta visão do fechamento da porta da graça em 1844 e a "profecia" (?) sobre a Guerra Civil Americana, de que trataremos em outros capítulos. Ver-se-á que tudo isso é inteiramente falso.

Fatos Eloqüentes Sobre Sua Bibliografia

Sua bibliografia é vastíssima. Calcula-se que tenha escrito cerca de vinte e cinco milhões de palavras. Dos seus oitenta e oito anos de vida, setenta e um foram dedicados à obra de Deus.

Quem, desapaixonadamente, lê as instruções escritas por ela, impressiona-se com a origem divina das mesmas.

Certo ministro, em viagem de trem. deixou em seu assento por algum tempo dois volumes dos *Testemunhos*. Um professor universitário que viajava ao lado os apanhou e leu algumas páginas. Quando o ministro retornou, o professor lhe declarou: "Sou catedrático de uma faculdade da Universidade de Nova York, e leio ininterruptamente, mas esta é a melhor leitura que já vi. Onde poderei adquirir estes livros?"

Uma rainha da Rumânia pediu que o livro *A Ciência do Bom Viver* fosse traduzido para o seu idioma nacional e difundido entre o seu povo.

Clarence T. Wilson, conhecido bispo metodista de Washington, disse que cria haver a Sra. White sido inspirada, e afirmava que recebera grandes bênçãos em ler os seus livros.

Uma série de eruditas conferências sabre "As Principais Mulheres do Mundo" foi realizada por afamado orador dos EE. UU. Uma delas versou sobre a Sra. White e em torno de sua pessoa falou *cerca de duas horas*, perante grande auditório. Ao concluir, perguntou: "Como explicaremos a sua obra?" E ele próprio respondeu: "Só há uma explicação: *inspiração*.

Caminho a Cristo, por exemplo, teve uma circulação de mais de sete milhões de exemplares, em sessenta e cinco línguas. Que outro livro religioso tem sido tão traduzido?

Seu livro *Educação* mereceu os mais honrosos encômios de altas autoridades responsáveis pela sorte do povo. O governo de adiantado país europeu mandou reimprimi-lo a expensas do erário público e distribuí-lo em todas as escolas secundárias.

A Biblioteca do Congresso de Washington recentemente classificou o livro *O Desejado de Todas as Nações* como "o primeiro entre os dez mil e mais livros escritos em inglês nos últimos 800 anos, acerca da vida de Cristo."

No livro *Vida e Ensinos* há abundantes referências sobre astronomia, que se provaram cientificamente corretas. O que ela escreveu sobre nutricionismo, ainda não foi superado.

Testemunhos Insuspeitos

Nada melhor do que os testemunhos espontâneos, partidos de fora da grei adventista, a respeito da Sra. White.

Após a sua morte, o diário *The Independent*, 28 de agosto de 1915, estampou extenso artigo sobre a personalidade da extinta, rematando com o seguinte tópico: "Em tudo foi a Sra. White uma inspiração e guia. Sua vida foi um registro de nobreza, e merece grande honra. Ela foi absolutamente sincera em sua crença e em suas revelações. E sua vida foi digna delas. Não possuiu orgulho espiritual, e não buscava vis lucros, Viveu a vida e fez a obra de uma digna profetisa."

O jornal *Toledo Blade* também inseriu um artigo laudatório à serva do Senhor, condindo: "A Sra. White foi uma mulher notável. Houvesse ela vivido nos primórdios do cristianismo, e escapado ao fogo e à sanha do fanatismo, sem dúvida haveria de ser canonizada."

Os seguintes excertos foram extraídos do *American Biographical History* (Eminent and Self-Made Men of the State of Michigan), pág. 108.

"A Sra. White é uma mulher de mentalidade singularmente bem equilibrada. Predominam em seus traços a benevolência, a espiritualidade, a conscienciosidade e o idealismo."

"Não obstante seus muitos anos de labores públicos, tem conservado toda a simplicidade e honestidade que lhe caracterizaram o princípio da vida."

"Como oradora, a Sra. White é uma das mais bem sucedidas entre as poucas senhoras que se têm distinguido como conferencistas neste país, durante os últimos vinte anos."

"Quando inspirada pelo assunto, é muitas vezes maravilhosamente eloqüente, mantendo os maiores auditórios fascinados por horas, sem um sinal de impaciência nem fadiga."

"Uma ocasião cm Massachusetts, vinte mil pessoas a escutaram, com a máxima atenção, por mais de uma hora."

O grande escritor Jorge Wharton James, em seu livro *Califórnia – Romântica e Bela*, dedica muitos parágrafos à Sra. White, concluindo com estas palavras: "Essa notável mulher, se bem que se educasse quase inteiramente por si mesma, também escreveu e publicou mais livros, em mais línguas e de mais vasta circulação do que as obras escritas por *qualquer mulher na História*." (Grifo nosso)

Aí está um perfil da Sra. White, feito por estranhos, e pessoas e instituições não pertencentes à igreja adventista.

Maldosas imputações lhe são feitas por ignorantes detratores, avultando a que a qualifica de "papisa". Isto é uma monstruosidade, inventada pelo despeitado Canright, que *sabia* ser uma mentira. "Ela nunca ocupou cargo oficial na igreja. Nunca pediu aos outros que olhassem para ela, nem usou nunca seu dom para se firmar em popularidade, ou financeiramente. Sua vida, e tudo quanto possuía, eram dedicados à causa de Deus." – *Breves Traços Biográficos, Testemunhos Seletos* (Edição Mundial), vol. 1, pág. 19. Isto destrói a insinuação de que a igreja adventista é um sistema papal. Só mesmo uma mentalidade tacanha formularia tal disparate. Bastaria perguntar: Após a morte da Sra. White, quem lhe sucedeu no trono pontifício? Respondam os acusadores.

Outra falsa imputação é a que coloca os seus escritos em pé de igualdade com a Bíblia. Canright sabia ser isto uma grosseira inverdade porque *ele mesmo* de uma feita esclareceu este ponto na *Review and Herald*.

Basta dizer que a Sra. White *jamais ensinou uma doutrina nova* ou algo que já não estivesse na Escritura. Ela constantemente concitava o povo a ler assiduamente, ininterruptamente, fervorosamente as Escrituras Sagradas. Afirmou: "Pouco zelo tem sido dedicado *à Bíblia*, e o Senhor enviou uma luz menor para guiar homens e mulheres à Luz maior." (Grifos nossos). E num de seus últimos discursos apelou aos crentes para que lessem com mais profundeza e amor a Palavra de Deus.

Conclusão

Em sua adolescência, em conseqüência de um acidente e outros fatores, ficou ela com a saúde tão precária que o seu restabelecimento se afigurava impossível aos olhos humanos. Mas Deus escolheu "a fraca entre as mais fracas" para guiar o Seu povo, e ela teve vida dilatada, de assombrosa resistência e invejável capacidade de trabalho. Mesmo o matrimônio e os filhos não diminuíram as suas atividades. Era incansável. Ininterruptamente escrevia, visitava, viajava e discursava. Setenta anos foram assim vividos. Fiei à sua vocação, realizou obra ciclópica. Muitas instituições humanitárias se erigiam por sua inspiração. Sanatórios, escolas e hospitais em várias partes do mundo. Dentre elas avulta a Faculdade de Medicina, de Loma Linda, Califórnia. Ali há um famoso curso de Moléstias Tropicais que ministra instruções médicas e de enfermagem a missionários de várias denominações – inclusive a batista. O mundo foi grandemente beneficiado por essa mulher.

Eis a verdade, apenas a verdade sobre a Sra. White.

Como poderia uma mulher a quem chamam impiedosamente de "doente", "ignorante", "fanática", "alucinada", "impostora' e outros qualificativos deprimentes, produzir tão vasta e inspiradora obra? Como poderia projetar-se sua personalidade, aureolada de admiração e estima, até os tempos em que vivemos?

Como pôde deixar o seu nome na História?

Respondam lealmente os nossos oponentes.

Que dizer de Canright e seus seguidores? Suas vidas? Suas obras? Que atesta deles a História? Pigmeus que se esfumaram no tempo, deixando apenas leves recordações desagradáveis de inconversos e difamadores vulgares.

Ponderem honestamente sobre isso os sinceros opositores dos adventistas, e revisem seu julgamento sobre a vida e a obra da Sra. Ellen G. White.

DETURPAÇÕES GROSSEIRAS

PODE-SE com segurança dizer que o primeiro capítulo do malsinado livro é nada menos que um amontoado de falsidades inomináveis e revoltantes. Infelizmente o autor não é um homem bem informado, e por isso reproduziu notícias infundadas e outras grosseiramente deturpadas sobre a nossa origem denominacional.

Atacando de início o "ignorante fazendeiro" Guilherme Miller, o autor, além de revelar completo desconhecimento das fatos, está sendo descaridoso para com um próprio colega. Sim, porque Miller era pregador batista licenciado, por força de um certificado que lhe fora outorgado em 12 de setembro de 1833 pela Igreja Batista de Low Hampton (*) Neste documento, atestam-se os conhecimentos bíblicos de seu pregador. E antes de aceitar a fé, era ele deísta confesso. Após catorze anos de estudo persistente e sistemático das Escrituras, foi-lhe conferido o certificado. Seria tão "ignorante" assim?

Outro aspecto importante, que o autor demonstra desconhecer: apesar de ter sido notável pregador e conhecedor das profecias, apesar de seu papel saliente nos antecedentes históricos do adventismo, Miller *jamais se tornou um adventista do sétimo dia*. Rejeitou doutrinas básicas dos adventistas do sétimo dia – como o sábado, o santuário celestial, o estado do homem na morte e outras. Finalmente morreu como membro da igreja batista, e irredutível observador do domingo. (1)

Como poderia ter sido o fundador da igreja adventista do sétimo dia? Nada mais infundado.

É preciso esclarecer que, ao tempo de Miller, em quase todos os quadrantes do mundo, levantaram-se pregadores inflamados, anunciando com ênfase a vinda de Jesus. Miller, porém, tomou-se o mais veemente

---

* Este documento está fotografado à pág. 57 da obra "The Midnight Cry" (O Clamor da Meia-Noite), de Francis D. Nichol – um estudo histórico sobre o milerismo.

arauto desta mensagem, e seu movimento ganhou tal ressonância que, já em 1840, ficou conhecido como *milerismo*.

Ainda mais: os ardentes pregadores da volta de Cristo em 1844 eram de quase todas as denominações existentes, *não existindo naquela época* a igreja adventista do sétimo dia – que só se formou *depois* do desapontamento daquele ano. Releva notar que ministros, oficiais e membros de várias igrejas, inclusive a batista, eram conhecidos como *mileritas*. Eis o insuspeito testemunho de Licht, escrito em 1844: "Os que pregam a segunda vinda de Cristo e se unem ao milerismo, são membros das seguintes igrejas: Protestante Episcopal, Metodista Episcopal, Metodista Evangélica, Metodista Primitiva, Metodista Wesleyana, *Batista da Comunhão Restrita, Batista da Comunhão Livre, Batista Calvinista, Batista Arminiana*, Presbiteriana, Congregacional, Luterana, Reformada Alemã etc." (2)

Como se vê, as várias ramificações batistas também estavam ligadas ao milerismo. Como admitir que Miller pertencia à nossa denominação, se a esta altura nem se pensava em adventistas do sétimo dia?

Outro ponto que precisa ser revisto – por ser totalmente infundado – é essa história de fixação de datas pelos adventistas do sétimo dia. Verdade é que *Miller fixara* a volta de Cristo para 1843, e depois para 1844. Foi só. Após isso, nem ele nem os adventistas do sétimo dia – que surgiram depois – fixaram outras datas.

Outra inverdade é que Miller tenha pregado a obrigatoriedade da guarda "da lei do Velho Testamento". Ele jamais se ocupara deste assunto. O tema único de sua prédica era a iminente volta de Cristo. O seu cálculo profético, baseada em Daniel 8:14, estava rigorosamente exato quanto ao tempo, mas errado quanta ao *acontecimento*. Não era a vinda de Jesus o que estava predito, mas o inicio do juízo investigativo, como será oportunamente demonstrado.

Como é óbvio, Cristo não podia ter vindo em 1844. Decepções como as de Miller e seus seguidores, sofreram os discípulos. Em

caminha de Emaús, lamentou-se um deles ao próprio Jesus: "Nós esperávamos que fosse Ele..." S. Luc. 24:21. O desapontamento de 1844 foi uma dura prova de fé. Como o livro comido pelo vidente de Patmos (Apoc. 11:10), a esperança do segundo advento era doce, mas a decepção tornou-se *amarga*. Em conseqüência, veio o esbarrondamento do milerismo. De quase um milhão de adeptos restaram aproximadamente cinqüenta mil – segundo os melhores cálculos. Mesmo estes se dividiram em vários grupos com *nuances* teológicas diversas.

Mas um grupo remanescente – de robusta fé nas promessas divinas – apegou-se em Apoc. 11:11: "Importa que profetizeis outra vez a muitos povos, e nações, e línguas e reis." Deste grupo fiel originou-se a Igreja Adventista do Sétimo Dia – que hoje envolve o mundo num dos mais arrojados empreendimentos missionários.

O adventismo não é um das tantos "ismos" que proliferam no mundo, mas – como disse um escritor – "uma expressão genuína do cristianismo apostólico, remanescente ou redivivo." Ele é portador de uma mensagem específica para os nossos dias.

"O movimento adventista não surgiu no cenário dos acontecimentos histórico-sociais como mera divisão do Protestantismo, ou como fruto amadurecido de uma fantástica e fértil imaginação doentia, como já foi evidenciado; antes, porém, é uma verdade positiva, *documentada pela profecia bíblica* e pelo desenrolar dos acontecimentos universais, aparecendo no palco da História, *no momento exato* em que no relógio divino do tempo, soou a hora clara de dar a derradeira mensagem de advertência, de amor e de esperança, que Deus em Sua infinita misericórdia reservou à humanidade na época atual." (Dr. Gideon de Oliveira, em "Data Significativa" – 1951.)

Aí está a verdade sobre a origem denominacional dos adventistas da sétimo dia, e isto destrói os supostos indícios de falsidade com que se procura inquiná-la.

Fica esclarecido que os adventistas do sétimo dia jamais fixaram data para a volta do Senhor. Quem o fez, na época, foi G. Miller, e era

batista. Outros grupos espúrios, procedentes do milerismo, talvez o tenham feito também. Nunca, porém, os adventistas da sétimo dia.

À pág, 19 do livro que estamos considerando há essa clamorosa inverdade: que a Sra. White recebeu a revelação de que o santuário de Dan. 8:14 era a Terra e que Cristo viria em 1844. Não tendo vindo o Mestre – arenga o autor – ela mudou de opinião, dizendo que o santuário estava no Céu.

Inteiramente falso. Ela jamais teve revelação desta espécie. O batista Miller é que cria referir-se Dan. 8:14 à Terra e por isso pregava com entusiasmo a volta de Cristo para o fim das 2.300 tardes e manhãs – período profético que terminava indubitavelmente em 1844. Depois do desapontamento, quem primeiro recebeu a nova luz sabre o acontecimento, e compreendeu que o santuário referido naquele versículo era o santuário celestial, onde Crista intercede como Sumo Sacerdote, foi o Sr. Hiram Edson – um dos componentes do primeiro grupo dos adventistas do sétimo dia. A Sra. White também teve luz com relação a esta verdade, confirmando-a.

Porém a mentira mais calva e estarrecedora é esta: "Fixaram então a data da vinda de Cristo para 1844. Falhou outra vez? Continuaram a fixar outras datas, como sejam os anos: 1847, 1850, 1852, 1854, 1855, 1863, 1866, 1867, 1877 etc., e *Cristo nunca veio!* O que pensa o leitor dum sistema doutrinário com uma base como esta?"

Pondo de parte o sofrível português desse parágrafo, honestamente nós é que não sabemos o que pensar de quem tenha inventado tão grossa patranha a nossa respeito. Aí está uma afirmação inteiramente gratuita, leviana e insustentável. Se é princípio assente que quem afirma assume o ônus da prova, pode-se reptar o autor ou quem quer que seja a provar que os adventistas do sétimo dia em alguma época tenham fixada datas para a vinda do Senhor. Busquem-se fontes fidedignas, exatas e de boa fama. Compulsem-se quaisquer publicações da época. Recorram aos escritos dos pioneiros, do nosso movimento. Examinem-se atas, registros, testemunhos e documentos desde o início da obra; recomponha-se a

nassa verdadeira história denominacional e debalde se encontrará uma data fixada pelos adventistas do sétimo dia para a gloriosa vinda de Cristo.

Sem dúvida, a fonte dessas afirmações levianas é de origem suspeita, quando não malévola. Uma propositada confusão objetivando amesquinhar o povo de Deus. Houve um grupo de mileritas, organizado ainda antes dos adventistas do sétimo dia e que se denominava "Igreja Cristã Adventista," de efêmera duração, que se notabilizou em marcar várias datas para a vinda de Jesus. (3) Esse grupo amorfo, que adotava as confissões de fé protestantes, *jamais teve a menor ligação com os adventistas do sétimo dia*.

Seria o caso de o autor pretender atribuir-nos as datas fixadas por aquela agremiação espúria? Se o faz por ignorância, esta desculpado, mas se deliberadamente quer confundir-nos com aquela corporação de fixadores de tempo – a exemplo de Canright, e outros nossos antagonistas – é tempo de se retratar da falsa imputação, se é que ama a verdade.

Quanto à suposta revelação que a Sra. White teria recebido sobre a fechamento da porta da graça em 1844, então a imputação é mais grave, porque cita livros de sua autoria, onde nada consta a respeito. Compulsamos o *Spiritual Gifts*, edição de 1858, a que teria servido de base para a acusação, e nada existe a respeito do fechamento da porta da graça. O *Great Controversy* que outro não é senão o conhecido *O Grande Conflito* em nosso idioma nada traz a respeito.

É deselegante tal sistema de acusar, baseado em citações de segunda mão, obtidas de fontes não idôneas. Essas imputações foram primeiramente feitas por Miles Grant, Sra. Burdick e reeditadas por Canright. O autor valeu-se deste último testemunho. Mas tudo inteiramente destituído de fundamento. Há aí uma errônea interpretação do que ocorreu em 1844.

No livro citado *Spiritual Gifts*, às págs. 159 e 160 (e não às págs. 170 e 171) há o seguinte:

"Foi-me então, mostrado o que teve lugar no Céu quanto ao período profético terminado em 1844. Vi que a ministração de Cristo no *lugar Santo* (do santuário celestial) terminara, e Ele fechara a porta *daquele compartimento*, e densas trevas cobriram aqueles que tinham ouvido e rejeitado a mensagem da vinda de Cristo e O perderam de vista."

Como é evidente, este trecho não se refere ao fechamento da porta da graça, mas sim do compartimento do santuário celestial, donde passou Cristo para o lugar Santíssimo em 1844, conforme o nosso ensino denominacional, iniciando-se o juízo investigativo. É um grosseiro torcimento de sentido, a inclusão da porta da graça nessa revelação. Isto é o que diz *Spiritual Gifts*, citado de contrabando pelo autor. *O Grande Conflito* nada traz a respeito, e pode ser compulsado por qualquer leitor.

Quando começaram a circular tais boatos, ainda em seu tempo a Sra. White desmentia categoricamente tais rumores. Em carta enviada ao pastor Loughborough, diz ela: "... as acusações de Miles Grant, da Sra. Burdick e outros, publicadas em *Crisis*, NÃO SÃO VERDADEIRAS. São falsas as declarações referentes ao meu procedimento em 1844." "... nunca tive visão de que não mais se converteriam pecadores. Eu sou franca e sinto-me livre para declarar que nunca ninguém me ouviu dizer ou leu da minha pena, afirmativas que lhes justifiquem as acusações que têm feito contra mim neste ponto. Foi na minha primeira viagem para o leste... que me foi apresentada a preciosa luz acerca do santuário celestial, sendo-me mostrada a porta aberta e fechada." "Nunca disse eu nem escrevi que o mundo está condenado." (4)

É pena que o autor se tenha louvado em inverdades tais.

É lamentável que se combata uma doutrina mediante tais processos, porque a mentira, segundo as Escrituras, tem uma péssima filiação.

Concluindo, dizemos: não negamos que o nosso movimento tem raízes que vieram do solo dos mileritas, principalmente quanto ao anelo da segunda vinda do Senhor. E alguns dos pioneiros do nosso movimento, tenham sida mileritas. Isso em nada nos desabona. Os evangélicos de hoje existem em conseqüência da Reforma do século

XVI, mas os reformadores haviam pertencido à igreja romana. Paulo saíra das fileiras do judaísmo.

O que negamos com veemência, é que Miller tenha sida o fundador da Igreja dos adventistas do sétima dia – como querem os nossos oponentes – e também que a nossa igreja tenha em algum tempo fixado data para a vinda do Senhor. Nada disso pode ser provado.

Referências:

(1) W. H. Branson, *In Defense of the Faith*, pág. 318.
(2) *The Advent Shield Review*, maio 1844, pág. 90.
(3) F. D. Nichol, *The Midnight Cry*. pág. 476.
(4) F. D. Nichol, *Ellen White and Her Critics*, págs. 203 e 204.

OUTRAS CLAMOROSAS INVERDADES

PROSSEGUE o autor com suas arengas destituídas de fundamento, plagiadas, quase todas, do desmoralizado Canright. Mais duas acusações gratuitas são assacadas contra a Sra. White:

1ª. Que ela recebera a revelação de que Cristo voltaria à Terra antes da abolição da escravatura nos EE. UU.

2ª. Que o sistema de escravatura provocaria outra rebelião, e a Inglaterra declararia guerra aos EE.UU. e nada disso aconteceu, concluindo ser a autora dessas declarações uma falsa profetisa.

De fato o seria se ela tivesse profetizado tais eventos; acontece porém, que tal não é verdade e são falsas as fontes desses informes tendenciosas e deturpados.

Pode-se reptar o autor a que prove que a Sra. White tenha afirmado que Cristo voltaria à Terra antes da abolição da escravatura da grande nação americana. E para isso pode ser posta à sua disposição toda a vastíssima biblioteca da serva do Senhor, seus artigos, discursos e mesmo os testemunhos ainda não publicados. Nada se encontrará, pela simples razão de que ela jamais escreveu tais coisas. Tivesse ela realmente afirmado tal absurdo, então teria *fixado* um tempo para a volta de Jesus, e ficou provado, à saciedade, no capítulo anterior, que jamais algum adventista do *sétimo dia* o fez. E já que no fundo de todas as falsas acusações está o desditoso Canright, vamos reproduzir o que ele mesmo escreveu, num livro que se seguiu ao *Seventh-Day Adventism Renounced*:

"A seu crédito deve ser dito que os adventistas do sétimo dia não crêem em tempo definitivamente fixado [para a volta de Jesus] desde 1844." – *The Lord's Day*, pág. 38.

Aí está uma confissão valiosa que destrói o próprio autor em suas imputações contra os adventistas do sétimo dia , muito embora antes do desapontamento de 1844 não houvesse adventista *do sétimo dia*. E ele

também *sabia disso*, mas a sua insinceridade o induziu a escrever grossas inverdades históricas a nosso respeito. Assim, à pág. 148 do *Seventh-Day Adventism Renounced*, ele procurou habilmente baralhar frases da Sra. White, isolando-as do seu contexto, pretendendo provar que a serva do Senhor falhou em suas "profecias". Processo doloso este, como, por exemplo o de destacar a expressão não há Deus" do Sal. 14:1 e concluir que a Bíblia afirma que Deus não existe. Frases deslocadas do contexto tornam-se maleáveis e podem provar as coisas mais estapafúrdias. Mas – perguntamos – será honesto e cristão tal procedimento?

Como o autor de *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus* só reproduz duas dessas supostas predições da Sra. White, vamos respondê-las. A primeira segundo ele, é um vaticínio de que o sistema de escravatura provocaria outra rebelião – fato que não ocorreu. Isto foi baseado numa frase que o Sr. Canright retirou de um livro da irmã White, e o fez com notária má fé. Esta sentença, no entanto, dentro da seu contexto, pode facilmente ser vista no seu verdadeira sentido, que nem de leve tem o caráter de predição. É apenas uma citação de pensamentos e apreensões de terceiros, expressando os seus pontos de vista sobre a revolta naquele tempo. O caráter de predição foi engendrado por Canright.

Vamos desmascarar a acusação, reproduzindo o parágrafo completo da Sra. White, do qual se destacou a frase relativa à eclosão de outra rebelião. Encontra-se no livro *Testimonies*, vol. I, págs. 254 e 255, e foi escrito em 4 de janeiro de 1862. Em grifo, a frase que Canright isolou para inculcar a idéia de uma predição frustrada, e que o nosso atual oponente cegamente endossou. Eis o que escreveu textualmente a serva do Senhor:

"Aqueles que se arriscaram a deixar seus lares e sacrificar suas vidas para pôr fim à escravatura, estão descontentes. Eles não vêem nenhum bom resultado da guerra, a não ser a preservação federativa, e para tanto milhares de vidas têm que ser sacrificadas e lares tornados

desolados. Muitos se perderam e muitos morrem nos hospitais; outros tornaram-se prisioneiros dos rebeldes – desgraça mais horrível do que a morte.

"À vista de tudo isso – perguntam eles – se formos bem sucedidos em sufocar esta revolução, o que se ganhará? Eles só podem responder tristemente: nada. O que causou a rebelião foi removido. *O sistema de escravatura, que arruinou a nossa nação, é deixado a imperar e suscitar outra rebelião*.

"São amargos os sentimentos de milhares de nossos soldados. Sofrem as maiores privações; estas suportariam eles de boa vontade, mas acham que foram enganados e estão desanimados. Os nossos dirigentes nacionais estão perplexos; os seus corações estão tomados de temor. Receiam proclamar liberdade aos escravos dos rebeldes, porque assim agindo, exasperarão a parte do Sul que não se uniu à revolta, e são fortes esclavagistas."

Como é evidente, a autora está simplesmente expressando o receio dos participantes da guerra, quanto à eclosão de coisas piores. Mas não fez nenhum vaticínio. Só mesmo a má fé pode concluir que o trecho acima seja uma profecia.

A segunda suposta predição sabre um conflito entre a Inglaterra e os EE.UU., foi igualmente engendrada pelo imaginoso apóstata, que escreveu textualmente: "Ainda mais: 'Quando a Inglaterra declarar guerra, todas as nações terão seu próprio interesse em acudir, e haverá guerra geral'. Aconteceu algo disso? Não." (1)

Como no caso precedente, a frase fui extraída do livro *Testimonies*, vol. 1, pág. 259, e isolada do seu contexto. Mas, para decepção dos nossos opositores, também não é uma predição. Foi escrita durante a primeira parte da guerra civil, e apenas expressa condições e temores existentes na ocasião, referindo-se aos movimentos de opinião que agitavam nações de outros continentes, em relação à Inglaterra.

Em vista da carência de espaço, não reproduzimos todo a trecho em que a serva do Senhor aborda este assunto. Bastará uma simples leitura

do mesmo para excluir-se qualquer caráter preditivo, pois o contexto mostra claramente que se tratava de uma *hipótese*, quanto a Inglaterra declarar ou não a guerra. O Parágrafo imediatamente anterior, diz: 'Se a Inglaterra pensa que poderá fazê-lo [declarar guerra], não hesitará um só momento em alargar suas oportunidades de exercer seu poderio e humilhar a nossa nação."

Não há absolutamente nenhuma predição de guerra com os Estados Unidos. E a este diapasão se afinam os outros exemplos apontados por Canright, e aceitos como verazes pelo nosso oponente.

Reafirmamos com absoluta segurança: a irmã White jamais escreveu uma inverdade nem fez predições que não se cumprissem. E nisto se confirma ser ela portadora do dom de profecia – um dos característicos da igreja verdadeira.

Outras acusações de algibeira são feitas ao nosso movimento, no final do capítulo. Respondamos sucintamente aos apontados "indícios de falsidade" dos adventistas do sétimo dia. Afirma-se que pregamos doutrinas da Sra. White, sem indicar-lhes a procedência.

A bem da verdade deve-se dizer que desconhecemos o que seja "doutrinas da Sra. White", de vez que ela não apresentou nenhuma doutrina *nova* ou algo que já não estivesse na Escritura Sagrada. E nas publicações de seus trabalhos consta, bem legível, o seu nome. Os pretendidos "enganos" e "decepções" só existam na fértil imaginação dos nossos gratuitos atacantes, como aqueles que acabamos de analisar.

A Sra. White, nesta última edição de *O Sabatismo*, está sendo mais rudemente atacada, inclusive numa tentativa de forçá-la a ser a "Besta do número 666. Pois bem, vamos dar duas respostas usando armas dos próprios batistas. A primeira acha-se estampada na revista *Eternity*, de outubro de 1956, pág. 38, escrita pelo pastor batista que pesquisou exaustivamente a doutrina adventista. Diz textualmente:

"Este redator leu exaustivamente as publicações adventistas e quase todos os escritos da Sra. Ellen G. White, incluindo seus 'testemunhos,' e sente-se à vontade para dizer que não tem a menor dúvida de que a Sra.

White era uma mulher realmente cristã, 'nascida de novo,' que amava verdadeiramente o Senhor Jesus Cristo e que se devotou de corpo e alma à tarefa, de dar testemunhos para Ele, como se sentia chamada a fazê-lo.

"Deve ficar claramente entendido que, em muitos pontos a teologia cristã ortodoxa e a interpretação da Sra. White não concordam; em muitas partes há discordâncias, mas nas doutrinas essenciais da fé cristã necessária à salvação da alma e ao crescimento da vida em Cristo, a Sra. Ellen G. White jamais escreveu alguma coisa que fosse de algum modo contrária às claras e simples declarações do Evangelho."

A outra arma, então, é sensacional, e bem brasileira pois o jornal Batista, de 12 de maio de 1955, na primeira coluna da primeira página publica interessante artigo sob a epígrafe "A Voz de Deus." E há nele o seguinte tópico:

"Escreve um comentarista sacro que 'os dias em que vivemos são solenes e importantes. O Espírito de Deus está gradual, mas seguramente, sendo retirado da Terra. Pragas e juízos estão caindo sobre os desprezadores da graça Deus. As calamidades em terra e mar, as agitadas condições sociais, os rumores de guerra, são assombrosos. Eles prenunciam a proximidade de acontecimentos da maior importância. As agências do mal estão combinando suas forças e consolidando-se. Elas estão robustecendo-se para a e grande crise. Grandes mudanças estão prestes a operar-se no mundo e os últimos acontecimentos serão rápidos'."

Está aí uma coisa sensacional, da autoria da pena inspirada da Sra. White, transformada em colaboradora do *Jornal Batista!!!* Embora o articulista, talvez de indústria, não cite o nome da serva do Senhor, ele transcreveu nada menos que um trecho, *ad literam*, dos *Testemunhos Seletos*, vol. 3. pág. 280. E isto fora escrito por um comentarista sacro nos idos de 1909!

Vezes várias lemos na seção "Pensamentos," do aludido jornal, frases da Sra. White, sobre oração, santificação etc. Prova de que ela não é o que nosso oponente diz!

O autor faz pesada carga contra os adventistas do sétimo dia porque "não dizem quem são" quando se apresentam para doutrinar. E vê nesse fato a ausência de lisura. No entanto, há fatos que justificam esta atitude, e é bastante notar que o próprio Cristo, em muitas ocasiões, ocultava a Sua identidade. Leiam-se, Por exemplo, estas passagens:

"Disse-lhe, então, Jesus: Olha, não o digas a ninguém." S. Mat. 8:4.

"Jesus, porém, os advertiu severamente, dizendo: Acautelai-vos de que ninguém o saiba." Mat. 9:30.

"Então, advertiu os discípulos de que a ninguém dissessem ser ele o Cristo." S. Mat. 16:20.

Por estes exemplos se vê que há motivos circunstanciais para, por vezes, esconder-se a identidade, no início de trabalhos evangelísticos, principalmente quando é forte o preconceito contra a doutrina.

O erudito comentador metodista Adam Clarke assim comenta S. Mat. 16:20.

"O tempo de Sua [de Cristo] plena manifestação ainda não havia chegado e Ele não desejava provocar a malícia dos judeus ou a inveja dos romanos, permitindo a Seus discípulos que O anunciassem como Salvador de um mundo perdido. Ele preferiu esperar, até que Sua ressurreição e ascensão lançassem plena luz sobre esta verdade, já então fora do alcance de reações que viessem prejudicá-Lo." – *Clark's Commentary*.

Certamente, Cristo de início seria interceptado em Seu ministério, com prematura oposição, altamente prejudicial, se Ele Se apresentasse abertamente como o Messias diante de incrédulos. No devido tempo Ele Se revelou.

Por isso, ainda hoje, salvo raras exceções, ouvimos programas radiofônicos evangélicos que não apregoam sua denominação.

É-nos dito que a primitiva história dos Quakers e também dos batistas traz exemplos de atitudes semelhantes, motivadas pela forte oposição. (2). O mesmo faziam os valdenses. Por que acusar somente os adventistas neste ponto?

Outra acusação infundada é a que nos atribui um modo "original" de interpretar as Escrituras, citando-as livremente. O autor engana-se redondamente. Para nós, a Bíblia – como *única e infalível* regra de fé e prática – é interpretada por si mesma. "A Palavra do Senhor ... um pouco aqui e um pouco ali," "comparando coisas espirituais com as espirituais," Isa. 28:13 e I Cor. 2:13. Nada doutrinamos sem contexto claro. Aceitamos a Bíblia e só a Bíblia, sem acréscimo de tradição, patrística etc., como o fazem as igrejas populares, e se às vezes nos referimos a estas fontes extrabíblicas é somente para demonstrar o quanto a verdade foi deturpada, e não – como fazem outros – para justificar práticas doutrinarias que as Escrituras não trazem. Assim o batismo infantil, o aspersionismo, a guarda do domingo e outras práticas pagãs que se infiltraram nas igrejas, são indefensáveis *nas páginas da Bíblia* e requerem as escoras dos "mandamentos de homens."

À acusação de que baseamos a maior parte do nosso sistema doutrinário em Daniel e Apocalipse, não é procedente. Cremos que esses livros são essencialmente proféticos e apontam fatos que se desenrolam nos dias finais e, por isso, merecem oportuna atenção e aprofundado estudo. Mas a nossa doutrina poreja em *toda* a Bíblia. Muitas verdades básicas como a lei, o sábado, a temperança não se encontram particularmente naqueles livros. Não somos modernistas nem exclusivamente neotestamentários, porque cremos que "toda a Escritura é inspirada por Deus." Por que só Daniel e Apocalipse? Este conceito precisa ser revisto, porque não traduz a verdade. E é ofensivo o pressuposto de que pretendemos enganar os outros com interpretações simbólicas destes livros.

Finalmente o autor nos taxa de alarmistas, em dizendo que precisamos recorrer a fatos espantosos, como terremotos etc., para impressionar os homens com a nossa mensagem. Esta acusação deveria ser primeiramente feita a Cristo, Pedro, João e os profetas. Por exemplo, leiam-se cuidadosamente apenas estas passagens: S. Mat. 24:29; S. Luc. 21:11, 25, 26 e 28; II S. Ped. 3:7, 10 e 12; Apoc. 6:12, 13 e14.

Como eram alarmistas!

Alarmista foi Noé, que pregou o cataclismo do dilúvio; outro tanto foram Elias, Jonas e João Batista. Os profetas têm não poucas tópicos virtualmente alarmistas, nas suas predições contra certas cidades. Por que não são incriminados por recorrerem a fatos catastróficos ao invés de falarem uma mensagem que apele ao coração?

Precisamos convencer o mundo de pecado, de justiça e de juízo. A pregação paulina acentuava a temperança, a justiça e o juízo vindouro. Se damos ênfase aos sinais no mundo físico, é porque honestamente, como os batistas, "cremos que o fim do mundo está se aproximando; que no último dia Cristo descerá do céu." Artigo de Fé XVIII, das Igrejas Batistas.

O dia escuro e o chuveiro de meteoritos cumpriram-se. As guerras – com os recursos da física nuclear – são de proporções e conseqüências inimagináveis; terremotos, ciclones e tornados devastam muitas regiões. Todos estes fatos patentes, a par dos sinais nas esferas política, social e religiosa, estão confirmando, dia a dia, a veracidade da nossa mensagem de advertência final a um mundo agonizante. Tudo aponta para a iminente volta do Rei dos reis e Senhor dos senhores.

E muitos – á vista destes fatos proféticos – tendem-se a Deus e refugiam-se na Rocha dos Séculos, enquanto a porta da graça está aberta.

Graças a Deus!

Referências:

(1) Seventh-Day Adventism Renounced, pág. 148.
(2) F. D. Nichol, Answers to Objections, pág. 420.

O BODE EMISSÁRIO

NO capítulo II reproduz o autor a cediça acusação de que ensinamos que a expiação dos pecados é feita também por Satanás, pelo fato de o bode emissário de Lev. 16:10 representá-lo e ser portador dos pecados dos remidos. A conclusão é simplista e tendenciosa. Seria o cúmulo do contra-senso admitir que Satanás seja um salvador em qualquer sentido. Seria uma perversão das Escrituras. Ensinamos, ao contrário, que ele é o autor e instigador do pecado. Ensinamos ainda que não há outro nome dado dos céus, pelo qual possamos ser salvos, senão Jesus. Mas Satanás – como primeiro responsável pelo terá que ser exemplarmente punido, não somente pelas próprios pecados, mas pela responsabilidade que ele tem nos pecados daqueles que foram perdoados.

Mas cumpre notar que ele só entra *depois* de realizada a expiação, *depois* de cumprido o plano da salvação. É o ajuste final. Como no tipo (leia-se Lev. 16:20), o bode vivo só entrava em cena depois de "*acabado* de expiar o santuário." Ao passo que o Salvador descrito na Bíblia veio em nosso socorro "quando ainda éramos pecadores" Rom. 5:8. Ora, pecadores não necessitam de um salvador que só entra em contato com eles de depois de os pecados terem sido expiados.

A relação de Satanás com os nossos pecados, pode ser explicada por meio da seguinte ilustração que, com a devida vênia, reproduzimos:

"Um grupo de homens é preso, interrogado e acusado de certos crimes. É-lhes imposta uma multa pesada. Não possuindo dinheiro algum, encontram-se eles em estado desesperador. O seu desespero, porém, muda-se em alegria: um rico filantropo oferece-se para pagar a multa. Eles aceitam a oferta e são libertados. O caso está aparentemente solucionado. Porém, não; a justiça, continuando suas investigações, descobre que *certa pessoa* de perversos intentos, dominou aqueles pobres homens, seduzindo-os à prática de maus atos. *Esta pessoa* é presa

e julgada. Como resultado de ter a justiça achado que ela é ré de toda a culpa, é-lhe imposta multa mui pesada – muito superior àquela mediante a qual os pobres homens foram libertados graças ao generoso filantropo.

"Todos consideram que a justiça tenha agido retamente. Ninguém pensaria que, pelo simules fato de o grupo de homens haver sido libertado, o caso estaria liquidado... o culpado deve finalmente sofrer as conseqüências dos mesmos crimes, porque *ele foi o responsável direto*." (1)

Aí está exemplificada a relação de Satanás com os nossos pecados. Somos réus diante de Deus, sem recursos, mas Cristo – o grande filantropo – pagou o preço exigida para a nossa libertação – não com ouro ou prata, mas com Seu precioso sangue. Porém a justiça divina revela que Satanás, o arquiperverso, foi o causador e instigador de todo o pecado, e prossegue ação contra o nosso adversário culposo, fazendo recair sobre a sua cabeça todos os males e culpas dos que foram perdoados.

Isto é justo, lógico e bíblico. Não é invenção de adventistas, como se pretende impingir. O Dr. John Eadie, notável e erudito comentador evangélico, afirma: "Os pecados são lançados sobre Satanás remoto autor e instigador dos mesmos. Embora a penalidade seja retirada aos crentes perdoados, contudo não é retirada daquele que os conduziu à apostasia e à ruína. Os tentados são restaurados, mas toda a punição é vista cair sobre o arquitentador." (2)

Damos ênfase ao fato de ser Satanás o autor do pecado e não salvador em qualquer sentido. Só muita má vontade para conosco concluiria tal absurdo. E aqui vem a pêlo lembrar certo escritor evangélico que, tempos atrás, também nos acusava de ensinarmos que Satanás é o nosso salvador. Porém – sincero que era – teve a hombridade de retratar-se. A acusação fora escrita pelo pastor Grant Stroh – um dos redatores do famoso jornal evangélico *Moody Bible Institute Monthly* (Mensário do Instituto Bíblico Moody), e apareceu na edição de novembro de 1930. Em resposta a uma carta enviada àquele órgão, o Sr.

Stroh, num gesto elegante e cristão, publicou na edição de fevereiro de 1931, o seguinte:

"Disséramos: 'Os adventistas do sétimo dia negam o sacrifício expiatório de Cristo como único meio de salvação do homem, e declaram, em lugar disso, que Satanás é nosso salvador, *portador dos pecados* e substituto vicário.'

"Afigura-se-nos isto uma afirmação pesada, porém, tendo lido atentamente alguns dos escritos dos adventistas do sétimo dia desde que fora feita, achamos que pode ser provado por eles que tal não é a sua crença. Estou certo de que a maioria daquele povo está salva... e que a maioria deles provavelmente não sustenta tal idéia da expiação.

"Foi somente por amor à verdade, contudo, que lemos não somente uma declaração popular sobre suas crenças – o folheto *Crenças e Obras dos ASD* mas também examinamos o caminho da salvação apresentado pela sua conhecida prafetisa Sra. Ellen G, White, no *The Great Controversy* (*O Grande Conflito*, em português) sobre o qual se basearam as afirmações de "Heresias Expostas." Pedimos desculpas pela grosseria da afirmação em nossa edição de novembro e pedimos perdão àquele bom povo por qualquer afirmação inexata relativa às suas doutrinas."

Isto é confortador e põe à calva o falso pressuposto de que ensinamos a monstruosidade de que Satanás seja um salvador.

Não há dúvida que Satanás será aniquilado. As palavras traduzidas, no Novo Testamento, por "eterno" e "todo o sempre" não significam necessariamente que nunca terá fim. Vêm do grego *aion*, ou do adjetivo *aionios* – que é derivado daquele substantivo. Diz Otoniel Mota que esse adjetivo, flutuante em sua significação, espicha ou encolhe, conforme o ambiente em que está, conforme o substantivo a que se apega; é *absoluto ou relativo*, conforme as circunstâncias, de maneira que pode alargar e restringir a sua significação." (3) Ligado por exemplo, a Deus, vida ou quaisquer atributos divinos, tem o sentido de "sem-fim". Junto de

substantivas de natureza transitória ou perecível, certamente tem o sentido de duração limitada.

A carência de espaço não nos permite citar muitas exemplos e comentários de abalizados autores e helenistas eméritos, em torno deste ponto. H. G. Moule, por exemplo, no erudito comentário *The Cambridge Bible for Schools and Colleges*, anota: "O adjetivo tende a marcar a *duração enquanto a natureza da matéria o permite*."

Sustentam isto doutos cultores do grego, como J. H. Moulton, George Milligan e estudiosos comentadores como Alfred Plumer, Trench, Alexandre Cruden e outros. Sobre o significado de *aion* consulte-se o conhecido léxico grego de Lidell and Scott.

Em Judas 7, por exemplo, se diz que "Sodoma e Gomorra es as cidades circunvizinhas .. sofrendo a pena do fogo eterno" (*aionios*). Estas cidades não estão ardendo até hoje, mas arderam por um limitado espaço de tempo, enquanto havia combustível.

Indicamos ainda o conceituado comentário de J. P. Lange, a respeito deste assunto.

De fato, pregamos o aniquilamento de Satanás, seus anjos e os ímpios. Mas esta operação incineratória não se realiza *ex abrupto*, num momento. A queima, o tormento no lago que arde com fogo e enxofre (que é a segunda *morte*) tem uma duração, mais ou menos, longa, proporcional à responsabilidade dos punidos. A cada um "segundo as suas obras". Sem dúvida, cremos numa terrível punição para os ímpios, avultando a de Satanás, a besta e o falso profeta.

Para o autor do livro *Sabatismo*, o bode emissário *também* representa Cristo, na parte da remoção dos pecados. Isto é uma interpretação livre e contrária evidência dos fatos que se verificam no ritual do santuário, que tinha lugar no décimo dia do sétimo mês. Notemos o seguinte:

1. A palavra que Almeida traduzia por "bode emissário, no original hebraico é um *nome próprio*: *AZAZEL*. Assim o conservou a Versão

Brasileira. Grande parte das versões estrangeiras da Bíblia também o conservam. Se é um nome próprio, deve significar alguma coisa.

2. É patente o contraste de que as sortes eram lançadas uma "por Jeová" e outra "por Azazel." Se ambos representassem o *mesmo* personagem, não haveria tal distinção. E o papel destes caprinos no cerimonial da expiação anual indicam, pelo contraste entre eles, que um tipificava Cristo e o outro logicamente o adversário de Cristo.

3. Os escritores hebreus e cristãos concordam que Azazel (ou bode emissário) seja o tipo de Satanás. Infelizmente não dispomos de espaço para citar os muitos comentários que consultamos, mas indicamos algumas fontes idôneas: M'Clintock And Strong, *Cyclopedia of Biblical, Theological and Ecclesiastical Literature*, Vol. 9, págs. 397 e 389 art. "Scapegoat"; *The Encyclopedic Dictionary*, Vol. I, pág. 397; J. Hastings, *Bible Dictionary*, pág. 77, art. "Azazel;" The New Sehaff-Herzog *Encyclopedia of Religious Knowledge*, Vol. 1, Pág. 389, art. "Azazel."

O Comentário de Lange, talvez a maior e mais autorizada de suas obras, afirma que "a grande maioria dos modernos comentadores" entende que Azazel seja Satanás.

4. Claramente afirma Lev. 16:9 (RC) que o bode que teve a sorte "pelo Senhor" Arão "o oferecerá para expiação do pecado" O outro de "por Azazel" *não era sacrificado* e, como foi dito, só entrava em cena depois de "*acabado* de expiar o santuário" V. 20. Como admitir que seja Cristo também o segundo bode?

Reafirmamos que Satanás é o originador e instigador de todo o pecado. "Ele é primacialmente responsável pelos pecados de todos os homens, e a morte de Cristo *não expia* a parte de sua responsabilidade e culpa como instigador. Cristo expiou os pecados dos homens mas não os de Satanás. Portanto, quando os nossos pecados estiverem expiados pelo precioso sangue de Cristo, Satã terá que responder por sua parte naqueles

mesmos pecados. Eis porque eles serão no devido tempo lançados sobre a cabeça do maligno e ele terá que sofrer por eles. Mas ele não tem parte alguma na expiação pela culpa do homem. Sofrerá por sua própria culpa, por ter induzido os homens ao pecado." (4)

Nada mais claro.

Referências:

(1) F. D. Nichol, *Answers to Objections*, pág. 410.
(2) *Eadie's Bible Cyclopedia*, pág. 577.
(3) Otoniel Mota, *Uma Passagem Interessante* (opúsculo), pág. 6.
(4) W. H. Branson, *In Defense of The Faith*, pág. 288.

O SANTUÁRIO CELESTIAL E A EXPIAÇÃO

VISANDO combater a nossa doutrina do juízo investigativo, o autor revela clamoroso desconhecimento dos fatos, ao afirmar que os sabatistas em 1844 se viram atrapalhados com o desapontamento e que muitos abandonaram o *sabatismo*. Tal afirmação, por ser inexata em relação a nós, exige reparo. A verdade é que *naquela ocasião* ainda não existiam os adventistas do sétimo dia, e a *única* denominação que observava o sábado do Decálogo era a Igreja Batista do Sétimo Dia (*).

A confusão do autor decorre do fato de que todos os que, na ocasião, aguardavam o segundo advento de Cristo, eram denominados adventistas ou mileritas, independente de sua filiação denominacional, mas não eram sabatistas, porque guardavam o primeiro dia da semana, criam na imortalidade natural e adotavam as confissões de fé protestantes. E grande número deles eram batistas.

Feitos estes reparos, analisemos a objeção contra o s3ntuário celestial.

Que o ano de 1844 assinala o término de um período profético, não padece dúvida. A norma interpretativa baseada no *dia-ano* (Núm. 14:34; Ezeq. 4:6) é aceita de longa data pelos expositores das profecias bíblicas. E entre os estudiosos batistas (anteriores a Miller) que perfilham este ponto, podemos citar William Roger, Isaac Backus, Robert Scott, John Cox, Andrews Fuller e especialmente Isaac T. Hinton que, em sua obra *The Prophecies of Daniel and John* explana os 2.300 dias de Dan. 8:14 como sendo 2.300 anos. E, segundo a cronologia mais aceita, tal período se iniciou em 457 A. C. quando da "ordem de Artaxerxes para restaurar o templo de Jerusalém". Fatalmente tal período termina em 1844.

(*) Ainda existe este ramo batista em alguns países da Europa e nos EE.UU., embora fraco e sem influência. No Brasil, constitui um grupo inexpressivo, tendo sua sede em Curitiba, caixa postal 265, segundo consta de seus folhetos.

Como já foi dito, o cálculo de Miller estava exato; o seu erro era quanto ao *evento* que então ocorreu. Supôs ele que o santuário referido por Daniel fosse a Terra, mas, depois do desapontamento veio a luz sobre este ponto e então ficou patente que se referia ao santuário do Céu.

Todos admitem que uma das funções definidas de Cristo é a de *Sacerdote, Intercessor* ou *Mediador* – função diversa e posterior ao Seu sacrifício na cruz. É uma função atual, exercida no Céu. Abalizado teólogo batista afirma:

"O sacerdócio de Cristo não cessa com Sua obra de expiação, mas continua para sempre. Na presença de Deus (ou seja no Céu) Ele realiza a segunda atribuição do sacerdote, ou seja a intercessão." (1)

Ele é nosso "Advogado" e "faz intercessão por nós" (I S. João 2:1, Rom. 3:34). Logicamente esse mister só pode ser exercido no santuário, mas como o santuário terrestre caducou com a Sua morte, impõe-se a conclusão de que Cristo é Sacerdote no santuário celestial, em cujo primeiro compartimento entrou ao ascender aos Céus. Nunca ensinamos que Jesus tinha entrado no santuário celestial em 1844, mas sim que, nessa data, Ele passou ao segunda compartimento – lugar santíssimo – iniciando-se o juízo investigativo, antítipo do que se fazia no Dia da Expiação no tabernáculo levítico. O autor também confunde "purificação do santuário" com a purificação dos nossos pecados.

Ligeiro Confronto do Tipo com o Antítipo

1. O santuário da Terra fora construído de acordo com um modelo do que havia no Céu. (Êxo. 25:8, 9 e 40. Heb. 8:5). Fora feita por mãos humanas e destinava-se aos sacrifícios diários e à expiação anual.

2. Este santuário terrestre era exemplar e sombra do celestial, como o eram os sacerdotes. (Heb. 8:5.) Era uma alegoria. (Heb. 9:9.) Era figura do verdadeiro santuário (ou como diz a tradução de Rohden, "Protótipo do verdadeiro") (Heb. 9:24.) Portanto, era um tipo. O verdadeiro viria depois, no devido tempo.

3. Este tabernáculo leva o qualificativo iniludível de "terrestre" em Heb. 9:1, em contraposição com o "maior e mais perfeito tabernáculo, *não feito por mãos*," ou seja do Céu. (Heb. 9:11.)

4. Expressamente diz o Novo Testamento que Cristo está ministrando no "santuário, *verdadeiro tabernáculo*, o qual o Senhor fundou, E NÃO O HOMEM". Heb. 8:2. E, como diz o verso primeiro, localiza-se "nos Céus à destra do trono da Majestade." Não na Terra. Nem foi feito por mãos humanas. (Heb. 9:24; 6:19 e 20.)

Mais clara não podia ser a distinção entre os santuários; um da Terra, já extinto porque era tipo, sombra, figura ou alegaria; outro do Céu, em funcionamento, verdadeiro, maior, perfeito, portanto o *antítipo*. A expressão "no mesmo Céu" apenas indica a localização do santuário vigente, em contraste com o que era terrena, figurativo e caduco com o sacerdócio levítico.

Dizer que todo o Céu é o santuário. contradiz flagrantemente as claras afirmações da Escritura. O escritor da epístola aos Hebreus fala do *segundo* como sendo um santuário celestial, mas isto não significa que seja o próprio Céu. Isto é revelado em definitivo em Apoc. 11:19 que diz: "... abriu-se no Céu o templo de Deus... a arca do concerto foi vista no Seu *templo*..." João não diz "abriu-se o Céu", mas que o templo de Deus foi aberto no Céu.[#] Este templo é, sem dúvida o santuário, pois dentro dele foi vista a arca do concerto.

Ainda em Heb. 9:23 se afirma taxativamente que o santuário terrestre era figura "das coisas que estão *no* Céu" – não uma figura do céu mas das coisas que nele estão. O santuário celestial, portanto, está localizado no Céu, e é chamado "um maior e mais perfeito tabernáculo" quando comparado com o que existia na Terra. Heb. 9:11.

E um estudo cuidadoso do santuário celestial noa mostra que o seu mobiliário era idêntico ao terrestre. Em Apoc. 1:12 João fala dos "sete

[#] Na Versão RA o texto é bem claro: "Abriu-se, então, o *santuário* de Deus, *que se acha no céu*, e foi vista a arca da Aliança no seu santuário." (Nota e versais do digitador)

castiçais de ouro" no santuário celestial, *lugar onde* Cristo estava. Compare-se com Apoc. 4:5. Ainda em Apoc. 11:19 ele viu a "arca do concerto" e no cap. 8:3 ele viu o "altar do incenso" e o "incensário de ouro".

Reiteramos que em Heb. 8:4 e 5 se nos diz que o santuário terrestre foi construído um modelo e que este era "sombra das coisas celestiais". Ora, se isto é verdade, então a *sombra* que estava na Terra deveria revelar inequivocamente *o que estava no Céu*. Nas partes essenciais, ambos deviam ser semelhantes. Também o serviço típico realizado no santuário terrestre devia logicamente encontra o seu antítipo no celestial. Somente assim se pode entender que o terrestre seja uma sombra do celestial.

Considerações Sobre a Expiação

Não negamos – e é ponto cardeal de nossa doutrina – que Cristo fez no Calvário foi uma expiação *completa*, recaindo sobre Ele nossos pecados. E, hoje, como ministro oficiante no santuário celestial, como nosso Sumo Sacerdote. Ele *ministra, aplica, distribui* os benefícios da expiação que fez. A quem? A todo pecador penitente que se rende a Ele, implorando o perdão dos pecados, aceitando-O como Salvador pessoal. A provisão fora feita, e agora é *oferecida* livremente ao necessitado. Mas, como o plano divino prevê, na restauração, a *completa erradicação do mal*, de sorte a não restar "nem raiz nem ramo" (Mal. 4:1), daí porque Satanás terá sobre seus ombros a tremenda responsabilidade final da queda da raça humana, sentirá sobre si a sobrecarga dos pecados com que seduziu os mortais, e com essa carga finalmente será *aniquilado*, também com "o fogo e enxofre" e será aniquilado PARA SEMPRE, sim PARA SEMPRE.

Reiteremos: no Calvário foi decisiva a vitória de Cristo. Depois, rompendo as cadeias da morte, ascendeu ao Céu como "Rei da Glória" (Sal. 24) para apresentar-Se perante o Pai em isso favor, para "salvar

totalmente os que por Ele se chegam a Deus, *vivendo sempre para interceder por eles*." Heb. 7:25.

Outro fato interessante é que Sua consagração como Sumo Sacerdote coincidia com Sua entronização celeste. Deus O exaltou soberanamente, tornando-O "Senhor e *Cristo* (Ungido)" Atos 2:33. No Céu, em Seu santuário, Cristo APLICA ao pecador arrependido, os benefícios da expiação *feita*.

O insuspeito T. C. Edwards, colaborador do *The Expositor's Bible*, observa com muita propriedade:

"O sacrifício foi realizado e completado na cruz, quando as vítimas eram mortas no pátio do santuário. Era, porém, por meio do sangue dessas vítimas que o sumo sacerdote tinha autoridade de *entrar* no lugar santíssimo; e quando havia entrado, tinha que aspergir o sangue ainda quente, e assim apresentar o sacrifício a Deus. Do mesmo modo, Cristo devia entrar num santuário a fim de apresentar o sacrifício realizado por morte no Calvário." (2)

Outro teólogo evangélico, de alto coturno corrobora:

"Um evangelho que terminasse na história da cruz teria, sem dúvida, o elevado poder de ternura e amor infinitos. No entanto, estaria faltando o poder de uma vida eterna. É a vida *permanente* de nosso Suma Sacerdote que torna eficaz e atuante Seu sacrifício expiatório, e o incessante aspergir da vida de justificação e graça em todos os Seus fiéis membros na Terra." (3)

E ainda duas citações autorizadas, do nossa grei:

"O grande Sacrifício havia sido oferecido e aceito, e o Espírito Santo, que desceu no dia de Pentecostes, levou a mente dos discípulos do santuário terrestre para o celestial, onde Jesus havia entrado com o Seu próprio sangue, a fim de derramar sobre os discípulos os benefícios de Sua expiação." (4)

"Como no cerimonial típico o sumo sacerdote despia suas vestes pontificais e oficiava vestido de linho branco dos sacerdotes comuns, assim Cristo abandonou Suas vestes reais e Se vestiu de humanidade,

oferecendo-Se em sacrifício, sendo Ele mesmo o sacerdote, Ele mesmo a vítima." (5)

Referências:

(1) A. H. Strong, *Systematic Theology*, pág 773
(2) Dr. Thomas Charles Edwards, (The Epistle to the Hebrews), *The Expositor's Bible*, pág,135.
(3) Dr. H. B. Swete, (Professor de Teologia da Universidade de Cambridge), *The Ascended Christ*, pág 51
(4) Ellen G. White, *Primeiros Escritos*, pág. 260
(5) Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, pág. 33.

O NOVO CONCERTO REAFIRMA A LEI DE DEUS

O CAPÍTULO III é confuso na explanação da matéria a que se propõe, mas ressalta o objetivo do autor em tentar demonstrar que não precisamos observar a lei de Deus, porque não estamos debaixo do velho concerto.

É preciso esconder-se em premissas falsas para se chegar a tal conclusão. Afirmamos que os Dez Mandamentos eram a *base* do velho concerto, como igualmente eles são a base do novo concerto. Os oponentes, tomando o conteúdo pelo continente, concluem que se o velho concerto caducou, também caducou a lei de Deus. Mas não é assim.

De fato, em Deut. 4:13 se afirma que as Dez Mandamentos (dez palavras, no original) eram o concerto, porém essa maneira de expressar é u modismo hebraico. Do mesmo modo Moisés dissera aos israelitas: "... eu tomei o vosso pecado, o bezerro que tínheis feito, e o queimei." Deut. 9:21. Em linguagem exata, o pecado era o volver deles para um falso deus – um ato da vontade rebelde – mas o bezerro era a *base* daquele pecado, era apenas aquilo em relação ao qual fora o pecado cometido. Assim também, o concerto fora *feito* pela vontade dos israelitas em resposta a Deus (Êxo. 19:5-8); os Dez Mandamentos eram a *base* – o ponto de referência sobre o qual fora o concerto feito. Esta é a legitima relação do decálogo com o concerto. Nada mais claro.

Por aquele concerto, Israel *prometera* guardar o decálogo. O concerto *dependia* do decálogo, mas o decálogo não dependia do concerto. Sem dúvida, o concerto – o trato que *Israel fizera* – podia ser quebrado um milhão de vezes, porém isto não afetaria a lei de Deus. Por amor aos leitores menos cultos, vamos ilustrar esta verdade.

Um estrangeiro pode prometer guardar a lei do nosso país, sob a condição de que seja aceito como um cidadão brasileiro. Há então como que um concerto, uma promessa formal da parte dele, e aceita pelas nossas autoridades máximas. A lei do país (Constituição, códigos etc.,)

seria no caso a lei que serviria de base a esse convênio ou promessa. Pois bem, esse indivíduo poderia quebrar a sua promessa, ou violar seu convênio; isso, porém, não aboliria e de modo algum afetaria a lei da pais. Ela permaneceria em vigor, quer ele a observasse ou não. O seu convênio dependia da lei, mas a lei não dependia do convênio.

Portanto há um grande equívoco na argumentação do autor.

A promessa do novo concerto não prediz uma época em que a graça suplantaria a lei de Deus, mas ao contrário, refere-se claramente a um tempo em que *a lei de Deus seria escrita no coração dos homens*, e isto, sem dúvida, pela graça de Deus atuando nos seus corações. Jer. 31:33; Heb. 8:10; 10:16. Assim é evidente que, longe de ser a lei de Deus abolida, ela é guardada nu interior daquele que recebeu um novo coração. Ela é, portanto, *reafirmada*, e não ab-rogada.

É oportuno lembrar que o insucesso do velho concerto *não estava na lei de Deus*, mas no povo. Em Heb. 8:8 se diz que Deus os *repreendeu*, porque eram repreensíveis. A tradução inglesa diz: "Porque sendo eles (o povo) achado em falta..."

O velho concerto era um pacto de obras, feito sobre promessas humanas, e o seu fracasso demonstrou a falibilidade do homem em pretender, *por esforço próprio*, guardar os mandamentos de Deus, ou pôr-se em harmonia com a lei do Céu. Quão significativas as palavras de Paulo, ao dizer que "a inclinação da carne" – a mente carnal que caracterizou o Israel rebelde – "não é sujeito à lei de Deus, nem em verdade o pode ser." Rom. 8:7. Isto significa que, quando, pelo evangelho, somos transformados *do carnal para o espiritual*, então a lei de Deus pode ser escrita em nossos corações, e o novo concerto – ratificado com o precioso sangue de Cristo – é efetivado em nossa vida. Quem não tem um novo coração e não se põe em harmonia com a lei do Céu, nunca nasceu de novo, pois quem vive transgredindo a lei de Deus continua no pecado, porque "pecado é transgressão da lei", segundo a melhor tradução de I S. João 3:4 e o mais autorizado conceito teológico.

Só mesmo uma falsa concepção da finalidade e conteúdo dos concertos conduziria à conclusão da ab-rogação da lei de Deus.

As leis civis e cerimoniais eram derivação da lei de Deus, *para os judeus*. Primeiro, porque eram, na época, depositários dos oráculos divinos, e assim entendemos que, *enquanto não surgisse o Messias* – o Cordeiro de Deus que Se imolou pelos pecadores – as leis cerimoniais com suas prefigurações consistentes em símbolos, holocaustos, ofertas, sacerdócio, ritos e festividades que apontavam para Ele, tinham que vigorar. Em segundo lugar, porque Israel, como nacionalidade teocrática, tinha o sen código civil de certo moda relacionado com o decálogo.

Se o velho concerto ligava o Israel literal a Deus, é óbvio que, embora a *base* daquele concerto fosse o decálogo, logicamente abrangia as leis acessórias. É elementar que os estatutos civis e cerimoniais eram, para Israel, acessórios ao decálogo; eles deviam sua existência e significado ao decálogo, mas este não era dependente deles.

Sabido é que o novo concerto, a rigor, remonta à queda do homem – com a promessa de redenção que seria efetuada pela Semente da mulher; e que o concerto fora reafirmado a Abraão, Isaque etc., e teve sua vigência suspensa quando os israelitas apresentaram o concerto do Sinai, denominado velho concerto. Porém o novo concerto foi restabelecido depois da falácia do velho, sendo eficazmente ratificado com o sangue de Cristo, e extensivo aos gentios, aos filhos de Deus, ao Israel espiritual. Gál. 3:29. A *base* desse pacto da graça continua sendo a lei de Deus escrita nos corações. Como é evidente, permaneceu a base, o decálogo. As leis acessórias estão extintas, pois o código civil judaico deixou de vigorar desde o ano 70 A. D, e o cerimonialismo com suas festividades caducou na cruz, quando o "véu do santuário rasgou-se de alto a baixo".

É fatal a conclusão da que não há o mais leve indício, na doutrina dos concertos, de que a lei de Deus tenha sido abolida.

Que o novo concerto abrange *todos* os homens, e que todos os crentes se unem sob o mesmo está claramente demonstrado em Efés.

2:11-13. Diz o apóstolo aos crentes de Éfeso (não eram só judeus) que eles em outros tempos estavam sem Cristo, "estranhos aos concertos da promessa," mas "agora em Cristo Jesus... pelo sangue de Cristo chegastes perto." É disparatada a conclusão de que o novo concerto se aplica somente ao Israel literal, principalmente pelo fato de que este povo, como povo de Deus, fora formalmente rejeitado nos tempos apostólicos, e jamais tornará a ser povo de Deus.

Não se deve passar por alto o fato de o chamada novo concerto ter sido feito *antes* do velho. Era, como foi dito, a promessa da graça redentora, que provia o perdão dos pecados. Fora feito a Adão, renovado a Noé, Abraão e a Isaque. Ora, se era um concerto que, no entender do autor do livro, desobriga da guarda da lei de Deus, então os patriarcas também não precisavam guardar os dez mandamentos, por aí se vê como é palpável o absurdo da tese antinomista construída sobre os concertos.

A lei "dada 430 anos depois," significa que ela foi dada em *forma escrita* ou solenemente promulgada nessa época, como lembrete a um povo que, pelo convívio com o paganismo, estava perdendo a noção da vontade divina, porém a lei moral existia desde o princípio. Ela *revela* o pecado, portanto, desde que o existe o pecado, ela existe também.

A lei de Deus consubstancia-se nos dez mandamentos; resume-se no decálogo, e sua observância subordina-se à aceitação dos homens. Por isso é chamada a "lei da liberdade" em S. Tia. 2:12. Também Cristo dissera ao jovem: "Se queres... guarda os mandamentos."

Certamente as ordenanças ritualísticas da lei cerimonial e os preceitos civis não seriam escritos nos corações, porque tais leis não dependiam do arbítrio dos homens, mas eram-lhes impostas. Não eram de caráter *moral*. E note-se que a lei escrita no coração é a *mesma lei que Jeremias conhecia* seiscentos anos antes de Cristo. E isto vem em abono da permanecibilidade da santa lei de Deus. Como admitir-se a sua ab-rogação?

Note-se cuidadosamente o que Deus disse através de Jer. 31:33: "Porei a Minha lei no seu interior, e a escreverei no seu coração." Donde

se conclui que o novo concerto é uma providência para pôr o homem novamente em harmonia com a vontade divina, ou seja, pô-lo em situação em que possa guardar a lei de Deus. Não há dúvida que "as melhores promessas" conferem perdão dos pecados, dão graça e poder para obedecer à lei de Deus, coisas que o velho concerto não tinha.

Esta é a verdadeira doutrina bíblica dos concertos, na qual a lei de Deus é exaltada. Porém a tese de que o novo concerto nos desobriga de viver em harmonia com a vontade divina revelada no decálogo, não passa de mais um subterfúgio esfarrapado dos inimigos da lei de Deus.

A TESE ANOMINIANA

A PARTE atinente à lei é onde o autor se mostra mais infeliz, desastrado, evasivo, contraditório e confuso, procurando desenvolver os argumentos mais especiosos na inútil tentativa de destruir os postulados cristalinos da Palavra de Deus. Bem analisados, os seus ataques são menos contra os adventistas do sétimo dia do que contra a lei de Deus, colidindo mesmo com elementos de proa, fundamentalistas, da sua própria denominação.

Combatendo frontalmente o Decálogo, desenvolve uma dialética sub-reptícia para impingir o conceito modernista de lei, ou seja, o que considera lei qualquer enunciado da Escritura, despojado de forma, transmudado em princípios, em essência, não preceituados, não em forma de código, não promulgados, não específicos, não objetivos, mas algo genérico, vago, esparso aqui e ali, em vários livros, sem ordenação e cuja observância se situa na província da consciência do cristão. Após a leitura do livro – dada a sua maneira infeliz e estreita de argumentar – fica-se com a impressão de que tudo é lei na Bíblia, menos os Dez Mandamentos. Por outro lado, paradoxalmente, reconhece ele que "os dez mandamentos contêm em si princípios morais e eternos," mas não titubeia em averbá-los de peremptos e destinados aos judeus. Uma babel irremediável.

Parafraseando Canright, afirma, em suma, que na Bíblia consta *uma só lei* e que a mesma foi abolida por Cristo. Há afirmações positivas e reiteradas de que a lei foi abolida. Senão, vejamos: À pág. 33: "O Novo Testamento ensina positivamente que a lei foi abolida por Cristo". À pág. 36: "O decálogo é dependente, secundário, menor." À pág. 45: "A lei foi abolida e deixou de estar em vigor."

Como para ele lei é termo genérico e não específico, a conclusão lógica e insofismável é que, da cruz para cá *não há mais lei de Deus* promulgada e vigente. Está perempta para o cristão.

Inadmissível! Incrível!! Estarrecedor!!! – clamam os cristãos obedientes aos preceitos divinos.

Mas para destruir esta blasfêmia – verdadeira perversão das Escrituras – saltam na arena, de arma em riste, entre muitos, os seguintes teólogos, evangelistas e escritores batistas de renome e responsabilidade:

SALOMÃO L. GINSBURG (afamado ministro batista), em seu livro *O Decálogo ou os Dez Mandamentos*, págs. 4 e 7, diz claramente: "As idéias que alguns fazem da Lei de Deus, são errôneas e muitas vezes perniciosas. O arrojo ou a ousadia dos tais, chega a ponta de ensinar ou fazer sentir que a Lei já foi abolida... Os que ensinam a mentira de que a lei não possui mais valor ... ainda não leram com certeza os versículos que nos servem de texto (S. Mat. 5:17-19). Deus não muda, nem o Seu poder, nem a Sua glória; *os Seus preceitos são eternos*.

"Vamos mais longe: essa Lei é a base da moralidade social, e será crível que tal base seja abolida, isto é, que se *mate, adultere, furte, calunie?* Não! Essa Lei é toda digna de nossa admiração, respeito e acatamento.

"Jesus veio pôr em prática a Lei e não abolir."

Tão grave se lhe afigurava a tese da abolição da lei, que ele a estigmatiza com o verbete terrível: mentira. Chama, sem rebuços, de mentirosas os que sustentam a tese da abrogação da lei.

WILLIAM C. TAYLOR (ministro, escritor e mentor batista de grande projeção), *referindo-se também especificamente ao Decálogo*, no opúsculo de sua autoria *Os Dez Mandamentos*, entre outras coisas relativas à imutável e inabrogável lei moral, diz: "Seria uma bênção se cada púlpito no mundo trovejasse ao povo a voz divina do Decálogo, pois a Lei é o aio para guiar a Cristo.

"A Lei aqui não é nenhuma lei civil, *nem a de Israel*. Não se trata de cerimônias levíticas. Trata-se de religião, no seu âmago, na moral, e especialmente trata-se do pecado, de criar uma consciência acerca do pecado ...

"O decálogo fica. A lei de ordenanças morre na cruz do Calvário e é destruída por Tito, na queda de Jerusalém.

"Os Dez Mandamentos são quase todos repetidos no Novo Testamento ... São aumentados e reforçados no cristianismo." – Págs. 5, 6 e 42.

Para Taylor, os mandamentos do decálogo não foram abolidos. E diz que, além da lei moral, há lei civil e cerimonial. Não há, portanto, uma só lei, pois distingue inequivocamente os vários códigos, estando positivamente contra a tese antinomista de *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus*.

A. HOPKINS STRONG (eminente teólogo batista), em seu conhecido tratado *Systematic Theology*, Vol. 2, pág. 408, diz: "Nem tudo na lei mosaica está abolido na cruz. *Cristo não cravou em Sua cruz nenhum mandamento do Decálogo*." E à pág. 548: "A graça deve ser entendida, contudo, não como abolindo a lei, mas como estabelecendo-a e reforçando-a (Rom. 3:31 'estabelecemos a lei')."

Portanto, o teólogo batista não advoga a ab-rogação da lei de Deus, proclamando que a graça a reforça.

CHARLES H. SPURGEON (célebre pregador batista), em um sermão pregado em Londres, em 1898 e publicado na íntegra no jornal australiano *Melbourne Age*, disse claramente com relação ao Decálogo:

"A lei de Deus é perpétua. Nela não se admite ab-rogação ou correção. Não deve ser alterada ou ajustada à nossa condição pecaminosa; mas cada um dos justos preceitos do Senhor permanece para sempre... Para mostrar que Ele jamais pensou em ab-rogar a lei, nosso Senhor Jesus exemplificou todos os seus preceitos em Sua própria vida."

Mais ainda. Esse mesmo pregador de fama mundial, em seu célebre sermão publicado *The Perpetuity of the Law of God* (A Perpetuidade da Lei de Deus), págs. 4 e 5, diz: "Jesus não veio para mudar a lei, mas sim para explicá-la, e justamente por essa circunstância mostra que ela

permanece; visto não haver necessidade de explicar o que é abolido. Com essa exemplificação, Ele a confirmou.

"Se alguém me diz: 'Eis que em substituição aos Dez Mandamentos recebemos dois, que são muito mais fáceis,' responder-lhe-ei que essa versão da lei não é de maneira alguma mais fácil. Uma tal observação implica falta de meditação e experiência. Esses dois preceitos *abrangem os dez*, em seu mais amplo sentido, não podendo ser considerados exclusão de um jota ou til dos mesmos."

BILLY GRAHAM, considerado o maior evangelista da atualidade, batista e fundamentalista, assim se expressou sobre a lei de Deus. Reproduzimos a pergunta específica de um repórter e conseqüente resposta textual, como estão na coluna de um jornal londrino, e reproduzido em *Signs of the Times* de 23-8-1955, pág. 4:

"Pergunta: Mr. Graham, alguns homens religiosos que conheça dizem que os Dez Mandamentos são parte da 'lei' e não se aplicam a nós hoje. Dizem que nós, como cristãos, estamos 'livres da lei.' Está certo?

"Resposta: Não, não está certo, e espero que V. não seja desencaminhado *por estas falsas opiniões*. É de suma importância compreender o que quer dizer o Novo Testamento quando afirma que estamos 'livres da lei'. Como é evidente, a palavra 'lei' é asada pelos escritores do Novo Testamento em dois sentidos. Algumas vezes ela se refere à lei cerimonial do Velho Testamento, que se relaciona com matéria ritualística e regulamentos concernentes a manjares, bebidas e coisas deste gênero. Desta lei, os cristãos estão livres na verdade. Mas o Novo Testamento também fala da lei moral, a qual é de *caráter permanente e imutável* e ESTÁ SUMARIADA NOS DEZ MANDAMENTOS?" (Grifos e versais nossos.)

Para este evangelista, que fala aos maiores auditórios do mundo, a lei de Deus está em vigor, e o Decálogo é um código distinto de outras leis que caducaram.

Sabemos que os autores supracitados eram ou são observadores do domingo e adversários dos adventistas do sétimo dia. (Com exceção de Billy Graham que, em várias oportunidades se mostrou amigo dos adventistas). Mas o que é irrefutável é que não advogavam a tese da abolição da lei, consideravam o Decálogo em vigor e distinguiam as várias leis da Bíblia. E no tocante à vigência da lei de Deus, condensada nos Dez Mandamentos, preferimos concordar com estes abalizados mentores batistas, a crer nas infelizes distorções textuais de Canright, endossadas pelos modernistas de todas os quilates.

Ainda subsidiariamente poderíamos citar Wesley, Moody, Adam Clarke, Albert Barnes e inúmeras outros autores evangélicos. Mas os batistas não gostam de ser confundidas com os protestantes, pois alardeiam não terem provindo da Reforma, embora boa parte deles doutrinariamente se identifique com Calvino. E Calvino também reafirmou a vigência da lei de Deus.

THE WATCHMAN-EXAMINER, semanário batista norte-americano, de 4/08/32, estampou o seguinte: "Cristo ensinou Seus discípulos e a todos os que seguem os Seus ensinos, que podemos ter vida eterna guardando perfeitamente a lei como fora dada por Deus no Sinai, e amando-O, pois Ele é a personificação e cumprimento daquela lei." Não há dúvida de que a lei "dada no Sinai" era o Decálogo.

O JORNAL BATISTA, de 6/12/28, estampa um interessante artigo intitulado: "Reflexos do Decálogo," do qual destacamos os seguintes trechos: "Sumário precioso de toda a legislação divina, o Decálogo sintetiza-se em dois breves mas profundos preceitos: amar a Deus e amar ao próximo. Cristo, vindo à Terra, NÃO ABOLIU O DECÁLOGO. Impôs a lei como necessidade de salvação ... O que foi suprimido não foi o Decálogo e sim o cerimonial mosaico ... As leis humanas mudam, perecem. O Decálogo resiste eternamente. Troquem os artigos do Decálogo, mas essa troca só prova a perversidade dos trocadores, só

patenteia o erro e má fé dos adulteradores da lei divina. *Passará o mundo, mas o Decálogo ficará e no Céu há de ser louvado, rebrilhando seus fulgores por entre as jerarquias evangélicas resumindo o amor de Deus*." (Grifo nosso).

Aí tem o leitor as mais legítimas expressões doutrinárias da denominação que nos combate. Como poderia ter sido abolida a lei de Deus condensada no Decálogo? Só uma mente superficial admitiria tal absurdo, pois, suprimindo-se a lei de Deus, estaria suprimido o pecado porque "pecado é transgressão da lei," "pela lei vem o conhecimento do pecado," e "onde não há lei também não há transgressão." A função da lei é revelar o pecado e conduzir o pecador a Cristo a fim de ser salvo. Como poderia ser abolida?

Passando agora à lei cerimonial, que foi abolida na cruz, porque consistia em prefigurações, tipos e sombras que apontavam para Cristo, e vindo Ele, automaticamente cessaram as prefigurações, tipos e sombras, porque a Realidade eliminou a "sombra," o Antítipo eliminou o tipo, o Fato eliminou as prefigurações e símbolos, o autor, reeditando os "argumentos" de Canright (*S. D. A. Renounced*, págs. 308 e 309) dá a entender que a distinção de leis moral e cerimonial é invenção de adventistas que, segundo ele, "viram-se forçados a fazer esta distinção." E, sem a menor cerimônia, diz à pág. 35. ser "coisa estulta para qualquer pessoa de bom senso designar o decálogo como lei moral e o resto da lei como cerimonial." Assim declarando, ele ofende frontalmente os seus colegas acima citados que admitiam tal distinção. Strong, Spurgeon, Taylor e muitos outros vultos exponenciais sabiam o que escreviam e afirmavam. Não, não podiam ser tachados de estultos!!!

Teriam efetivamente os adventistas da sétimo dia "inventado" a distinção de leis na Bíblia? Sabido é que eles surgiram no cenário mundial no ano de 1844, em cumprimento à exata data profética. Muito antes deles já se havia estabelecido entre os teólogos e redatores de confissões de fé, a diferenciação das leis bíblicas. A título de

exemplificação, citamos as seguintes credos da cristandade, elaborados muito antes da existência dos adventistas:

A SEGUNDA CONFISSÃO HELVÉTICA, redigida em 1566, *expressando crenças de séculos anteriores*, faz clara distinção entre a "lei moral de Dez Mandamentos" e a "lei," a saber, "lei cerimonial." Cap. 12, 4º. parágrafo.

OS 39 ARTIGOS DE RELIGIÃO DA IGREJA DA INGLATERRA, redigidos em 1571, no seu artigo VII aponta as leis da Bíblia, classificando-as em cerimoniais (cerimônias e ritos), civis (preceitos para uma comunidade, a de Israel) e lei moral.

REVISÃO AMERICANA DOS ARTIGOS pela Igreja Protestante Episcopal, feita em 1801, reafirma a distinção de leis moral, cerimonial e civil, no seu artigo VI.

ARTIGOS DE RELIGIÃO DA IRLANDA, elaborados no ano de 1615, fazem idêntica distinção, como também o faz a DECLARAÇÃO DE SAVOYA DA IGREJA CONGREGACIONAL formulada em 1658.

CONFISSÃO DE FÉ DE WTESTMINSTER, proclamada em 1647, no seu capítulo 19, incisos de I a VII, faz, com detalhes, a enumeração das leis bíblicas, distinguindo-as em moral, cerimonial e civil.

CONFISSÃO BATISTA DE 1688 (confissão de Filadélfia) reproduz *ipsis verbis* os termos da Confissão de Westminster na parte atinente à lei. Interessante!

OS 25 ARTIGOS DA IGREJA METODISTA, formulados em 1784, em seu inciso VI, distingue leis civis, cerimoniais e morais.

A escassez de espaço não nos permite citar a íntegra do que contém as confissões de fé, mas os estudiosos poderão ler a obra de *Shaff Creeds of Christendom*, donde foram extraídos estes informes.

O objetivo aí é demonstrar apenas que a distinção de leis existia muito antes da eclosão do movimento adventista no mundo e, por conseguinte, não lhe pode ser debitada a autoria de tal distinção.

Na Bíblia não se encontram igualmente as palavras "trindade," "milênio," "premilenismo," "imersionismo," "sistema congregacional".

No entanto, estes termos definem idéias bíblicas. É óbvio que Cristo não distinguiu certas doutrinas, aplicando-lhes a nomenclatura teológica que vigora entre nós. A Bíblia não tem sistemática. Ela apenas descreve e anuncia, sem preocupação de esquematizar e catalogar artigos de fé. Somente o estado, a análise, a comparação determinam a sua coordenação doutrinária.

A nomenclatura decorre da sistemática e, por ela, os teólogos averbam os grupos doutrinários com designações que melhor traduzem o seu conteúdo. Os leigos acham arrevesados termos teológicos como "escatologia", "eclesiologia", "cristologia", "soteriologia", "pneumatologia", "traducianismo" etc. Onde há isso na Bíblia? Cristo ou apóstolos distinguiram tal coisa? No entanto, a Escritura contém estas matérias.

O mesma critério aplica-se em relação às leis. Basta analisá-las, sistematizá-las para se chegar à conclusão inelutável de que é impossível haver uma só lei na Bíblia. Do contrário, a Bíblia não seria mais que um amontoado de chocantes contradições. Demonstraremos, de modo inapelável, que a Bíblia distingue claramente as leis moral e cerimonial.

As Duas Leis Contrastadas

POR que os antigos expositores das Escrituras faziam a distinção de leis? Por que as confissões de fé elaboradas nos séculos XVI e XVII definiram claramente a pluralidade das leis exaradas na Bíblia? Por que teólogos fundamentalistas e pesquisadores do Livro de Deus sustentam esta verdade? Por que os adventistas também aceitam esta evidência?

Damos abaixo, em forma de cotejo, algumas razões. O intuito do quadro comparativo abaixo é demonstrar a impossibilidade de existir uma só lei na Bíblia. O Livro de Deus mostra, com riqueza de detalhes, os contrastes entre as leis, e com tal clareza que até uma criança pode perceber. Prevenimos que algumas passagens aqui citadas pretende o oponente ter confutada na parte final de seu livro, mas os leitores devem

aguardar a nossa resposta àquela parte. Todos os textos que o autor pretende ter respondido serão reeditados em seu legítimo sentido, na mais exata contextuação, ficando pulverizados seus argumentos. No quadro abaixo há, alguns textos repetidos, porque encerram mais de um contraste, mas não há repetição de argumentos. por economia de espaço, não citamos todos os textos na íntegra, mas a parte ESSENCIAL dos mesmos.

QUADRO "A"	QUADRO "B"
A Bíblia Fala de uma Lei que:	A Bíblia Fala de Outra Lei que:
l. Foi DADA **POR DEUS** DIRETAMENTE **A MOISÉS**	1. FOI DADA **POR MOISÉS** AOS LEVITAS
"E deu a Moisés (Quando acabou de falar com ele no Monte Sinai) as duas tábuas..." Êxo. 31:18.	"**Deu ordem Moisés**, aos levitas ... dizendo: Tomai este livro da lei, e ponde-o ao lado da arca ... para que ali esteja por testemunha contra ti." Deut. 31:25 e 26.

Aqui está a razão originária de serem denominadas respectivamente **lei de Deus** e **lei de Moisés**: por não serem os mesmos agentes outorgantes dessas leis. Essa diferença é fundamental, patente e irrecusável. Trata-se de dois códigos distintos, inconfundíveis.

2. FOI PROFERIDA **POR DEUS** MESMO	2. FOI FROFERIDA **POR MOISÉS**
"Então **falou Deus** todas estas palavras, dizendo ..." (íntegra do Decálogo) Êxo. 20:1-22. "Então o senhor vos falou do meio do fogo... Então os prescreveu... os Dez Mandamentos e os escreveu em duas tábuas de pedra." Deut. 4:12 e 13.	"Esta é a lei que **Moisés propôs** aos filhos de Israel ... estatutos e juízos que **Moisés falou** aos filhos de Israel, Havendo saído do Egito." Deut. 4:44 e 45.

Estes versos nitidamente demonstram dois autores, dois legisladores, e em circunstâncias bem diferentes. Uma lei promulgada por Deus; outra promulgada por Moisés. Lei de Deus e lei de Moisés – dois códigos distintos. Embora em sentida amplo Deus seja a Autor de todas as leis – pois inspirou a Moisés há, contudo, duas leis distintas quanto ao objetivo, conteúdo, duração e destino.

3. FOI ESCRITA **POR DEUS**	3. FOI ESCRITA **POR MOISÉS**
"... tábuas de pedra, escritas pelo **dedo de Deus**." Êxo. 31:18.	"E Moisés escreveu todas as palavras do Senhor ... " Êxo 24:4
"... também a escritura era a mesma **escritura de Deus**, esculpida nas tábuas." Êxo. 32:16.	"E **Moisés escreveu** esta lei e a deu aos sacerdotes ..." Deut. 31:9.

Inequivocamente se demonstra que um autor escreveu uma lei, enquanto outro autor redigiu **outra** lei. Não pode haver confusão. Duas coisas absolutamente diferentes, distintas. Admitir o contrário seria estabelecer conflito entre os textos. Mas tal não há. Porque se trata de duas diferentes leis. Claríssimo!

4. FOI ESCRITA **EM TÁBUAS** DE PEDRA	4. FOI ESCRITA **EM UM LIVRO**
"E deu a Moisés duas tábuas do testemunho, **tábuas de pedra**, escritas com o dedo de Deus" Êxo. 31:18.	"E aconteceu que acabando Moisés de escrever as palavras desta lei **num livro** ..." Deut. 31:24.
"... os Dez Mandamentos e os escreveu em duas **tábuas de pedra**." Deut 4:13.	"E Moisés escreveu... e tomou o livro do concerto ..." Êxo. 24:4 e 7.

Tábua de pedra é pedra. Livro é papiro em forma de rolo. São materiais diversos. Um abismo separa tábuas de pedra, de livro. É flagrante a distinção de **duas** leis. Com relação à lei escrita nas tábuas de pedra se diz que Deus "nada acrescentou." Deut. 5:22.

Não se pode admitir – como querem alguns – que a lei do livro seja continuação da lei escrita na pedra. São duas íeis bem diferenciadas.

5. FOI POSTA POR MOISÉS **DENTRO DA ARCA**	5. FOI POSTA PELOS LEVITAS **AO LADO DA ARCA**, **FORA DELA**
"... desci do monte e pus as tábuas na arca que fizera" Deut. 10:5. "... tomou o testemunho, e pô-lo **na arca** ... e pôs o propiciatório sobre a arca." Êxo. 40:20. "e a arca do concerto ... em que estava... as tábuas do concerto " Heb. 9:4. "... **na** arca nada havia senão as duas tábuas da lei." I Reis 8:9,	"Tomai este livro da lei, e ponde-o ao lado da arca do concerto do Senhor." Deut. 31:26. ".. achei o livro da lei **na** casa do Senhor ..." II Reis 22:8.

De modo claro se diz que as **tábuas** foram colocadas no **interior da arca**, ao passo que a outra lei – **o livro** – foi posto fora da arca, ao seu lado. Não pode haver confusão. São coisas diferentes. É inadmissíveis que uma coisa seja complemento de outra. como querem os torcedores da claríssima Palavra de Deus. Se assim fosse, a que estava no livro seria um acréscimo do que estava na pedra.
Mas a própria Bíblia desmente essa invenção afirmando que Deus "nada acrescentou" além dos Dez Mandamentos.

6. É DENOMINADA **LEI DO SENHOR**	6. FOI DENOMINADA A LEI DE MOISÉS
"... tem o seu prazer na **lei do Senhor**, e na Sua lei medita de dia e de noite." Sal. 1:2. "A **lei do Senhor** é perfeita." Sal. 19:7.	"Disseram a Esdras, o escriba, que trouxessem o livro da **lei de Moisés**." Neem. 8:1. "... alguns ... da seita dos fariseus... mandar-lhes que guardassem a **lei de Moisés**." Atos 15 ã.

Com exceção de poucos textos, a Bíblia distingue a lei moral como lei do Senhor, e a lei cerimonial como lei de Moisés. EM NENHUMA FARTE DA BÍBLIA OS DEZ MANDAMENTOS SÃO CHAMADOS LEI DE MOISÉS. Aí está um desafio aos que confundem as leis.

7. É CHAMADA A **LEI REAL**	7. FOI CHAMADA A **CÉDULA** DAS ORDENANÇAS
"Se cumprirdes conforme a Escritura, a **lei real**: Amarás ao Teu próximo como a ti mesmo." S. Tiago 2:8 (resumo da segunda tábua dos Dez Mandamentos).	"Havendo riscado a cédula que era contra nós nas suas **ordenanças**". Col. 2:14 ("Riscando o escrito que havia contra nós em **ordenanças**." – Tradução Trinitária) "Na sua carne desfez... a lei dos mandamentos que consistiam em **ordenanças**... " Eles 2:15.

Lei real é a lei do rei. Não pode ser de Moisés. Lei do rei é uma lei que pela forca da expressão, julga. É uma lei virtualmente moral. Cédula de ordenanças", no melhor sentido, são "instruções ritualísticas," dada a natureza do que Moisés prescrevera. Dois tipos de lei. A lei real cão pode ser riscada ou desfeita... como o foram as cerimônias transitórias dos israelitas. Ordenanças, segundo os melhores léxicos, são meras prescrições, ordens, instruções detalhadas sobre liturgia. e isso não se aplica à lei moral. O *Standard Bible Dictionary* define "ordenança" como um rito religioso ou cerimônia ordenada ou estabelecida por autoridade divina ou eclesiástica.

8. EXISTIA **ANTES** DA QUEDA DO HOMEM	8. FOI DADA **DEPOIS** DA QUEDA DO HOMEM
"Como por um homem entrou o pecado no mundo... mas o **pecado não é imputado não havendo lei**." Rom. 5:12, 13. "Onde não há lei também não há transgressão." Rom. 4:15.	"Tendo a lei a sombra dos bens futuros ... sacrifícios que continuamente se oferecem cada ano..." Heb. 10:1. "alegoria... em que se oferecem dons e sacrifícios ..." Heb. 9:9 e 10.

"Pecado é transgressão da lei" – segundo o original **anomos** de I João 3:4. Ora, portanto, se o pecado entrou no mundo é porque vigorava a lei moral desde o princípio. Portanto, **antes** da queda existia a lei de Deus. **Depois** da queda é que surgiram os holocaustos, as ofertas, os altares. Abel, Noé, Abraão fizeram altares e ofertas ... Depois da queda veio a lei cerimonial como símbolo de que "o salário do pecado é a morte" e como prefiguração do Salvador.

9. É PERFEITA "A lei do Senhor é perfeita e restaura a alma." Sal. 19:7.	9. FOI IMPERFEITA, NENHUMA COISA APERFEIÇOOU "Pois a lei nenhuma coisa aperfeiçoou." Heb. 7:19

É iniludível o contraste. Uma coisa não pode ser perfeita e imperfeita ao mesmo tempo. "A lei do Senhor", a lei moral, eterna e imperecível é **perfeita**. Não pode ter falhas porque é um transcrito do caráter de Seu Autor. Por outro lado, a lei das ordenanças ritualísticas, era uma lei a título precário, transitória e assim não podia aperfeiçoar coisa alguma.

10. TEM ESTATUTOS **BONS**, EM CUJO CUMPRIMENTO HÁ VIDA. "Mandamentos bons." Neem. 9:13. "... dei-lhes os Meus estatutos... os quais, cumprindo-os o homem, viverá por eles." Ezeq. 20:11. "... mandamento santo, justo e bom." Rom. 7:l2.	10. TINHA ESTATUTOS QUE **NÃO ERAM BONS** "... também lhes dei estatutos que não eram bons... pelos quais não haviam de viver." Ezeq. 20:25 "a cédula que **era contra nós** nas suas ordenanças..." Col. 2:14.

Uma coisa não pode ser boa e ruim ao mesmo tempo. Seria uma contradição irreconciliável. Mas a Bíblia não se contradiz, porque é a Palavra de Deus. Tudo porém, se harmoniza facilmente, considerando-se que os textos tratam de duas diferentes leis.

11. TRATA DE PRECEITOS **MORAIS** (Íntegra dos Dez Mandamentos, em Êxo. 20:1-17.)	11. TRATAVA DE MATÉRIA **RITUAL E CERIMONIAL** (Especialmente Lev. capítulo 23)

Aqui está a diferença fundamental, patente no **conteúdo** destas leis. A lei moral contém preceitos morais que estabelecem deveres do homem para com Deus, e do homem para com o próximo. A lei cerimonial só prescreve prescrições sobre holocaustos, ofertas formalidades sacerdotais, ritual do santuário, festas anuais, luas novas, circuncisão, abluções, manjares, etc. são leis diametralmente opostas. A primeira está sumariada nos Dez Mandamentos.

12. NADA CONTÉM DE OFERTAS, SACRIFICIOS e ORDENANCAS TÍFICAS "... no dia em que vos tirei da terra do Egito ... nem lhes ordenei **coisa alguma acerca de holocaustos e sacrifícios** ..." Jer. 7:22.	12. NADA CONTINHA DE MORAL "... consistindo somente em manjares, e bebidas e várias abluções..." Heb. 9:10. "... uma alegoria ... dons e **sacrifícios**." Heb. 9:9. "...**ordenanças** de culto divino." Heb. 9:1 (V. Heb. 10:1-10)

Não pode haver confusão entre a **matéria** dessas leis, o seu teor e substância, principalmente quando a Bíblia explicitamente declara que uma não contém a matéria da outra. São virtualmente heterogêneas. Só uma teimosia doentia poderia sustentar o contrário.

13. REVELA O PECADO "... Pela lei vem o conhecimento do pecado." Rom. 3:20 " ".. eu não conheci o pecado senão pela lei." Rum. 7:7. "... o pecado é a transgressão da lei" I S. João 3:4 (RA).	13. PRESCREVIA OFERTAS PARA PECADOS ("modus operandi" em Levítico, capítulos 3 a 7)

Outro contraste patente se observa na finalidade destas leis. Uma tem como objetivo mostrar o pecado. A outra recorre a um sistema remediável, instruindo o homem o que deve fazer para libertar-se do pecado, a título precário, e expressando simbolicamente a fé no Salvador – o Remédio Definitivo. A função da lei de Deus jamais foi salvar, mas mostrar o pecado, conduzindo o pecador a Cristo – o Salvador.

14. DEVE SER GUARDADA "Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos." S. Mat. 19.17. "a incircuncisão nada é, mas sim a observância dos mandamentos de Deus." I Cor. 7:19. Ver também I João 5:3; Apoc. 14:12; Ecl. 12:13.	14. NÃO DEVIA SER GUARDADA "...dizendo que deveis ser circuncidados e guardar a lei, aos quais **não demos ordem**." Atos 15:24. (Trad. Trinitária)

Também este pormenor constitui um contraste notável. O Novo Testamento reitera a vigência da lei moral, a sua guarda para os cristãos. No entanto, a lei cerimonial não mais deve ser observada. Em Gálatas 3, 4 e 5 há incisivas increpações contra a observância desta lei. O próprio teor dos textos à margem, revela tratar-se de leis diferentes.

15. PERMANECE PARA SEMPRE	15. FOI CRAVADA NA CRUZ
"... todos as teus mandamentos. Permanecem firmes para todo o sempre." Sal. 11:7 e 8.	"... cédula que era contra nós nas suas ordenanças... e a tirou do meio de nós, cravando-a na cruz." Col. 2:14.

De uma lei se diz que deve permanecer firme para todo a sempre. De outra se diz que foi cravada na cruz. Note-se que esta última consistia em "ordenanças:. Podia ser a mesma lei? Só absoluta ausência de percepção concordaria com isso.

16. É ESTABELECIDA NA DISPENSAÇÃO EVANGÉLICA	16. FOI ABOLIDA NA DISPENSAÇÃO EVANGÉLICA
"Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, **de maneira nenhuma**! Antes, confirmamos a lei." Rom 3:31.	"... na sua carne desfez a inimizade, a lei dos mandamentos que **consistia em ordenanças**." Efés. 2:15.

Por mais que a vesga dialética dos oponentes tente destruir a evidência, é flagrante o conflito entre estes textos. Um fala claramente de uma lei **estabelecida**, e outro de uma lei **desfeita**. Sem dúvida referem-se a duas leis distintas, uma imutável, outra caduca. Esta última era a lei que consistia em ordenanças.

17. QUE JULGA	17. A NINGUÉM JULGA
"Assim procedei, como devendo ser **julgados** pela lei da liberdade." S. Tia. 2:12.	"...**ninguém vos julgue** pelo comer ou pelo beber, ou por causa dos dias de festa, ou da Lua nova, ou dos sábados, que são sombras..." Col. 2:16 e 17.
"pela lei serão julgados." Rom. 2:12	
"... guarda os mandamentos.. Porque Deus há de trazer a juízo toda a obra." Ecles. 12:12 e 13.	

Está claro como a luz cristalina que a Bíblia se refere a uma lei que é **norma de julgamento**. Só pode ser a lei moral, cuja transgressão é pecado, é iniqüidade, é crime perante Deus. E se refere também a uma lei que regulamenta as ordenanças (manjares, bebidas, abluções, dias de festa, sábados anuais cerimoniais, que eram sombras das coisas futuras. Note-se que o sábado do Decálogo não é sombra de coisa futura, mas memorial de um fato passado: a Criação). A lei cerimonial a ninguém julga. Há, inequivocamente, duas leis.

18. É UMA LEI ESPIRITUAL	18. NÃO ERA ESPIRITUAL, POIS TINHA MANDAMENTO CARNAL
"...bem sabemos que a lei é espiritual..." Rom. 7:14.	"... consistindo somente em manjares... justificações da carne, impostas até ao tempo da correção." Heb. 3:10. "... segundo a lei do mandamento carnal..." Heb. 7:16

O **espiritual** choca-se com o **carnal**; uma lei não pode ser espiritual e carnal ao mesmo tempo. Seria uma flagrante contradição. A lei moral é nitidamente espiritual, pois Cristo a comenta no Sermão do Monte, revelando a pecado por pensamento, irascibilidade, mesmo que não se dê a materialidade do fato. São duas leis separadas por um abismo.

19. É A NOSSO FAVOR, POR SER SANTA, JUSTA E BOA	19. ERA CONTRA NÓS
"... a lei é **santa**, e a mandamento santo, justo e bom." Rom. 7:12. "... a lei do Senhor ... refrigera a alma ... preceitos do Senhor... **alegram** o coração... mais doces que o mel .." Sal.19:7, 9 e 10	".... a cédula que era **contra nós** nas suas ordenanças... nos era contrária ..." Col. 2:14.

O cotejo entre esses versos demonstra a pluralidade de leis. Uma favorece o homem, refrigera-o, alegra-o, dado o caráter santo, justo e bom desta lei. A outra, por ter preenchido a sua efêmera finalidade, tornou-se desnecessária e mesma contrária ao cristão.

20. É UMA LEI ETERNA, INAB-ROGÁVEL	20. ERA MERA SOMBRA DAS COISAS FUTURAS
"Em verdade vos digo que até que o céu e a Terra passem, nem um jota ou til se omitirá da lei, sem que tudo seja cumprido." S. Mat. 5:18.	"Porque tendo a lei a **sombra** dos bens futuros, e não a imagem exata das coisas." Heb. 10:1.

O paralelo é muito claro e convincente. Uma lei duraria "até que o céu e a Terra passem", isto é, **por toda a eternidade**, enquanto outra era mera "sombra dos bens futuros". Era simples prefiguração, tipo. Era coisa ilusória. "Cumprimento" não é cessação de vigência, pois se o fosse, seria então nada menus que ab-rogação. E isto desmentiria o período de duração, ou seja, a existência do céu e da Terra.

21. É LEI DA LIBERDADE	21. ERA JUGO DE ESCRAVIDÃO
"... assim procedei, como devendo ser julgados pela lei da liberdade." S. Tia. 2:12.	"... não torneis a meter-vos debaixo do jugo da escravidão." Gál. 5:1.

Aí estão duas afirmações conflitantes: liberdade e escravidão A lei moral de Deus, sintetizada nos Dez Mandamentos, não é um jugo, mas um deleite, um refrigério, um prazer. Quanto à cédula de ordenanças típicas, Cristo dela nos libertou, e se a ela voltássemos seria um inútil jugo de servidão. Os judeus convertidos na Galácia queriam observar as festas cerimoniais e, a circuncisão. Daí a admoestação paulina de Gál. 5:1.

22. UMA LEI QUE DÁ PRAZER	22. NÃO DÁ PRAZER, POR NOS SER CONTRÁRIA, FRACA E POBRE
"... segundo o homem interior, tenho prazer na lei de Deus." Rom. 7:22. "tem prazer na lei do Senhor" Sal. 1:2. Ver também Sal. 119:72 e 97.	"... a esses rudimentos fracos e pobres ..." Gál. 4:9.

Uma lei que constitui alegria para o servo de Deus é aqui contrastada com a lei que era "contra nós." consistindo em rudimentos fracos e pobres, em suma, uma lei que de forma alguma poderia proporcionar prazer. São duas leis, de costas voltadas uma à outra.

23. NÃO PODIA SER MUDADA	23. FOI MUDADA POR NECESSIDADE
"É mais fácil passar o céu e a Terra do que cair um til da lei." S. Luc. 16:17.	"mudando-se o sacerdócio, necessariamente se faz também a **mudança** da lei." Heb. 7:12.

Se uma lei é imutável, não pode ser mudada. A Escritura não se contradiz. Portanto, duas leis diferentes são aqui referidas. E a lei que mudou era a que se relacionava com o sacerdócio levítico, com o ritual do santuário.

24. FOI ENGRANDECIDA POR CRISTO	24. FOI AB-ROGADA POR CRISTO
"... engrandecerá Ele a lei, e a fará ilustre." Isa. 42:21 (Trad. Trinitária) " ... a Tua lei está dentro do Meu coração." Sal. 40:8.	"... o mandamento é ab-rogado por causa da sua ... inutilidade ... e é introduzida uma melhor esperança." Heb. 7:18 e 19.

Descrevendo o futuro Messias, afirma Isaías que Ele engrandeceria a lei de Deus. O escritor da epístola aos Hebreus nos fala do mandamento ab-rogado, inútil e fraco. É evidente o contraste Não pode ser a mesma lei.

25. CONTÉM UM SÁBADO SEMANAL	25. CONTINHA SÁBADOS ANUAIS
"Lembra-te do dia do sábado ... Seis dias trabalharás... mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus... Porque em seis dias fez o Senhor os céus e a Terra... e ao sétimo descansou; portanto abençoou o Senhor o dia do sábado, e o santificou." Êxo. 20:8-11.	"O sétimo mês, o **primeiro dia** do mês será para vós um **sábado** e uma recordação... Aos dez dias deste sétimo mês, será o dia soleníssimo das expiações ... É o **sábado** do repouso; afligireis as vossas almas no **dia nove** do mês ... **dia quinze** do sétimo mês... celebrareis as festas do Senhor ... o primeiro e o **oitavo dia** será o a sábado, isto é, o descanso" Lev. 23:24, 27 e 39 (Trad. do P. Matos Soares) "Estas são as festas do Senhor

independentemente dos sábados do Senhor." Lev. 23:38 (Trad. do P. Matos Soares).

O sábado do Decálogo, incluído na lei moral, é semanal e continua sendo o sétimo dia. Relaciona-se com o culto, **com um dever do homem para com Deus**, e é um perpétuo memorial da Criação. A outra lei, a lei cerimonial, continha festas anuais, como a Páscoa o Pentecostes, o Dia da Expiação etc., que caíam em **dias diferentes**. E A ESSES DIAS, A ESCRITURA DENOMINA DE **SÁBADOS**. Não pode haver confusão com o sábado semanal, que está no Decálogo. Além disso, a Escritura com clareza afirma que tais festas – tais sábados anuais, cerimoniais, eram "independente dos sábados do Senhor" (do sétimo dia]. Eram **outra coisa**. Este fato também corrobora a existência de duas leis distintas e inconfundíveis.

26. CONTÉM UM SÁBADO DO QUAL SE AFIRMA QUE DURARÁ ATÉ A ETERNIDADE

"E de mês em mês. e de sábado em sábado toda a carne (toda a humanidade) virá prostrar-se diante de Mim e Me adorará, diz o Senhor." Isa. 66:23 (trad. P. Matos Soares).

26. TINHA SÁBADOS CERIMONIAIS – SOMBRA SOMBRA DAS COISAS FUTURAS – QUE CESSARAM NA CRUZ

"... a cédula ... em suas ordenanças ... cravando-a na cruz ... ninguém vos julgue ... por causa dos **sábados**, que são **sombras das coisas futuras**, mas o corpo é de Cristo." Col. 2:14, 16 e 17.

Evidente é o contraste que há em ambas com relação ao sábado inabrogável de Deus, e aos sábados "sombras das coisas futuras" e que foram cravados na cruz. Não podia a mesma lei que regulava o sábado comemorativo da criação (fato **passado**) com os sábados que comemoravam coisas **futuras**. Enquanto a Criação existir, enquanto existir mundo existirá o seu memorial.

Este quadro comparativo ainda poderia estender-se, com novos cotejos. Se não há duas leis distintas na Bíblia, então temos o Quadro "A" inapelavelmente em conflito contra o Quadro "B" – nada menos que 26 contradições irremediáveis. Nesse caso, conviria atirar a Bíblia a um canto, pois não passaria de um amontoado de contradições grosseiras e ilogismos insanáveis. Um livro sem nexo. Sua inspiração, unidade e exatidão seria um mito!!!

Graças a Deus, porém, que não é assim. Com elementar bom senso e percepção tudo se torna claro no Livro de Deus.

O VERDADEIRO CONCEITO DE LEI

O LIVRO todo patenteia que o autor ignora crassamente a crença dos Adventistas do Sétimo Dia em relação à lei. Se ele se tivesse abalançado a conhecer a nossa doutrina no tocante ao padrão moral estabelecido por Deus, como está expressa, por exemplo, no preâmbulo do *Year Book* (Anuário) ou na nossa literatura de estudos, por certo não teria escrito os despautérios que escreveu. Em vez de citar fontes nossas, legítimos escritos de procedência adventista, nossa declaração de fé, preferiu encastelar-se nas tendenciosas assertivas do inconseqüente Canright. Resultado: caiu numa situação ridícula ou quixotesca, investindo furiosamente contra moinhos de vento. As suas clivagens não nos atingem, nem de leve. Açoitou no ar.

Para ele, as Dez Mandamentos são peremptos, caducos, judaicos, abolidas formalmente por Jesus e, *ipso facto*, não constituem lei de Deus. Mas para pulverizar esse conceito blasfemo, o maior teólogo batista – o fundamentalista e credenciado A. H. Strong – classifica a lei moral de Deus em duas partes: a lei elementar e a lei preceituada. E esta – segundo ele – *compreende o Decálogo*, embora nela inclua também o sermão do monte. (1) E também distingue as leis cerimoniais transitórias. E diz em outra parte de seu tratado teológico que Cristo não cravou na cruz nenhum mandamento da Decálogo." (2)

Deus não pode exigir contas de Seus filhos, no dia do juízo, senão daquilo que foi promulgado e tornado conhecido como norma de conduta. E tudo o que Deus requer, em matéria e ética, está consubstanciado nos Dez Mandamentos.

Verdade é que em outras partes da Bíblia se encontram preceitos morais. Mas, devidamente analisadas, não são novos preceitos nem suplementação ou complementação do padrão máximo. São meras derivações do decálogo – repetição de enunciadas nele contidos implícita ou explicitamente. É a lei que se esparrama em quase todos os livros das

Escrituras, que poreja aqui e ali, ora na advertência inflamada de um profeta, ora no suspiro sentimental do salmista, ara para profligar atos ímpios de um rei, ora para contrastar a impiedade de Jerusalém, ora na admoestação apostólica a irmãos carnais. São citações oportunas. É a aplicação do padrão divino. Mas em tudo isso a decálogo está imanente, é o núcleo em torno do qual gravitam estas enunciações. O sermão da montanha é uma lente sobre o decálogo. Pelo menos três dos seus preceitos são nele comentados por Jesus, com amplitude de sentido: o "não matarás," o "não adulterarás" e o "não perjurarás." Se devessem ser abolidos na cruz, não teriam sido base para um tema do Mestre dos mestres ainda no início de Sen ministério.

O decálogo é a "matriz" da lei moral preceituada. "Matriz" fabricada pelo próprio Deus. Não o foi por Moisés. E é pena que os que nos combatem prefiram inutilizar a "matriz" e ficar com citações esparsas da lei moral, aqui e ali. É uma incongruência dizerem que a "matriz" é imperfeita, falha, superada etc. É incrível!

Há ainda outra idéia cavilosa a respeito da lei. É a dos que querem que Deus formule um mandamento específico para cada tipo de pecado e que havendo pecados que não estão nominalmente citados no decálogo, isto indica que o mesmo é falho. Os que assim pensam querem perverter a revelação divina. O preceito é o resumo de toda *uma classe* de pecados. E estes – segundo o critério divino – se classificam em dez grupos: quatro classes denunciadas para com Deus e seis de natureza ética para com os homens. Só muita abtusidade poderia exigir preceitos diretivos, individualizados, feitos sob medida, como – à guisa de exemplo – "não fumarás," "não te suicidarás," "não sejas ingrato, avarento, orgulhoso, invejoso, irado etc."

No entanto, com um pouco de percepção que o Espírito nos dá, ver-se-á que tudo isso se enquadra em preceitos do decálogo. João declarou que quem aborrece a seu irmão, é transgressor da sexto mandamento, (I S. João 3:15). Jesus enquadrou na sétimo mandamento a impureza de pensamento em relação a mulher. (S. Mat. 5:28.) Por isso Paulo averbou

a lei divina de "espiritual" (Rom. 7:14), porque penetra nos meandros mais íntimos da personalidade.

Uma falsa imputação, em torno da qual gira toda a desastrada dialética do autor, é a de que os adventistas *se justificam* pela observância da lei. À pág. 50 há essa injusta acusação, repetida em outros lagares. Repelimos, com veemência, essa monstruosidade que – a ser verdadeira – afrontaria o plano de Deus, reduziria a nada a sacrifício de Cristo, pisotearia a graça e tornaria profano o sangue do concerto eterno, além de atribuir ao homem caído capacidade para salvar-se por méritos próprios. Inteiramente gratuita! Inverídica! Caluniosa! Afrontosa até! Seria um *uso ilegítimo da lei*. (I Tim. 1:8.) Veio, porém, com endereço errado, porque jamais ensinamos esse disparate: justificação pelas abras da lei. Pode-se reptar a quem quer que seja a *provar* que esse seja o nosso ensino ou a nossa crença. E a vasta bibliografia adventista pode ser posta à disposição dos interessados. Jamais atribuímos à lei um uso ilegítimo, função salvadora. Ela apenas revela o pecado e nos conduz aos pés dAquele que pode salvar: o Filho de Deus. Mas, depois de salvo, o homem renascido pelo poder de Deus viverá em harmonia com os divinos preceitos da lei do Céu. É fruto da salvação.

Em primeiro lugar, reportemo-nos à nossa declaração de fé. Do *Year Book* da nossa denominação, capítulo "Crenças Fundamentais dos Adventistas do Sétimo Dia," extraímos:

"Item 6 – Que a vontade de Deus relativamente à conduta moral se acha compreendida em Sua lei dos dez mandamentos; que estes são grandes preceitos morais, imutáveis, obrigatórios a todos os homens, em todas as épocas."

"Item 8 – Que a lei dos dez mandamentos *revela* o pecado, cuja penalidade é a morte. A lei não pode salvar do pecado o transgressor, nem lhe comunicar o poder que a guarde de pecar." "O homem é justificado, não pela obediência à lei, mas pela graça que há em Cristo Jesus... Aquele que levou sobre Si os pecados, introduzindo o crente na comunhão do novo concerto, *sob o qual a lei de Deus lhe é escrita no*

coração, e pelo poder que lhe comunica o Cristo que nele habita, sua vida (do crente) é posta em conformidade com os preceitos divinos. A honra e o mérito dessa maravilhosa transformação pertencem inteiramente a Cristo."

Outra fonte denominacional autorizada é o livreto *O Que Crêem os Adventistas do Sétimo Dia*. Do título: "A Lei Moral – o Decálogo," à pág. 6, item 15, destacamos o seguinte trecho:

"– Que a lei moral não foi dada como um meio de salvação, pois 'nenhuma carne será justificada diante dEle pelas obras da lei', mas que seu objetivo primordial é fornecer-nos uma divina regra de conduta e definir o pecado." E à pág. 8: "Cremos que Cristo, e Ele tão-somente, por Sua morte substituinte, fez expiação pelos pecados dos homens..."

Aí está a crença oficial dos adventistas do sétimo dia. Onde a indiciada justificação pela lei? Onde o seu uso ilegítimo? Só a má fé ou a ignorância a poderão apontar em nosso currículo doutrinário. Só o desejo premeditado de confundir ou malquistar-nos com a opinião religiosa em geral nos poderia averbar de judaizantes.

Fazemos coro com o apóstolo: "Separados estais de Cristo *vós os que vos justificais pela lei*; da graça tendes caído." Gál. 5:4. A lei não justifica; revela o pecado e *condena*.

O que cremos concorda com o que escreveu Calvino: "Onde há uma entrega a Cristo, há primeiramente que encontrar nEle a perfeita justiça da lei, que nos é imputada, tornando-se nossa; e depois há a santificação, pela qual os nossos corações *são preparados para guardar a lei*." (3) (Grifos nossos).

Concorda com o artigo de fé sob N.º XII da Confissão Batista, que reza: "Cremos que a lei é a base eterna e imutável de Seu governo moral... que um dos principais objetivos do evangelho é o de libertar os homens do pecado e *restaurá-los em Cristo a uma obediência sincera dessa santa lei* ..." (4). (Grifos nossos.)

Concorda também com a autorizada citação evangélica: "Somos salvos, não porque guardamos a lei, *mas a fim de que guardemos a lei*."(5) (Grifos nossos)

Os nossos acusadores poderão interpelar um adventista batizado se ele crê que é salvo pela lei ou pela fé no Filho de Deus. É só experimentarem... Há perto de 100.000 adventistas do sétimo dia em nosso país. Seria mais decente fazer um teste sobre a nassa crença do que espalhar, pela imprensa e pela tribuna, aos quatro pontos cardeais, essa deslavada mentira de que nos justificamos pela lei e rejeitamos a graça.

Afirma o líder adventista Nichol: "Conquanto nós não ensinemos que se guardem os mandamentos a fim de ser salvo, positivamente ensinamos que aquele que é salvo torna evidente a sua salvação guardando os mandamentos de Deus. Embora não haja salvação em guardar a lei, há condenação em não guarda-la." (6) Poderia alguém contestar essa verdade?

O autor batista Broadus cita Henry, com referência ao Decálogo: "É coisa perigosa, em doutrina ou prática, anular o menor dos mandamentos de Deus; ou diminuir a sua extensão, ou enfraquecer as obrigações que eles impendem." (7)

Outra fonte nossa: "A lei não pode salvar o pecador, mas estabelece uma norma para a vida do pecador salvo. Mostra ao transgressor o seu crime, mas não o salva. O espelho revela a mancha do rosto, mas não a remove; é a água que tira a impureza que o espelho revelou. A lei descobre o pecado e o sangue de Cristo lava o arrependido pela fé, das manchas da pecado." (8)

"Talvez o fato do divino espelho revelar demasiado, seja a razão por que alguns se recusam a olhá-lo de novo, ou vão mesmo ao ponto de denunciar a lei e reunir argumentos com os quais possam votá-la ao desprezo." (9)

Diz a Escritura: "Onde não há lei, também não há. transgressão." Rom. 4:15. Se não há transgressão, não há condenação e, portanto, *não*

há necessidade de graça. Se a lei está abolida, não há pecado a revelar, e todos se salvarão, porque "o pecado não é imputado, não havendo lei."

J. Bryan, Hon. Wm., certa vez, em uma das suas conferências declarou que "se sentiria muito inseguro em deixar sua carteira em alguma parte entre cristãos que não criam na autoridade e na vigência dos mandamentos de Deus, consubstanciados no Decálogo."

Disse um pensador: "O Decálogo se vincula às nossas relações para com Deus e para com o próximo. Essas relações existirão sempre enquanto Deus for Deus e o homem, homem. Enquanto existirem essas relações permanecerá também a lei procedente das mesmas. Ver-se-á, pois, que, para abolir a lei, temas de primeiro abolir estas relações. Mas para tanto, precisamos abolir Deus e destruir todas as criaturas. Isto é impossível. Permanece, pois para sempre a verdade de que é mais fácil passar o céu e a Terra do que cair um til da lei. S. Luc. 16:17. Graças a Deus, Seu governo continuará e "para sempre permanecerão os Seus mandamentos" – mesmo que alguns o não queiram. Porque "a boca do Senhor o disse." (10)

O comentador batista J. Broadus cita e endossa o que o ♉♓♎❐♋♦♒ refere sobre o gênesis: "Tudo tem o seu fim, o céu e a Terra têm o seu fim, só uma coisa não tem fim, que é a lei." "Os preceitos morais deviam ser obedecidos de geração em geração. Até que isto aconteça nem a menor partícula da lei seria anulada." (11)

O maior desastre que sobreveio entre os professos cristãos, tem sida a negação da vigência do padrão moral de Deus.

O anominianismo – tese que sustenta a ab-rogação da lei divina – teve desenvolvimento acentuado a partir de 1816, sob a influência notória de Alexandre Campbell, que rejeitava toda a autoridade do Velho Testamento e fazia tábua rasa da lei, tachando-a de velharia sem valor. Fora ele batista e, vendo malogrados os seus esforços para unificar o protestantismo, fundou a igreja "Discípulos de Cristo". A sua *nuance* teológica, notadamente o antinomismo, foi inspiração para alguns modernistas. Influenciou também Canright durante a sua apostasia.

Ainda hoje a sua tese é emprestada aos ataques contra "os que guardam os mandamentos de Deus e a fé de Jesus."

Pedimos aos nossos leitores que meditem nesta verdade: se a lei de Deus – padrão de conduta, aferidora do pecado e norma de juízo – pudesse ser abolida, não seria necessário ter vindo Cristo ao mundo, como "Varão de dores" e dar a Sua preciosa vida, morrendo por nossos pecados; bastaria abolir-se a lei, ou pôr de lado os mandamentos transgredidos pelo homem. Morrendo na cruz em nosso lugar, Cristo nos redimiu, não da obrigação de obedecer ao Decálogo, porém "da maldição da lei" (Gál. 3:15) que é a morte. Ao invés de revogar ou anular os Dez Mandamentos, o sacrifício de Cristo na cruz os confirmou em sua imutabilidade e em sua universalidade.

A cruz do Calvário é o irrespondível argumento de que a lei de Deus não pode ser abolida. Pagaria Jesus a pena imposta por uma lei abrogável? Morreria Ele na cruz para satisfazer as exigências de uma lei imperfeita, falha, impotente, inútil, que estivesse para ruir? Ter-se-ia Cristo imolada para salvar o pecador de uma lei precária, só para judeus? Eu não sou judeu, mas creio que Cristo me resgatou da maldição da lei.

"Pela lei *vem* o conhecimento do pecado" (Rom. 3:20) – escreveu Paulo várias dezenas de anos após a morte de Jesus. E entre os pecados de sua experiência pessoal que a lei revelara, cita o "não cobiçarás" do decálogo. "Pecado **É** transgressão da lei" I S. João 3:4. (Consultem-se as traduções Almeida revisada, Rohden, King James, Authorized Version, Giovanne Diodati, Lois Segand, Casidoro de Reina, etc.) "Pecado é quebramento da lei" – diz a tradução portuguesa Trinitária. Note-se que esta declaração escrita quase quarenta anos após a crucifixão não diz que o pecado era transgressão da lei, mas que É. Que lei? Certamente não se referia ao cerimonialismo judaico, já perempto, mas à lei moral, cuja súmula é o decálogo.

E o teólogo batista é decisivo na sua definição: "Pecado é qualquer falta de conformidade com a lei moral de Deus... (12)

Mas se a lei foi abolida... nem pecado existe mais (porque não se pode transgredir o que não existe).

Seria a lei de Cristo *diferente e contrária* à lei de Deus? Ter-se-ia Ele rebelado contra o Pai, anulando-Lhe a lei, ou substituindo-a por outra? Isto será o assunto de outro artigo, onde estudaremos o "novo mandamento' e as sínteses da lei na Novo Testamento.

Seria o "novo nascimento" coisa diversa do que nortear a vida do salvo por Jesus, pelo caminha dos mandamentos? O convertida, o nascido de novo pela operação do Espírito, o salvo pela graça, seria capaz de se tomar idólatra, profano, desobediente, homicida, adúltero, mentiroso, perjuro e cobiçoso? Não, porque agora o "novo homem" *está em harmonia com a lei que condena estes pecados*. Ele observa estes mandamentos, por isso "nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus."

Tal é a função da lei, como cremos. E os oponentes sinceros devem concordar com esta verdade. Devem admitir que ela não se distancia de autorizadas definições de fonte batista. Devem aceitar o fato de que fazemos um uso legítimo da lei e não – como deplora o pastor batista S. Gingsburg – "pregar a mentira de que a lei foi abolida."

Referências:

(1) A. H. Strong, *Systematic Theology*, pág. 545
(2) Ibidem, pág. 409.
(3) John Calvin, *Commentary*, comments on Rom. 3:31
(4) Manual das Igrejas Batistas, ed. 1949, pág. 178 e O. C. S. Wallace, *O que Crêem os Batistas*, pág. 9
(5) *Sunday School Times*, ed. 30 de maio de 1931
(6) F. D. Nichol, Objeções Refutadas, pág 1
(7) J. Broadus, *Comentário do Evangelho de S. Mateus*, vol. I, pág. 173.
(8) G. Storch, *Salvação*, pág. 3.

(9) Exaltai-O, C. P. B, pág. 225.
(10) A Lei de Deus, série V. B., pág. 3.
(11) J. Broadus, *op. cit.*, pág. 166.
(12) A. H. Strong, *op. cit.*, pág. 549.

LEI E GRAÇA

"NO mundo religioso tem sido ensinada uma doutrina de graça, que não é nada menos que uma doutrina de desgraça. O Salvador tem sido mais apresentado como Alguém que nos livra de guardar os mandamentos de Deus, do que como Aquele que nos salva de os transgredir. Uma chamada fé dessa espécie tem sido apresentada como substituto da obediência à santa lei de Deus." (1)

É deveras lamentável que o mundo chamado cristão apresente um tipo de graça que tem mais o sentido de indulgência ou de manto acobertador de certas iniqüidades do que propriamente o dom divino que consiste em amorável oferecimento de salvação aos transgressores da lei moral.

A tecla surradíssima da lei contra a graça (a maior deturpação teológica dos tempos) é insistentemente batida pelo autor do livro. Chama-se a isto *dispensacionalismo*, que pretende definir duas épocas distintas, uma da lei, outra da graça – idéia que hoje é desprezada pelos mais cultos pesquisadores do *Livro Santo*. Às págs. 41 e 42 afirma o nosso acusador que a lei foi abolida e substituída pela graça (sic) e às págs. 44, 45 e 48, com argumentos especiosos acentua que não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça, dando a entender que uma coisa destruía a outra. Como vamos demonstrar, só mesma uma irremediável vesguice teológica poderia estabelecer CONTRADIÇÃO entre a lei e a graça, ou entre a lei e o evangelho.

No capítulo anterior, situamos a lei no seu devido lugar, definindo seu uso legítimo, sua verdadeira função e, consequentemente, sua inabrogabilidade. Hoje precisamos considerar o legítimo conceito da graça. Não vamos entrar em terreno especulativo. Não consideraremos, por exemplo, a graça "universal" como a entendia Wesley; nem o conceito restrito de Armínio ou a singular graça "da criação," defendida por Pelágio. Para maior luz no assunto, temos que nos distanciar desses

backgrounds teológicos discordes e até rebarbativos. Vamos analisar a deturpação do conceito de graça entre os professos cristãos, como se observa nos dias atuais, para justificarem a não-observância dos mandamentos de Deus.

Que é graça? Responde, com propriedade, o teólogo batista A. H. Strong: "A graça é favor imerecido concedido aos pecadores." (2) É uma atitude de liberalidade divina, generosidade inefável, concedendo-nos a salvação como um *dom*, já que estávamos irremediavelmente condenados. É uma oportunidade conferida aos pecadores e que tem o sentido de uma dívida perdoada, de um indulto outorgado, de uma libertação sem paga, de um jugo desatado, de uma carga retirada dos ombros. Graça é a mais alta expressão do amor de Deus, que se tornou objetiva no sacrifício oblativo de Jesus em favor dos pecadores, ou seja, dos transgressores da lei divina.

A lei é exigente. Condena. E justamente porque ela traz condenação e não provê salvação, temos que apelar para a graça. Definindo a relação entre a lei e a graça, disse Agostinho: "A Lei é dada para que a Graça possa ser exigida; a Graça é concedida para que a Lei passa ser cumprida." (3)

Entende, no entanto, o nosso oponente que a graça anulou a lei, repetindo surrado e superado desconchavo teológico. Mas contra este absurdo levanta-se Strong, o batista, e diz claramente: "A graça, contudo, não deve ser entendida como se ab-rogasse a lei, mas sim como reafirmando-a e estabelecendo-a (Rom. 3:31 'estabelecemos a lei'). Pelo fato de remover o que impede o perdão que Deus concede, e de *habilitar o homem a obedecer*, a graça a assegura o perfeito cumprimento da lei (Rom. 8:4 'para que a justiça da lei se cumprisse em nós')." (4) Grifos nossos.

Aí está um conceito exato do renomado mestre batista que leva o nosso pleno endosso. E prossegue: "Assim a revelação da graça, conquanto esta compreenda *e inclua em si mesma a revelação da lei*, acrescenta algo diferente em espécie, a saber, a manifestação do amor

pessoal do Legislador. Sem a graça, a lei tem apenas um aspecto exigente. Somente em harmonia com a graça ela se torna 'a lei perfeita da liberdade' (S. Tia. 1:25)." (5) Grifos nossos. E a lei mencionada por Tiago (cap. 2:10-12) é insofismavelmente o decálogo.

De fato, como foi dito, se a lei tivesse sido abolida, não haveria transgressão e, necessariamente, não haveria condenação. E não havendo c0ndenaçào, *não há necessidade de graça*. Sem lei não há graça. Uma pressupõe a outra. A graça, além de nos salvar da condenação da lei, habilita-nos a vivermos em harmonia com os preceitos celestiais, com o padrão divino. Não há contradição mas uma interdependência entre lei e graça. Elas harmonizam-se e *completam-se* em suas funções.

O autor do livro – escorado nos frágeis pilares de Canright – defende o dispensacionalismo e crê que, depois de Cristo a graça suplantou a lei, substituiu-a, anulou-a, destruiu-a. Afirma que, com a morte de Cristo, findou-se a jurisdição da lei, iniciando-se a da graça. E é desse jeito que entende ele o "estar debaixo da lei" e o "estar debaixo da graça," realçando que a graça existe da morte de Cristo para cá. Se isto fosse verdade, gostaríamos de perguntar como se arrumaram os pecadores dos tempos do Velho Testamento? Como se teriam salvo? Este ponto não pode ser passado por alto porquanto as Escrituras ensinam claramente que a salvação é obtida unicamente pela graça. E se a graça não existia antes da cruz, segue-se que os pecadores que viveram nos tempos patriarcais e posteriores não se salvaram. Viveram antes da graça, para sua perdição. Ou – se como querem alguns – os pecadores do Velho Testamento se teriam salvo pelas obras da lei, forçoso é convir que o Céu estará dividido em dois grupos: um grupo a proclamar orgulhosamente ter-se salvo *pelos* seus méritos e esforços, por terem guardado a lei (e isto seria um insulto a Jesus, um ultraje ao Seu sacrifício e ao Seu sangue), ao passo que o povo que viveu depois da cruz lá estaria a proclamar humildemente os louvares de Cristo, que lhes deu a vida eterna. Seria isto possível? Seria concebível?

Não, não há na Bíblia tal coisa: uma jurisdição da lei e outra da graça, separadas pela cruz. Isto é danosa invencionice humana, ofensa ao plano de Deus. Tal conceito é blasfemo e deve ser rejeitado. A verdade é bem outra. Diz a Bíblia que a graça vem de "tempos eternos" (Rom. 16:25). que o "Cordeiro foi morto desde a fundação do mundo" (Apoc. 13:8), e que "a graça nos foi dada em Cristo Jesus *antes dos tempos dos séculos*." (II Tim. 1:9). Portanto, os pecadores sob o Velho Testamento também se salvaram pela graça. Como afirma que veio *depois* da cruz?

Abraão foi salvo pela graça. Gál. 3:8; Rom. 4:3.

Davi não se salvou pelos próprios méritos, mas pela fé em Cristo. Rom. 4:6.

A graça está estendida a TODOS os homens. Tito 2:11; Rom. 5:18. Estava planejada antes mesmo da queda e começou a vigorar desde Gên. 3:15, mas um dia será retirada. Apoc. 10:11-13. Cessará então de vigorar. Em matéria de salvação todos os homens, em todos os tempos estiveram debaixo da graça. Em Heb. 11 se alinham os vultos exponenciais do Velho Testamento que agiram, viveram e se salvaram pela fé. Os sacrifícios de cordeiros e oferendas que o Israel fazia na antigüidade, simbolizava a sua fé no futuro Messias – verdadeiro "Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo." Era a maneira de expressar a fé em Cristo. Não expressava *obras*, mas fé.

No Céu só haverá uma classe de pessoas: a dos salvos pelo Cordeiro. Eis a descrição dos remidos, na bela antevisão joanina. "E cantavam um novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro e de abrir os seus selos; porque foste morto, e *com o Teu sangue* compraste para Deus *homens de toda a tribo, e língua, e povo, e nação*." Apoc. 5:9. Portanto, a graça abrange TODOS os períodos da História.

Pré-Cruz ou Pós-Cruz

Mas – e vem a objeção – Paulo não disse claramente aos romanos, que não estavam mais "debaixo da lei" mas "debaixo da graça"? Sim,

disse. Mas com tais expressões quereria ele acaso dizer que não necessitamos guardar os mandamentos contra o adultério, a idolatria, o homicídio, o roubo, a mentira etc., enfim o conteúdo do Decálogo? De modo nenhum, pois os argumentos expendidos na mesma epístola são contrários a essa desastrosa conclusão. Leiam-se, por exemplo, os cap. 7:12,14 e 22; 3:31 e outras passagens.

Analisemos, com muita atenção, o verdadeiro sentido da expressão paulina. Qual o assunto que Paulo tinha em mente ao escrever aos crentes de Roma? Estaria ele querendo diferenciar a lei do Velho Testamento e a lei do Novo Testamento? Não! Queria ele estabelecer *conflito* ou contradição entre lei e graça? Também não! Estaria indicando várias maneiras de salvação? Não!! (Rom. 3:31). Então, a que se referia o apóstolo, ao dizer "debaixo da lei" e "debaixo da graça?" Referia-se à *mudança que ocorre no indivíduo por ocasião de sua conversão*, mudança do "velho homem" para o "novo homem," do pecado para a santidade, da condenação fatal para a graça libertadora.

Paulo está se dirigindo a homens *crentes*, a cristãos batizados, a homens *convertidos*. Não a ímpios, pagãos ou a transgressores da lei divina. Leiam-se os versos 2 e 4. Diz o verso 6: "sabendo isto, que o nosso homem velho foi com Ele crucificado, para que o corpo do pecado seja desfeito, para que *não mais* sirvamos ao pecado." Claro como a luz que o capítulo se refere à conversão e não à mudança de dispensações. Notemos cuidadosamente que ele diz: "assim também considerai-vos como *mortos para o pecado*, mas vivos para Deus em Cristo Jesus nosso Senhor." (v. 11).

A respeito de quem se afirma isso? Somente a respeito do homem convertido – membros da igreja de Roma, que não mais transgrediam a lei, pois viviam em harmonia com ela. Paulo os exorta a não mais volverem ao pecado. "Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal..." (v. 12).

Pecado – como o define a Palavra de Deus – é transgressão da lei. I S. João 3:4. Paulo está exortando os romanos a não se deixarem arrastar

pelas paixões carnais, voltando assim a transgredir a lei de Vens. E no v. 14: "Porque o pecado não terá domínio sobre vós..." Por quê? Porque a lei foi abolida? Não. Mas porque já tinham abandonado o pecado, cessaram de transgredir a lei. O próprio argumento paulino mostra, de modo inequívoco, que era precisamente isto que ele queria dizer. "... o pecado não terá domínio sobre vós, PORQUE não estais debaixo da lei (não mais a transgredis, não estais mais sujeitos à sua condenação, não vos colocais debaixo dela como antes) mas debaixo da graça (do favor imerecido que Deus vos concedeu de serdes redimidos por Cristo.)

Sim, é a CONVERSÃO o grande tema vertente de Paulo.

O sentido exato e completo do v. 14 é este: *"tendo abandonado os vossos pecados, tendo cessado de quebrar a lei, tendo crido em Cristo e sendo batizados, vós agora não sois mais governados pelo pecado ou pelas paixões, nem sois condenados pela lei, porque achastes graça à vista de Deus, que vos concedeu este favor imerecido, e os vossos pecados foram perdoados."*

Claríssimo! Portanto, não estar DEBAIXO DA LEI, é não estar sob sua condenação. Não há conflito entre lei e graça. "Pois quê? Pecaremos (isto é, transgrediremos a lei) porque não estamos debaixo da lei (da sua condenação) mas debaixo da graça (do favor divino)? De modo nenhum. Portanto, a própria conclusão paulina destrói inteiramente a tese de um suposto conflito entre lei e graça. Mesmo porque se "não estar debaixo da lei" significa que não devemos obedecer-Lhe, segue-se então que podemos transgredi-la à vontade. Porém Paulo faz sustar imediatamente esta idéia blasfema com um categórico "De modo nenhum."

Credenciada autoridade evangélica sentenciou, com relação a Rom. 6:14: "A graça não importa em liberdade para pecar, mas numa mudança de senhores, e numa nova obediência e serviço. A graça não anula a santa lei de Deus, mas unicamente a falsa relação do homem para com ela." (6)

Outra passagem – muito do gosto dos anominianos – também citada e torcida, à pág. 44, é Gál. 5:18: "... se sois guiados pelo Espírito não

estais debaixo da lei." Também neste caso, *quais* os que não estão debaixo da lei? Somente os que são guiados pelo Espírito, ou seja, os convertidos, os fiéis, os crentes, os que não seguem as concupiscências, os que não transgridem a lei de Deus – em suma – os que não cometem pecado. Os ímpios, os pecadores NÃO são guiados pelo Espírito, portanto *eles* estão debaixo da lei, da sua condenação, porque a transgridem. Não há aí a mais leve alusão à abolição da lei de Deus. Só uma exegese obtusa conduziria a tal conclusão.

Consideremos agora a absurda posição dos oponentes. Dizem que pela expressão "não estamos debaixo da lei" Paulo quis dizer que a lei fui abolido e, portanto, não precisamos mais cumprir os seus preceitos. Passou a lei, sua época e sua função – segundo dizem. Ora, se isto é verdade, então NINGUÉM está debaixo da lei, quer seja ou não guiado pelo Espírito. Se ela passou, não atinge mais a quem quer que seja. Daqui não há fugir. Mas Paulo profliga este erro, declarando explicitamente que a fim de não estarmos debaixo da lei, temos que ser guiados pelo Espírito. Como se destrói por si a conclusão errônea dos anominianos!

A idéia de se estar "livre da lei" e, portanto, não sujeito à sua obediência, não é nova. Ela surgiu pela primeira vez, em 608 A. C. aproximadamente, nos tempos do profeta Jeremias. Naquele tempo, este argumento indigno foi empregado pelo rebelde povo de Judá a fim de justificar a sua transgressão da lei de Deus. Consulte-se, de preferência nas versões Brasileira ou Trinitária, a repreensão de Deus ao Seu Povo, em Jer. 7:8-10: "Eis que vós confiais... furtareis, matareis, adulterareis... *e direis: fomos livrados a fim de fazer todas estas coisas*."

Um fato inegável: os cristãos de qualquer denominação crêem que eles não devem jurar, matar furtar, mentir, cobiçar etc. Em outras palavras, crêem que devem guardar os mandamentos. Os adventistas crêem o mesmo, com a diferença que o fazem em relação a *todo* o decálogo, incluindo necessariamente o quarto mandamento. Ora se nós os Adventistas do Sétima Dia estamos "debaixo da lei" porque cremos na

guarda dos dez mandamentos, então os demais cristãos estão nove décimos (ou noventa por cento) debaixo da lei, pelo fato de guardarem nove preceitos do decálogo. "Coerência, és uma jóia!"

Outro fato de suma gravidade: costuma-se usar a expressão "não estar debaixo da lei" mas "debaixo da graça" UNICAMENTE para se justificar a desobediência ao quarto mandamento. Ninguém a emprega para justificar a quebra de outros mandamentos do decálogo. Creio honestamente que aqueles que a usam para fugir à guarda do sábado, não sentem nenhum desejo de roubar, matar ou adulterar. Sei que estas coisas lhes cansam horror. Mas, com tal atitude, apenas provam que *não é o mandamento de Deus* que os inibe de adulterar, matar, cobiçar etc., mas sim a educação que receberam, a vigilância social e a opinião pública. Se a prática desses horríveis pecados fosse coisa aceita (como o eram em alguns ritos bárbaros), então não titubeariam em dizer que praticariam tais coisas porque "não estão debaixo da lei, mas debaixo da graça." A tal extremo conduziria o anominianismo, servindo-se de suas bases capciosas de argumentação.

Note-se que há índios e nativos antropófagos que matam impiedosamente e a sua consciência não os acusa. Erro crasso é supor que a guarda dos mandamentos é questão de consciência. Religião cristã não se baseia na consciência mas é uma religião *revelada*. Está *escrito* o que devemos fazer e o que devemos evitar de fazer e isto é cumprido quando o Espírito nos toca o coração. A consciência, muitas vezes, mesmo crendo estar sendo dirigida por Deus, acomoda-se. A consciência *não* é um guia seguro. O seguro está na *revelação*. Vamos cumpri-la. A Escritura tem muito que dizer sobre a consciência, como base precária e enganosa. Fala de "consciência cauterizada" (I Tim. 4:2) consciência "faca" (I Cor. 8:7). Somente a revelação divina não se cauteriza nem se enfraquece. É inalterável porque o seu elemento é só divino.

Tremenda contradição do autor: diz e reitera, em várias lugares, que a lei foi abolida *por Jesus*. Mas em face do insofismável argumento dos Adventistas do Sétimo Dia de que se foi abolida, não está em vigor e,

portanto, é lícito matar, furtar, etc. replica – em desespero de causa – que nove dos mandamentos foram revigorados, reafirmados no Novo Testamento.

Ora, se isto é verdade, então qual foi o papel de Cristo? Aboliu, com Sua divina autoridade, uma lei que, após a Sua morte seria reeditada em noventa por cento? Como poderia Ele, o Mestre dos mestres, ser desautorado desta maneira? Se Ele derrogou a lei, qualquer que, posteriormente, a restaurasse seria um Seu oponente, estaria virtualmente contra uma medida anulativa de Jesus.

Notem os leitores que absurdo! Notem que posição comprometedora! Vejam a que reduzem a autoridade de Cristo: torna nulo um código e, tempos depois de Sua morte, os Seus seguidores revogam a anulação e reeditam o mesmo código. Haverá coisa mais disparatada? Meditem seriamente neste fato as mentes equilibradas.

Nós cremos, no entanto, que todos os mandamentos se reafirmam no Novo Testamento. Por preceito ou por exemplo. Há, nele, alusões inequívocas à guarda do sábado *por motivo de ser o sábado*. S. Luc. 4:16; Atos 16:13. S. Luc. 23:56 etc. Não se tratava de "agradar" judeus, mas de *guardar* o quarto mandamento. E se não é citado *litera ad litera* o mandamento é porque tal era o rigor de sua guarda, que não havia mister citá-lo. Era ponto pacífico. Ninguém iria contestar a legitimidade de sua guarda.

A propósito, o mui ilustre batista Alvah Hovey, emérito bacharel em teologia, referindo-se aos apologistas, em um conhecido trabalho sobre o cânon do Novo Testamento, em 1881, endossa a declaração de Lightfoot de que *o silêncio de que o silêncio de um determinado assunto constitui uma evidência a favor do mesmo*. E conclui: "Era supérfluo apresentar provas a favor daquilo de que ninguém duvidava."

Seria admitir que "o silêncio dos servos de Deus no Novo Testamento, no vale a Judéia, é de mais peso que os trovões do próprio Deus no monte Sinai."

É pena que haja espíritos que sejam incapazes de ouvir a voz de Deus, por causa do silêncio dos apóstolos. E mais adiante, em outro capítulo, provaremos que o sábado do sétimo dia jamais foi cerimonial – coma querem entender os nossos acusadores.

Referências:

(1) *O Que Vale Mais do que o Dinheiro*, série V. A., pág. 1.
(2) A. H. Strong, *Systematic Theology*, pág. 779.
(3) Citado em *Paul and the Law*, Charles D. Utt.
(4) A. H. Strong, *op. cit.*, pág. 548.
(5) Idem, pág. 549.
(6) Vincent. *Word Studies*, vol. 3, pág. 11.

OBJEÇÕES IRRAZOÁVEIS

"NA *mais alta categoria dos inimigos do evangelho de Cristo*, estão aqueles que, aberta e explicitamente 'julgam a lei,' e 'falam mal da lei' – aqueles que ensinam os homens a quebrar ... não somente um ... mas todos os mandamentos de um só golpe... isto é, na verdade, demolir enunciados com muita violência...; isto é resistir na cara a nosso Senhor." (1)

Esta pesada declaração saiu da pena zelosa do reavivalista João Wesley, e expressa uma grande verdade. Sem a lei. por que haveria o Evangelho? Como nos salvaria ele das acusações de um padrão cuja vigência se nega?

Se o Decálogo está perempto, gostaríamos de perguntar quais dos seus preceitos não são mais necessários *hoje*, para estar de fato caduco e não mais vigorar. Seria, acaso, o primeiro, que veda ao homem ter "outros deuses?" ou o segundo, que proíbe frontalmente a idolatria? ou o terceiro, que obsta a leviandade e irreverência para com o augusto nome de Deus? Seria, então, o quarto que ordena taxativamente a observância da *determinado dia ordinal* – exato e inconfundível – um memorial da Criação? Mandamento *positivo*, enfático, detalhado, precedido de um imperativo "Lembra-te?" (Ou já desapareceu a Criação para que tenha desaparecido o seu memorial?) Será que o quinto mandamento não é mais necessário na sociedade hodierna? Será que a "dia das mães" e o "dia dos pais" superaram as relações afetivas que o preceito estabelece entre filhos e pais? Qual dos mandamentos – repetimos – não é mais necessário em nossos dias? O "não matarás?" O "não adulterarás?" Poderá estar perempto um código que condene a mentira, o roubo, a cobiça? Não existem hoje tais males? E o sincero cristão não se absterá deles, pelo poder do Espírito que o identifica com Cristo e o habilita a viver em consonância com a divina norma de conduta resumida nos Dez Mandamentos?

Mui oportuno o que disse o fervoroso evangelista Moody sobre este ponto: "Jamais encontrei um homem honesto que achasse alguma falha nos Dez Mandamentos. A lei dada no Sinai nada perdeu de sua solenidade... O povo precisa ser levado a compreender que os Dez Mandamentos estão ainda em vigor, e que há uma penalidade ligada a cada violação,.. O sermão do monte não cancelou os Dez Mandamentos." (2)

Acaso a solução não está em Cristo? – berram os anominianos. Exato! A solução está *unicamente* em Cristo repetimos nós com toda a ênfase. Mas como se sentiriam os homens *culpados* e conduzidas ao Salvador, se o Espírito os não convencesse de pecado (transgressão da lei), de justiça (perfeito cumprimento da lei) e de juízo (julgamento à vista da lei)? Como poderia ocorrer isso se não existisse um PADRÃO? Este é o processo que precede a conversão. E, depois de salvo, como viver? Qual a norma de conduta revelada por Deus? Onde o padrão? Não pode deixar de existir uma regra de conduta.

E o grande mestre batista, o erudito teólogo A. H. Strong com a sua autoridade desmente a tese do livro que estamos considerando, quando inequivocamente: "A súmula da doutrina da liberdade cristã é *oposta ao anominianismo*; podemos dizer que Cristo *não nos livrou da lei como uma regra de conduta* – como crêem os antinomistas." (3)

E ainda outro teólogo batista, hoje muito acatado e de indiscutível autoridade, pastor Thomas Paul Simmons, também declara de modo a não deixar dúvidas: "A Lei de Deus fixa o dever e a responsabilidade do homem. A Lei de Deus é o guia e o padrão do homem... é a vontade revelada de Deus ...A conversão envolve submeter-se alguém à vontade de Deus." (4)

Lamentavelmente, vivemos numa época sem lei, ou de franca ilegalidade. Época de delinqüência e devassidão, retratada em II Tim. 3:1-5. Os homens não somente tentam remover as restrições da lei de Deus, como procuram até livrar-se do próprio Deus, se possível fora. Porém mais lamentável é o fato de que infidelidade ecoar dos próprios

púlpitos, e a incredulidade assentar-se nos bancos das igrejas populares. Prega-se, sem rebuços, a abolição da lei divina, bem como uma graça *sui generis* com o indisfarçável sentido de indulgência. É o dispensacionalismo radical. É o modernismo religioso, o criticismo bíblico, o *formgeschichte*, o racionalismo, e redução do cânon, o neotestamentarismo, a negação dos postulados básicos do plano de Deus – toda essa avalanche arrasadora da fé cristã, tendo como ponto de partida o anominianismo.

E muitos grupos religiosos e mesma igrejas de tradição histórica se mostram alarmadas com essa invasão eruptiva de ceticismo. Culpe-se a filosofia humanista; culpe-se o relativismo kantiano; culpe-se o intelectualismo ministerial; culpe-se a teoria evolucionista; culpe-se o liberalismo. Aponte-se, embora, a influência negativa de grandes mentores, como Ritschl, Fosdick, Shailer Mathews, Bultrick, W. Fallow Covert, T. Parker, Lockwood e inúmeros outros. Tudo destroçando o trinômio basilar da fé cristã: CRIAÇÃO-QUEDA-REDENÇÃO; tudo negando a inspiração, negando os milagres, negando o sangue, negando a lei.

E a esta altura, é oportuno dizer, alta e bom som, que os adventistas do sétimo dia são, dos pouquíssimos movimentes religiosas ortodoxos, um que se não contaminou com os pruridos modernistas. São eles fundamentalistas *absolutos*, integrais, cento por cento, de ortodoxia purpurina, porque se apegam com firmeza a *todos* os grandes fundamentos do evangelho de Cristo. Esforçam-se, pela graça de Deus, por cumprir as palavras do Mestre, ditas por intermédio de João – o vidente de Patmos – referindo-se àqueles que deveriam ser chamados de todas as nações, e tribo, e língua e povo a formarem um movimento a fim de se *prepararem* para Seu segundo advento: "'Aqui está a paciência dos santos: aqui estão os que guardam os mandamentos de Deus, e a fé de Jesus." Apoc. 14:12. Ou, como foi traduzido por Goodspeed: "Neste fato repousa a tolerância do povo de Deus, aqueles que obedecem os mandamentos de Deus, e apegam-se com sua fé em Jesus."

Aí está o perfil da igreja verdadeira, da igreja remanescente. Quantas preenchem estas condições?

Feito este preâmbulo, vamos agora passar ligeiramente no crivo da análise algumas objeções, que provaremos ser inteiramente insubsistentes.

O Decálogo "Anulado" por Dois Mandamento

Inicialmente, à pág. 36 são citados os textos de S. Mat. 22:36-40 e S. Mar. 12:28-31, em que Jesus explana ao doutor da lei a grandeza dos mandamentos que consistem em "amar a Deus sabre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo". Entende o oponente que se trata de mandamentos *distintos* e anulativos do Decálogo. São derrogativos. São substitutos.

Salta aos olhos que tal conclusão é errônea simplista, superficial, e quem no-la afirma, com autoridade, é nada menos que C. H. Spurgeon – grande pregador e comentador batista. Diz ele: "Uma tal observação implica falta de meditação e experiência. Esse dois preceitos (amor a Deus e amor ao próximo) *abrangem os dez*, em seu mais amplo sentido, *não podendo ser considerados exclusão de um jota ou til dos mesmos*. Quaisquer dificuldades existentes nos mandamentos são igualmente encontradas nos dois, que lhes são a SÚMULA E SUBSTÂNCIA. Se amais a Deus de todo o vosso coração, torna-se-vos preciso observar a primeira parte; e se amais ao próximo como a vós mesmas, precisais observar a segunda." (5) (parêntesis, grifos e versais nossos).

E o *Jornal Batista* de 6-12-1928 no artigo intitulado "Reflexos do Decálogo" confirma esta admirável síntese da lei: "Sumário precioso de toda a legislação divina e humana, o Decálogo SINTETIZA-SE EM DOIS BREVES PRECEITOS: amar a Deus e amar ao próximo" (versais nossos).

Portanto, estes dois mandamentos citados por Jesus são mera síntese do Decálogo e não anulação dele. E isto ainda é reiterado pelo notável teólogo batista Thomas P. Simmon, que escreveu: "A *essência*

da Lei de Deus é amar a Deus supremamente e aos outros como a si mesmo". (6)

Também J. Broadus, comentador batista, tratando desta passagem, aduz: "Mais literalmente seria a pergunta: 'Que espécie de mandamento é grande NA LEI?" (7) E isto demonstra que a lei original subsiste em face dos dois preceitos. Não foi anulado por eles, como pretendem os anominianos e modernistas.

Cristo apenas deu um resumo da lei em dois preceitos, mostrando que toda a lei é grande. Paulo, por seu turno, *resume* a lei num único preceito: AMOR. Rom. 13:10. E só se resume algo que *existe*, e está em vigor. A conhecida revista *Seleções* resume artigos extensos e até livros. Mas – perguntamos – tais artigos extensos e livros originais *deixaram de existir* pelo fato de terem sido condensados num artigo de duas ou mais páginas? Ficaram *abolidos* os originais? De modo nenhum. É falsa a conclusão de que os resumos da lei sejam substitutos dela. Decorre de muita superficialidade, falta de análise de meditação e experiência – como disse Spurgeon. Seria um erro grosseiro, um malabarismo infeliz. Desespero de causa.

Mais ainda: *esses resumos* da lei se encontram no Velho Testamento (Deut. 6:5 e Lev. 19:18). Não foram *da autoria* de Jesus naquele momento. Já existiam de há muito. Datavam do tempo do Decálogo, e não constituíam novidade. Foram citados apenas para impressionar a mente do interlocutor de Cristo e demais presentes, que tinham uma idéia muito restrita e material da lei divina. Mas se Cristo aboliu toda a lei na cruz – como sustenta o oponente – então aboliu *também* estes dois preceitos!!! Para que invocá-los? O "argumento" conduz logicamente a este disparate.

Mais estapafúrdio ainda, e até provoca *riso* – cúmulo do contra-senso – é que o autor placidamente admite que estes dois preceitos constituem *lei cerimonial* (sic), que nós repudiamos. É incrível! E para estarrecer, *horresco referens* – creia ou não o leitor ele averba a abstenção da carne de porco (lei higiênica) como lei cerimonial" também!

Sem comentários. E assim há, esparsas pelo livro, afirmações que de tão pueris e boçais não merecem ser apreciadas, e algumas nem sequer mencionadas... Seria um ultraje ao bom senso.

Arenga ainda o nosso opositor ter Jesus afirmado que "toda a lei, *inclusive o decálogo*, depende destes dois mandamentos." É o caso de perguntar-lhe por que invocar aqui o decálogo se crê fora sumariamente abolido? Eis outra contradição inapelável.

Concordamos com Jesus. O grande mandamento, que configura toda a lei, é AMOR. É o grande motivo, do qual a lei é dependente. Quem ama a Deus, cumpre a primeira tábua do Decálogo; quem ama ao próximo, cumpre necessariamente a segunda – como sustenta Spurgeon. O amor é o *móvel* que leva o homem a obedecer preceito por preceito da lei de Deus. Sem amor, a lei é letra morta. Diz João que os mandamentos de Deus "não são pesados." Por quê? Porque quem ama, *cumpre* a lei. Executa-a prazerosamente. Não com espírito formal, farisaico, mas com amor, com espontaneidade, com legítimo espírito de obediência.

A Lei "Durou" Até Cristo – a Posteridade de Abraão

Outra cilada antinomista está articulada á pág. 42 com o torcimento de sentido de Gál. 3:19 que diz: "Logo, para que é a lei? Foi ordenada por causa das transgressões, até que viesse a posteridade a quem a promessa tinha sido feita; e foi posta pelos anjos na mão de um Medianeiro." Eis a conclusão simplista do autor: "Se foi até Jesus, já não é mais depois dEle."

Ledo engano! Não há aí a mais leve alusão à ab-rogação do Decálogo. Nem que ele tenha cessado em Jesus. O sentido é apresentar Cristo – posteridade de Abraão – como Aquele em Quem se deve refugiar o pecador, o transgressor da lei divina. Diz que a função da lei é apontar as transgressões, até que surgiu Cristo e nos livrou da maldição da lei – a morte. Um autorizado comentador afirmou, com referência a este passo:

"Abraão teve posteridades seguidas; mas a bênção veio através de *uma* posteridade – Cristo – plena e unicamente pela promessa. Por que então, foi a lei dada? Para que o pecado pudesse ser visto em toda a sua hediondez e malignidade, de modo que o homem pudesse fugir da ira e refugiar-se em Cristo." (8)

E este sentido é confirmado por autorizados expositores batistas que assim anotam o texto: "Compare-se com Rom. 5:20: 'Veio a lei para que a ofensa abundasse,' que é o sentido de Rom. 5:13 e 7:13. E compare-se ainda com Ates 7:53." (9)

Como se vê, nada há neste texto que autorize a crer que a lei tenha cessado de vigorar com a vinda de Cristo. Tal interpretação é atrevida, forçada e tendenciosa.

Em João "Cessou" a Lei

Em seguida aduz S. Luc. 16:16 que reza: "A lei e os profetas *duraram* até João; desde então é anunciado o reino de Deus, e todo o homem emprega força para entrar nele." (Grifo do texto).

E a conclusão primária e grosseira do autor é esta: "Se durou *até* João, o precursor, forçosamente parou aí." Antes de desmontamos mais esse ardiloso engano, notem-se as seguintes contradições em que incide sem perceber: disse anteriormente que a lei vigorou até a *vinda* de Cristo, a posteridade. Afirma agora que a lei parou *com João*, o precursor. E à pág. 42 taxativamente diz que "a lei findou *na cruz*." Como é isso? Quando realmente "cessou?" Ou teve três abolições com intervalos de tempo? Eis a que ridículo chegam os negadores da lei de Deus. Nem sabem dizer exatamente quando a lei foi abolida, quando cessou de vigorar. Porque, se durou até João, já estava abolida e nada mais teria Jesus que abolir. Seria "chover no molhado"...

Voltemos ao texto citado. Ele não quer dizer que, depois de João, não haveria mais "lei" ou "profetas." Profetas houve-os e muitos nos tempos apostólicos. Ler Atos 2:17 e 18: 19:6; 21:9 e 10; I Cor. 14:29, 32

etc. E a lei de Deus continuou em vigor também. Note-se que foi *depois* de ter proferido as palavras do nosso texto que Cristo disse ao jovem rico: "Se queres entrar na vida, guarda os mandamentos." S. Mat. 19:17. E tais mandamentos eram do Decálogo. Ora, ordenaria Cristo tão categoricamente obediência a uma lei abolida com a pregação de João Batista?

Além disso, a lei reflui mais adiante nos escritos paulinos e joaninos, na carta de Tiago e o próprio oponente admite à pág. 47 que nove mandamentos estão de novo em vigor. Evidentemente, o sentido do texto não é a ab-rogação da lei de Deus, porque o versículo seguinte põe por terra a leviana afirmação de que a lei "durou" até João. Diz esse verso seguinte: "E é mais fácil passar o Céu e a Terra do que cair um til da lei." Está claro que Jesus estende a vigência da lei além da existência do mundo, ou seja, de *milênios depois de João.*

Mas aqui os oponentes também seguem trilha errada porque não tomam conhecimento de que a palavra "duraram" grifada no texto, não se encontra no original grego. Foi acréscimo do tradutor para complementar o sentido. E a passagem paralela de S. Mat. 11:13 diz mais claramente: "Porque todos os profetas e a lei PROFETIZARAM até João." (Versais nossos) O texto de S. Luc. 16:16 significa: "A lei e os profetas (os ensinos de Deus no Velho Testamento) foram pregados até João, indicando o *tempo* em que o reino de Deus seria anunciado." Com João iniciou-se o cumprimento deste *tempo*. De fato, a nova era se iniciava com a pregação do Reino. O próprio João Batista iniciou o seu ministério advertindo solenemente: "... é chegado o reino dos Céus." S. Mat. 3:3.

Antes que João viesse, os ensinadores da parte de Deus ensinavam a lei e os profetas – as Escrituras – mas não compreendiam tudo o que significavam; vindo, porém, João, pregou-lhes o cumprimento de muitas destas profecias *advento do Messias*. Aquele que era da linhagem real de Davi, era nascido; a verdade para *aquele tempo* já estava sendo proclamada; Satanás estava trabalhando como nunca e somente os

zelosos o perseverantes entrariam no reino de Deus. As profecias foram "ensinadas" até João; desde então, muitas delas, aquelas concernentes à primeira vinda de Jesus, deixaram de ser profecias para serem fatos históricos. Jesus também pregava "o tempo está cumprido e o Reino de Deus está próximo." S. Mar. 1:15.

Prossigamos: "até" a pregação do Reino de Deus por João, os escritos sagrados do Velho Testamento constituíam o primeiro guia do homem para a salvação. (Veja Rom. 3:12). A palavra "até" (no grego *mechri*) nem de leve autoriza a idéia de que os escritos da lei e dos profetas tenham perdido o seu valor mas significa que até o ministério de João estes escritos eram tudo o que os homens tinham em matéria de revelação. O evangelho veio, não para abolir as escrituras antigas, mas para suplementá-las, reforçá-las e confirmá-las. O evangelho veio, não para ser colocado em lugar do Velho Testamento, mas em acréscimo a ele. Tal é o sentido no qual ? *mechri* é usado, como também em S. Mat. 28:15 e Rom. 5:14. "Desde então," isto é, desde a proclamação do reino de Deus por João Batista, luz adicional e supletiva tem estada a brilhar sobre a vereda da salvação, e não havia escusa para os fariseus "que eram avarentos" (b. 14). (Resumo do *SDA Bible Commentary*.)

Mas nada no texto indica abolição da lei de Deus. Seria um sentido deturpado à vista do teor bíblico. Seria uma chicana exegética.

"Fim" da Lei

Cita também Rom. 10:4: "o fim da lei é Cristo para a justiça de todo aquele que crê." E o seu raciocínio tacanho conclui que se "é o fim não é continuação."

Outro crasso engano. Concordamos que o texto se refere ao Decálogo, mas não concordamos que signifique que Cristo tenha posto um fim àquela lei, Notemos a palavra "fim". Nem sempre significa término. E no texto em lide não tem este sentido. Vem do grego *telos* e

significa também "propósito", "alvo." "objetivo", "conseqüência", "resultado", etc. Muito freqüentemente é assim empregada. Por exemplo:

I Tim. 1:5 – "Ora o fim do mandamento é a caridade."

I S. Ped. 1:9 – "Alcançando o fim da vossa fé, a salvação da alma."

Ver também S. Tia. 5:11. Veja o leitor se, nesses textos, "fim" pode significar "cessação". Absurdo!

Seria inadmissível que, quando alcançamos Jesus, possamos lançar fora a lei que é norma de conduta dada Por Deus. Tal ensino não é cristão. Cristo, na verdade, é o FIM da lei, é o objetivo dela. É o fim, não para nos livrar da obediência da lei, mas – e o próprio texto elucida – "para a justiça de todo a aquele que crê." *Justiça* no melhor sentido teológico, é o perfeito cumprimento da lei que Cristo nos imputa e que nos livra da condenação. Portanto, a lei subsiste. *A lei conduz-nos a Cristo, porque nEle encontramos a justiça que a lei exige*. A justiça que temos através de Cristo é declarada perfeita pela lei. O homem que, por Cristo se torna justo, sem dúvida guarda a lei justa Não a vive transgredindo.

O comentador metodista Adam Clarke considerando Rom. 10:4, entende que se refira à lei cerimonial, mas afirma que a palavra "fim" certamente significa "objetivo".

Vê o leitor como se desfaz o esquema pré-fabricado da ab-rogação da lei. Analisaremos *todos* os "argumentos" antinomistas apresentados, com a segurança que a verdade nos assegura.

Referências:

(1) *Works of Wesley* (New York: Waugh & Mason, 1833), Vol. 1, pág. 226.
(2) D. L. Moody, *Weighed and Wanting* págs. 11 e 16
(3) A. H. Strong, *Systematic Theology*, págs. 875 e 876.
(4) Thomas Paul Simmons. *Um Estudo sistemático de Doutrina Bíblica*, trad. de E. Kerr (Gráfica Batista), págs. 338 e 198.

(5) C. H. Spurgeon, *The Perpetuity of the Law of God*, pág. 5.
(6) Thomas Paul Simmons, *op. cit.*, pág. 190.
(7) Broadus. *Comentário ao Evangelho de Mateus*, Vol. 2, pág. 202.
(8) M. C. Wilcox, *Questions Answered*, pág. 101
(9) W. J. Conybeare and J. J. Howson, *The Life and Epistles of Saint Paul*, edição completa de 1892, pág. 530.

SOFISMAS A GRANEL

SÃO de uma pobreza franciscana os "argumentos" e pretensos comentários que articula o autor de *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus* em torno de alguns textos que escolheu e torceu escandalosamente para armar a inglória tese da negação da vigência da lei divina para o cristão. Mas tudo em pura perda porque a verdade não se altera com debiques de malabarismos exegéticos que só revelam a *idéia fixa* de esbarrondar os Dez Mandamentos – a súmula da lei moral. E a triste resultado é um cipoal de absurdos inqualificáveis e grosseiros ilogismos.

Apesar de todo o aranzel amoldado aos incunábulos da incrível teoria da abolição da lei de Deus por Jesus, permanece inalterável esta verdade: "A observação do Decálogo é útil porque nos livra de perigos; é fácil porque o Meu jugo é doce e suave – afirmou Cristo; *é necessária porque nos conduz ao Céu*." (O Jornal Batista de 6-12-1928, artigo "Reflexos do Decálogo")

Permanece, também, esta verdade: "O capítulo 20 de Êxodo possui valor fundamental ... O Decálogo, ou Dez Mandamentos, era um *todo*, pela sua origem, pela sua ordenação e também pela substância de suas ordens. Os preceitos alinhados em suas tábuas estão inter-relacionados; são inseparáveis: um depende do outro; não se podem isolar. Daí Tiago dizer que, transgredir um mandamento, *é o mesmo que transgredir a lei toda*." (*Revista de Jovens e Adultos* – Publicação da Junta de Escolas Dominicais e Mocidade da Convenção Batista Brasileira. Ano XLVIII – n°. 4 – Lição de 14-l0-1956, pág. 6.)

Como se vê, a cada passo, o autor está se entestando com os maiores de sua própria denominação, na sua infeliz tese de "liquidar" com o decálogo, pensando com isso silenciar os adventistas. Quem o refuta, são os seus pares; quem o desmente são os escritos autorizados da própria grei... Causa pena!

Prossigamos na análise dos absurdos contidos no livro. Uma flagrante amostra da vesguice da teologia popular que sustenta está à pág. 42: "É bem estranho alguém estar *remido* da lei (sic) por Jesus e ainda estar sujeito ao seu poder ou às suas exigências! Como os sabatistas poderão explicar isto?" Muito simples! Pedimos honestamente aos nossos acusadores considerarem que, embora *remidos* por Jesus (não da lei, mas da maldição da lei – como diz a Bíblia) e persistirem em transgredir (adulterarem, mentirem, adorarem ídolos, etc.) o que lhes poderá acontecer no julgamento final? Aí está a explicação. Por que não a experimentam?

Outra coisa que os nossos acusadores parecem ignorar: a Bíblia *em parte alguma* diz que Cristo nos remiu da lei de Deus, mas sim da maldição (condenação ou penalidade) da lei moral. Tanto isto é verdade que o batista **Strong** chegou a descobrir este fato e escreveu em sua *Teologia Sistemática*, pág. 870: "... Cristo NÃO NOS LIVRA DA LEI COMO NORMA DE CONDUTA – como crêem os antinomistas."

Como se sentem os nossos acusadores ante esta afirmação do renomado teólogo batista? Ou preferem acompanhar o autor do livro, que se estribou num adventista renegado: D. M. Canright?

E agora o peso da verdade: o REMIDO na verdade, não está sujeito ao poder da lei ou à sua pena, porque escrito está: "Nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus." E esta é a maior beleza do Evangelho. Mas com relação às *exigências* da lei moral ou o cumprimento de seus preceitos éticos, ai do cristão se não viver em consonância com eles! Se uma pessoa remida não mata, não furta, não aborrece a seu irmão, não tem vícios ou más inclinações, e procura santificar-se, ela está, pelo podar do Espírito, *cumprindo preceitos do decálogo*. O próprio autor afirma, em certo lugar, que o cristão não vive em pecado. Exato, e isto pela simples razão de não viver transgredindo a lei. E por quê? Por ter sido a lei abolida? De modo nenhum! Porque é nova criatura, nascida do Espírito e, necessariamente, guia-se pelo

padrão do Céu. A lei lhe é escrita no coração e no entendimento. Cumpre-se Heb. 10:16.

Mais ainda: a capacidade de obedecermos aos preceitos divinos – quaisquer sejam eles – decorre de nossa união com Cristo, do que resulta recebermos o poder do Espírito. Disse Jesus: "Sem Mim NADA podeis fazer." S. João 15:15. E Paulo é incisivo: "Posso TODAS AS COISAS nAquele que me fortalece." Filip. 4:13.

Cremos e ensinamos que a faculdade de guardar a lei moral é um *dom* de Deus ao homem regenerado pelo Espírito Santo. **A. H. Strong** também descobriu esta verdade, e escreveu: "A obrigação de obedecer a esta lei e de ser conforme o perfeito caráter moral de Deus é baseada na capacidade original do homem e nos dons que lhe foram outorgados no princípio." (1)

O homem, na verdade, caiu, mas pela operação do Espírito, regenera-se (nasce de novo) e a lei divina lhe é *escrita no coração* e lhe é posta no entendimento, para viver em harmonia com ela. Diz o mesmo **Strong**: "A lei moral é imutável, porque é um transcrito da natureza do imutável Deus." (2) Nada mais claro.

S. Mat. 5:17 – A "Fortaleza" dos Adventistas

Vamos considerar um "argumento" deveras interessante. À pág. 41, afirma: "Jesus mesmo diz que veio *cumprir*." E à pág. 151 diz que esta passagem (S. Mat. 5:17 e 18) é a *fortaleza dos adventistas*. E raciocina dramaticamente: "Se Jesus veio *cumprir*, logo a lei passou!" É preciso desconhecer por completo o significado dos vocábulos para equiparar "cumprir" com "passar" (cessar de vigorar). Ele entende ingenuamente que "cumprir" é, em última análise, cessar, passar, acabar, anular, extinguir, etc. Ou será que não viu a afirmativa enfática de Jesus no mesmo texto: "NÃO VIM AB-ROGAR!"

Que quer dizer "ab-rogar?" De acordo com a clássica definição jurídica significa *revogação total de uma lei*. "*Abrogatur cum prorsus*

tollitur." É nada menos que extinguir uma lei. É Jesus disse que não viera AB-ROGAR nada do que continham a lei ou os profetas.

No entanto, à vista desta evidência cristalina, o autor teima em desdizer a Jesus, afirmando que o cumprimente importou no "passamento" da lei, ou sua caducidade. É preciso muita coragem para desmentir a Jesus, com tão grosseira deturpação de sentido"

Vamos adiante. A esse importante texto (S. Mat. 5:17 e18) chama o autor de "fortaleza dos sabatistas". Não nos ofendemos com o surrado pejorativo "sabatistas", mas não vamos deixar de passar em branco esta excelente oportunidade que ele nos dá, de mostrarmos quem são os construtores e artífices desta tão sólida fortaleza.

l. Em primeiro lugar, como **Pedra Angular**, temos o Autor, o Arquiteto, o Planejador: **CRISTO**, pois foi Ele que disse de maneira a não deixar dúvida: "... *não vim* AB-ROGAR mas cumprir." Sabia Cristo o que estava dizendo? Sem dúvida. "Cumprir" não é fazer passar uma lei ou cessar-lhe a vigência, por tê-la satisfeita em exigência ou atendido a seus preceitos, pois se o fosso, então seria nada menos que ab-rogá-la, pura e simplesmente. Mas, no texto, Cristo declarou inequivocamente: "não vim AB-ROGAR".

Diz o grande lexicógrafo Webster: "cumprir é obedecer." É um atendimento à exigência legal, uma *satisfação* ao preceito. Um cidadão cumpre o dever de votar por exemplo. Extingue-se a instituição do voto. por ele tê-la cumprido? Não! A exigência é permanente; o cumprimento é transigente. O cumprimento afeta a pessoa, não a exigência; liga a pessoa à exigência, mas não remove a exigência. Esta só é removível por força de lei superior que expressamente o declare. É princípio de direito e de doutrina. Cristo *cumpriu* o batismo, mas não o aboliu. Em Gál. 6:2 se diz: "Levai as cargas uns dos outros, e assim *cumprireis* a lei de Cristo." Imagine o leitor se isto significa abolir! Daria um sentido obtuso, disparatado e indevido.

Outra prova de que cumprimento não é "passamento", como arenga o autor, está no fato de que em S. Mat. 5:18 Jesus estende este

cumprimento até que o céu e a Terra passem. Quer dizer que, enquanto existir este mundo, a lei e os profetas (os ensinos das Escrituras, e neles necessariamente se inclui a lei de Deus) deverão ser cumpridos pelos homens. Ora, se Cristo não fez passar a lei (como quer o autor) então não estaríamos aqui, agora, debatendo este assunto, eis que o céu e a Terra já teriam passado ... Sem dúvida, Cristo é o fundamento da fortaleza dos adventistas.

2. **A. H. Strong** , batista, muito citado, e que está de candeia às avessas com a tese de *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus*, também ajuda a erguer a fortaleza, quando diz:

"Ele [Jesus] devia 'cumprir' a lei e os profetas mediante completa execução da vontade revelada de Deus... Desde que a lei é um transcrito da santidade de Deus, suas exigências coma uma regra moral são imutáveis. Somente como um sistema de penalidade... foi a lei abolida pela morte de Cristo. 'Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim ab-rogar, mas cumprir. Parque em verdade vos digo que, até que o céu e a Terra passem, nem um jota ou um til se omitirá tia lei, sem que tudo seja cumprido'."(3) Eis o que pensa Strong sabre S. Mat. 5:17. Portanto, ele é um ótimo colaborador da "fortaleza dos sabatistas" não acham?

3. **J. Broadus**, credenciado comentador batista, também faz empenho em alinhar-se entre os construtores da fortaleza. Escreve ele sobre S. Mat. 5:17 e 18: "Cumprir – é a tradução de uma palavra grega significando 'tornar cheio', 'encher'... Significa 'executar plenamente', 'realizar', aplicado a qualquer obra ou dever... *'Em vão se tem procurado colocar este dito de Jesus em conflito com o que Paulo ensina com referência à lei'... A idéia que ainda às vezes surge, de que Jesus foi um reformador radical que pôs de lado a lei de Moisés por imperfeita e gasta, É CONTRÁR1A A TODO O ESPÍRITO DESTA PASSAGEM'*." (4) (S. Mat. 5:17. Os grifos e versais são nossos).

Agradecemos, de coração, a Broadus, pela sua desinteressada e valiosa colaboração no erguimento da fortaleza.

4. **C. H. Spurgeon**, o príncipe dos pregadores batistas, aludindo a S. Mat. 5:17, diz: "Para mostrar que Ele jamais pensou em ab-rogar a lei, nosso Senhor exemplificou (cumpriu) todos os preceitos em Sua própria vida." (5) (Parêntesis nossos).

Não há dúvida de que Spurgeon também presta excelente cooperação no soerguimento do forte dos adventistas do sétimo dia.

5. **S. L. Gingsburg**, também batista, referindo-se ao decálogo, com S. Mat. 5:17-19, escreve: "Os que ensinam a mentira de que a lei não possui mais valor ou autoridade, *ainda não leram com certeza os versículos que nos servem de texto: S. MATEUS 5:17-19.*" (6)

Gingsburg é um operário arrojado na construção da cidadela...

6. **João Calvino** – o patrono doutrinário dos batistas (predestinistas) escreveu sobre a mesma passagem: "Não devemos pensar que a vinda de Cristo nos tenha livrado da autoridade da lei; parque ela é a eterna regra de uma vida santa e consagrada e, portanto, tem que ser tão imutável como a justiça de Deus." (Comentário de Calvino sobre S. Mat. 5:17 e S. Luc. 16:17). (7)

A construção da fortaleza dos adventistas do sétimo dia já vai adiantada e firme.

7. **G. Findlay**, abalizado comentador protestante, também entra com parte na feitura da fortaleza: "O cumprimento da lei por nosso Senhor incluía: a) Sua pessoal e livre submissão a tais preceitos... b) no alargamento dos princípios da lei... c) limpando a lei de preconceitos errados e falsas aplicações; d) abolindo estatutos temporários e defectivos (lei cerimonial) e: e) selando a lei com Sua autoridade divina." (8) Ótimo!

8. **J. B. Howell** (evangélico) é claro: "Cristo cumpriu a lei, *levando-a a efeito*... (9)

Mais um lance na estrutura da fortaleza.

9. **Pulpit Commentary** (vários colaboradores evangélicos) sobre a passagem em lide: "Este [Jesus] cumpriu a justiça da Lei. Demonstrou-a perfeitamente em Sua santíssima vida... Cumpriu... a doutrina da Lei,

mostrando, como fez, a profunda significação espiritual de seus ensinos... Cristo não veio ab-rogar a lei ou os profetas, mas satisfazê-los, realizando em Sua própria Pessoa e, conseqüentemente na pessoa dos Seus seguidores aquela justeza de vida ... a suma e substância dos Seus ensinos." (10)

10. **Jamieson, Fausset and Brown**, credenciados expositores bíblicos fundamentalistas, dão este sentido a S. Mat. 5:17: "Não espereis encontrar em meu ensino algo de derrogativo aos oráculos do Deus vivo. 'Não vim ab-rogar mas cumprir.' Não subverter, ab-rogar, anular, *mas estabelecer* a Lei e os Profetas – revelá-los, corporificá-los e reverenciá-los com amor – para isso vim." (11)

11. Moody, o notável reavivalista, assim entende S. Mat. 5:17: "Pensam alguns que já superamos os Dez Mandamentos. Que disse Cristo? 'Não penseis que vim destruir a lei ... não vim ab-rogar...; até que o céu e a Terra passem, nem um juta ou um til se omitirá da lei, sem que tudo seja cumprido.' Os mandamentos de Deus dados a Moisés no monte Horebe *são hoje tão obrigatórios como o eram quando foram proclamados aos ouvidos do povo*. Diziam os judeus que a lei não fora dada na Palestina (que pertencia a Israel) mas no deserto, porque a lei se destinava a todas as nações." (12)

É conveniente pararmos aqui, do contrário a fortaleza ficará excessivamente grande. Compulsamos perto de uma vintena de autores que não pertencem à grei adventista e todos concordam num ponto: Jesus NÃO AB-ROGOU coisa alguma do decálogo. Força é concluir que a chamada "fortaleza dos adventistas" é menos dos adventistas do que dos demais intérpretes que a construíram, bom número deles batistas. E, pretendendo "lançar por terra" esta fortaleza – como quixotescamente acredita o autor – está a querer derribar o trabalho alheio. Sim, porque tal fortaleza, como vimos, foi construída por outros e dada aos adventistas...

O oponente quis ser esperto, mas saiu-se mal. Esmagado pelo peso da evidência de S. Mat. 5:17 e 18, que reafirma a vigência da lei e dos profetas, enveredou por um caminho escuso. Para não dizer claramente

que a lei foi abolida – o que seria chocante – emprega uma subtileza, um argumento capcioso: arenga que Cristo não aboliu formalmente a lei divina, mas *fê-la passar* (ou cessar) com o cumprimento. E em torno do verbo *destruir* tece grosseiro sofisma com inútil jogo de palavras para tentar impingir a idéia de que cumprir é coisa diferente de abolir, mas que no fim importa fatalmente na mesma coisa: a cessação da vigência da lei para o cristão.

Apelamos honestamente aos oponentes sinceros que, com isenção de ânimo, leiam e releiam o texto em tela. A afirmação de que pelo fato de cumprir a lei moral, Cristo a tenha ab-rogado, não está em harmonia com o contexto da declaração do Mestre. É uma leviandade. Tal interpretação (sem dúvida amoldada a pontos de vista teológicos preestabelecidos) nega o sentido que Cristo certamente pretendeu transmitir, por fazê-Lo verbalmente dizer, de forma contraditória, que não viera para "destruir a lei," mas cumprindo-a "a ab-rogou"!!! Esta interpretação ignora a forte antítese na palavra *alla* (grego) "mas" e faz ambos as idéias sinônimas: "não destruir" e "ab-rogar". Absurdo!

Cumprindo a lei, Cristo simplesmente "preencheu-a" no seu completo sentido, dando ao homem um exemplo de perfeita obediência à vontade de Deus, a fim de que a mesma lei "possa ser cumprida (PLEROS) em nós." Rom. 8:4. Ainda HOJE a justiça da lei divina deve cumprir-se em nós. Como poderia ter "passado" a lei de Deus?

Em resumo, fica patente que CRISTO NÃO AB-ROGOU COISA ALGUMA DO DECÁLOGO. Coisa alguma de ordem moral deixou de vigorar, por tê-la Cristo cumprido. Os sofismas e sutilezas em torno de "abolir" e "cumprir," objetivando determinar a cessação ou "passamento" da lei e dos profetas, não revelam bom espírito nem reverência para com as coisas santas. São malabarismos exegéticos distanciados da verdade.

Entendemos que "a lei ou os profetas" se refiram genericamente às escrituras do Velho Testamento. A "lei" particulariza os livros de Moisés e *neles se inclui o decálogo.* E Jesus reitera que nada viera ab-rogar.

Portanto, continuam vigentes e imutáveis os Dez Mandamentos – "matriz" da lei moral de Deus.

Mais ainda: lendo-se com atenção S. Mat. 5, facilmente se percebe que o contexto indica que Jesus, embora em tese falasse dos ensinos do Velho Testamento, naquele momento tinha em mente de modo especial a lei moral e estatutos civis contidos no Pentateuco e confirmados pelos profetas, porque Ele em seguida fala de "mandamentos" (v. 19) e de "justiça" (v. 20). Estas coisas se ligam à lei moral. E no sermão do monte que a seguir proferiu, Ele selecionou certos preceitos do decálogo (vs. 21 e 27) e da lei civil mosaica (vs. 33, 38 e 43). Os preceitos mais transgredidos pelo povo, na ocasião. E neste sermão, o Mestre esclarece o *verdadeiro sentido* de alguns mandamentos e a maneira como seus princípios encontrarão expressão no pensar e no viver dos verdadeiros cidadãos do reino que Ele viera estabelecer. Sermão positivo e confirmativo da lei moral de Deus.

Nada, porém, indica, nem de leve, ab-rogação, "'passamento" ou cessação de vigência. Cristo não veio destruir postulados morais. Não veio abolir, mas reafirmá-los com o selo de Sua autoridade!!

Cristo não destruiria o que Ele mesmo fizera. Sem dúvida, o própria Cristo fora o Autor mediato da lei e dos profetas. Cristo é preexistente e, antes de encarnar-Se, interessava-Se pela sorte da humanidade caída. Lemos em **I Cor. 10:4** que Ele era *a Pedra espiritual que acompanhava os israelitas no deserto*, quando foram dados os Dez Mandamentos. E lemos em **I S. Ped.1:10 e 11** que fora o próprio Jesus quem inspirara os profetas nas suas perquirições...

Não, Cristo jamais poderia ter anulado os ensinos de Deus.

Referências:

(1) A. H. Strong, *Systematic Theology*, pág. 541.
(2) Idem, pág. 541.
(3) Idem, pág. 546 e 875

(4) Broadus, *Comentário ao Evangelho de S. Mateus*, vol. 1, págs. 66, 164 e 165
(5) C. H. Spurgeon, sermão publicado no *Melbourne Age*, 1888.
(6) S. L. Gingsburg. *O Decálogo ou os Dez Mandamentos*, pág. 4.
(7) Calvino, *Commentary on a Harmony of the Gospels*, vol. 1, pág. 277.
(8) G. G. Findlay. *Law in New Testament*.
(9) J. B. Howell, *Comentário de S. Mateus*, pág. 78
(10) H. D. Spence, *The Pulpit Commentary*, vol. XXXIII, pág. 155.
(11) Jamieson, Fausset and Brown, *Commentary on the Old and the New Testament* – On Mat. 5:17.
(12) D. L. Moody, *Weighed and Wanting*, pág. 14.

NOVAS DISTORÇÕES TEXTUAIS

UMA das razões apresentadas para "justificar" que a lei findou na cruz, é a indevida citação de Col. 2:14, 16 e 17, que assim reza: "Havendo riscado a cédula que era contra nós nas suas ordenanças, a qual de algum modo nos era contrária, e a tirou do meio de nós, cravando-a na cruz... Portanto ninguém vos julgue pela comer ou pelo beber, ou por causa dos dias de festa, ou da Lua nova, ou dos sábados, que são sombras das coisas futuras, mas o corpo é Cristo."

Sobre estes textos, no decorrer do livro, tenta ele armar duas teses: da não vigência da lei pós-cruz, e a da ab-rogação do sábado do decálogo. Vamos desmontá-las completamente, deixando que a própria Bíblia se interprete, sem forçar a nota.

1ª. – Quanto à lei

Notemos os seguintes fatos, que saltam à vista:

a) Não há aí a mais leve referência à lei moral, ou à sua súmula: o decálogo. Não há, em todo o contexto, alusão a preceito dos dez mandamentos, mas sim a outros preceitos – isto é muito importante. Em **Rom. 7:7**, por exemplo, Paulo alude à "lei," mas o contexto esclarece que se referia à lei moral, porque um dos seus preceitos é citado, "não cobiçarás." Tiago também fala em "lei" (S. Tia. 2:10 e 11) e a seguir cita dois preceitos da lei moral. Mas, no caso vertente, *nada* consta do decálogo. *Nem a palavra "lei" também sequer é mencionada nos textos*, mas apesar apenas uma CÉDULA DE ORDENANCAS. Sabemos que o preceituário cerimonial consistia de extensas instruções ritualísticas a que os judeus ficavam obrigados. Um autêntico "escrito de divida" – como reza outra tradução. "Ordenanças" são meras prescrições litúrgicas e isto não se aplica à lei moral. Compare-se com Hebreus 9:1. Ordenança

"é um rito religioso ou *cerimônia* ordenada por autoridade divina ou eclesiástica – define, com propriedade, o autorizado *Standard Dictionary*.

b) Coloquemos o quadro que Paulo nos pinta, na sua moldura contemporânea. A igreja de Colossos (a exemplo da de Galácia, Éfeso, Roma e outras) enfrentava dissensões internas em virtude da ação conservadora dos elementos judaizantes, isto é, judeus que aceitaram o Evangelho, ingressaram na igreja, mas conservaram práticas do judaísmo e pretendiam impô-las aos cristãos vindos do gentilismo. Entre estas práticas estava a observância da lei cerimonial, notadamente os dias de festa (Páscoa, Pentecostes, Dia da Expiação, Festa dos Tabernáculos, Luas novas e outras). Também a circuncisão e a implicância com as carnes sacrificadas aos ídolos pagãos, e que os judeus não admitiam fossem consumidas pelos cristãos. Como é natural, no passo que estamos considerando, Paulo quis dizer aos cristãos de Colossos que estas ordenanças e festividades foram riscadas ou cravadas na cruz. Tendo vindo Cristo, a Realidade, automaticamente cessaram os tipos e "sombras" que para Ele apontavam.

c) O contexto esclarece alguma coisa do conteúdo desta "cédula de ordenanças." Alguns dos seus itens se acham exarados no versículo 16, ligado aos versículos anteriores pela conjunção "portanto". Lemos que aí consta comer, beber, festividades, Lua nova e sábados prefigurativos, tudo averbado de "sombras de coisas futuras". Ora, resta ver *em qual código* constavam tais exigências ritualistas e festivais. Consultemos o decálogo. Examinemos-lhe os preceitos. Há nele algum mandamento sobre o comer e o beber? E sobre os dias de festa e a Lua nova? Não! Nele só há preceitos morais e éticos. Nenhuma "ordenança", portanto.

Sabemos que Moisés escreveu um *livro* (Deut. 31:24; Êxo. 24:4, 7), cujo conteúdo consistia de estatutos civis, preceitos higiênicos, ordenanças levíticas e regulamentos sobre festividades, Lua nova, manjares, ofertas, sacrifícios etc. A parte propriamente cerimonial e festival estava em Êxo. 23:14-19; capítulos 29 e 30; Lev. cap. l a 7, 21,

22, 23 etc. E todas estas coisas estavam no livro de Moisés, mas não nas tábuas do decálogo, escritas pelo dedo de Deus.

d) Notemos que esta *cédula de ordenanças* nos era *contrária*. Sim, parque a complicadíssima e onerosa lei cerimonial, com suas exigências difíceis e até penosas, tendo preenchido a sua efêmera finalidade com a morte de Cristo, perdeu a vigência, tornou-se desnecessária e mesmo *contrária* ao cristão. Não assim a lei moral de Deus, que é santa, justa, boa, espiritual e prazenteira (Rom. 7:12, 14 e 22), e *estabelecida* na dispensação evangélica. (Rom. 3:31). Não pode a lei de Deus ser confundida com uma precária cédula de ordenanças que foi *riscada*. Comidas, bebidas, festividades ... Evidentemente, não se trata do decálogo, mas meramente de coisas transitórias, "sombras de coisas futuras" – como o próprio texto afirma.

Portanto, segundo a conclusão insofismável a que nos leva a Bíblia, os textos em lide referem-se inequivocamente à *lei cerimonial*. Foi *riscada*, é evidente, e cravada na cruz.

Tão clara é a Bíblia! E ainda, subsidiariamente, para concluir esta parte, citemos o conspícuo comentador metodista Adam Clarke, sobre este ponto. Diz ele:

"Ninguém vos julgue pelo comer ou beber'... O apóstolo aqui se refere a algumas particularidades do escrito de ordenanças, que foram abolidas, a saber, a distinção de carnes e bebidas... e a necessidade da observância de certos feriados e festivais, tais como as Luas novas e sábados particulares ou aqueles que deviam ser observados com incomum solenidade; todos eles foram abolidos e cravados na cruz, e não mais eram de obrigação." (*Clarke's Commentary*).

Aí está uma interpretação insuspeita e valiosa!

2ª. – Quanto aos "sábados"

Muita gente mal informada ou que lê superficialmente as Escrituras, é capaz de jurar que nelas se menciona apenas um sábado: o sábado da

Criação, do decálogo ou semanal, ou seja, o sábado que os adventistas guardam. Há gente que, ao ouvir dizer que havia outros sábados, que não caíam necessariamente no sétimo dia e que eram meramente *feriados religiosos* anuais dos judeus, arregala os olhos, estupefata. E os fanáticos (como alguns que temos encontrado), que não se dão ao trabalho de investigar a Palavra de Deus neste particular, enterram a cabeça na areia como a avestruz, dizendo: Qual, isso é invenção de adventista...

Mas o que interessa a quem ama a verdade é a pergunta: *Havia ou não sábados cerimoniais, completamente inconfundíveis e distintos do descanso do sétimo dia?*

Recorramos à Bíblia, que é a única instância em matéria doutrinária. À Lei e ao Testemunho! Por exemplo, em Lev. 16:29, 30 e 31, que fala do Dia da Expiação – festa nacional judaica, extraímos: "... no sétimo mês, aos dez dias do mês, afligireis as vossas almas... porque naquele dia se fará expiação por vós... *É um sábado de descanso* para vós..." Aqui está claramente aplicado o termo *sábado* a uma festa anual, que se iniciava invariavelmente no décimo dia do sétimo mês. Portanto distinto do dia de repouso semanal, porque necessariamente recaía em *dia diferente* da semana.

Leiamos ainda, com cuidado, Lev. 23:24, 27, 32 e 39. Neste particular, as traduções de Matos Soares e Figueiredo são mais claras, e seguem melhor o original. Valhamo-nos da versão Matos Soares: "O sétimo mês, *o primeiro dia do mês* será para vós um *sábado* e uma recordação..." (v. 24). Refere-se à festa das primícias e, embora Almeida tenha traduzido *descanso*, no original hebraico está "shabbath" – "erit vobis sabbatum" – diz a Vulgata, e a expressão correta é reproduzida por grande número de traduções. Note-se bem que este *sábado* ou dia do descanso, do primeiro dia do mês, caía em dia diferente do sétimo. Nada tinha que ver com o repouso semanal.

Prossigamos: "Aos dez dias do sétimo mês será o dia soleníssimo da expiação... *É o sábado do repouso*... afligireis as vossas almas" (v. 27 e 32). Refere-se também ao dia da Expiação, que se celebrava

anualmente, como foi dito, no 10.º dia do 7.º mês e, portanto, caía em dia diverso do sétimo. E a Escritura o chama de sábado (shabbath), dia especial de descanso.

Vamos adiante. Referindo-se à festa dos Tabernáculos, diz a Bíblia: "... no dia quinze do sétimo mês... celebrareis as festas do Senhor... *o primeiro e o oitavo dia vos será sábado*, isto é, descanso." (v. 39). Note-se que, neste versículo, no hebraico a palavra "shabbath" aparece duas vezes, c seria curial traduzi-la por "sábado de sábado". Diz a Vulgata: "... die primo et die octavo erit sabbatum, id est requies."

É irrecusável que a Bíblia chama de "sábados" estes dias festivais que *nada tinham a ver* com o descanso semanal, ou o sábado do decálogo. Estes sábados cerimoniais estavam no *livro* de Moisés, e não nas tábua dos dez mandamentos, que só mencionam o sábado do sétimo dia, comemorativo da Criação, "porque em seis dias fez o Senhor os céus, a Terra, o mar e tudo o que neles há, e ao sétimo dia descansou." Êxo. 20:11.

Os sábados festivais *foram instituídos no Sinai*, após a entrega da lei de Deus, ao passo que o sábado semanal o foi na Criação (Gên. 2:2, 3) e incorporado na lei moral, precedido de um imperativo "Lembra-te". Não pode haver confusão. Além disso, a própria Bíblia estabelece uma linha divisória entre eles, no verso 38, de modo a não deixar dúvidas: "Estas são as *festas do Senhor independentemente dos sábados do Senhor*." E também independentemente de ofertas, sacrifícios e outras exigências. Eram festas especiais e soleníssimas. Bem distintas. Convenhamos que os sábados do Senhor, os do sétimo dia, já existiam quando foram instituídos os sábados festivais. "Exceptio sabbatis Domino..." – diz a versão de Jerônimo.

Repetimos: sábados ANUAIS de modo algum podem ser confundidos com sábados SEMANAIS. Há um abismo entre eles, que nem as marteladas de uma dialética torcida consegue transpor.

Para nós basta a clara distinção que a Bíblia faz. Mas para os que gostam de comentário, vamos citar alguns, dos mais insuspeitos:

J. SKINNER, abalizada autoridade evangélica, reitor do Colégio de Westminster (Cambridge), anota:

"O nome sábado podia ser aplicado a qualquer época sagrada como tempo de cessação do trabalho e *assim é usado com relação ao Dia da Expiação, o qual era observado anualmente*, no décimo dia do sétimo mês. Lev. 16:31; 23:32. Nos livros proféticos e históricos, "sábados" e "Luas novas" estão associados de tal modo a sugerir serem ambos festividades lunares. Amós 8:5; Oséias 2:11 e Isa. 1:13." (1)

ALFRED EDERSHEIM, escritor de nacionalidade judaica, convertido ao protestantismo, profundo conhecedor da lei cerimonial, aludindo à festa das Tabernáculos, diz:

"O primeiro dia da festa e também o oitavo (ou *Hzereth*) eram dias de santa convocação e eram também "um sábado," mas não no sentido do sábado semanal, senão de um festivo descanso diante do Senhor em que nenhuma obra servil de qualquer espécie podia ser feita. (2)

O mesmo autor, falando do Dia da Expiação, diz:

"... o Dia da Expiação... conservando um caráter próprio, pois a Escritura o chama de "um sábado de sabatismo" (no original) em que... como no sábado semanal, qualquer trabalho era proibido." (3)

Referindo-se à festa do Pentecostes, diz:

"É fácil verificar por alusões análogas, no mesmo capítulo, que isso *não se trata do sábado semanal* mas sim do *festival*. O testemunho de Josefo, de Filo, e da tradição judaica, não deixam margem para qualquer dúvida de que, neste caso, devemos entender por "sábado" o 15 de Nisan *ou qualquer dia da semana* em que o referido dia venha a cair." (4)

E, finalmente, sobre a Páscoa afirma:

"O último dia da Páscoa, como o primeiro, era uma santa convocação e se observava como um sábado." (5)

Segundo o mesmo autor, há evidências em Amós 8:5 de que a Lua nova se observava como dia de descanso, ou sábado. (8)

Ficou exuberantemente provado que a Bíblia menciona os sábados festivais, anuais, portanto *cerimoniais*. Os sinceros aceitam esta

evidência e os estudiosos proclamam esta verdade, portanto, não é invenção de adventistas, como dizem os inimigos da verdade.

Agora, o ponto mais importante. Precisamos analisar, com isenção de ânimo, sem idéias preconcebidas, a passagem em lide, Col. 2:16, e interpretá-la dentro do seu contexto e no sentido claro e evidente que contém. Notemos os seguintes fatos:

a) Estes "sábados" aí estão associados a dias de festa e Lua nova, que eram solenes festividades nacionais *judaicas*, ou feriados *fixos*. Ora, o sábado do decálogo não tem esta natureza. Não era festivo nem típico;

b) Estes "sábados" estão incluídos entre instituições que eram "sombras das coisas futuras" – prefigurações de fatos que ainda estavam por vir. O sábado do decálogo é comemorativo de um fato passado: a Criação. Não era sombras de coisas *futuras*. Sem dúvida, o texto se refere aos sábados cerimoniais.

Vejamos o que os eruditos dizem a respeito:

JAMIESON, FAUSSET, AND BROWN, estudiosos fundamentalistas, assim comentam Col. 2:16:

"*Sábados*... referem-se ao dia da Expiação e festa dos Tabernáculos que chegaram ao fim com os cultos judaicos a que pertenciam (Lev. 23:32, 37 e 39). O sábado semanal repousa em base mais permanente, tendo sido instituído no Paraíso para comemorar o remate da Criação em seis dias. Lev. 23:38 expressamente distingue o 'sábado do Senhor' dos outros sábados."

ADAM CLARKE, erudito metodista, em seu autorizado comentário, assim interpreta Col. 2:16:

"Não há aqui indicação de que o sábado fosse abolido, ou que sua obrigação moral fosse superada polo estabelecimento do cristianismo. Demonstrei em outra parte que 'Lembra-te do dia do sábado para o santificar' – é um mandamento de obrigação perpétua, e nunca pode ser superado senão pela finalização do tempo."

ALBERT BARNES, profundo comentador presbiteriano, em sua obra *Notes on the New Testament*, comenta Col. 2:16, textualmente:

"Não há nenhuma evidência nessa passagem de que Paulo ensinasse que não havia mais obrigação de observar qualquer tempo sagrado, pois não há a mais leve razão para crer que ele quisesse ensinar que um dos dez mandamentos havia cessado de ser obrigatório à humanidade. Se ele tivesse escrito a palavra 'O sábado,' no singular, então, certamente estaria claro que ele quisesse ensinar que aquele mandamento (o quarto) cessou de ser obrigatório, e que o sábado não mais devia ser observado. Mas o uso do termo no plural, *e a sua conexão*, mostram que o apóstolo tinha em vista o grande número de dias que eram observados pelos hebreus como festivais, como uma parte de sua lei cerimonial e típica, e não a lei *moral*, ou dos mandamentos. Nenhuma parte da lei moral – nenhum dos dez mandamentos – poderia ser referido como "sombra das coisas futuras." Estes mandamentos são, pela natureza da lei moral, de obrigação perpétua e universal."

Até parece um adventista que está falando... É forte a força da evidência. É esmagadora a força da verdade. Sim, estes *sábados* mencionadas em Col. 2:16, e que FORAM CRAVADOS NA CRUZ, não se confundem com o sábado do sétimo dia, porque este é de obrigação perpétua.

São os adventistas que o afirmam? Muitos compreensivos estudiosos dos oráculos divinos ratificam esta afirmação. Pedimos aos leitores que atilem bem os ouvidos para ouvirem esta importante declaração de Strong, o batista, que muito nos tem ajudado neste mister. Diz ele textualmente:

"Percebemos ... a importância e o valor do sábado, *como comemorativo do ato divino da Criação* e, necessariamente da personalidade, soberania e transcendência de Deus. *O sábado é de obrigação perpétua* como o memorial estabelecido de Sua atividade criadora. A INSTITUIÇÃO DO SÁBADO ANTEDATA O DECÁLOGO E FORMA UMA PARTE DA LEI MORAL. Feito na Criação, ele aplica-se ao homem como homem em toda a parte e em cada a época, em seu atual estado de criatura." (7)

Continua A. H. Strong, a mais alta expressão teológica batista:

"*Nem nosso Senhor nem Seus apóstolos ab-rogaram o sábado do decálogo.* A nova dispensação anulou as prescrições mosaicas relativas à *maneira* de guardar o sábado, mas continua reafirmando sua observância como de origem divina e necessária à natureza humana. Nem tudo na lei mosaica foi abolido em Cristo... Cristo não cravou na Sua cruz mandamentos do decálogo." (8)

Esse testemunho fala por si.

Os "sábados" de Col. 2:l6 eram cerimoniais. Há estudiosos que alinham os sábados cerimoniais em sete, durante o ano judaico, e que no ano 30 de nossa era assim se teriam seguido: 15 de Nisã (sexta-feira), 21 de Nisã (quinta-feira), 6 de Sivã (sábado), 1°. de Tishri (domingo), 3 de Tishri (terça-feira) 15 de Tishri e 22 de Tishri (domingo). De qualquer maneira, recaíam em dias diversos da semana.

Deus descansou no sábado do sétimo dia, porém não fez o mesmo nos sábados anuais. Ao primeiro, Deus clama "os Meus sábados" Ezeq. 20:20; aos últimas, chama-os de "seus sábados" Oséias 2:11; Isa. 1:13 etc. A própria Bíblia estabelece a distinção, como vimos.

E os já citadas Jamieson, Fausset, and Brown, no seu comentário, dizem:

"Lev. 23:38 expressamente distingue "o sábado do Senhor," de outros sábados. Um preceito positivo é ordenado por ser necessário e cessa de ser obrigatório quando ab-rogado; porém o preceito moral é ordenado eternamente, porque é eternamente necessário."

Mas – objetará alguém – se Paulo menciona *dias de festa*, não haveria necessidade de acrescentar "sábados" se estes, afinal, são os mesmos dias de festas. Isto é um subterfúgio. Por uma questão de realce, foram citados os sábados. Também a Lua nova era um dia de festa e, no entanto, é mencionada distintamente. Havia outras festividades menores, como a festa do Purim. Porém no caso vertente, é fora de dúvida que os "sábados" mencionados eram ligados às sete grandes festas de Israel.

Podíamos aqui dar por encerrado este assunto, porém, como sempre há doutrinadores cavilosos que apelam para a filologia em torno da palavra "sábados" de Col. 2:16, mister se faz uma ligeira consideração neste particular. De início, a palavra grega empregada pode referir-se aos sábados semanais ou aos sábados anuais. Temos que apelar para o contexto a fim de sabermos a quais se refere. Em grego, "sábados" do texto em lide é *sabbata*, uma forma plural de *sabbaton*. Embora *sabbata* em muitas casos não representa um exato plural, pelo fato de derivar da forma singular aramaica, par outro lado é de freqüente sentido singular.

A exploração que pretensos helenistas fazem em torno deste fato, em nada altera a posição que sustentamos, porque *sabbata* pode representar um plural exato, como, por exemplo, em Atos 17:2 e sem dúvida no nosso texto (Col. 2:16) ainda reforçado com o peso do contexto indicando tratar-se de sábados anuais.

Há oponentes que exploram também o fato de a palavra "sábados", na passagem que estamos considerando, estar no grego sem o artigo, mas esquecem-se de que o sábado semanal é também freqüentemente citado sem o artigo em grego, como por exemplo, em S. João 5:9; 9:14, etc. Donde se conclui que é inconsistente, inócuo mesmo, tal argumento.

Do ponto de vista filológico, nada favorece a tese dos oponentes...

Os sete sábados festivais ou cerimoniais que transcorriam durante o ano judaico, *recaindo em diferentes dias da semana*, eram: 15 de Nisã (Páscoa), 21 de Nisã (pães asmos), 6 de Sivã (Pentecostes), 1.º de Tishri (memória da jubilação, Festa das Trombetas), 10 de Tishri (Dia da Expiação), 15 de Tishri (Festa dos Tabernáculos) e 22 de Tishri (oitava dos Tabernáculos). Recaíam em *dias da semana*, que a Escritura denomina de sábados, e neles não se podia fazer nenhuma obra servil. Estes *sábados foram cancelados* (Col. 2:16).

E para concluir-se deve-se dizer que a posição dos oponentes que tentam livrar-se do mandamento do *sábado do sétimo dia*, insistindo que Col. 2:16 se refere a ele e que foi cancelado na cruz, é assaz comprometedora para eles mesmos. Afirmando a ab-rogação do quarto

mandamento estão efetivamente cancelando a base do domingo, porquanto fora da lei mural não há mandamento para santificar um dia em sete – como entendem e procuram justificar. Até neste ponto o tiro lhes sai pela culatra.

Referências:

(1) Skinner, art. "Sabbath", *Hasting's Bible Dictionary*, pág. 307.
(2) A. Edersheim. *Festas de Israel*, pág. 86.
(3) Idem, págs. 8 e 118.
(4) Idem, pág. 71.
(5) Idem, pág. 72.
(6) Idem, pág. 109.
(7) H. H. Strong, *Systematic Theology*, pág. 408.
(8) Idem, pág. 409. Verdade é que Strong admite a mudança do sábado para a domingo a qual "parece ter sido devido à ressurreição de Cristo." E justifica-o com as fragílimas escoras da tradição patrística. Com isso apenas patenteia a invenção **humana** da observância dominical.

ANÁLISES PROVEITOSAS

O QUE fica patente é que o autor de *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus* investe contra um sistema adventista concebido e engendrado por ele, amuletado nas deturpações de Canright, pretendendo que esse imaginoso e esdrúxulo *background* doutrinário se identifique com a Igreja Adventista do Sétimo Dia. Aconselhá-lo-íamos a ler as "Crenças Fundamentais dos Adventistas do 7.º Dia." Conhecesse o autor, realmente, o que cremos e ensinamos, em sã consciência, não reeditaria o amontoado de absurdos que constitui o seu livro.

A sua ignorância em relação ao nosso *curriculum* doutrinário vai ao ponto de afirmar e reiterar que, para os adventistas, excluindo-se os dez mandamentos, *tudo* o mais na Bíblia é lei cerimonial.

Ora, isso é inverídico e exige reparo, a bem da verdade. Não sabemos onde buscou tal disparate. De fato, ensinamos que a lei moral se consubstancia no decálogo, como um código distinto, inconfundível, perfeito, escrito pelo dedo de Deus e, sendo de redação divina *direta* (não inspirada a homem algum), como tal deve ser crido e obedecido sem alterações. Os preceitos morais que se esparramam pelas Escrituras, são derivações do decálogo, seus enunciados aplicando-se às circunstâncias. Não há dúvida que o decálogo é distinto.

Excluindo-se, portanto, a lei moral, resta analisarem-se as outras leis, preceitos, estatutos, mandamentos e testemunhas. É preciso atentar para o seu conteúdo, sua substância e sua finalidade, pois essa análise é de suma importância para o esclarecimento da matéria.

Com um pouco de percepção, facilmente se discernem preceitos cerimoniais por sua natureza – os que dizem respeito ao culto, aos tipos, às festividades. A mesma percepção descobre estatutos civis, e também preceitos ou conselhos de *origem sanitária*. Como é óbvio, estas duas últimas classes de mandamentos não podem ser confundidas com os cerimoniais, porque *não se relacionam com o Cristo vindouro*. Não eram

típicos ou prefigurativos. O conjunto de preceitos morais regulava relações entre cidadãos de uma comunidade, a comunidade judaica, circunstancialmente teocrática. Outro conjunto de preceitos traçava diretrizes sobre saúde, profilaxia e temperança. NÃO ERAM CERIMONIAIS.

Como tudo que escrevemos tem mais sentido esclarecedor do que polêmico, é bom situarmos a maneira como entendemos as enunciações legais das Escrituras, aliás em consonância com os mais antigos e autorizados intérpretes e redatores de confissões de fé, e de acordo com a mais racional, lógica, boa e precisa dedução à vista da contextuação clara e exuberante que há sobre a matéria "lei."

Breve Conceituação das Leis Bíblicas

Embora a Bíblia não tenha sistemática, contudo quem a lê com um coração dócil, com espírito analítico e sem idéias preconcebidas, poderá discernir, quanto à natureza, conteúdo e finalidade, quatro categorias de leis:

a) *a lei moral*, cuja matriz, feita pelo dedo de Deus, é o decálogo. Como estabelece diretrizes que comandam relações entre o homem e Deus e entre o homem e o próximo, tais veículos jamais se desfarão enquanto Deus for Deus e o homem, homem. É uma lei eterna, que estamos obrigados a guardar, principalmente na dispensação evangélica, se quisermos ser cidadãos do Reino de Cristo, Pais por Ele somos habilitados a guardá-la.

No "Catecismo da Doutrina Batista," pelo pastor W. D. T. MacDonald, págs. 28 e 29, lemos o seguinte:

"41ª. P. – Sendo a salvação gratuita, temos a obrigação de cumprir a lei de Deus?

"R. – Sim. Todos nós temos obrigação de cumprir a lei moral (O autor cita S. Mat. 5:19; I S. João 5:3; Rom. 6:1 e I Cor. 7:19).

"42ª. P. – Que é lei moral?

"R. – Lei moral é a que nos prescreve as obrigações para com Deus e o próximo, e se acha expressa nas seguintes palavras de Jesus Cristo: (O autor cita S. Mat. 22:37-40).

"43ª. P. – De que maneira mais explícita se acha a lei exposta na Bíblia?

"R. – A lei acha-se expressa com maior minuciosidade nos dez mandamentos, dados por Deus a Moisés no Monte Sinai."

Agradecemos aos amigos batistas, por nos terem ajudado neste tópico, com tão clara definição de lei moral, e crerem que temos o dever de cumpri-la, mesmo sendo a salvação gratuita, como também cremos. Não sabemos como pode o autor harmonizar a sua crença anominiana com a crença oficial da igreja a que pertence.

b) *a lei cerimonial*, que foi instituída após a Queda, depois que o homem foi destituído da glória original. Teve essa lei o escopo de ensinar ao povo de Israel – detentor dos oráculos divinos – o sacrifício de Cristo, na figura dos sacrifícios dos cordeiros que eram imolados. E este propósito devia ser cumprido na era pré-cristã, ensinando aos crentes o *meio* de que se deviam valer-se para obterem o perdão da lei moral e eterna transgredida (porque pecado é transgressão da lei), até que viesse o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo.

Essa lei que regulava o culto no santuário, os holocaustos e ofertas, as festividades e ritos vários – tudo simbólico e prefigurativo – naturalmente cessou na cruz. A ela ninguém mais está obrigado. No início do estabelecimento do cristianismo, elementos conservadores vindos do judaísmo (judaizantes) não queriam, de pronto, se desvencilhar destas práticas cerimoniais, ocasionando sérios estremecimentos nas igrejas nascentes, notadamente de Roma, Galácia e Colossos. Estes assuntos são tratados nas epístolas paulinas dirigidas àquelas igrejas. Em suma, a lei cerimonial – escrito de dívida contra nós – caducou, por ter preenchido a sua finalidade.

c) *Lei civil judaica*, de que Israel como nação não podia prescindir. Regulava as relações dos cidadãos, definindo os seus direitos e deveres. Ela se esparrama pelo Pentateuco, aludindo à propriedade, casamentos ilícitos, divórcio, escravatura, herança, guerra, usura, fuga, empréstimos, crimes, imoralidades, e também cominava as penas. Ela era, em suma, os códigos civil, penal e processual dos israelitas. Moisés era também legislador e juiz. Sendo Israel nação teocrática, a padrão era a lei moral.

A sua transgressão, além de ser pecado contra Deus, *era crime punível pelas leis nacionais*.

Como é óbvio, desaparecendo a nação judaica, extinguiu-se, *ipso facto*, esta lei nacional, por carência de aplicabilidade. É claro que os cristãos, sujeitos às leis de seus países de origem (Rom. 13:1-7) nada têm que ver com os estatutos civis *mosaicos*.

d) *Preceitos higiênicos*, que, a rigor, não constituem uma lei, mas tratavam de altos princípios sanitários, de saneamento, de prevenção ao contágio de moléstias repelentes e, sobretudo, de elevados padrões nutricionistas. A proibição de comer alimentos imundos (hoje homologada pela ciência) dizia respeito ao *bem-estar físico*, à saúde de um povo escolhido e separado por Deus. Esses preceitos, altamente salutares, que proporcionavam *mens sana in corpore sano*, devem ser observados por quem aspire a viver no ambiente puro do Reino de Cristo. Não é apenas a abstenção do álcool, do fumo, do jogo, ou de entorpecentes, que caracteriza a cristão. O seu corpo é o "templo do Espírito Santo" e este depósito sagrado não pode ser contaminado com alimentes inconvenientes, nocivos e alguns formalmente condenados pela Palavra de Deus.

É inadmissível supor que Cristo tenha cravado na cruz leis higiênicas ou regras bíblicas de temperança tão benéficas ao *homem*. Disse credenciada escritora: "A santificação exposta nas Sagradas Escrituras tem que ver com o ser todo – as partes espiritual, *física* e moral. Eis a verdadeira idéia sobre a consagração perfeita. Paulo ora para que a igreja em Tessalônica possa desfrutar esta grande bênção: "E o mesmo Deus de paz vos santifique em tudo; e todo o vosso espírito, e alma, e CORPO sejam plenamente conservados irrepreensíveis para a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo." I Tess. 5:23." (EGW, *Santificação*, 7)

É fora de dúvida, pois que estas *espécies* de leis estão bem definidas no Livro Santo, e afirmar o contrário é ir contra a evidência dos latos. Por isso causam risotas as absurdas citações que o autor faz à pág. 36, de

estatutos marcantemente civis (Êxo. 22:21 e 22; 23:2; Lev. 19:2, 16 e 18; Deut. 16:19 e 18:13) confundindo-os com preceitos *morais*. É incrível! Faz, em outros lugares, uma mixórdia de leis de natureza diversa, num baralhamento intencional, porque somente fazendo-se essa trama, se poderá sustentar a esdrúxula tese de que a lei de Dons foi abolida. Mas essa confusão propositada, além de não revelar bom espírito, denota falta de percepção, uma babel irremediável. É de causar pena.

O fato de a Bíblia não mencionar os adjetivos "moral," "cerimonial," "civil," "higiênico" etc., não destrói o fala de existirem leis assim averbadas. O que se busca na Bíblia são *fatos* e não termos. Negar um fato bíblico, só porque a Escritura não menciona a palavra pela qual esse fato é designado, é uma insensatez e uma grande insinceridade. Assim poderíamos proceder em relação a "ascensão," "encarnação," "Trindade," e outros fatos, cujos nomes a Bíblia não traz.

Relevem os leitores por termos insistido na tese da conceituação das leis. Fizemo-lo por que gostamos de tudo em pratos limpos, e matéria de tal relevância precisa ser bem esclarecida, tanto mais que o autor se mostrou ignorante em relação ao que cremos.

Iremos até ao fim, sem deixar uma acusação sequer de ser analisada e destruída.

PASSAGENS MAL COMPREENDIDAS

TODA a dialética que se possa urdir contra a vigência da lei de Deus tem a sua base em passagens mal compreendidas. Analisemos algumas delas.

A CARTA DE CRISTO, NÃO EM TÁBUAS DE PEDRA.

O autor engendra um intrincado comentário em torno do capítulo 3°. de II Coríntios, na vã tentativa de demonstrar que o decálogo foi abrogado. A palavra "lei" nem sequer aparece nos textos apontados, e isso é importante. Qualquer pessoa de mediana conhecimento das Escrituras facilmente percebe que o assunto que Paulo focaliza aí é o *contraste entre os dois concertos*, concluindo que o Velho Testamento (à margem, *concerto*) foi abolido (verso 14). Demonstramos, à saciedade, em outro capítulo desta série, que os dez mandamentos eram a base do concerto, mas não eram o próprio concerto.

Pediríamos, agora, ao leitor que lesse atentamente, com vagar, todo o capítulo 3º. da segunda carta aos Coríntios. Logo se percebe que Paulo fala de "ministério" e não de lei. É só prestar atenção. O apóstolo estabelece vários contrastes entre os concertos, que, em resumo, são os seguintes:

VELHO CONCERTO		NOVO CONCERTO
1. "ministério da morte"	contra	2. "ministério da condenação"
2. "ministério da condenação"	contra	2. "ministério da condenação"
3. "letra que mata"	contra	3. "espírito que vivifica"
4. "foi abolido"	contra	4. "permanece"
5. "em glória"	contra	5. "em excelente glória"

Vamos analisar estes contrastes, para melhor esclarecimento.

1. e 2. Que vinha a ser este "ministério da morte" ou "ministério da condenação?" Com toda certeza não significava "lei", porque ministério ou ministração jamais foi sinônimo de lei. Uma coisa é a ministração de uma lei, outra coisa a lei em si mesma. A ministração, ou ministério,

nada mais é do que os meios pelos quais a lei é aplicada, ensinada e vivida e só muita má vontade poderia confundi-la com a própria lei. Portanto, é fora de dúvida que o "ministério da morte" ou "ministério da condenação" referem-se inequivocamente ao antigo ministério ou ministração da lei que fora "gravada com letras em pedra" – ou seja o concerto com base no decálogo, concerto este que, pela incapacidade dos israelitas, precisou ser abolido.

Ao novo concerto, em contraste, Paulo chama de "ministério do espírito" ou "ministério da justiça". Salta à evidência que, em linguagem vívida e comparativa, o apóstolo procura demonstrar que Cristo e o Seu ministério são a glória refulgente, ao lado da qual a glória do ministério dos tempos anteriores empalidecia e desaparecia. O livro de Hebreus está cheio destes contrastes, livro que fora escrito para os crentes judeus, os quais até aceitarem Cristo criam naturalmente que a glória do Sinai – a *ministração* (ministério) da lei divina pelos sacerdotes, levitas e governadores – era a última palavra no plano celestial. No entanto, viam depois que a glória de Cristo a superava em muito.

É evidente também que a metáfora comparativa "tábuas de pedra" e "tábuas de carne do coração" é indicativo do contraste *entre os dois concertos*. Compare-se cuidadosamente com Jer. 31:31-34; Ezeq. 11:19 e 20. Mas não se pode encontrar aí a mais leve alusão à ab-rogação da lei de Deus. Convém lembrar também que há expressões na Bíblia que devem ser entendidas pelo que de fato significam e não tanto pela forma das palavras. Por simples figura literária, o ministério da lei no velho concerto é denominado de "morte" ou "condenação", isto porque a transgressão da lei (pecado) tinha o seu salário de morte ou condenação.

Também nos dias de Eliseu, certa vez, as filhos dos profetas ajuntaram-se em torno da "panela grande" em que se cozeu colocíntidas. Evidentemente eram ervas venenosas porque os que as comiam clamaram: "Homem de Deus, *morte* na panela." II Reis 4:38-40. Em linguagem exata, queriam dizer que havia algo no interior da panela que iria *causar* a morte, mas, trocando a causa pelo efeito, gritaram,

expressando-se daquela forma. Mas fácil é encontrar-se o sentido. Basta ser sincero, e querer descobri-la. Assim a relação de Paulo com as "tábuas de pedra."

3. Consideremos a "letra que mata," em contraste com o "espírito que vivifica." Um ministério de lei, baseado em sua letra, resulta somente em morte para os seus transgressores; mas um ministério de lei, baseado na justiça de Cristo através da ação do Espírito no coração do pecador, resulta em vida. O primeiro ministério foi letra morta, por inadimplente por parte do novo; o último, espírito que vivifica, por ser Cristo que habilita o homem a obedecer. Sempre em foco os dois concertos. Nada sugere a abolição do decálogo.

4. Quanto ao que "foi abolido," o versículo14 diz, no original, que foi o velho concerto (*diatheke*) e não a lei de Deus. O novo permanece. Se a Bíblia diz que permanece, é porque permanece mesmo, queiram ou não os inimigos da verdade. Não se desmente a Palavra de Deus com malabarismos exegéticos. Nada é aqui afirmado com relação ao decálogo.

5. Finalmente, com relação à "glória" mencionada por Paulo, diz respeita à glória proporcional aos dois ministérios. A justiça divina refulgiu de modo terrível no monte Sinai, quando foi solenemente proclamada a lei. Deus era um fogo consumidor. Porém quão incomparavelmente maior, infinitamente maior, a glória de Deus jorrando sobre a Terra seus raios vivificantes, *quando Cristo desceu* para "salvar a povo dos seus pecados" S. Mat. 1:21. A última "glória" empalideceu a primeira. Aquela primeira – que produziu reflexos no rosto de Moisés – foi abolida, superada que foi pelo resplendor inigualável da segunda. Claramente diz a Bíblia que o véu foi posto no rosto de Moisés, e não nas tábuas da lei. Era a sua face que brilhava, não as tábuas; e foi o brilho do seu rosto que feneceu, não o decálogo.

São verdades fáceis de entender. Nos versos 15 e 16, Paulo alude aos judaizantes que se supunham sob o véu, sob o velho concerto. E a glória do Senhor é exaltada no verso 18, como senda o supra-sumo do

novo concerto. Claríssimo! Somente num esquema pré-fabricado, amoldado e torcido caberia a tese da ab-rogação da lei de Deus com base em II Cor. 3.

Comentando este capítulo, escrevam os eruditos e fundamentalistas Jamieson, Fausset, and Brown: "A lei moral dos dez mandamentos, sendo escritas pelo dedo de Deus, é tão obrigatória agora como sempre o foi; mais ainda sob o evangelho com *espírito* de amor, do que sob a *letra* de uma obediência servil; agora com espiritualidade muito mais intensa e mais profunda (S. Mat. 5:17-48; Rom. 13:9)."

Portanto, II Cor. 3 reafirma a vigência da lei!

À pág. 45 do livro é citado Gál. 3:24 "De maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, para que, pela fé, fôssemos justificados," concluindo que em Cristo terminou a função da lei. O Padre Matos Soares traduz melhor: "A lei, pois, foi o nosso pedagogo, para nos conduzir a Cristo, a fim de sermos justificados pela fé." A nosso ver, isto é tão claro que dispensa comentário.

É ensino fundamental das adventistas que a lei revela a pecado, denuncia as transgressões, mostra o estado miserável do homem e sua incapacidade de salvar-se, e par isso conduz o pecador Àquele que é capaz de salvar: Cristo. O objetivo da lei é levar o homem manchado Àquele que pode – e somente Ele – remover a mancha. A lei *conduz* o homem a Cristo. Por quê? O próprio texto em lide esclarece: "a fim de ser justificado pela fé." E depois de justificado, já não está mais sujeito à influência da lei ou sua condenação, porque escrito está: "nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus..." Como, em tempos remotos, o aio conduzia meninos à escola, aos mestres para serem ensinados.

A *Authorized Version* (Bíblia em inglês) assim traduz o passo: "Assim, mesmo como o aio que conduz uma criança à casa do Mestre, assim a lei nos conduz a Cristo (nosso Mestre), para que pela fé fôssemos justificados."

Gastaríamos de perguntar: depois de entregue a criança ao mestre-escola, morre acaso o aio? Não continuará ele no seu mister, conduzindo sempre crianças ao mestre? Por que concluir pela ab-rogação da lei, se o texto fala da sua função? Por que baralhar deliberadamente as coisas? Por que tomar o continente pela conteúdo? O nosso oponente precisa aprender muita coisa com os seus colegas mais sábios e experimentados.

Por exemplo, ninguém melhor do que Charles Spurgeon, príncipe dos pregadores batistas, para lhe explicar Gál. 3:24 à luz do seu contexto. Diz o grande Spurgeon: "Antes de vir a fé, éramos mantidos sob a lei, retidos dentro da fé que depois se revelaria. *Por essa* causa a lei era nosso aio para conduzir-nos a Cristo, a fim de sermos justificados pela fé. *Digo-vos que pondo de parte a lei, despojastes o Evangelho de seu auxiliar mais competente*. TIRASTES DELE O AIO QUE LEVA OS HOMENS A CRISTO. Eles nunca aceitarão a graça sem que tremam perante uma lei justa e santa. Por conseguinte, *a lei serve ao mais necessário e benéfico propósito, e não deve ser removida do lugar que ocupa*." (1) Grifos e versais nossos.

Spurgeon reduz a subnitrato o raciocínio blasfemo de *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus*. Outro renomado ministro batista, *William Carey Taylor*, disse: "Seria uma bênção se cada púlpito no mundo trovejasse ao povo a voz divina do Decálogo, *pois a lei é o aio para guiar a Cristo*." (2)

Nada mais é necessário dizer sobre este ponto para demonstrar que o infeliz autor foi refutado pelos seus próprios pares mais esclarecidos. A sua argumentação aqui foi desastrosa, como de .resta em todo o livro. A posição dos anominianos é comprometedora e insustentável diante da clareza do ensino bíblico. A lei divina é sempre reafirmada!

É lastimável que haja ensinadores religiosos que chegam ao cúmulo de reunir argumentos para votar a lei de Deus ao desprezo!

Isto é que é insultar a Cristo, o que nos remiu da maldição da lei, mas no-la escreve em nossos corações, sob o novo concerto.

(1) C. H. Spurgeon, *The Perpetuity of the Law of God*, pág. 11.

(2) W. C. Taylor, *Os Dez Mandamentos*, pág. 5.

OUTRAS CAVILAÇÕES

Os Gentios e a Lei

MOSTRANDO sua indisfarçada aversão pela lei divina, o oponente cita **Rom. 2:14**, isolando a expressão "os gentios que não têm lei", para concluir erroneamente que a lei só fora dada a Israel. Os gentios não precisam de lei.

Ora, a Bíblia diz justamente o contrário, e preferimos crer nela. Em Isa. 56, por exemplo, lemos as grandes promessas feitas por Deus aos gentios que se unissem ao Seu concerto e guardassem a sábado. Note-se que o capítulo se refere à dispensação cristã, quando "a salvação está prestes a vir" e "a justiça a manifestar-se". Leia-se Núm. 15:10 e 16. Leia-se Gál. 3:29, que afirma que os cristãos são descendentes de Abraão e herdeiros conforme a promessa. A Escritura também não diz que Deus a é dos gentios? "É porventura Deus somente dos judeus? E não o é também dos gentios? Também dos gentios, certamente." Rom. 3:29. No entanto, este Deus, repetidamente é denominado "Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó". Todas as bênçãos divinas foram transferidas para a gentilismo: o concerto, a lei, o evangelho, tudo, enfim. Somos o Israel espiritual.

Desmontemos o sofisma grosseiro que o autor teceu em torno de Rom. 2:14. Para melhor compreensão, leiamos do verso 11 a 16, e veremos que o apóstolo faz interessantes afirmações.

1ª. Que *Deus não faz distinção de homens* (pois só tem padrão para julgá-los: a Sua santa lei. Sejam judeus ou gentios);

2ª. Que os que pecaram, mesmo não conhecendo a lei, *perecerão*. Notem bem: perecerão (porque c salário do pecado é a morte). Não se diz que se salvam pela consciência da lei;

3ª. Que os que pecaram, conhecendo a lei, por ela *serão julgados*. (Logo, não foi abolida porque será norma de julgamento.) Paulo diz isso em sentido genérico, não restrito aos judeus. E os que forem julgados por ela, sendo achados em falta, necessariamente serão condenados, pois a transgrediram;

4ª. O verso 13 estabelece um cotejo entre os que "ouvem" e os que "praticam" as preceitos divinos. (Compare-se com S. Tia. 1:22-25.) E o apóstolo conclui que somente os últimos, os praticantes alcançam a justificação, e isto porque a sua fé os levou a obedecerem ao padrão do Céu.

5ª. Os versos 14-16 em conjunto revelam que ninguém escapa ao julgamento de Deus, que julgará os *segredos dos homens*. Não escaparão mesmo os que não tendo lei, julgam praticar "as coisas que são da lei" sob o tríplice testemunho do coração, da consciência e do pensamento.

Note-se que a alusão a "gentios" é motivada pelo contraste que Paulo estabelece da impenitência das judeus. A tese forçada de que a lei não é necessária aos gentios, encontra o seu desmentido especialmente nos versos 12 e 13. É só ler com atenção e entendimento.

Milton C. Wilcox, em seu livro *Questions Answered*, pág. 96, faz judicioso comentário deste assunto, que reproduzimos:

"A lei divina é uma só. O pagão que a tinha, ou supunha tê-la em sua capacidade, certamente julgava-se bem com a consciência mesmo nas tempos em que podia ter uma multidão de esposas. Àquele tempo ele podia praticar outras coisas que as próprias convenções da época não permitiriam – e que a luz da Palavra de Deus sem dúvida condenaria – tal como se deu com Abraão e Jacó. Mas sentiam-se bem com a consciência. A lei escrita em seus corações de início não constituía um conhecimento completo, senão um princípio de agir correto. Assim se expressa Deus em II Crôn. 16:9: "Os olhos do Senhor passam por toda a Terra para mostrar-Se forte com aqueles *cujo coração é perfeito para com Ele*." Isto é o que Deus requer – afeição perfeita, perfeito coração.

A força impelente do homem é a sua afeição, seu amar, mesmo que seu conhecimento seja pouco. Pode mesmo ter vislumbrado apenas um raio de luz do trono de Deus; mas *este* raio de luz domina a sua vida, e o homem que se submete a ele é aceito por Deus. Mesmo tendo um conhecimento parcial da verdade, vive de acordo com a luz que possui. O pagão que tem pequena luz, sem dúvida submete-se a toda a luz, quando esta lhe for revelada, e alegremente submeter-se-á aos mandamentos divinos. Para ele é somente questão de revelação para confirmar o que já lhe está no coração. E este amor é abonado pelo Mestre para 'obediência da lei.' Porém aquele que tem o conhecimento da lei de Deus, expressa nos dez mandamentos, e ainda se submete ao pecado, por pequeno que seja, repele a luz. Se persistir nessa prática, será rejeitada por Deus.

Concluir que os gentios não precisam de lei, seria admitir que eles não pecam, não precisam da revelação, não precisam de Deus. E se os gentios que não conheceram a lei, dispensam-na e se julgam pela consciência – como quer o autor – também, pelo mesmo raciocínio, os gentios que não conhecem o Evangelho podem dispensá-lo pelas mesmas razões. Por aí se vê a debilidade do argumento.

Nada, absolutamente nada prova que a lei divina fora dada *exclusivamente* aos judeus, mas o que a Bíblia claramente revela é que Deus de modo especial honrou a Israel fazendo daquela nação Seu povo escolhido e depositário de Sua lei. Rom. 9:4. Era objetivo de Deus que Israel tornasse conhecida a Sua vontade expressa na lei, a todas as demais nações. Leiam-se ainda Deut. 4:6-8 e Rom. 3:1 e 2. E quando os gentios aceitaram a religião de Israel, *também se sujeitaram à lei de Deus*. Núm. 15:15 e 16.

Deus proferiu Sua lei santa no monte Sinai. Ao seu redor estavam os judeus. Também ao redor de CRISTO, no sermão da Monte, *só havia judeus* ... Mas as bênçãos da lei e do Evangelho se estenderam aos gentios. Graças a Deus, pelo Seu dom inefável!

Por onde se vê que a citação de Rom. 2:14 saiu às avessas para o autor, porque Paulo prova justamente o contrário, a validade da lei e sua extensão aos gentios.

Diz o autor a certa altura que "pregar na lei ao povo remido é um insulto e uma ofensa à graça de Deus" (*sic*)! Calma, amigo. Então que grandes insultadores foram Cristo, Paulo, Tiago e João!!! E Wesley, Moody, Barnes, Clarke e outros. E o batista Taylor, que disse ser 'uma benção se cada púlpito trovejasse a voz divina do Decálogo, porque a lei é o aio que conduz a Cristo?" E milhões de cristãos obedientes ao divino padrão?

O nosso zelo nas leva a afirmar: insultadores, na verdade, são os que desprezam a lei de Deus, pisam as seus preceitos, ou os que a negam deliberadamente!!! Examine-se cada um a si mesmo.

Livre da Lei do Marido

À página 49 do libelo contra o Povo de Deus, o nosso opositor cita o *começo*, vejam bem, o começo do capítulo 7 da epístola aos Romanas (o símile da mulher casada, e a lei), para concluir desastradamente pela ab-rogação da lei divina. É realmente deplorável que tenha agido com tal subtileza. É lastimável que tenha chegado a uma conclusão *inteiramente contrária a que o próprio Paulo chegou*, conclusão que pode ser encontrada especialmente nos versículos 7, 12, 14 e 22: "porque eu não conhecia a concupiscência se a lei não dissesse: Não cobiçarás... E assim *a lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom*... bem sabemos que a lei é *espiritua1*; mas eu sou carnal, vendido sob o pecado... consinto que *a lei é boa*... Porque, segundo o homem interior, *tenho prazer na lei de Deus*." (Grifos nossos.)

Qualquer criança apreende o sentidos destes versículos! São claras demais!!! Forçoso é admitir que a conclusão paulina é inteiramente a favor da lei, e não contra. É de exaltação ao padrão divino, e não de desprezo. Paulo amava a lei de Deus. Fazia a apologia dela. Exaltava-a,

como bom cristão que era. Mas o autor do livro foi infelicíssimo, pois está contraditando frontalmente o apóstolo. Está sendo mais realista do que o rei. É deveras lamentável que uma pessoa que se apregoa ministro do Evangelho chegue a tal despautério!!!

Vamos estudar o tópico de Rom. 7, sem idéias preconcebidas. O que Paulo está explanando neste capítulo? O mesmo assunto dos capítulos precedentes e subseqüentes: o homem carnal – escravo do pecado – incapaz de salvar-se por si e que deverá encontrar a salvação pela graça de Deus em Cristo Jesus.

Notemos que Paulo estabelece a premissa: '"a lei tem domínio sobre o homem por todo o tempo em que vive." Rom. 7:1. Na mesma epístola, em vários lugares, ele demonstra que o pecador, por ter transgredido a lei de Deus, está sob o domínio do pecado. Em outras palavras, nossa velha natureza pecaminosa – que Paulo define como "velho homem", exerce domínio sobre nós. Por isso declarou o apóstolo sobre o seu estado anterior: "o que quero, isso não faço, mas o que aborreço isso faço." V. 15. Quis ele dizer que nós, por nós mesmas, não podemos nos livrar do domínio do pecado.

Como nos libertaremos, então, do "velho homem" que nos mantém em sujeição? Somente pela morte desse "velho homem" ou seja, pela nossa conversão, porque assim, pela conversão, a nossa velha natureza é crucificada. Leia-se Rom. 6:6. Mas, não é bastante a morte do "velho homem"; é necessário o nascimento do "novo homem." Rom. 6:4.

No caso em tela, Paulo alude a esta *mudança* que se opera no homem, e para ilustrá-la convenientemente, usa o símile de um matrimônio. Nesta comparação, há 4 partes principais: uma mulher, seu primeiro marido, seu segundo marido, e a lei do matrimônio. Leiam-se atentamente os versos 2 e 3.

A *mulher* representa aí o pecador, ligada ao primeiro matrimônio ou seja o "velho homem" com suas paixões e cobiças, ao qual está ligado pela lei; porém não pela lei em si, mas o seu objeto, o que ela estabelece e aponta: o pecado. E para desfazer qualquer idéia equívoca a esse

respeito, Paulo apressa-se em advertir incisivamente: "É a lei pecado? De modo nenhum." V. 7. Enquanto o "velho homem" viver, está ligado à "mulher", que a ele se sujeita. Se morre o "marido," então o pecador se livra da condenação da lei, tornando-se um "novo homem", quer dizer, ligando-se a Cristo, o novo marido.

Tão clara é a parábola paulina!

O primeiro ponto importante, nesta ilustração, é que *Paulo não está falando da morte da lei*, mas da morte de um marido. É nem haveria objetivo na ilustração, se a lei fosse morta, pois se o fosse, nada haveria que prendesse a esposa a seu marido. E também qualquer referência a adultério seria inadmissível (verso 4). Como haveria a possibilidade de adultério – que é transgressão de um mandamento da lei de Deus – se a lei que o aponta fora morta? Meditem bem nisso os leitores. Vejam a barafunda em que o autor se meteu por querer torcer o sentido claro das Escrituras!!!

A lei do matrimônio *não fica abolida*, por morte de um marido. A aplicação paulina é a vida do homem que se converte do pecado para a justiça. A primeira parte do verso 4 é claríssima. É só ler com entendimento.

Fomos crucificados com Cristo. Seu corpo crucificado vicariamente por nós. Toda a exigência condenatória da lei sobre o nosso "velho homem" cessa com a morte de tal "homem." Assim estamos livres da condenação para estar *casados* com Cristo. Então "demos frutos para Deus".

E ainda, deve-se considerar o seguinte: se o estar "livre da lei" (v. 6) se refere à morte da lei – como quer o oponente – então estaria Paulo fazendo horrível confusão no próprio símile do casamento, e contradizendo irremediavelmente as afirmações literais do mesmo contexto. Mas não é assim. Ele fala da morte de um marido, e pela aplicação, refere-se à nossa morte. O verso 4 não diz que a lei está morta, mas *nós* é que estamos mortos para a lei (pois ela não nos pode mais condenar, em virtude do nosso casamento com Cristo).

A expressão "morremos para aquilo em que estávamos retidos", claramente refere-se à nossa natureza pecaminosa. O pecado, agindo mediante a nossa natureza corrupta, era o que nos retinha. (Vs. 24 e 25). E acrescente-se que o original diz "tendo morrido" ou "estando mortos", o que reforça e esclarece ainda mais o pensamento do apóstolo.

Os eruditos Jamieson, Fausset e Brown assim concluem:

"A morte aí referida, como vimos, não é da lei, mas a nossa, e isso mediante a união com o Salvador crucificado."

Assim entendem os sinceros estudiosos do Livro Santo. E assim se reduz a pó a dialética do adversário.

À pág. 54, o autor engloba em "mandamentos" todas as ordens, mandados, admoestações e diretrizes dos apóstolos, confundindo-os com mandamentos da lei de Deus. Não há dúvida que houve "mandamento" de profetas, de Cristo, de Paulo, de Pedro e de outros. Muitos deles restritos ou para serem cumpridas por certos grupos, igrejas ou pessoas sob certas circunstâncias. Mas para o investigador sincero, é óbvio que tais "mandamentos" nada têm que ver com o decálogo, e nivelá-los com a eterna lei de Deus, denota incompreensão da revelação bíblica. Nada melhor que o contexto para esclarecer a que se referem os mandamentos.

E com espírito despida de conceitos pré-firmados, com simplicidade e dentro da exata contextuação é que se pode ser guiado pelo Espírito na compreensão da Palavra de Deus.

TESES CAPCIOSAS SOBRE O SÁBADO

COM o capítulo VI, o autor adentra o terreno do sábado. Dezessete páginas cheias de absurdos destinados a demolir o quarto mandamento da lei de Deus. Defendendo, em capítulos anteriores, a abolição sumária dos dez mandamentos, é estranho que venha ele agora argumentar que se deve guardar um dia em sete, por ser isto a parte moral daquele preceito! Perguntaríamos: por que argumentar em torno de um mandamento abolido? Pasme o leitor em face de tão grosseiro ilogismo!

A primeira subdivisão contém nada menos que quatro teses anti-sabáticas, revelando um desconhecimento palmar da nossa doutrina. Eis-las:

1ª. Que ensinamos não se salvar quem não guarda o sábado, e que todos os observadores do domingo têm o sinal da besta;

2ª. Que o sábado é um mandamento de dupla natureza: uma cerimonial, que é a fixação de um dia certo de repouso; outra moral, que é a guarda de um dia em sete;

3ª. Que a santificação do sábado é idêntica à santificação das festas judaicas capituladas em Lev. 23;

4ª. Que não podemos provar que o sábado não se tenha perdido antes do dilúvio, no Egito, no período anárquico dos juízes, no cativeiro babilônico ou em algum outro tempo.

Vamos reduzir a pó estas objeções.

Primeira Tese

A Bíblia não diz – nem nós dizemos – que somos salvos pela guarda do sábado, como também pela obediência ao pai ou mãe, ou abstendo-nos de matar, roubar, adulterar, mentir, enfim, pela observância de *qualquer* dos mandamentos de Deus. Nenhum cristão, por mais

inculto que seja, jamais admitiria um absurda deste. Salvação é em Cristo, e somente em Cristo. Por Ele somos salvos, porém eis a questão: somos salvos para pecar e transgredir, ou somos salvos para a justiça? Sem dúvida, somos salvos "para que a justiça de Deus se cumpra em nós", somos salvos para a obediência, para uma vida correta, santificada. Somos salvos para fazer a vontade de Deus, somos salvos *para* as obras, que Deus preparou para que andássemos nelas. Por isso, a evidência da salvação é a guarda de *todos* os mandamentos. Sem omissão de um sequer. (S. Tia. 2:10.)

Jamais ensinamos que somente nós nos salvamos ou que pessoas sinceras que jamais tiveram conhecimento do sábado venham a perecer. Pesquise o acusador a nossa literatura, e certifique-se se este é o nosso ensino ou a nossa crença. A Escritura diz que Deus não leva em conta os tempos da ignorância de Sua doutrina verdadeira. Atos 17:30.

O oponente proclamou, alto e bom som, que a Sra. White é a papisa dos adventistas do sétimo dia – a sua mais alta expressão doutrinária. Então o autor tem que admitir também que o que ela realmente disse representa a nossa verdadeira crença. Pois bem, assim se expressa ela em relação aos que não tiveram conhecimento da lei divina:

"Há, entre os gentios, almas que servem a Deus ignorantemente, a quem a luz nunca foi levada por instrumentos humanos; todavia *não perecerão*. Conquanto ignorantes da lei escrita de Deus, ouviram Sua voz a falar-lhes por meio da Natureza, e fizeram aquilo que a lei requeria. Suas obras testificam que o Espírito Santo lhes tocou o coração, e são reconhecidos como filhos de Deus." (1)

Basta isso para demonstrar a ignorância do autor em relação ao que cremos.

Agora, o outro aspecto da tese: a marca da apostasia. O sinal da besta – em torno do qual tanto alarde fazem os nossas oponentes – é um evento profético que se dará *no futuro*, segundo se depreende dos ensinos da Palavra de Deus. Citemos ainda as palavras da Sra. White, que os opositores proclamam ser a nossa insuperável profetisa:

"Os cristãos das gerações passadas observaram o domingo, supondo que em assim fazendo estavam a guardar o sábado bíblico; e hoje existem verdadeiros cristãos em todas as igrejas, não excetuando a comunhão católica romana, que crêem sinceramente ser o domingo o dia de repouso divinamente instituído. Deus aceita a sinceridade de propósito de tais pessoas e sua integridade. *Quando*, porém, a observância do domingo for imposta por lei, e o mundo for esclarecido relativamente à obrigação do verdadeiro sábado, quem *então* transgredir o mandamento de Deus para obedecer a um preceito que não tem maior autoridade que a de Roma, honrará desta maneira ao papado mais do que a Deus. Prestará homenagem a Roma, e ao poder que impõe a instituição que Roma ordenou. *Adorará a besta e a sua imagem*. Ao rejeitarem os homens a instituição que Deus declarou ser o sinal de Sua autoridade, e honrarem em seu lugar a que Roma escolheu como sinal de sua supremacia, aceitarão, de fato, o sinal de fidelidade para com Roma – 'o sinal da besta'. *E somente depois que esta situação esteja assim plenamente exposta perante o povo*, e este seja levado a optar entre os mandamentos de Deus e os dos homens, é que, *então*, aqueles que continuam a transgredir *hão de receber* 'o sinal da besta'." (2) (Grifos nossos).

Se isto não bastar, citemos outro trecho da mesma escritora:

"*Ninguém recebeu até agora o sinal da besta*. Ainda não chegou o tempo de prova. Há cristãos verdadeiros em todas as igrejas, inclusive na comunidade católico-romana. Ninguém é condenado sem que haja recebido iluminação nem se compenetrado da obrigatoriedade do quarto mandamento. Mas quando for expedido o decreto que impõe o falso sábado, e o alto clamor do terceiro anjo advertir os homens contra a adoração da besta e de sua imagem, *será* traçada com clareza a linha divisória entre o falso e o verdadeiro. *Então* os que ainda persistirem na transgressão RECEBERÃO o sinal da besta." (3)

Diz o autor que os adventistas do sétimo dia têm um outro escritor muito acatado, cujas obras estão sendo traduzidas para o português, o Sr.

Urias Smith. Pois bem. São da lavra desse "escritor muito acatado" as seguintes palavras:

"Dir-se-á ainda: Então todos os observadores do domingo têm o sinal da besta? Então todos os justos do passado, que guardaram esse dia, têm o sinal da besta? Então Lutero, Whitefield, os Wesleys e todos os que fizeram uma notável obra de reforma, tinham o sinal da besta? Então todas as bênçãos que foram derramadas sabre as igrejas reformadas, o foram sobre pessoas que tinham o sinal da besta? E todos os cristãos que hoje guardam o domingo como sendo o sábado, têm o sinal da besta? RESPONDEMOS: Não. E lamentamos dizer que pretensos ensinadores religiosos, posto que muitas vezes corrigidos, persistem em nos representar mal neste ponto. *Nunca defendemos isso*; nunca o ensinamos. Nossas Premissas não levam a tais conclusões. Prestai atenção: o sinal e adoração da besta são impostas pela besta de duas pontas. A recepção do sinal da besta é um ato específico que a besta de duas pontas há de levar a fazer. A terceira mensagem de Apoc. 14 é uma advertência misericordiosamente enviada com antecedência a fim de preparar o povo para o perigo vindouro. Não pode, portanto, haver adoração da besta, nem recepção do seu sinal – tal como a profecia indica – *até que seja imposta* pela besta de duas pontas. Vimos que a intenção era essencial na mudança que o papado fez na lei de Deus, para constituí-la o sinal daquele poder. Assim a intenção é necessária na adoção daquela mudança, da parte de cada indivíduo, para a recepção daquele sinal. Noutras palavras, uma pessoa tem de adotar a mudança, sabendo que ela é uma obra da besta, recebendo-a sob a autoridade daquele poder, em oposição à ordem de Deus.

"Que sucede com os homens citados, que guardaram o domingo no passado e a maioria dos que o guardam hoje? Guardam-no como uma instituição do papado? Não. Chegou o tempo de decidirem entre o sábado do Senhor e o outro? – Não. Por que motivo o guardaram e o guardam ainda? Supõem que estão a guardar um mandamento de Deus!

Seu procedimento é atribuível a um erro inconscientemente recebido da igreja de Roma, e não a um ato de adoração prestada a ela." (4)

Aí estão as nossas mais legítimas expressões doutrinárias, respondendo às infundadas acusações formuladas pelo autor. Pessoas indicadas por ele mesmo coma tendo peso de autoridade em nossas doutrinas.

O que nos condena não é o que praticamos na ignorância, mas o que persistimos em fazer depois que tivemos o conhecimento da lei de Deus. Diz a Bíblia: "Aquele pois que sabe fazer o bem e não o faz, comete pecado." S. Tia. 4:17 "... e qualquer que violar um destes mais pequenos mandamentos *e assim ensinar aos homens*, será chamado o menor no reino dos céus..." S. Mat. 5:19. Deus enviou o movimento adventista ao mundo, não para condenar os homens, mas para pregar a verdade. O juízo a Deus pertence. Ele saberá os que terão o sinal da besta.

À vista de tudo o que expusemos, não é correta a afirmação de que sustentamos tenazmente que uma pessoa não se salva se não guardar o sábado, dele não tendo conhecimento. Ensinamos que quem é salvo, prova-o pela obediência aos mandamentos de Deus. Aquele que é redimido pela graça de Cristo, anda em obediência a *toda* a luz que Deus projetou em seu caminho. Não inventa subterfúgios para contornar a guarda dos mandamentos.

Diz a Escritura que o caminho dos justos "é como a luz da aurora que vai brilhando mais e mais até ser dia perfeito." Prov. 4:18. Pedro intima os cristãos: "acrescentai à vossa fé" um longa lista de virtudes cristãs. II S. Ped. 1:5-7. Quando obedecemos, crescemos na graça; quando *deliberadamente* recusamos prosseguir na senda da lei divina parque defrontamos algum preceito difícil de ser obedecido ou algo que exija renúncia, estamos na verdade rejeitando a luz do Céu, e a nossa situação é perigosa. Heb. 10:26 e 27. Com relação aos judeus que rejeitaram o seu ensino, declarou Jesus: "Se Eu não viera, nem lhes houvera falado, não teriam pecado, *mas agora não têm desculpa do seu pecado*." S. João 15:22.

A muitos sinceros cristãos nunca foi revelado o pecado de violar o quarto mandamento da lei moral, que diz "o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus" e são, portanto, tidos por justificados aos olhos de Deus e perfeitamente dignos de um lugar no Céu. Aqueles, porém, que tiveram tal conhecimento, e o rejeitam, ficam sob a condenação. E mais ainda: cremos que Deus, em Sua infinita sabedoria, viu com clarividência ao fazer o sábado, a grande prova de lealdade a Ele, nestes últimos dias; e que antes de terminar o tempo da graça para os habitantes do mando, estes receberão o conhecimento e a convicção desta verdade, *e terão de tomar a sua decisão eterna*. NESSA OCASIÃO – e somente nessa ocasião – aqueles que rejeitarem a luz adicional, automaticamente se desligarão de Deus e receberão o sinal da apostasia – o sinal da besta.

Portanto, os opositores precisam revisar e ratificar as suas inexatas afirmações em relação à nassa crença.

Referências:

(1) E. G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, pág. 638.
(2) Idem, *O Grande Conflito*, pág. 449.
(3) Idem, *Evangelismo*, págs. 294 e 295.
(4) Urias Smith, *Daniel and Revelation*, págs. 615 e 616.

SERIA O SÁBADO CERIMONIAL?

VAMOS pulverizar a segunda tese anti-sabática alinhada pelo autor. Quem lhe disse que o quarto mandamento do decálogo tem uma parte moral e outra cerimonial? Sem dúvida, foi Canright no *Seventh-Day Adventism Renounced*, pág. 166. Portanto, invenção humana e de origem suspeita. Conclusão leviana, improvável e absurda. A Bíblia nem sequer poderia sugerir coisa tão absurda: um mandamento de natureza dúplice. Além disso, seria ignorar elementarmente a *razão de ser* de um mandamento cerimonial. É primário que todos os preceitos cerimoniais foram introduzidas *após a Queda do homem*, como sombras que apontavam para a Redenção, ou a restauração do homem em sua glória original.

Ora, se o sábado tivesse algum traço cerimonial, certamente teria ele sido estabelecido após a entrada do pecado no mundo e forçosamente seria um tipo de Cristo em algum sentido. *Teria que ver com a expiação*. Isto já liqüida a pretensão de atribuir-se ao sábado qualquer caráter cerimonial. Por que, então é moral? Simplesmente porque, quando foi feita (S. Mar. 2:27) o foi no ambiente da original perfeição edênica, em que o homem, sem a jaça do pecado, privava com o seu Pai celestial. Somente apôs a queda, precisou ser instituído o cerimonialismo, para tipificar o Redentor do homem caído, o Remédio para o pecado, mas *quando se instituiu o sábado*, não havia necessidade de Redentor nem de coisa alguma que O tipificasse. À vista desta verdade, o sábado do Decálogo não tem nenhum sentido cerimonial. É INTEGRALMENTE MORAL.

O estudioso Adam Clarke, numa profunda análise dos preceitos do decálogo, assim remata:

"É digno de nota que nenhum destes mandamentos, OU PARTE DELES, pode... ser considerado cerimonial. *Todos são morais* e, conseqüentemente, de eterna obrigação." (1) (Grifos e versais nossos).

O erudito comentador batista Broadus também defende a moralidade do sábado nestas palavras:

"O sábado parece ter sida ordenado aos nossos pais logo que foram criados; e juntamente com a instituição do casamento constituem as únicas relíquias que nos restam da vida sem pecado no Paraíso. *O mandamento de santificá-lo foi incluído entre os Dez Mandamentos*, a LEI MORAL, que é de obrigação perpétua." (2) (Grifos nossos).

E também Strong – o príncipe dos teólogos batistas – é incisivo: "O sábado é de obrigação perpétua.... A sua instituição *antedata a Decálogo e forma uma parte* DA LEI MORAL." (3) (versais nossos).

Tenhamos presentes mais os seguintes fatos:

a) Sábados cerimoniais, como ficou demonstrado num capítulo anterior, eram os dias anuais de festa judaica e que de modo algum podiam ser confundidos com o sábado do sétimo dia. Este não tem o menor resquício cerimonial; é moral em sua integridade. Não há nele o hibridismo pretendido pelo oponente; não é feriado judaico.

b) O sábado, como foi dito e reiteramos, antedata o pecado e fora dado antes da Queda, portanto antes que o homem necessitasse de Redenção. Por conseguinte, nada tem de típico e não aponta para a expiação. Se não tivesse havido a tragédia da Queda, o que aconteceria com o sábado? *Continuaria a ser observado pelo homem* no Éden, com o privilégio da companhia de Deus. Mas não há dúvida que continuaria a ser *observado*. E tanto isto é verdade que, na Restauração de todas as coisas quando enfim a maldição for removida desta Terra e tudo voltar à prístina pureza edênica e o homem à glória original, o sábado continuará a ser observado e para sempre, segundo lemos em Isa. 66:22. Portanto, o sábado é a única instituição que associa os três fundamentos basilares da fé cristã: Criação, Queda e Redenção. E adiante voltaremos a considerar este texto para demonstrar as arengas cavilosas do autor em relação às luas novas.

c) O sábado – como todos os preceitos morais – aplica-se igualmente a todas as nações, terras e tempos, pois todas as leis morais

são de aplicação *universal*, não se restringem a um povo e não sofrem mudança por nenhumas circunstâncias. Por isso, é moral.

d) Deveres morais são *os que emanam dos atributos de Deus*. O poder criador é um atributo divino, um atributo distinto e exclusivo do Deus vivo, e o sábado emana *diretamente deste atributo na Criação do mundo*. É, pois, um preceito nitidamente moral. Pode-se acrescentar que o dever de o homem amar e obedecer a Deus repousa principalmente no fato de que o Senhor criou todas as coisas, e *o sábado é um memorial deste fato*, trazendo sempre a consciência deste fato. Outro dia não poderia fazê-lo, pois não teria este característico, este sentido e esta finalidade. O sábado é totalmente e inequivocamente moral.

e) A natureza do homem – física e mental – requer precisamente tal dia de repouso como o preceito do sábado exige, em consonância com o bem-estar moral e espiritual da criatura. Esta necessidade humana foi prevista e provida por Deus mesmo, associada ao culto, à reverência e à adoração. Por isso, o sábado é UM DEVER DO HOMEM PARA COM DEUS, como os demais preceitos que constam da primeira tábua do decálogo. Porém a moralidade do sábado reside precipuamente *na relação do mandamento com o reside ato criativo de Deus* e isto não pode ser preenchido por qualquer outro dia. A bênção colocada no dia do sábado jamais foi dele removida. É um mandamento moral.

f) O casamento é uma instituição moral, defendida pelo sétimo mandamento. A instituição do sábado, tendo sido feita ao mesmo tempo, pela mesma Autoridade, para as mesmas pessoas e da mesma maneira, é logicamente moral, pelas mesmas razões.

g) O próprio fato de Deus ter posto o mandamento do sábado *no coração* do decálogo – conhecido como o sumário de toda a lei moral – mostra inquestionavelmente o caráter moral do preceito. Fosse ele cerimonial, no todo *ou em parte*, não seria esculpido nas tábuas de pedra, mas sim escrito no *livro* de Moisés que continha todo o preceituário cerimonial judaico.

h) Cristo mesmo diferenciou o sábado, de qualquer preceito cerimonial, quando declarou: "Se o homem recebe a circuncisão (rito cerimonial) *no sábado* (mandamento moral) para que a lei de Moisés (cerimonial) não seja quebrantada, indignais-vos contra Mim porque no sábado (mandamento moral) curei de todo um homem?" S. João 7:23. (Parêntesis e grifos nossos, para esclarecimento).

Não tivesse o sábado o seu caráter exclusivamente moral, inconfundível, Cristo não teria o cuidado de dissociá-lo de práticas cerimoniais como a circuncisão, no caso em foco. Paulo também distingue preceito cerimonial, da lei moral quando diz: "A circuncisão é nada e a incircuncisão nada é, mas sim a observância dos mandamentos de Deus." 1 Cor. 7:19. Embora aludindo aos judeus e não judeus, ou aos que queriam impor o rito aos neoconversos na igreja nascente, Paulo distingue os mandamentos de Deus, de qualquer prática judaica.

i) O sábado não pertence ao *sistema expiatório,* portanto não é cerimonial.

É uma temeridade afirmar que o sábado tenha uma parte cerimonial e que esta era o "sétimo dia.". E temeridade maior é supor que a parte moral consistia simplesmente na guarda de um dia em sete. Arenga o opositor: "Para se conseguir isto qualquer dia daria o mesmo resultado."..."Pode-se mudar este dia por um outro...."

Parece incrível que um ensinador religioso sustente a tese da anarquia divina que coloca sob o critério do homem a escolha de seu dia em sete. É ser mais realista do que o Rei. É inverter a ordem das coisas, para justificar o pecado. A Escritura não confere tais poderes ao homem.

Desmantelemos agora o sofisma antibíblico, demonstrando claramente que "o sétimo dia" significa um dia ESPECÍFICO e não simplesmente "um dia em sete," o que seria genérico.

a) Afirmar que o sábado significa "um dia em sete" é estabelecer a *anarquia divina*, como se Deus subordinasse ao critério de Suas criaturas frágeis e pecadoras, indignas e mortais, guardarem o *seu* dia, o dia que melhor atendesse às suas conveniências. Ora, isto é monstruoso, sem

sentido, sem objetivo. Qual seria o sentido de um filho de Deus guardar uma terça-feira por exemplo? A teoria beócia da guarda de um dia em sete só tem um objetivo: justificar a guarda do "dia do Sol" dos pagãos, que a cristandade recebeu do paganismo que se infiltrava na igreja, nos primeiros séculos da nossa era.

b) Se o que vale é "um dia em sete," porque os oponentes se agarram à observância do primeiro dia da semana, e irritam-se tanto com os adventistas do sétimo dia?

c) A semana originou-se na Criação. Pois bem, naquela primeira semana do mundo, o sábado era apenas um dia em sete ou era o específico "sétimo dia?" Era o sétimo dia, a partir do primeiro, na ordem natural dos eventos da criação. Por que razão ele se tornaria menos específico e deixaria de ser o sétimo, na exata ordem, na sucessão das semanas, dos anos e dos séculos? Por que não o seria hoje?

d) O quarto mandamento remete o leitor à *semana da Criação* (Êxo. 20:11), na qual o descanso foi no *sétimo* dia. Deus não repousou simplesmente num dia em sete, mas no sétimo dia.

e) O tríplice milagre da queda do maná, no deserto ilustra bem o caráter *original* e não cardinal do sábado. Quando os israelitas foram colhê-lo no sétimo dia da semana, foram repreendidos, porque não se tratava de um dia em sete. Quando um homem transgrediu o mandamento, e foi colher lenha no sétimo dia, foi apedrejado e morto. Núm. 15:32-36. Ele o seria se o fizesse *em qualquer dia em sete*? Não, porque o mandamento é específico, e não genérico. Quando alguns ex-cativos de Babilônia profanavam o sábado, trazendo cargas para dentro de Jerusalém, foram denunciados e amaldiçoados e repreendidos energicamente por Neemias (Neem. 13.) Seriam amaldiçoados, se tivessem transgredido um dia em sete? Por certo que não. Haveria toda a tolerância, pois o "espírito" do preceito teria sido aceito com a guarda de um dia em sete. Era o glorioso "sétimo dia" que estava em vigor e movia o zelo dos profetas. Estes somente podiam apontar o quarto mandamento

para basear as suas ardentes e ríspidas advertências para ser santificado o sétimo dia da semana.

Sim, estes homens inspirados por Deus ENTENDERAM o "sétimo dia" do mandamento como sendo específico, ordinal, certo, inconfundível. Os pretensos teólogos dos nossos dias desejam discrepar dos profetas em interpretar com exatidão a significação dos mandamentos de Deus. Ora, não é parte do santo trabalho dos profetas esclarecer as nossas mentes sobre o sentido dos preceitos divinos? Acatemo-los, então.

f) Todos crêem – inclusive os nossos amigos batistas – que nosso Senhor passou no sepulcro o sétimo dia da semana. E como o evangelista Lucas descreve esse dia mais de trinta anos depois da ressurreição do Mestre? Chamando-o de "o sábado conforme o mandamento" S. Luc. 24:56. Esta afirmação inspirada é suficiente por si para liqüidar a questão sobre o que quer dizer o mandamento, aliás o quarto, quando estabelece: "o sétimo dia é o sábado". Quer dizer que é o sétimo mesmo, específico, ordinal, sem dubiedades. Nada de "um dia em sete."

g) Reconhecem os adversários que, os que viveram antes de Cristo, por força do quarto mandamento, guardavam o sétimo dia da semana. Damos um doce a quem nos provar que, até àquele tempo, alguém supunha que o mandamento permitisse a guarda de um dia em sete. O sábado era claro, exato, inquestionável *quanto ao dia*. Então seria racional admitir que, quando Cristo veio, aquele claro e inquestionável sentido do mandamento, se tornou de repente, vago, impreciso, não específico, duvidoso, genérico, passando a significar meramente "um dia em sete"?

h) A própria frase "o sétimo" é clara e ordinal. O artigo definido "o" não deixa margem a dúvidas. Se dissermos a um amigo que moramos na sétima casa do quarteirão, que diríamos se ele nos procurasse na primeira casa? Se uma pessoa der sete passos, porventura começará do segundo? Se o que vale é um dia em sete, então os muçulmanos estão certos observando a sexta-feira. E se se procura justificar a guarda do primeiro dia, julgando ser a ressurreição de Cristo um grande evento, outros, com

bem fundadas razões poderiam julgar a crucificação o maior evento do cristianismo, pais pelo Seu sangue ali derramado fomos salvos, e assim passariam a guardar a sexta-feira. Que diríamos do Natal, como evento de importância? Sem ele, não haveria o Cristo nem a Redenção! Posta nestes termos a questão do dia de guarda, ficaria na dependência de se comemorar eventos importantes segundo o arbítrio dos homens. Felizmente, o dia de guarda é coisa determinada por Deus.

E, para finalizar, uma importante revelação. Esta esdrúxula interpretação de "um dia em sete," a par com a não menos esdrúxula denominação de "sábado cristão" aplicada ao domingo, surgiu em 1595 A. D. quando a questão do dia de guarda agitava a Inglaterra, provocando acesos debates entre os teólogos protestantes. E, segundo lemos em *The Creeds of Christendom*, de Philip Schaff, cap. 21, Vol. 1, pág. 762, foi NICHOLAS BOWND que, naquele ano, pela primeira vez, estabeleceu a tese de "um dia em sete." Ora, isto é importante. Quer dizer que ninguém *ao tempo de Cristo* ou por quase 1.000 anos depois pensou em fazer tão esquisita interpretação do mandamento divino!!!

No tocante à tese de ser o sábado da Criação posto em pé de igualdade com as festas judaicas capituladas em Lev. 23, nada mais precisamos acrescentar ao que ficou dita em capítulo anterior, quando esclarecemos os sábados cerimoniais. Ali ficou pulverizada a tese em apreço.

Referências:

(1) *Clark's Commentary*, Vol. 1, (sobre Êxo. 20).
(2) John A. Broadus, *Comentário ao Evangelho de S. Mateus*, Vol. 1, 344.
(3) A. H. Strong, *Systematic Theology*, pág. 408.

O CICLO ININTERRUPTO

ARGUMENTO mais sem consistência, próprio de quem não investiga os fatos, é este que sustenta a rotura do ciclo semanal através da História. No caso do livro que estamos analisando, o "argumento" é um plágio de Canright, como consta do *Seventh-Day Adventism Renounced*, pág. 184.

Eis objeção totalmente improcedente. Poderíamos citar documentos firmados por autoridades científicas, atestados de observatórios de astronomia e de outras testemunhos dos especialistas geográficos em abono da inalterabilidade do ciclo semanal. Mas vamos demonstrá-lo preferencialmente dentro da história bíblica, por etapas.

1. Na Antigüidade

Desde a Criação, jamais deixou de haver a sucessão de dias de *vinte e quatro horas*. Começaram em Gên. 1:2. E no cap. 8:22 há a promessa de que *dia e noite* jamais cessarão, "enquanto durar a Terra". Nunca deixou de haver noite e dia. Nem o dia "longo de Josué" ou o "dia escuro de 19 de maio de 1780" prejudicaram a sucessão dos dias e das noites. Desde a Criação, os dias agrupam-se numa hebdômada, ou ciclo de sete dias, constituindo uma divisão *periódica e regular* do tempo. No Éden, portanto, ocorreu o primeiro ciclo semanal. Sucessivamente se seguiram as semanas pelo tempo em fora, limitadas pelo marco divino: o sábado.

Logo antes do dilúvio, disse Deus a Noé: ... "passando ainda *sete dias*, farei chover sobre a terra"... Gên. 7:4. De Noé se diz mais: "E esperou ainda *sete dias*, e tornou a enviar a pomba fora da arca." Gên. 8:10. E ainda: "então esperou ainda outros *sete dias*." Por que esta insistência na divisão septenal do tempo? Simplesmente porque a semana era um ciclo inalterável de tempo, uma divisão natural de sete dias. E a esta altura, se a semana não se perdera, logicamente não se

perdera também o seu *marco*, o sábado. Logo, o sábado não se havia perdido no dilúvio.

2. Na Era dos Patriarcas

A semana também não se perdeu no tempo dos patriarcas. Lemos em Gên. 29:27 e 28 que Labão dissera a Jacó: "Cumpre a semana desta"... "E Jacó fez assim, e cumpriu a semana desta." Aí se toma simbolicamente uma semana de sete dias para representar sete anos. Por que a base de uma *semana*? *Porque existia o ciclo de sete dias*, sem dúvida. Existindo a semana, necessariamente existia o seu marco, o sábado. Como se poderia ter perdido?

3. No Cativeiro Egípcio

Ter-se-ia perdido o sábado no Egito? Lemos em Êxo. 16:5 – imediatamente após a saída dos israelitas, do Egito – que Deus Se refere à *semana*, dizendo que no SEXTO DIA, deviam os filhos de Israel colher o maná em dobro. E no verso 23, Moisés reafirma ao povo *que Deus mesmo dissera*: "amanhã é o *sábado*." Acaso Deus não estava sendo exato? *Podia Deus mentir??* Se afirmara Ele que era "o sábado", podemos estar certos, certíssimos de que era mesmo o sábado, o sétimo dia. Aquele "sexto dia" referido, era ou não contado a partir de um primeiro, num grupo de sete dias? Quem Poderá contestar? Quem poderá desmentir a Deus? Quem poderá impugnar o relato de Moisés?

Caso se tivesse perdido o sábado, no Egito, *Deus não estaria dizendo a verdade* ao designar o sábado, no verso 23. E que era certamente "o sétimo dia," confirma-o inequivocamente o verso 26. Tão clara é a Bíblia. Pena é que há homens que a deturpam.

Notemos que tudo isto acontecera antes da entrega solene da lei escrita no Sinai. Veio depois a lei, ou seja o resumo da lei moral em Dez Mandamentos. E no quarto mandamento está um imperativo e enfático

"Lembra-te". Isto é importante. Prova que *o povo se esquecera* de guardar o sábado, no Egito, talvez devido à convivência com aquele povo pagão, mas DEUS NÃO SE ESQUECERA do dia certo, o sétimo dia da semana. Ora, Deus não iria exigir solenemente que o povo se "lembrasse" de um dia vago, incerto que se teria perdido... Deus é exato. É *verdadeiro*. É onisciente, onipotente, onipresente, imortal. Com tais atributos jamais deixaria de localizar o Seu *santo* dia, mesmo que os homens o tenham perdido de vista!!!

O sábado – sempre acompanhando a semana a que se acha ligado – jamais se perdeu. Até ao êxodo temos provas de sua permanência. No deserto, durante os quarenta anos, o maná foi colhido, com a observância ininterrupta do sétimo dia da semana. Portanto, da Criação à entrada do povo em Canaã, mais de 2.000 anos se passaram, e *o sábado não se perdera*. Quando muito, temporariamente deixou de ser guardado, devido a apostasia do povo. Mas o *dia* não se perdeu. Uma instituição divina vigente não poderia e não deveria perder-se.

4. No Período Anárquica dos Juízes

Na terra prometida, o povo torna-se numeroso, os tribos estabelecem-se, formam uma nação. O chamado "período anárquico dos juízes" o foi somente em relação à acefalia periódica do governo da nação, à falta de moral, à apostasia dos homens e fatores desta ordem. Nunca poderia importar numa *alteração do tempo*. Por exemplo, é-nos dito em Juí. 5:32: "E sossegou a terra quarenta anos". Era ou não era um lapso *definido* de tempo? Era. Sem dúvida, esses anos eram subdivididos em meses e estes em *semanas*. Existindo a semana, logicamente existia o seu marco, e *não se perdera o sábado*, mesmo que, em períodos de apostasia, o povo não o observasse, a exemplo de muitos ramos da chamada cristandade em nossos dias. Mas isso não significa que o dia não existia ou se tenha extraviado.

Mesmo naqueles tempos anárquicos, há referência a *meses* exatos, Juí. 11:38 e 39. Como poderiam existir meses completos, sem as *semanas*, ou ciclos de sete dias? Também cap. 19:2 fala de meses completos. Lemos que as bodas de Sansão duraram exatamente uma semana (Juí. 14:12), o que indica a base de um período regular de sete dias. Admitimos que o povo não observava o sábado nesse tempo devido a sua apostasia. A lei divina era conculcada. Mas o "santo dia" de Deus não poderia perder-se. O sábado portanto não se perdeu no período dos juízes.

5. No Cativeiro Babilônico e Tempos Posteriores

Durante oitocentos anos os israelitas tiveram as mais restritas leis e regulamentos em relação à guarda do sábado. Freqüentemente Deus, através dos profetas, os advertia quanto a profanação daquele santo dia. Leiam-se estas passagens: II Reis 4:23; 1 Crôn. 9:12; Isa. 56:2-6; 58:13; Jer. 17:24-27; Ezeq. 20:10-24; Amós 8:4-6, além de outras. Notemos que Samuel, Davi, Salomão, Ezequias, reis e profetas viveram neste lapso de tempo. E o sábado *não se perdera*. Era observado pelos servos de Deus.

Seiscentos anos antes de Cristo, ocorreu o cativeiro babilônico, que durou setenta anos. E é interessante sabermos que *Deus permitiu esse cativeiro como castigo ao Seu povo justamente por haver este transgredido o sábado*. Leiam-se cuidadosamente Jer. 17:17-24 e Neem. 13:15-18. É racional perguntar: teria Deus permitido que se perdesse o sábado, como dia definido, de sorte a não poder o povo guardá-lo? Se assim fosse, teria malograda o próprio objetivo do cativeiro. Nem seria justo Deus infligir um castigo ao povo, se a causa desse castigo fosse objetável, a incerteza do dia de guarda.

Nesse cativeiro viveu Daniel. E ele, segundo o testemunho das Escrituras, andava em absoluta conformidade com a lei de Deus. Dan. 6:5. Se ele transgredisse o sábado, seria apanhado nessa ocasião. E logo que os outros retornaram a Jerusalém, solenemente prometeram a Deus

não mais violarem o sábado. E Neemias relembra-lhes solenemente que, Por esse pecado, lhes foi infligido o cativeiro. Neem. 10:31; 13:15-18. Num espaço de 70 anos, não se perdera o sábado.

As crônicas e genealogias dos reis, e do tempo do cativeiro foram religiosamente preservadas. Posteriormente, no tempo dos Macabeus, o sábado não se perdera. (Macabeus 2:32-40). Também as referências de Flávio Josefo abonam a permanência do sábado naquele tempo.

Os judeus eram excessivamente zelosos neste ponto. O testemunho da nação judaica, quanto à identidade do descanso do sétimo dia, é argumento absolutamente irrefutável. O sábado jamais se perdeu, e isto porque a semana *sempre foi inalterável*.

Outro fato interessante. Nas línguas mais antigas, o *último dia da semana* é chamado sábado ou dia de repouso. Assim o consignam o siríaco, o árabe, o assírio, o hindustani, o armênio, o persa, o turco, o malaio, o russo, o italiano, o húngaro, o espanhol, o português, o francês, o boêmio e o prussiano. Isto prova que esse dia, o sétimo, era na antigüidade reconhecido como o legítimo dia de repouso, e *fechava a semana*.

O fato de a Bíblia não mencionar, pelo nome, o sábado, da Criação ao êxodo, ou de Moisés a Davi, não prova que o dia de repouso não tenha existido. Também os evangelhos omitem a vida de Cristo dos 12 aos 30 anos, mas isto não prova que Cristo não tenha existido naquele intervalo de sua mocidade.

6. Nos Dias de Cristo

Cristo mesmo reconheceu que o dia observado pelos judeus, seus contemporâneos, era o verdadeiro sábado, o sétimo dia da semana. Quando, por exemplo, disse: "Assim o Filho do homem até do *sábado* é Senhor" S. Mar. 2:28, não o poderia fazer se não reconhecesse ser *aquele dia* o legítimo sábado da Criação. As mulheres piedosas que foram ungir o corpo do Mestre, "repousaram no sábado, *conforme o mandamento*" S.

Luc. 23:56. Ora, é óbvio que o mandamento do sábado requer a observância do sétimo dia original, separado na Criação.

Portanto, as mulheres, repousando no sábado *conforme* o mandamento, não o estavam fazendo em qualquer outro dia. Tanto mais que no versículo seguinte se menciona o dia *imediato* a este sábado conforme o mandamento, e tal dia imediato era o primeiro dia da semana.

De modo algum poderia ter-se perdido o ciclo semanal e, logicamente o sábado, nos dias de Cristo, nos tempos do Novo Testamento. *Cristo teria faltado com a verdade se Ele Se referisse ao sábado, quando tal dia se havia extraviado.* E note-se que àquele tempo já se operara a mudança do calendário, introduzida por Júlio César, ocorrida em 46 A. C. e que não *afetou* o ciclo semanal, não alterando a ordem dos dias da semana.

A SEMANA NA ERA CRISTÃ

O AUTOR do livro que estamos considerando, formula à pág. 58, estas indagações: "Podem os sabatistas provar que o sábado é o dia sétimo exato desde a criação? Estão eles certos de que tem sido conservado... durante todos os séculos?! Certamente não." E nós respondemos, com absoluta firmeza: Certamente sim! E fica o oponente na obrigação de provar em que época, em que dia, mês e ano acorreu a alteração dos dias da semana.

Notem os leitores que não se apresenta uma única prova sequer em favor da rotura do ciclo semanal através da História. Apenas afirmações vagas, imprecisas, hipotéticas. Coisas assim: quem sabe foi na ocasião do dilúvio... quem sabe no período anárquico dos juízes... quem sabe ... talvez ... é provável ... etc. Isto é um "complexo de extravio de tempo" que acomete os antiadventistas, em grande parte devido ao modernismo religioso, calcado em equivocas idéias evolucionistas, que os induz a não levarem a sério a antigüidade do dia de repouso.

Na era pré-cristã não se perdeu o dia original de repouso. Na nossa era não seria possível perder-se. Consideremos estes fatoras:

1. *Irrazoabilidade de o Mundo Perder a Contagem de um Dia*. – Uma simples pessoa dificilmente perde a contagem de um dia. Mais difícil é que uma família o faça. Seria possível que um povoado, ou cidade, ou país perdesse a contagem de um dia? Seria, pois, absurdo admitir que o mundo com seus biliões de habitantes, grande parte observando o primeiro dia da semana, perdesse a contagem do dia?

2. *O Cuidado de Deus*. – É absurdo supor que Deus exija a observância de uma instituição – como no caso do sábado por mandamento – e permita que este dia se extravie através dos tempos.

3. Os Judeus. – Nos tempos de Jesus, os judeus eram extremados na guarda do sábado. Ao serem espalhados, dispersos por todas as nações

da Terra, após a destruição de Jerusalém, levaram consigo a observância sabática. Em tempo algum se perdeu o sétimo dia nas nações em que se estabeleceram.

4. *O Costume e a História*. – O pastor William Jones, de Londres, com a cooperação de competentes lingüistas de todo o mundo, elaborou um mapa da semana em 162 idiomas ou dialetos. *Todos reconhecem a mesma ordem* dos dias da semana, e 102 deles denominam o sétimo dia de sábado. Abram-se as enciclopédias, cronologias seculares ou eclesiásticas, e o domingo é reconhecido como o primeiro dia da semana, logo depois do sábado. Quer dizer que não houve extravio de dia algum.

5. As Igrejas. – A igreja primitiva observava o sábado. O Prof. Edward Brerewood, em sua obra *Learned Treatises of the Sabbath*, Oxford, 1631 (notem bem a data), afirma: "O sábado ou sétimo dia... era observado religiosamente na igreja oriental por 300 anos ou mais depois da Paixão do Salvador." Quer observadores do domingo (católicos e protestantes) quer da sexta-feira (muçulmanos) ou do sábado (judeus e adventistas), na era cristã, jamais houve entre eles a menor dúvida quanto ao dia que guardam.

6. Astronomia. – Os registros astronômicos e datas, que remontam a 600 A. C. concordam com o cômputo dos astrônomos de hoje, de que jamais se alterou em tempo algum o ciclo semanal.

Reformas do Calendário

Houve, de fato, mudanças no calendário. Nenhuma delas, Porém, mexeu com a ordem dos dias da semana. Não vamos referir-nos às reformas precárias que não foram adotadas, ou apenas simbólicas como o calendário positivista, o da Revolução Francesa, e outros. Analisemos sucintamente as mudanças que alteraram o cômputo dos meses, dias e anos. O calendário judaico vinha dos primeiros tempos bíblicos, e consignava o sábado. Os calendários das demais nações do Antigo

Oriente, embora dessemelhantes quanto aos meses ou anos, eram contudo idênticos na divisão semanal.

O calendário romano mais antigo, que se crê fora dado por Rômulo, supunha um ano de 305 dias, em 10 meses, a partir de março. Numa, sucessor de Rômulo, acrescentou dois meses, elevando o ano civil para 365 dias. Quando Júlio César subiu ao poder supremo de Roma, notando que o calendário vigente era deficiente, chamou o famoso astrólogo Alexandrino Sosígenes para estudar a questão. Este determinou que se abandonasse o calendário dos meses lunares, e se adotasse o egípcio. Foi feita a reforma no ano 45 A. C. e a semana que vinha no calendário egípcio era paralela à do calendário judaico, e foi mantida.

Assim a *ordem de sete dias* dos dias da semana não se alterou. Isso foi antes do nascimento de Cristo. Nos tempos de Jesus e dos apóstolos, a semana na Palestina coincidia com a semana dos romanos quanto a ordem dos dias. Também a denominação dos dias era a designação ordinal, pois os *nomes* dos dias da semana se devem a Constantino, o mesmo que, por decreto, *legalizou* a observância do primeiro dia. Voltando a Júlio César, o calendário ficou alterado, sem afetar a ordem dos dias semanais. É a reforma chamada juliana.

A outra reforma que alterou o cômputo, mas não a semana, é a denominada *gregoriana*, feita por ordem do Papa Gregório XIIII. Os países latinos: Espanha, Portugal e Itália aceitaram-na em 1682. A reforma se fez no dia 4 de outubro daquele ano. O dia 4 de outubro pulou para 15 (havendo portanto uma dedução de 10 dias). Mas o dia 4 foi quinta-feira, e o dia 15 logo a seguir foi sexta-feira, permanecendo *inalterado* o ciclo semanal. Nos países de fala inglesa a *mudança* gregoriana só foi aceita em 1752, em setembro daquele ano. Assim o dia dois foi seguido pelo dia 14. Mas o dia 2 de setembro caiu numa quarta-feira, e o dia 14 que se seguiu, numa quinta-feira. De novo não se alterou a semana.

Grande ignorância é afirmar que as alterações de calendário produziram extravio do sábado.

Testemunho dos Astrônomos

Não creio haver pessoas mais bem informadas a respeito do assunto do que os astrônomos. Recorramos, pois, a eles. Eis o que depõem:

"Tivemos o ensejo de investigar os resultados dos trabalhos de especialistas em cronologia, e jamais se soube de um sequer que tivesse a menor dúvida acerca da continuidade do ciclo semanal desde muito tempo antes da era cristã. Nenhuma das reformas havidas em nosso calendário, em séculos passadas, afetam de algum modo o ciclo da semana."

Dr. A. James Robertson, Diretor do Observatório Naval de Washington, respondendo carta de consulta, em 1932. (Fotocópia publicada à pág. 560 de *Answers to Objections*, de F. D. Nichol.)

Outra carta assinada por Sir Frank W. Dyson, do Real Observatório de Greenwich, Londres diz, em 1932:

"Tanto quanto se sabe, nas várias mudanças do Calendário, não tem havido nenhuma alteração na ordem dos sete dias da semana, a qual transcorre inalterada desde os mais remotos tempos." (Fac-símile no mesmo livro, pág, 562.)

Depoimento do Prof. D. Eginitis, Diretor do Observatório de Atenas, num relatório apresentado à antiga Liga das Nações:

"A quebra da continuidade da semana, que tem atravessado, ainda intata, os séculos e todos os calendários conhecidos, e o uso universal desta unidade de medição do tempo, são as razões que se opõem a esta mudança de calendário"

Em *Nature*, publicação científica inglesa, de 6-6-1931, na "Coluna da Astronomia," há o seguinte tópico:

"A regularidade ininterrupta da seqüência das semanas, que têm decorrido sem uma quebra por mais de três mil anos está agora suscitando debates... Alguns... defendem a utilidade de manter-se a

unidade do tempo que se mantém invariável desde o alvorecer da História."

O Dr. Fotheringham, uma das mais eruditas autoridades em cronologia, num artigo, publicado no *National Almanac* para 1931, pág. 740, afirma:

"Evidência clara é que o período de sete dias era contado independentemente do mês e de todos os períodos astronômicos. Da Igreja judaica passou-se ele para a Igreja Cristã."

O congressista Sol Bloom, de Nova York, falando no Senado americano, em 11-6-1929, sobre a reforma do calendário disse:

"As mudanças do calendário de modo algum interferiram na continuidade dos dias da semana ... Não produziram quebra no ciclo semanal. As datas do mês foram alteradas mas nunca os dias da semana. A continuidade dos dias da semana... não foi alterada quando a França cancelou dez dias de seu calendário no mês de dezembro. A mudança teve lugar numa sexta-feira, mas continuou sendo sexta feira dia 20 em vez de sexta-feira dia 10.... *Os dias do ciclo semanal jamais foram alterados em tempo algum, em qualquer reforma processada no calendário*." – *Congressional Record*, junho, 1829, pág. 5. (Grifos nossos).

"A divisão da semana vem inalterável em milhares de anos." – M. Anders Donner, Prof. de Astronomia da Universidade de Helsinki (*Report on the Reform of the Calendar*, 17 de agosto, 1926, pág. 51.)

O espaço não nos permite citar perto de quinze depoimentos de autoridade em matéria de calendário, entre elas o Prof. M. Edouard Bailland, Diretor do Observatório de Paris, o Prof. Frederico Oom, Diretor do Observatório Astronômico de Lisboa, o Prof. M. Emite Picard, Presidente do *Office of Longitudes*.

Concluiremos com a transcrição dos debates havidos em torno da reforma da calendário, no Congresso de Washington, extraída dos Anais do Congresso, sessão de 21-1-1929, entre os congressistas Sol Bloom,

Cyrenus Cole, e W. S. Eichelberger, então Diretor do Observatório Naval dos EE.UU.:

"MR. BLOOM: Não é um fato que, nas mudanças produzidas no calendário, as datas foram mudadas, porém nunca os dias? V. Excia. sabe de algum tempo na História em que algum calendário, a partir do princípio do remoto calendário egípcio, em que o dia da semana se tenha trocada?

"MR. EICHELBERGER: Não, não sei absolutamente.

"MR. BLOOM: Mas m datas foram mudadas?

"MR. EICHELBERGER: Sim, não há dúvida.

"MR. BLOOM: V. Excia. pode mudar qualquer data do calendário a seu critério, como o fez o Papa Gregório, desprezando 10 dias em 1582, e os britânicos 11 dias em seu calendário, instituindo-se assim o calendário sob o qual vivemos. As datas foram trocadas, mas não foi alterada sequer um dia da semana...

"MR. EICHELBERGER: Tanto quanto eu saiba, isto é exato.

"MR. COLE: *Há fundamento na crença de que sábado, ou outros dias da semana se têm sucedido em ininterrupta continuidade desde os tempos mais remotos?*

"MR. EICHELBERGER: Tanto quanto eu saiba, isto é verídico." – (*Congressional Report*, pág. 68.)

Temos absoluta certeza de que o dia de sábado jamais se perdeu na meada dos milênios. E, a despeito da multiplicidade das provas, contentamo-nos com uma: sendo o dia que tem o brilho imarcescível da bênção divina, jamais se perderia na noite dos tempos. O próprio Deus Onisciente cuidou que assim fosse. E de fato o foi. Graças a Deus!

Já o mesmo não ocorre com os professos cristãos em relação ao seu espúrio dia de repouso. Não têm certeza de que não se tenha extraviado nalguma alteração cronológica ou mudança de calendário na era cristã. Com este "complexo de extravio de dia," nem têm certeza do dia que guardam.

Isto, porém, é problema deles.

ACUSAÇÕES IMPROCEDENTES

NOTA-SE em vários pontos do livro, como o autor foi enganado por Canright, ao endossar-lhe certas argumentos e informações atinentes aos adventistas e suas crenças. Algumas delas são de dar pena.

O Sábado e as Hostes Angelicais

Cita-se à pág. 59 o seguinte trecho da Sra. White: "Eu vi que o sábado nunca será removido, mas que os santos remidos, e todas as hostes angelicais o observarão por toda a eternidade em honra ao grande Criador."

Temos aqui uma das raríssimas citações exatas que o oponente faz. Efetivamente, a serva do Senhor escreveu estas palavras, e constam de fato em *Spiritual Gifts*, Vol. 1, pág. 113. O opositor teve, contudo, o cuidado de pôr em grifo a expressão "e todas as hostes angelicais." Cremos nisso. Admitimos que os anjos, na nova ordem de coisas, quando a maldição for removida da Terra, compartilharão da ventura perene dos remidos, e da adoração especial periódica que estes tributarão a Deus. Notemos que no parágrafo citado o verbo está no futuro "observarão." – Sim, isto terá lugar na Nova Terra, na Nova Jerusalém.

Referindo-se à Nova Terra, dia a Bíblia: "E de mês em mês (*), e de sábado em sábado, toda a carne (*toda a humanidade*) virá prostrar-se perante Mim, e Me adorarão, diz o Senhor." Isa. 66:23 (Tradução do P. Matos Soares). Ali, sem dúvida, o sábado, como nos tempos edênicos, voltará a ter caráter mais brilhante, o sabor original, num ambiente puro, sem a eiva do pecado. Os anjos terão prazer nessa observância. A lei moral de Deus é imperecível, e o sábado está vinculado a ela.

---

*Algumas versões consignam "de uma Lua nova à outra". Refere-se à reunião mensal dos remidos ao que se crê para participarem do fruto da árvore da vida que também é "produzido de mês em mês" Apoc. 22:2.

O artigo "Reflexos do Decálogo" estampado no "Jornal Batista," de 6-12-1928, conclui: "Passará o mundo, mas o Decálogo ficará e *no Céu ele há de ser louvado, rebrilhando os seus fulgores por entre as jerarquias angelicais* resumindo o amor de Deus." (Grifos nossos.) Tudo, no entanto, se refere a um tempo futuro.

Mas o quê o autor pretende é subtilmente fazer desta declaração da Sra. White um contexto a fim de armar uma acusação contra nós. Mas perdeu o tempo e o latim, como se verá adiante.

Urias Smith e o "Mesmo Período"

E agora um fato grave. Gravíssimo! Na mesma página o oponente cita a seguinte frase *atribuída* ao pioneiro Urias Smith: "Nós inferimos que as ordens superiores em inteligência guardam também o sábado.... O sábado de cada uma das suas criaturas será também o de todo o resto, de maneira que todos observarão juntos o mesmo período com o mesmo propósito (*Biblical Institute*, pág. 145)." O acusador pôs em grifo a expressão "todos a observarão juntos," e versais em "mesmo período," que não sabemos se são do oponente ou do suposto Urias Smith.

O autor aqui constrói sua dialética sobre o vácuo, por duas razões: 1ª.) a citação é apócrifa, e 2ª.) ainda que fosse autêntica, a expressão "mesmo período" não significa necessariamente a mesma medida de tempo. O *shabbath* é, antes de tudo, um período sagrado de adoração e cessação de atividade, *instituído por Deus*. Para nós, para o mundo em que vivemos, tem ele a duração de um dia, feito para o nosso benefício, e assim nos cumpre observá-lo. O próprio Deus, o Autor da sábado, Aquela para quem *não há tempo* nem espaço, repousou no sábado. (Gên. 2:2.) Se o Criador o fez, por que não o poderão fazer as criaturas celestiais? E cremos que, de futuro, os remidos, com as hostes celestiais, o observarão como um período especial de adoração. Estamos, porém, vivendo no presente, e aqui ele é o inconfundível sétimo dia e tem a duração que Deus lhe deu – quer queiram ou não os seus opositores. Mas

a aplicação do repouso sabático planetário *no presente*, corre por conta dos nossos acusadores.

Voltemos à "citação" de Urias Smith. Este piedoso servo de Deus jamais escreveu semelhante coisa, e o oponente fica na obrigação de provar o que endossa de Canright. Conhecemos toda a bibliografia de Urias Smith, que consta das seguintes obras: *Daniel and Revelation*, *Looking Unto Jesus*, *Here and Hereafter*, *Synopsis of Present Truth*, *Modern Spiritualism*, *Smith's Diagram and Parliamentary Rules*, *Poem on the Sabbath*, *The Nature and Destiny of Man*, *The United States in the Prophecy*, e *The Sanctuary*, além de uma série de folhetos sobre pontos doutrinários controvertidos. Em *nenhuma* destas obras ou opúsculos, e também em todas as suas colaborações no "Present Truth" e na "Review and Herald" consta este trecho.

Mas o autor de *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus*, escorado no inconseqüente Canright, indica um livro-fantasma: *Biblical Institute*. Que livro é esse? Obra de autoria de Urias Smith com esse nome *não existe*. Seria, talvez, alguma coletânea de estudos bíblicos em que figurasse um trabalho daquele pioneiro? Tratar-se-ia de colaboração a alguma revista? Se o fosse, só o poderia ser em livro ou revista denominacional adventista. Uma igreja batista, por exemplo, não aceitaria num seu jornal uma colaboração que defendesse o sábado, pois o considera herético. Confessamos honestamente que jamais nos constou a existência de um livro ou revista com tal nome. Verificamos os mais antigos catálogos das nossas editoras americanas. Nada consta. Há tempos que estamos familiarizados com a literatura adventista. Jamais encontramos qualquer referência a esse livro-fantasma, ou qualquer citação dele.

A esta altura surge necessariamente a pergunta: Teria Canright inventado a existência desse livro? Não é de duvidar-se. Cesteiro que já fez um cento... Uma coisa é certa: as nossas pesquisas não lograram localizá-lo, e aqui fica a nossa dúvida, até que se nos mostre o contrário. Fica o autor na obrigação de provar a existência do hipotético *Biblical*

Institute. Muito embora isso não faça peso algum na argumentação, pois a expressão "mesmo período" nada prova em abono da tese oposicionista.

Dessa suposta expressão de Smith quer o autor concluir que "os sabatistas crêem que o sábado é observado por todos os seres vivos em todo o universo, inclusive o próprio Deus, *no mesmo período de tempo*." (Grifos nossos.) Ora, isso corre por conta do autor. Jamais ensinamos esse disparate. Esta história de que cremos que o sábado é observado nos outras planetas, com uma duração *exata* de vinte e quatro horas é uma balela engendrada por ele. Tece extensas e fantasiosas especulações, mescladas de ironia, tudo baseado num falso pressuposto, que não cremos nem ensinamos. Consulte nossa literatura, e aponte lá algum ensinamento neste sentido!

O Sábado num Mundo Esférico

Ensinamos, com base bíblica, que o dia de repouso deve ser guardado de um a outro pôr-do-sol. Não importa que aqui no Brasil ele *comece* hoje às dezoito horas, nem se esse tempo não seja o *mesmo* num país europeu. Diz o acusador gratuito: "Quando são 6 horas da manhã no sábado aqui no Rio, no Japão são 6 horas da tarde; isto significa que, quando os sabatistas aqui se levantam no sábado para guardá-lo, já os seus irmãos japoneses o acabaram de guardar..."

Isso mesmo! Exatamente! Esta é a realidade! Precisamente o que ensinamos. E o mesmo ocorre com as dominguistas. E nós, com mais exatidão, guardamos o dia que é delimitado pelos crepúsculos vespertinos. Esta história de o "mesmo período" significar um tempo *simultâneo* que transcorre em todo o mando é invenção dos antiadventistas.

Diz Francis D. Nichol, acatado líder adventista, em *Answers to Objections*, pág. 207: "O mandamento do sábado nada diz acerca de ocorrer a guarda do dia de repouso no mesmo espaço de tempo em todos

os lugares. Simplesmente ordena guardar 'o sétimo dia.' E este sétimo dia acaso não chega em todas as partes da Terra? Sim."

Diz o oponente à pág. 61: "Se dois sabatistas saírem do Rio de Janeiro, um viajando para o Leste e outro para o Oeste, guardando ambos rigorosamente o sábado, o sétimo dia, do pôr-do-sol ao pôr-do-sol, segundo o lugar onde cada um estiver viajando, *acontece que o que viaja para o Oeste ganha um dia, e o que viaja para Leste perde um dia*."

Aí está um sofisma bem urdido, que não passa da coisa engraçada. Porque se fosse verdade que o que vai para o Oeste *ganha* um dia, e o outro em sentido contrário *perde* um dia, se estes hipotéticos sabatistas fossem irmãos gêmeos e comandantes de navios, e a rota de seus respectivos vapores os abrigasse a circundar o mundo continuamente nesta direção oposta, então, depois de um certo tempo um deles estaria tão velho que poderia ser o pai do outro!!! Aí está a subtileza do erro. Essa "perda" é apenas aparente.

Diz Nichol, no citado livro: "A qualquer país que cheguemos em nossas viagens, encontramos todas as pessoas dali – cientistas, leigos, judeus, cristãos e ateus – de perfeito acordo quanto aos dias da semana.... Perguntai-lhes individual ou coletivamente, quando chega o sétimo dia da semana, e todos darão a mesma resposta. Não importa se alguém está no pólo ou no equador, nem se viaja por mar ou por terra, nem se ela se dirige para o Oriente ou para o Ocidente; *o dia é certo espaço de tempo absolutamente fixo em qualquer parte da superfície da Terra*."

Este "raciocínio" do oponente não resiste a mais leve análise, parque a questão não é de *ganho* ou *perda* de tempo, mas de cômputo. *São as revoluções da Terra que assinalam os dias,* e não o número de vezes que se viaja ao redor dela!!! Não temos nenhum prazer em assinalar ignorância tão calva, mas o fazemos por amor da verdade.

E mesmo na terra do "Sol da meia-noite," pergunte-se a um explorador dos pólos e ele achará ridícula a idéia de não ter ali noção do *dia*, seu começo e fim. Os exploradores árticos mantêm a exata

contagem dos dias e semanas em seus diários, relatando o que fizeram em determinados dias.

Eles dizem que naquela estranha e quase desabitada terra é possível notar a passagem dos dias durante os meses em que o Sol está acima do horizonte, *pelas posições variáveis Sol*, e durante os meses em que o Sol está abaixo do horizonte, pela vestígio perceptível do crepúsculo vespertino. E se um sabatista se encontrasse lá no pólo, e tivesse algum receio de perder a contagem das semanas, bastar-lhe-ia dirigir-se, por exemplo, a uma missão batista entre os esquimós, e lá obteria a informação do que deseja, pois os missionários sem dúvida saberiam quando é domingo para nele realizarem sua escola dominical... Certamente que eles não perderiam o ciclo semanal!!!

E para concluir este capitulo, mencionamos a canoa mais furada em que o autor embarcou: a afirmação de Canright de que, numa reunião de pastores adventistas, em Nova York, descobriram eles que a Terra era chata e estacionária e que o sistema geocêntrico é o certo, movendo-se as estrelas ao nosso redor.

Não, leitor, não se trata de brincadeira de mau gosto. No seu inglório "vale-tudo" para desmoralizar a denominação que abandonou, Canright escreveu essa barbaridade inominável. Isto, porém, se desmantela com dois golpes: 1°.) nos tempos em que Canright esteve na Obra (até 1888) jamais houve concílio de ministros adventistas em Nova York. A sede da Obra era em Battle Creek, e ali se realizavam as assembléias de alto bordo; 2°.) entre os pioneiros adventistas havia o Pastor José Bates, ex-comandante de navio, velho lobo do mar, *grande conhecedor de astronomia* que, com freqüência localizava corpos celestes para fins instrutivos (Ler o *The Great Advent Movement*, pág. 261). Bates era um líder e exerceu grande influência no espírito dos pastores. Falecido embora em 1872, instruía seus companheiros a respeito de assuntos planetários. Ora, nem como pilhéria, os pastores que o conheceram e receberam sua influência chegariam à ridícula conclusão de que a Terra deve ser *chata e estacionária*.

Mais ainda: a Sra. White, em algumas visões, pôde ver algo do sistema planetário, e fez descrições interessantes. Descreveu os satélites de Júpiter e os anéis de Saturno. Descreveu a constelação do Órion. E tudo em perfeita conformidade com a Ciência. Ora, seria curial admitir que uma afirmação boçal como esta de ser a Terra "chata e estacionária" fosse feita por gente nossa? E num tempo em que a Sra. White estava viva, e produzia seus testemunhos aos ministros?

Ponderem nisto os sinceros.

É O SÁBADO UMA INSTITUIÇÃO DE ISRAEL?

A FÚRIA anominiana do oponente concentra-se na tese de que o sábado é instituição exclusivamente judaica. Não lhe interessa saber que ele fora instituído ao tempo de Adão, antes que houvesse a divisão de raças, *nações e tribos*, nem que fora feito para o bem-estar físico e espiritual do homem, nem que os gentios o observavam no passado. A idéia fixa é que o sábado é judaico, e nada mais! Diz que o sábado fora dado a Israel, e não ao mundo, e em abono de tal heresia cita Êxo. 20:1 e 2; 12-15; 4:8, 10-13 e 44; 34:27 e 28; Rom. 9:4.

Antes de entrarmos no mérito dessas passagens, convém notar que certos teólogos, deixam, inadvertidamente escapar expressões que destoam da posição doutrinária que assumem, e mais se adaptam à doutrina adventista.

Strong não é anominiano. Contradiz a idéia de que o sábado é *mosaico*. Diz ele: "O sábado é de obrigação perpétua como memorial instituído por Deus, de Sua atividade criadora. A exigência do sábado é anterior à época do Decálogo, e forma uma parte da lei moral. Feita na Criação, aplica-se ao homem como homem, em toda a parte e em qualquer tempo, em seu presente estado de existência." (1)

Por esta declaração do mestre batista se evidencia que o sábado não se originou do legalismo de Israel. E acrescenta: "No Velho Testamento há indicações da observância do dia do sábado *antes* da legislação mosaica." (2)

A origem do sábado, 2.500 anos antes que houvesse a nação israelita prova que não era judaico. Observado pelos patriarcas, foi transmitido às nações da antigüidade. Tornou-se mundial, mesmo entre as nações pagãs.

John G. Butler, escritor batista do *Livre Arbítrio*, no seu tratado teológico, diz: "Sabemos também, pelo testemunho de Filo, Hesíodo, Josefo, Porfírio e outros, que a divisão do tempo em semanas e *a*

observância do sétimo dia eram comuns nas nações da antigüidade. Como, então, poderia ter-se originado a não ser pela tradição, que vinha de sua instituição no jardim do Éden?" (3)

De fato, o citadíssimo historiador judaico Flávio Josefo, escreveu também: "Não há cidade dos gregos, nem dos bárbaros, nem nação alguma, em que nosso costume de repousar no sétimo dia não tenha chegado." (4)

Por aí se vê que as nações não judaicas observavam o sábado original.

E agora um testemunho arqueológico. O *Congregationalist* (Boston), de 15 de novembro de 1882, referindo-se aos "Tijolos da Criação," encontrados pelo Sr. Smith, nas margens do rio Tigre, próximo a Nínive, diz:

"O Sr. George Smith diz em sua obra 'Descobertas Assírias' (187511 'No ano de 1869 descobri, entre outras coisas, um curioso calendário dos assírios, no qual cada mês se divide em quatro semanas, e os sétimos dias, *ou sábados*, são marcados como dias nos quais nenhum trabalho se podia empreender... O calendário contém listas de trabalho proibido nesses dias, o que evidentemente *corresponde ao sábado dos judeus*." (Grifos nossos).

Não padece dúvida, que o sábado era guardado pelo mundo gentílico e pagão, pela influência do povo de Deus, dos israelitas, então detentores dos oráculos divinos. Israel, como povo escolhido deveria ser uma luz. Deveria levar a revelação divina a todos os Povos. Falhou. As bênçãos imutáveis de Deus, porém, foram transferidas aos gentios. Se mudança houve, se falta houve, se fracasso houve, foi nos homens.

Nossa doutrina, no tocante a Israel, pode assim ser resumida: "Aquilo que Deus propôs realizar em favor do mundo por intermédio de Israel, a nação escolhida, Ele executará afinal por meio de Sua igreja na Terra hoje. Ele arrendou Sua vinha 'a outros lavradores'." (5) Os privilégios de Israel transferiram-se a nós. Somos "os outros lavradores," mas as bênçãos da vinha são as mesmas.

Diz o teólogo batista Langston: "Não obstante o grande fracasso da povo eleito, *não se perdeu o precioso tesouro que lhe fora confiado para entregar ao mundo*, E NEM SE TRANSFORMARAM OS PLANOS DIVINOS, porque, hoje, todas as nações estão-se enriquecendo com a revelação de Deus – o precioso tesouro uma vez entregue a Israel." (6) (Grifos e versais nossos!. Sim, Deus não muda, os homens é que fracassam.

Somos o Israel espiritual. Deus não tem absolutamente nenhuma promessa para os gentios, senão quando se tornam Israel. O gentio, como gentio, está completamente sem esperança, e isto a Palavra de Deus declara repetidamente. Jesus era da raça de Israel. Também os profetas, e todos os apóstolos, os autores do Novo Testamento eram israelitas. Jesus mesma declarou que "a salvação vem dos judeus." S. João 4:22. Ler Efés. 2:12. Somente Israel será salvo. Na gloriosa cidade que dará a Seus filhos, há doze partas, e seus nomes são os das doze tribos de Israel. É preciso que nos tornemos Israel. Mesmo o estrangeiro, o gentio, terá que tornar-se membro da família de Deus, do Israel espiritual. Não há uma lei para o judeu e outra para o gentio, que peregrina conosco, como aqueles que peregrinavam com o Israel literal. Núm. 15:16.

O gentio – diz outro comentarista batista de renome – "por sua fé se torna descendente espiritual de Abraão, membro do Israel de Deus. A Jerusalém palestiniana e seu povo são repudiados categoricamente: 'está em escravidão com seus filhos' Gál. 3:25. Os crentes gentios são 'como Isaque, filhos da promessa'. 28. Israel segundo a carne passa a ser 'lançado fora,' não será 'herdeiro' das promessas proféticas, v. 30, antes identifica-se com a escrava Agar e o bastardo Ismael: mas o filho, o herdeiro, o Isaque, o *Israel real, o povo de Deus, a Jerusalém celestial e seus filhos*, são os crentes gentios, incorporados com Jesus e Paulo e os outros apóstolos, *no tronco indestrutível da árvore de Abraão e da aliança da graça*." (7)

Consideremos agora sucintamente algumas passagens com que se procura atribuir caráter meramente nacional e local ao dia de repouso

ordenado por Deus. Êxo. 20:1 e 2; Deut. 5:1 e 2, 12-15; 4:8 etc. Procura-se tirar a ilação de que o sábado fora dado a Israel e não ao mundo.

Ora, o oponente não pode contestar que o povo de Israel era, naquela ocasião, o legítimo povo de Deus, detentor de Sua mensagem para o mundo. Sendo assim, gostaríamos de perguntar-lhe: a quem deveria Deus revelar Seus propósitos? A quem deveria confiar Sua lei? Aos egípcios? Aos assírios? Aos amalequitas? Aos amorreus? A quem afinal? A resposta só pode ser uma: *aos israelitas*. Necessariamente aos israelitas. E a eles foi outorgado o maior padrão moral de todos os tempos: o Decálogo, em cujo coração há o mandamento positivo do dia de repouso. A solenidade do momento da outorga dessa majestosa lei exigia que Deus impressionasse aquele povo, para mostrar-lhes o privilégio deles e a autoridade do Doador. Daí a razão do preâmbulo: "Eu sou o Senhor teu Deus..." e para que não pairassem dúvidas a respeito, acrescenta: "Aquele que te tirou da servidão do Egito."

Note-se que esta observação é um preâmbulo. *Não é parte integrante da lei*. Pode-se comentar que a lei era também um memorial da graça divina, pois o próprio Deus que a proferiu foi Aquele que conduziu Seu povo para fora do Egito, livrando-o do jugo vil da escravidão. As Escrituras consideram o Egito como símbolo do estado de pecado (Apoc. 11:8), e sendo assim, o livramento de Israel, do Egito literal, pode ser comparado com o livramento de todo o povo de Deus, do poder do pecado. Diz a Bíblia que o Senhor livrou Seu povo da terra de Faraó *a fim de poder dar-lhes Sua lei*. (Sal. 106:42-45). Do mesmo modo, por meio do Evangelho, Cristo nos liberta do jugo do pecado (S. João 8:34-36; II S. Ped. 2:19) a fim de que possamos guardar a lei (S. João 15:10; Rom. 8:1-4). Notemos o seguinte: Deus primeiramente *salvou* Israel; depois deu-lhes Sua lei para ser *guardada*.

Em Deut. 5, temos o Decálogo repetido *com aplicação especial aos israelitas*, e isto prova que a lei divina se aplica a todos os povos em todas as circunstâncias. O livramento dos israelitas constituiu uma razão adicional por que deveriam reverenciar o sábado: a de terem conseguido

um *descanso* dos trabalhos escravos do Egito. Deviam deixar os *servos* repousarem também no sábado. Diz o texto: "... para que o teu servo e a tua serva descansem como tu", e a seguir diz: "Porque te lembrarás que foste servo na terra do Egito. ..."

Em Rom. 9:4 se lê: "Que são israelitas, dos quais é a adoção de filhos, e a glória, e os concertos, e a lei, e o culto, e as promessas." Não sabemos o que o oponente pretende provar com esse texto. Note-se que o apóstolo Paulo não os chama de "hebreus" ou "judeus" num sentido opcional mas de *israelitas*, título que lhes designa a posição de *povo escolhido de Deus*. No Novo Testamento esse titulo é transferido à igreja cristã, à qual o mesmo Paulo se refere como "o Israel de Deus" Gál. 6:16. Sim os israelitas são detentores das bênçãos de Deus, no presente como no passado.

A Bíblia denomina o sábado de "sábado do Senhor" e não de sábado de Israel num sentido nacional.

Deixemos, para finalizar, que a Bíblia fale por si, sem comentários:

"É porventura Deus somente dos judeus? E não o é também dos gentios? Também dos gentios certamente... Porque nem todos os que são de Israel são israelitas; nem por serem descendência de Abraão são todos filhas... E, se sois de Cristo, então sois descendentes de Abraão, e herdeiros conforme a promessa.... Naquele tempo estáveis sem Cristo, separados da comunhão de Israel, e estranhos aos concertos da promessa, não tendo esperança... mas agora em Cristo Jesus, vós, que antes estáveis longe, já pelo sangue de Crista chegastes perto... E ouvi o número dos assinalados e eram cento e quarenta e quatro mil assinalados de todas as tribos dos filhos de Israel." Rom. 2:28; 9:6 e 7; Gál. 3:29; Efés. 2:12 e 13; Apoc. 7:4.

Todas as bênçãos divinas, inclusive o sábado, se transferiram para o Israel espiritual.

Referências:

(1) A. H. Strong, *Systematic Theology* (Ed. Three Volumes in One, The Judson Press), pá. 408.
(2) Ibidem.
(3) John G. Butler, *Natural and Revealed Theology*, pág. 396.
(4) Flávio Josefo, *Against Apion*, book 2, pág. 40, do "Works of Flavio Josepho" (Winston Edition), pág. 899.
(5) Ellen G. White, *Profetas e Reis*, págs. 713 e 724.
(6) A. B. Langston, *Esboço de Teologia Sistemática*, págs. 254 e 255.
(7) William Carey Taylor, *A Epístola aos Gálatas*, pág. 316.

DESPREZO OSTENSIVO PELO QUARTO MANDAMENTO

Como Cristo Considerou a Sábado

TOCA às raias do absurdo a vesguice dialética do oponente em tentar demolir o dia de Deus, relegá-lo ao desprezo e aviltá-lo de toda a forma. Não titubeia, à pág. 64 do indigno libelo, em concluir que Cristo considerou desrespeitosamente o sábado. Cita S. Mar. 2:27, que reza: "O sábado foi feito por causa do homem e não o homem por causa do sábado," pontificando com ares doutorais: "Isto quer dizer que o sábado ou dia de descanso, deve servir ao homem e não o homem estar sujeito a ele." Aí está uma puerilidade de causar pena.

Vejamos o que o Mestre quis dizer com estas palavras. Há aí duas proposições: uma do sábado servir ao homem; outra, do homem sujeitar-se ao sábado. Consideremos a primeira. É de clareza meridiana. O sábado foi instituído e oferecido *ao homem* como algo muito precioso, como um bem, um favor divino. Figueiredo traduz: "O sábado foi feito em contemplação do homem." O sentido evidente é que o sábado foi instituído para o bem-estar físico, moral e espiritual das criaturas humanas. O sábado é assim uma instituição *a favor* do homem, em seu benefício, uma bênção grandiosa. Só uma perversa distorção do texto poderia levar à conclusão de que o sábado deva ser considerado contrarie ao homem. Portanto, a ilação do acusador é infeliz, errônea e contrária ao sentido bíblico.

A segunda proposição contida no texto diz: "e não o homem por causa do sábado." Simples demais para ser entendida. Deus não criou o homem porque Ele tivesse um sábado necessitando ser guardado por alguém. Ao contrário, criara primeiro o homem, e depois o sábado para lhe às necessidades de repouso e recreação espiritual. Assim o sábado lhe seria uma bênção e não uma carga. O farisaísmo dos dias de Cristo obscurecera o verdadeira caráter do sábado. Os rabinos o acumularam de

exigências esdrúxulas que o tornaram um fardo quase insuportável. A atitude de Cristo Para com o sábado foi a de escoimá-lo desses acréscimos, devolvendo-o à prístina pureza. A atitude de Cristo para com o Seu santo dia foi de reverência e não de desprezo,

E de passagem cabe aqui uma observação: o sábado foi feito por causa do homem, e isto não pode ser verdade em relação ao domingo, porque no primeiro dia da semana o homem ainda não fora criado!

Cita em seguida S. Mat. 12:8: "O Filho do homem até do sábado é Senhor", e conclui desastradamente que Cristo é Senhor do sábado para mudá-lo, alterá-lo, suprimi-lo, enfim. Diríamos de início que, sendo o sábado um mandamento da lei de Deus, se Cristo o transgredisse de qualquer maneira Se tornaria um pecador, e nessa condição não poderia ser nosso Salvador!

Mas vamos ao raciocínio errôneo do oponente. Jesus declarou-Se Senhor do sábado! Solene e importantíssima declaração! Frise-se bem que Ele é Senhor do sábado e não do domingo, embora a cristandade semi-apostatada averbe este dia como o "dia do Senhor." Cristo, porém, reafirmou Sua soberania sobre o sábado. É o Autor do sétimo dia, consagrado ao repouso e, nessa qualidade, sabe o que é lícito ou não fazer nele. Os fariseus que censuraram os discípulos por apanharem espigas, foram além dos reclamos divinos, "além do que está escrito." Punham restrições descabidas à guarda do sábado. E Jesus, para mostrar-lhes Sua autoridade, apresenta-Se como Autor do sábado. Nada há de derrogatório na declaração do Mestre. Ao contrário, reafirma o valor e a vigência do sábado, escoimado, no entanto, das aderências talmúdicas.

BROADUS, renomado comentarista batista, tratando deste texto, assim conclui: "Mas o sábado permanece ainda, pois que existia antes de Israel, e era desde a criação um dia designado por Deus para ser santificado (Gên. 2:3) ..." (1)

Cristo jamais combateu o sábado, mas apenas a maneira de guardá-lo, a estreiteza dos fariseus.

Diz STRONG, grande teólogo batista: "Nem nosso Senhor ou os apóstolos ab-rogaram o sábado do decálogo. A nova dispensação abole as prescrições mosaicas quanto à *forma de guardar o sábado* mas ao mesmo tempo declara sua observância de origem divina e como sendo uma necessidade da natureza humana.... Cristo não cravou na cruz qualquer mandamento do decálogo.... Jesus não Se defende da acusação de quebrar o sábado, declarando que este fora abolido, mas estabelece o verdadeiro caráter do sábado em atender uma necessidade humana fundamental." (2)

RYLE, erudito comentarista evangélico, tratando do texto, diz:

"Não devemos deixar-nos arrastar pela opinião comum de que o sábado é mera instituição judaica, que foi abolido ou anulado por Cristo. Não há uma só passagem das Escrituras que isso prove. Todos os casos em que nosso Senhor Se refere ao sábado, fala contra as opiniões errôneas que os fariseus propagaram a respeito de sua observância. Cristo depurou o quarto mandamento da superfluidade profana dos judeus.... O Salvador que despojou o sábado das tradições judaicas e que tantas vezes esclareceu o seu sentido, não pode ser inimigo do quarta mandamento. Pelo contrário, Ele engrandeceu e o exaltou." (3)

E o próprio opositor, incapaz de cobrir o Sol da verdade com a peneira de seus sofismas, se trai ao afirmar: "Jesus ia contra a letra e o *formalismo* dos judeus... Evidentemente para ensinar aos judeus que deviam dar AO SÁBAD0 uma interpretação espiritual e não formal..." Estamos de acordo com essa afirmação. Cristo não foi contra o dia, mas contra a maneira errônea e extremista de guardá-lo.

Mandamento Omisso?

À pág. 70 apresenta o acusador um quadro comparativo, ardilosamente engendrado e incompleto em que procura demonstrar que o quarto mandamento não consta do Novo Testamento. Será que o autor, lê com atenção o Novo Testamento? Pois nele, tanto Crista como os

apóstolos nos são apresentadas em várias ocasiões pregando ou adorando aos sábados, como se esse procedimento fosse a coisa mais natural. Por que não fez constar no quadro S. Luc. 23:56 que se refere à guarda do sábado "conforme o mandamento?" Para contraditar aquele gráfico omisso, apresentamos um quadro verdadeiro quanto à observância do sábado no Novo Testamento.

REUNIÕES NO SÁBADO MENCIONADAS NO NOVO TESTAMENTO

(Temos abaixo aproximadamente 90 reuniões religiosas no sábado "segundo o mandamento")

Texto: S. Mar. 1:21; N.º de reuniões: 1; Local: Cafarnaum; Data: 28 AD
Histórico: Cristo ensinava Seus discípulos no sábado. Ensino religioso. Realizou a cura do endemoninhado. Objetivos espirituais.

Textos: S. Mar. 3:1; S. Mat. 12:1; S. Luc. 6:6; N.º de reuniões: 1; Local: Cafarnaum; Data: 28 AD
Histórico: Cristo entrou na sinagoga e **pôs-Se a ensinar**. Curou o homem que tinha a mão ressequida, o que irritou os fariseus. Demonstração do poder de Deus, no dia de sábado.

Texto: S. Luc. 4:16 e 17; N.º de reuniões: 1; Local: Nazaré; Data: 28 AD
Histórico: Cristo foi à casa de culto. Diz o texto que o fez "segundo o Seu costume". Quer dizer que **sempre** ia ao culto no sábado. O que fez lá dentro foi puramente ato de culto. Leitura e exposição da Palavra de Deus. Não foi com objetivo de agradar os judeus, porque os desagradou bastante a ponto de ser expulso da sinagoga e da cidade. Quiseram atirá-Lo ao precipício.

Texto: S. Luc. 4:31; N.º de reuniões: ?; Local: Cafarnaum; Data: 28 AD

Histórico: Cristo usualmente ensinava nos sábados. Nenhuma insinuação quanto à mudança do dia de guarda.

Texto: S. Luc. 23:56; N.º de reuniões: 1; Local: Jerusalém; Data: 31 AD
Histórico: As santas mulheres seguidoras, de Cristo, inclusive Sua mãe respeitosamente guardaram o "sábado conforme o mandamento". Nada sabiam acerca do domingo!!!

Textos: Atos 13:14 e 42-44; N.º de reuniões: 1; Local: Antioquia; Data: 45 AD
Histórico: S. Paulo em reunião de culto. Como os judeus abandonassem a sinagoga, no sábado seguinte "quase toda a cidade" (gentios) se ajuntou para ouvir a Palavra de Deus. Boa oportunidade para Paulo lhes dizer que, como não estavam na sinagoga com os judeus, o dia de guarda seria o domingo ...

Texto: Atos 16:12 e 13; N.º de reuniões: 1; Local: Filipos; Data: 53 AD
Histórico: Reunião de culto ao ar livre. Longe de sinagogas, que talvez não houvesse na cidade. Os apóstolos procuraram um lugar tranqüilo para o culto sabático.

Texto: Atos 17:1 e 2; N.º de reuniões: 3; Local: Tessalônica; Data: 54 AD
Histórico: Na sinagoga. Reunião de culto. Paulo "segundo o seu costume" foi ao culto no sábado. O dia de guarda não se alterara na era cristã. Reunia-se indistintamente com judeus e gentios, ou sem eles ao ar livre. O que interessava era a guarda do dia ...

Texto: Atos 18:1-4; N.º de reuniões: 78; Local: Corinto; Data: 54 AD
Histórico: Temos aqui a considerar: v. 4 "todos os sábados"; v. 11 "ali permaneceu um ano e seis meses, ensinando". Nesse ano e meio transcorreram 78 sábados, tempo mais que suficiente para Paulo ensinar que o dia de repouso fora mudado ...; v. 3 Paulo trabalhava em "fazer tendas". No sábado **não trabalhava**. Cumpria a lei de Deus que manda trabalhar seis dias. Logicamente não descansou no domingo. A Bíblia diz que o fazia no **sábado** e

preferimos ficar com a Bíblia; v. 4 diz que Paulo estudava a Palavra de Deus "persuadindo tanto judeus como gregos". Também com os gentios no **sábado**.

Perpetuidade Temporária?

E lá vem à pág. 71 a cediça afirmação de que o sábado não é "perpétuo," porque em Êxo. 12:14; 30:21 e Lev. 23:21 o adjetivo "perpétuo" também é aplicada à "páscoa," "lavagem de mãos" e "festas judaicas," e estas coisas cessaram de existir. O acusador deve saber que o adjetivo hebraica *olam*, traduzido por "perpétuo" nos textos em tela e por "para sempre" em outros lagares, tem o seu *sentido condicionado à natureza daquilo a que se aplica*. Sendo assim, as festas cerimoniais teriam duração até ao tempo em que seriam necessárias. Jonas, ao descrever as peripécias pelas quais havia passado no interior do peixe, diz: "... os ferrolhos da Terra correram-se sobre mim para sempre [olam]", Jonas 2:6. Esse "para sempre" durou apenas três dias e três noites. Foi uma duração curtíssima, não acham? No entanto, quando o mesmo adjetivo está janto de palavras que pela natureza, têm duração ilimitada, significa realmente "duração sem-fim". Junto de "Deus," "vida," "amor." etc. indica perpetuidade.

O "argumento" nada prova contra a permanência sabática, pois, segundo a Bíblia, o sábado será observado na Nova Terra pelos remidos. Isa. 66:23. A sua perpetuidade é sem-fim.

O antagonista vai ao ponto de, à pág. 68, negar que o sábado da criação fosse o sétimo dia! Será que não leu em Êxo. 20:11 que o mandamento sabático se reporta aos dias da criação? E STRONG, em seu conhecido tratado teológico batista, relaciona o sábado do sétimo dia com a criação, reconhecendo "a importância e o valor do sábado como memorial *do ato criador* de Deus e necessariamente de Sua personalidade, soberania e transcendência... Feito na criação, aplica-se ao homem como tal, em todas as partes ..." (4)

Como foi infeliz e desastrado o acusador!

Blasfêmia

O cúmulo do contra-senso está à pág. 72 ao afirmar que o sábado *não santifica* o homem, e os que o observam decaem na vida espiritual. Mas a Palavra de Deus o desmente frontalmente, declarando que o sábado é um sinal de santificação. Notemos: (1) o dia foi *santificado* pelo próprio Deus. Gên. 2:3; (2) o quarto mandamento manda lembrar o sábado *para o santificar*. Êxo. 20:8; Isa. 58:13; (3) sinal entre Deus e Seu povo, pelo qual *Deus os santifica*. Ezeq. 20:12; e (4) é chamado *dia santo*. Êxo 31:14. Neem 9:14.

Preferimos crer na Bíblia. Seja Deus verdadeiro!

Conclui o capítulo estranhando que afirmemos que os "santos do Altíssimo" são os milhares que pereceram na Idade Média, porquanto guardaram eles o domingo. Respondemos: Sim, eram santos do Altíssimo. Foram sinceros dentro da luz que tinham. A verdade do sábado foi restaurada séculos depois que eles viveram... E hoje que esta luz está sendo irradiada a todo o mando, quem deliberadamente se insurge contra ela estará debaixo do juízo de Deus!!!

Referências:

(1) John A. Broadus, *Comentário de Mateus*, Vol. 1, pág. 345.
(2) A. H. Strong, Systematic Theology, pág. 409.
(3) C. Ryle, Comentário Expositivo do Evangelho Segundo Lucas, pág. 79.
(4) A. H. Strong, *op. cit.*, pág. 408.

"RAZÕES" DA GUARDA DO DOMINGO

NO capítulo VII do infeliz libelo contra o povo de Deus, o autor tenta em desespero de causa apresentar justificativa para a guarda do dia espúrio de repouso, o antigo feriado solar dos mitraístas, que Roma tomou emprestado ao paganismo e, pela quase universalidade de sua observância, as igrejas evangélicas o aceitaram, embora sem sanção escriturística.

E causa pena ver o inútil esforço do oponente, para querer justificar o injustificável, procurar aprovação divina para um dia marcantemente pagão e estranho à economia do Céu. Eis pequena amostra, com resposta esmagadora ao pé da frade:

1. Diz à pág. 75: "Nós ... guardamos tão verdadeiramente a lei de Deus..." Não dá mesmo vontade de rir? Guardar o quê? Pois do princípio ao fim do livro, o autor se afirma *anominiano*, declara sem rebuços que a lei de Deus foi abolida, como vem agora argumentar que guarda a lei? Se nada sobrou para ser guardado!

2. Diz a seguir que os batistas guardam o *princípio* e a *essência* do quarto ao *mandamento*.

Também é risível esta afirmação, partindo de quem parte. Se ele "provou" que o mandamento era judaico, foi abolido, e nem sequer consta do Novo Testamento – quer dizer que foi anulado *completamente*; portanto não sobrou *princípio* nem *essência* do quarto mandamento. O domingo, segundo o autor, tem outro caráter, foi instituído (?) para comemorar a ressurreição de Cristo etc. Portanto nenhuma ligação com o quarto mandamento. É outra história...

Guardar *princípio* e *essência* ... Aplique-se esta regra aos outros nove mandamentos, e ver-se-á a debilidade do "argumento"

3. Diz que o sábado não era mais santo que o domingo.

Ora, a Bíblia só cuida do sábado, e o averba de santo em vários lugares; quanto ao domingo, a Palavra de Deus simplesmente o ignora

como tal, e quanto ao primeiro dia da semana, as Escrituras o mencionam como referência ocasional, sem lhe oporem nenhum título de santidade. Preferimos ficar com a Bíblia.

4. Pergunta se podemos provar que o dia em que Deus descansou era o sábado.

Com o devido respeito dizemos que a pergunta parece ser de quem jamais leu a Bíblia, por isso não merece resposta. Talvez o autor tivesse boa intenção, mas foi infeliz ao formular a pergunta. Talvez não se expressasse bem. Isso acontece.

5. Diz noutro lugar: "Qualquer dia da semana pode ser o sétimo, contando-se o que se lhe segue imediatamente como o dia primeiro."

Talvez aqui também o acusador não se expressasse bem, mas como a afirmação encerra um fundo de deboche às normas divinas de contagem, não lhe daremos resposta.

6. Repete a afirmação que o sábado não é comemorativo da criação, mas foi instituído por causa do homem. Isso já foi respondido em capítulo anterior. O autor quer ignorar que o homem é parte da mesma criação, o seu remate, sua coroa, seu ponto máximo.

7. Cita Rom. 14:5 e 6, onde há esta afirmação: "Um faz diferença entre dia e dia, mas o outro julga iguais todos os dias."

Para ele o texto autoriza a guardar qualquer dia. Por que não tentou provar que essa passagem se refere ao sábado? Diremos rapidamente que:

a) Paulo não diz que todos os dias são *iguais*. A palavra iguais está em grifo, porque não se encontra no original grego e foi acrescentada por Almeida.

b) O *dia* aí mencionado não é o dia de repouso semanal, porque o mesmo apóstolo, em sua epístola aos Colossenses (2:16), tratando do mesmo assunto (pois o mesmo problema surgira naquela igreja) nos esclarece que são "dias de festa." E em Gál. 3:10, abordando o mesmo problema, Paulo menciona "dias, e meses, e tempos e anos". Quer dizer que eram dias de festa, os feriados anuais e mensais, como a páscoa, o

pentecostes, o dia da expiação, as luas novas, enfim, dias regulados pela lei cerimonial. Por quê? Porque, embora abolidos na cruz, esses *dias*, os judeus neófitos na fé, recém-convertidos (judaizantes) não se desvencilharam deles de pronto, queriam observá-los e ainda julgavam os cristãos vindos do gentilismo por não os observarem.

Diz o comentarista Adão Clarke: "A referência aí feita [à palavra *dia*] se prende a instituições judaicas, e especialmente a *seus festivais*, tais como a páscoa, pentecostes, festa das tabernáculos, Lua nova, jubileu etc. ... Os gentios convertidos ... consideravam ... que todos estes festivais não obrigam o cristão. Nós os tradutores acrescentamos aqui a palavra *iguais*, e fazemos o texto dizer o que, estou certo, jamais foi pretendido, isto é, que não há distinção de dias, nem mesmo do sábado." (*Clark's Commentary*, Rom. 14:5.)

Também os fundamentalistas Jamieson, Fausset e Brown comentam: "... será difícil mostrar que o apóstolo tenha rebaixado o sábado de maneira a ser classificado por seus leitores entre as transitórias festas judaicas ..."

c) Em parte alguma dos ensinos de Paulo, o sétimo dia do decálogo é assunto de controvérsia.

Portanto, o oponente tomou bonde errado....

8. Diz ainda: "Guardamos o domingo porque os apóstolos e os crentes primitivos o guardaram... e *porque o mundo em geral guarda esse dia*."

Aí estão duas afirmações muito graves. Quanto à primeira, o autor *não pode provar* que os apóstolos e os crentes primitivos guardavam o domingo, *como dia santificado*, como memorial da ressurreição de Cristo. As pouquíssimas reuniões mencionadas na Bíblia nesse dia não tiveram esse caráter. Os discípulas NÃO CRIAM na ressurreição do Mestre, quando estavam reunidos a portas trancadas, "com medo dos judeus." S. João 20:19; S. Mar. 16:11, 13 e 14. Da reunião de Trôade

trataremos pormenorizadamente em outro capítulo. É grave afirmar coisa que não existe na Bíblia: que os apóstolos *guardaram* o domingo como tal!

A outra afirmação é leviana: dizer que guarda o domingo porque o *mundo em geral guarda esse dia*. Então o critério para a vida religiosa é o exemplo do mundo? O mundo *em geral* está no erro na idolatria. então vamos ser idólatras, porque o mundo em geral o é!!! Este é um critério diabólico, que repudiamos veementemente. Temos a Bíblia e somente a Bíblia como regra de fé, e não "o mundo em geral".

9. Diz que os judeus guardavam o sábado porque adoravam *no templo em Jerusalém*. ...

Isto parece denotar ignorância das Escrituras. Os judeus que não muravam em Jerusalém, que dia guardavam? Os que moravam em outras localidades, que dia guardavam nas sinagogas?

10. Diz finalmente que o domingo é um "fato histórico."

Vamos dar a palavra a ilustres e credenciados ministros batistas para responderem a esta parte. Irão provar que o "fato histórico" nada mais é que uma INVENÇÃO HUMANA!

O Dr. EDWARD T. HISCOX, autor de um *Manual da Igreja Batista*, numa conferência para ministros da denominação batista, realizada cm Nova York, no dia 13 de novembro fie 1893, leu extenso discurso sobre a mudança do sábado para o domingo. Um discurso magnifico, de que não me furto ao prazer de citar trechos para os amigos batistas que nos combatem aqui no Brasil. Esse discurso foi parcialmente reproduzido no *The Watchman Examiner*, órgão batista editado em Nova York, edição de 16 de novembro de 1893. Eis alguns trechos reproduzidos *ipsis verbis*, como constam do jornal em apreço:

"Havia e há um mandamento para santificar-se o sábado, mas aquele sábado *não era o domingo*. Será dito, talvez, e com ostentação de triunfo, que o sábado foi transferido do sétimo para o primeiro dia da semana, com todos os seus deveres, privilégios e sanções.

"Desejando ardentemente informações sobre este assunto, que tenho estudado por muitos anos, pergunto: Onde se pode achar o relato

de tal transferência? *Não no Novo Testamento, absolutamente não!* Não há na Escritura evidência de mudança da instituição do sábado, do sétimo para o primeiro dia da semana.

"Desejo dizer que esta questão do sábado – deste ponto de vista – é *a questão mais séria e embaraçosa relacionada com as instituições cristãs* que atualmente reclamam a atenção do povo cristão; e a única razão por que não é ela um elemento de perturbação no pensamento cristão e nas discussões religiosas, é porque O MUNDO CRISTÃO A TEM ACEITADO *com a convicção de que se efetuou qualquer transferência já no princípio da história cristã. ...*

"É para mim incompreensível que Jesus, vivendo durante três anos com Seus discípulos, conversando com eles muitas vezes sobre a questão do sábado, tratando-a nos seus vários aspectos, ressalvando-a das falsas interpretações, nunca Se referisse a uma transferência desse dia; mesmo durante os quarenta dias de vida após Sua ressurreição, tal coisa não foi indicada. Nem tampouco, quanto ao que saibamos, o Espírito Santo, que fora enviado para lhes fazer lembrar tudo quanto haviam aprendido, tratou desta questão. Nem ainda os apóstolos inspirados, pregando o Evangelho, fundando igrejas, aconselhando e instruindo, discutiram ou abordaram este assunto.

"Além disso estou bem certo de que o domingo foi posto em uso como dia religioso, *bem no princípio da história cristã*, pois ASSIM APRENDEMOS DOS PAIS DA IGREJA e de outras fontes. MAS QUE PENA TER VINDO ELE ESTIGMATIZADO COM A MARCA DO PAGANISMO E CR1SMADO COM O NOME DO DEUS SOL, QUANDO ADOTADO E SANCIONADO PELA APOSTASIA PAPAL, E DADO AO PROTESTANTISMO COM UM LEGADO SAGRADO." (Grifos e versais nossos).

Aí está uma confissão honesta. O domingo não tem sanção escriturística. É invenção *humana* e procede de fonte impura: paganismo.

Vamos citar outra confissão honesta relativa à origem extrabíblica do domingo, feita por outro renomado pastor batista e, notem bem, da Primeira Igreja Batista de Dayton, Estado de Ohio, EE. UU. Extraímo-la

do *The Watchman Examiner*, órgão oficial da denominação batista, edição de 25 de outubro de 1956. O Pastor ALBERT CALHOUN PITTMAN declara textualmente:

"... aqueles primitivos cristãos sentiram a necessidade de se reunirem em tempos aprazados para a adoração. Assim *começaram a se reunir no primeiro dia do semana,* para comemorarem a ressurreição de cristo dentre os mortos.

"Primitivamente reuniam-se *no domingo de manhã* porque a domingo não era um dia feriado MAS SIM UM DIA DE TRABALHO NORMAL como os demais. Em uma carta escrita por Plínio ao imperador Trajano, e que tem sido preservada, lemos que aqueles antigos cristãos *tinham uma breve reunião ao romper do dia* no primeiro dia da semana, cantavam um hino a Cristo, ligavam-se por um vota de companheirismo, Partilhavam uma merenda religiosa e EM SEGUIDA RETORNAVAM AO SEU TRABALHO, para os seus labores da semana." (Grifos e versais nossos, para realce)

Isto quer dizer que o ilustre ministro batista concorda com a realidade histórica; com o fato indestrutível: O DOMINGO É INVENÇÃO HUMANA!!!

Aqui mesmo no Brasil ocorreu, há 40 anos um fato interessante. Os batistas, movidos de espírito polêmico atacavam, pela imprensa, o aspersionismo e o pedobatismo pelo fato de um órgão presbiteriano defender essas práticas. Num desses ataques, *O Jornal Batista* aventou a idéia de que não há na Bíblia prova taxativa para justificar o batismo de crianças, e isso era uma razão para não o aceitar. Em réplica, *O Puritano*, órgão então oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, editado no Rio em edição de 7 de maio de 1925, afirmava:

"Se, pelo fato de não termos na Bíblia uma prova absoluta e taxativa para o batismo infantil, isto tira o valor da doutrina, diga-nos aqui à puridade o bom do *Jornal* [órgão batista]: em que fica o colega com a guarda do domingo e não do sábado? *Pode o colega mostrar no*

Novo Testamento, de modo positivo, um mandamento para mostrar a guarda do domingo? DAMOS DOIS MIL CONTOS ao colega se no-la apresentar. ..." (Grifos e versais nossos).

E o órgão batista mudou de conversa... perdeu ótima oportunidade de abocanhar dois milhões de cinzeiros, naqueles tempos... Por quê? Porque a guarda do domingo, bem como o aspersionismo e o pedobatismo são práticas pagãs que se infiltraram na igreja cristã. Gradativamente, em função da apostasia e da acomodação com o Estado. É o que nos diz a História. Mas a nossa regra de fé é a Bíblia, e o que nela não consta, deve ser rejeitado.

OS ACONTECIMENTOS DO DOMINGO

NA tentativa infeliz de defender o dia espúrio, o opositor se vale da tecla surradíssima dos "acontecimentos" que se deram no dia em que Jesus ressuscitou. A que se reporta para citar estes "acontecimentos"? Às informações dos evangelistas, interpretando-as a seu modo. De início, lembremo-nos do seguinte: Embora variem as opiniões quanto às datas em que se escreveram os Evangelhos, *o fato é que foram escritos depois da metade do primeiro século*. Um autor atribui as seguintes datas:

- S. Marcos em 61 A. D., ou 30 anos depois da ressurreição.
- S. Mateus em 62 A. D., ou 31 anos depois da ressurreição.
- S. Lucas em 64 A. D., ou 33 anos depois da ressurreição.
- S. João em 97 A. D., ou 66 anos depois da ressurreição.

Isto é importante. Se o dia de repouso houvesse sido alterado, e o domingo fosse ponto líquido e certo naquela época, sem dúvida os evangelistas a ele se refeririam de modo especial. Pelo menos o nome do dia seria mudado. Tal, porém, não te deu. Os apóstolos não se referem a ele como dia santificado, dia de guarda, ou que devesse substituir o sábado. Referem-se apenas, incidentalmente, ao "primeiro dia da semana"... Mera referência circunstancial necessária a uma descrição pormenorizada com o objetivo de provar que Jesus quebrou os grilhões da morte e apareceu redivivo a muita gente.

A autorizada *Schaff-Herzog Encyclopedia of Religious Knowledge*, vol. 4, 3.ª edição, pág. 2.559, artigo "Sunday" declara:

"O domingo (*dies solis*, do calendário romano, 'dia do Sol', por ser dedicado ao Sol), o primeiro dia da semana, foi adotado pelos primitivos cristãos como dia de culto. O 'Sol' da adoração dos latinos, era por eles interpretado como o 'Sol da Justiça'... Nenhuma forma para sua observância consta do Novo Testamento, nem, na verdade, esta observância é sequer imposta."

Quanto ao fato em si da ressurreição de Cristo, já estudamos em capítulo anterior, onde vimos que ela não se relaciona com nenhuma mudança do sábado do Decálogo. Cremos que a obra redentora se consumará na Sua segunda vinda, quando os remidos serão efetivamente trasladados para o reino eterno, naquele "sabatismo que resta para o povo de Deus." (Heb. 4:9. Versão Brasileira).

Diz o oponente que Jesus apareceu cinco vezes aos discípulos, e que isso é motivo para a ab-rogação do sábado do decálogo, ou justifica a observância do domingo, o que é a mesma coisa. Ora, de uma leitura atenta, imparcial, despreconcebida dos próprios textos que citou, se depreende que seriam bem naturais aqueles encontros. Os discípulos se reuniram. Nem podia ser de outra forma. Pessoas com os mesmos ideais, aquecidas pela amizade, todas decepcionadas com a morte brutal do Mestre... Era natural que se encontrassem e se reunissem para conforto recíproco. Notemos contudo, de que maneira e para que se reuniram. Acaso seria com o propósito de inaugurarem o novo dia de guarda, o domingo? Teriam o propósito deliberado de comemorar a ressurreição da Senhor? De modo nenhum! Isso nem lhes passava pela mente. Ora, contentemo-nos com o que a Bíblia diz. Segundo a relato escriturístico (único que merece fé) depreendemos:

Reuniram-se para cear. Prova: S. Mar. 16:14.

b) Reuniram-se para fugir à perseguição, ao escárnio e à crítica, a portas trancadas "com medo dos judeus". Prova: S. João 20:19.

c) Reuniram-se orem NÃO ACREDITAVAM na ressurreição. Prova: S. Luc. 24:37; S. Mar. 16:11, 13 e 14. (Mesmo dias depois, um deles não era na ressurreição. S. João 20:24-27).

d) A fórmula "Paz seja convosco" é saudação oriental comum (S. Luc. 10:5), e naquele momento Jesus a proferiu com o objetivo de acalmar os temores das discípulos, pois se achavam em grande angústia e atemorizadas.

e) A ceia deles era tão normal, que o próprio Jesus participou dela, comendo parte de um peixe assado e mel. S. Luc. 24:43. Cristo não a

transformou em solenidade religiosa, nem lhes sugeriu que comemorassem Sua ressurreição, ou ainda que fizessem daquele dia um dia de guarda em substituição ao sábado. Seria a oportunidade para isso.

f) O soprar cristo sobre eles, outorgando-lhes o Espírito Santo, significou ordená-los para a grande obra que haveriam de fazer, porém a plenitude do Espírito, ou melhor, do poder lhes sobreveio por ocasião do Pentecostes. Mesmo isso não tem a menor relação com o dia de repouso.

Em S. João 20:26 há a expressão: "E oito dias depois". Sobre isto há diversidade de opiniões, o que não autoriza a afirmar que se refere ao domingo seguinte. É uma temeridade firmar doutrina sobre ponto que não é pacífico. É mais razoável que fosse um segunda-feira.

O encontro de Jesus com os discípulos junto ao mar de Tiberíades, relatado em S. João 21 não autoriza nada em matéria de dia e repouso. As Escrituras não dizem que dia era esse. Se fosse no domingo, comprometeria os advogados da observância desse dia porquanto os discípulos estavam *trabalhando*.... Haviam retornado à profissão de pescadores. Certamente não estavam guardando o dia.

Os oponentes do sábado bíblico procuram tecer a defesa dominguista nestas pouquíssimas passagens em que consta acidentalmente o "primeiro dia da semana".

O DR. WILLIAM SMITH, teólogo protestante e doutor de leis, em seu célebre *Dicionário da Bíblia*, pág. 366, embora advogando a vigência do domingo, reconhece a escassez de provas e admite honestamente o seguinte em relação a esses textos:

"Tomadas separadamente, talvez, ou mesmo todas em conjunto, estas passagens se nos afiguram não muito adequadas para provar que a dedicação do primeiro dia da semana ao propósito acima mencionado [dia de repouso em honra da ressurreição] fosse matéria de instituição apostólica, ou mesmo uma prática dos apóstolos".

Os evangélicos mais esclarecidos reconhecem a fragilidade da base dominguista em textos bíblicos. Não a usam mais.

O oponente menciona o Pentecostes como tendo ocorrido sem sombra de dúvida no domingo e pretende que isso também abone a observância desse dia. Temos aí outro castelo de cartas. Não há prova de que o derramamento o Espírito tenha ocorrido exatamente num "primeiro da semana". As Escrituras não o afirmam. Há grande número de comentaristas e estudiosos que discordam dessa opinião, citemos alguns:

OLSHAUSEN, festejado comentador alemão, analisando Atos 2, conclui:

"Ora, desde que, de acordo com as informações de que dispomos quanto à época da Festa, a Páscoa, no ano da morte do Senhor, ocorreu de modo que o primeira dia da Festa durou de quinta-feira às seis horas da tarde até sexta-feira à tarde à mesma hora, segue-se naturalmente que a partir de sexta-feira às seis horas da tarde *é que deviam começar a ser contados os cinqüenta dias. O qüinquagésimo dia ocorreu, ao que parece, num sábado*."

JENNINGS, no livro *Jewish Antiquities*, conclui seu argumento em torno deste assunto, afirmando:

"O dia de Pentecostes deve ter caído no sábado, o dia judaico de repouso."

O DR. ALBERTO BARNES, festejado comentarista presbiteriano, afirma: "Se fossem seguidas as idéias dos fariseus, e o Senhor Jesus com eles tivesse observado a Páscoa na terça-feira – como muitos supõem – então o dia de Pentecostes teria ocorrido no dia judaico de repouso, ou seja, na sábado. É impossível determinar a verdade neste assunto."

O Prof. H. B. HACKETT, lente de Literatura Bíblica no famoso Instituto Teológico Newton, no seu *Commentary on the Original Text of the Acts*, à pág. 40, diz:

"Supõe-se geralmente que este Pentecostes, assinalado Pelo derramamento da Espírito, recaiu no dia judaico de repouso, ou sábado."

O Deão ALFORD, no seu New Testament for English Readers, afirma:

"Esta questão a respeito de que dia de semana ocorrera este dia de Pentecostes, é cercada de dificuldades, tendo em vista a questão da última Páscoa de nosso Senhor. ... Parece provável, contudo, que ocorreu no sábado, isto é, se contarmos a partir do sábado 16 de Nisan,"

Poderíamos alinhar outras citações de autores eminentes como LIGHTFOOT, KUINOL, HITZIG, WEISLER e outros que sustentam a mesma opinião.

À vista disso, é uma temeridade afirmar que o Pentecostes mencionado em Atos 2 tenha ocorrido no domingo.

E ainda que se pudesse provar que tal acontecera, nada justifica a mudança do dia de repouso, pois no relato dos acontecimentos desse Pentecostes não há a mais leve alusão a isso, e a aglomeração de pessoas em Jerusalém oferecia excelente oportunidade para o poderosíssimo trabalho missionário que os apóstolos realizaram. Não importava o dia, mas a *oportunidade*...

O "DIA DO SENHOR"

ÀS PÁGINAS 81 e 82 da livro *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus*, afirma o autor: "O primeiro dia da semana ou domingo tomou tanta importância, pelas coisas que se deram nele, especialmente pela ressurreição de Jesus, que se tornou comum entre as apóstolos e os cristãos primitivos chamá-lo 'dia do Senhor.' A linguagem de João 'Eu fui arrebatado em espírito no dia do Senhor' (Apoc. 1:10) revela o fato que qualquer pessoa no seu tempo, que lesse esse seu escrito saberia a que dia se referia, isto é, qual o dia que pertencia ao Senhor Jesus Cristo."

Há nesse trecho nada menos que três afirmações destituídas de qualquer fundamento:

a) "...o domingo tomou tanta importância..." Não tomou importância nenhuma. Tanto assim que os evangelistas sinóticos, escrevendo seus evangelhos sempre depois do ano 60, mais de 30 anos após a ressurreição, referem-se ao dia meramente como "o primeiro dia da semana", sem nenhum título de santidade, sem nenhum caráter especial. Nos escritos apostólicos não se vê esta "tanta importância" que o autor pretende. E o mesmo João, escrevendo seu evangelho, perto do ano 100 de nossa era, também se refere ao dia como sendo "o primeiro dia da semana." Quer dizer que no fim do primeiro século, o dia não tinha a tanta importância" que lhe atribuem os dominguistas. E isto nos vai ser confirmado pelo pastor batista Alberto C. Pittman (da Primeira Igreja Batista de Dayton, Ohio, EE. UU.):

"Primitivamente reuniam-se [os cristãos] no domingo de manhã, porque o domingo não era um dia feriado, mas sim um dia de trabalho normal como os demais. ... Partilhavam de uma merenda religiosa e em – seguida retornavam ao seu trabalho, para os labores da semana." – *The Watchman Examiner*, 25 de outubro de 1956.

b) "... se tornou comum *entre os apóstolos* ... chamá-lo 'dia do Senhor'." Aí está outra ficção. Quais *apóstolos*? Onde? Quando? Como se prova que se tornou *comum* entre OS APÓSTOLOS designar o domingo como "dia do Senhor?" Apontem-se seus escritos, por favor!

c) "A linguagem de João: 'Eu fui arrebatado no 'dia do Senhor' revela o fato..."

Primeiramente o arrebatamento nada prova (aliás a nova versão bíblica diz "Achei-me em espírito," indicando apenas que o apóstolo teve as visões) em favor da guarda do dia. João teve outras visões e, com relação a estas, não se menciona o dia em que ocorreram. A segunda visão se deu em dia não especificado (Apoc. 4:2), e a fato de um profeta ter visão em determinado dia, não significa que tal dia deva ser guardado. A santidade de um dia repousa em base mais sólida, fundamenta-se num claro e insofismável "'assim diz a Senhor.

A afirmação de que "dia da Senhor" nessa passagem se refira indiscutivelmente ao primeiro dia da semana é baseada em presunção sem nenhum valor probatório. O fato de em fins do segundo século da era cristã surgirem escritos aludindo ao primeiro dia da semana como sendo "dia do Senhor", não autoriza a dogmatizar que João também se referia ao domingo. Antes do ano 180 A. D., quando surgiu um falso *Evangelho Segundo S. Pedro* que afirmava ser o primeiro dia da semana o "dia do Senhor," nada, absolutamente nada se pode invocar para dizer que João se referia ao domingo. O próprio Justino Mártir que alude a um costume que se implantava entre os cristãos, de se reunirem no primeiro dia da semana, ao dia refere como "o dia do Sol" e não como "dia do Senhor". A partir daqueles tempos, o título "dia do Senhor" aparece profusamente na literatura patrística. Mas é preciso provar que João tinha em mente o primeiro dia da semana quando escreveu "dia do Senhor".

Autoridades evangélicas afirmavam que João escreveu seu evangelho *depois* do Apocalipse, situando-o entre 96 a 99 A. D.: Albert Barnes, em suas *Notas Sobre os Evangelhos*, John Beatty Howell em sua tabela de datas, W. W. W. Rand, em seu *Dicionário Bíblico*, e

comentaristas Bloomfield, Dr. Rales, Horne, Nevinse Olshausen, Williston Walker e muitos outros. Isso é importante, pois se João, no Apocalipse, escrito *antes*, se refere ao domingo como "dia do Senhor", como então no seu evangelho, escrito posteriormente, volta a referir-se simplesmente ao "primeiro dia da semana"? (S. João 20:1 e 19).

Temos fundadas razões para crer que S. João se referia ao sábado. Porque, consoante a Bíblia, o único "dia do Senhor" que nela se menciona é o sábado. Leia-se cuidadosamente Isaías 58:13: "santo dia *do Senhor*". O mandamento (Êxo. 20:10) diz: "O sétimo dia é o sábado *do Senhor*". Em S. Mar. 2:28 lemos: "O Filho do homem é *Senhor até do sábado*." E a *Revista de Jovens e Adultos* para a Escola Dominical, editada pela Convenção Batista Brasileira, relativa ao 4.º trimestre de 1938, pág. 15, assim comenta este versículo:

"... o Filho do homem é Senhor do sábado (S. Marcos 2:28); isto é... o sábado é o 'dia do Senhor,' o dia em que Ele é Senhor e pelo Seu senhorio Ele restaura o Seu dia ao seu verdadeiro desígnio."

O discípulo amado conhecia muito bem as palavras do Decálogo (Êxo. 20:10) bem como as de Isaías (Isa. 58:13). À vista disso, não precisamos ter dúvida quanto ao dia a que ele quis referir-se quando no Apocalipse escreveu: "fui arrebatado em espírito no dia do Senhor."

Se *posteriormente*, com a fermentação da apostasia na igreja primitiva, é que o domingo foi tomando corpo, e a designação "dia da Senhor" lhe foi adjudicada.

Heylin, erudito de projeção intelectual, da Igreja da Inglaterra, escritor bem informado, dá o seguinte testemunho:

"Tomai o que quiserdes, ou os pais [da Igreja] ou os modernos; e não encontraremos *nenhum dia do Senhor instituído por mandamento apostólico*; nenhum 'shabbath' [dia de repouso] por eles firmado sobre o primeiro dia da semana.

"Vemos assim sobre que bases se assenta o DIA DO SENHOR: primeiro sobre o *costume* e a consagração voluntária desse dia para reuniões religiosas; tal costume continuou favorecido pela autoridade da

igreja de Deus, que *tacitamente* o aprovava; e finalmente foi confirmado e ratificado pelos príncipes cristãos em todos os seus impérios. E como dia de descanso dos trabalhos e abstenção dos negócios, recebeu sua maior força dos supremos magistrados civis enquanto detinham o poder, e a seguir dos cânones, decretos de concílios, decretais dos papas, ordens de prelados de categoria quando a direção das negócios eclesiásticos lhes era exclusivamente confiada.

"Estou certo de que assim não foi com o antigo sábado, o qual nem teve origem no costume – e o povo não se adiantara a ponto de dar um dia a Deus – nem exigiu qualquer favorecimento ou autoridade dos reis de Israel para ser confirmado ou ratificado. O Senhor falou que *Ele* queria ter um dia em sete, *exatamente o sétimo dia* da criação da mundo, para ser *dia de repouso para todo Seu povo*, e este nada mais tinha a fazer senão de boa vontade submeter-se à Sua vontade e obedecê-la.... Assim, porém, não ocorreu no caso em tela. O *Dia do Senhor* [domingo] não tem NENHUMA ORDEM para que deva ser santificado; mas foi evidentemente deixado ao povo de Deus determinar este ou outro dia qualquer, para uso notário. E assim foi adotado por eles, e tomado um dia de reunião da congregação para práticas religiosas; contudo POR TREZENTOS ANOS NÃO HOUVE LEI ALGUMA QUE O IMPUSESSE AOS CRENTES E TAMPOUCO SE EXIGIA A CESSAÇÃO DO TRABALHO OU DE NEGÓCIOS SECULARES NESSE DIA." – Dr. Peter Heylin, em *History of the Sabbath*, parte 2.ª, capítulos I e III, seção 12.

Nos tempos apostólicos não se conhecia o novo "dia do Senhor".

"Quando os antigos pais da Igreja falam do dia do Senhor, eles, às vezes, talvez por comparação, o ligam ao dia de repouso; porém jamais encontramos, anterior à conversão de Constantino, uma citação proibitória de qualquer trabalho ou ocupação no mencionado dia; e se houve alguma, em grande medida se tratava de coisas sem importância, pelas razões que apresentavam." – *Smith's Dictionary of the Bible*, pág. 593.

Depois de tudo isto, e ainda que se pudesse provar (o que é absolutamente impossível) que João tivera a visão num primeiro dia da semana, isto em nada altera a observância do sétimo dia da semana, pois não tem relação alguma com o dia de repouso do cristão, e muito menos se destina a abolir o sábado do Decálogo.

Como é frágil este argumento!

A CÉLEBRE REUNIÃO DE TRÔADE

À PÁGINA 77 do libelo, cita o autor Atos 20:7, que reza: "E no primeiro dia da semana, ajuntando-se os discípulos para partir o pão, Paulo, que havia de partir no dia seguinte, discursava com eles; e alargou a prática até à meia-noite." E desse texto, que relata um fato eventual da vida paulina, o autor toma a liberdade de tirar as seguintes conclusões:

1. que os crentes em Trôade reuniam-se regularmente aos domingos para o culto, e que esta foi uma reunião de santa ceia;

2. que a reunião em tela não ocorreu sábado à noite, como admitimos por motivos óbvios;

3. que Lucas, sendo gentio e escrevendo a um "romano," deveria valer-se da contagem romana de tempo, e não da judaica;

4. que os romanos desde o início de sua história (753 A. C.) contavam os dias de meia-noite à meia-noite;

5. que provavelmente (não afirma com convicção) Lucas seguira o método romano.

Não nas furtamos ao prazer de pulverizar estas falsidades, seguindo, na resposta, a ordem numérica acima estabelecida:

1. A afirmação de que os cristãos troadeanos se reuniam com absoluta regularidade aos domingos é temerária, destituída de fundamento, pois da Bíblia não se infere que havia, na época, tal costume, e os documentos do primeiro século o desautorizam.

DR. AUGUSTO NEANDER, abalizado escritor eclesiástico, insuspeito por ser observador do domingo, assim se refere a passagem de Atos 20:7:

"A passagem não é absolutamente convincente [como prova da guarda do domingo], porque a partida iminente do apóstolo era motivo para reunir a pequenina igreja, em uma ceia fraternal, ocasião em que fez seu último discurso, embora não fosse culto especial de domingo nessa casa." (1)

Também o autorizado ELLICOTT, observador do domingo, no seu comentário bíblico, assim considera esta passagem:

" '*Que havia de partir no dia seguinte*' – Pode parecer estranho que alguns sustentem a opinião exposta na nota anterior, de que o apóstolo e seus companheiras assim se propusessem a viajar no dia ao qual se transferiram todas as restrições do sábado judaico. No entanto, é de se lembrar: 1°.) que não há nenhuma prova de que S. Paulo pensasse em tais dias como assim mudados, mas bem ao contrário (Gál. 4:10; Col. 2:16 e 20); e 2.º) que o navio, no qual seus amigos tomaram passagem, provavelmente não devia alterar seu dia de partida para satisfazer escrúpulos, mesma que tais escrúpulos existissem." (2)

Como se vê, foi um fato eventual, acidental, circunstancial que ocorreu.

Citemos ainda o testemunho de MEYER:

"Que nesse tempo o domingo já fosse regularmente observado por influentes corporações religiosas e os *Agapae* (plural do termo grego que significa amor, designando as refeições sociais, ou festas de amor, seguidas usualmente pela ceia do Senhor, na primitiva igreja cristã), não pode, com efeito, ser provado como certeza histórica, visto que possivelmente a observância do *Agapae* nesta passagem, *talvez acorresse apenas acidentalmente no primeiro dia da semana, porque Paulo pretendia partir no dia seguinte* e porque nem mesmo I Cor. 16:2 e Apoc. 1:10 distinguem necessariamente esse dia como separado para serviços religiosos." (3)

Quanto ao "partir o pão" há divergências de interpretação, sendo temerária a afirmação de que se tratasse da Santa Ceia. Este "partir o pão" era um ato que os cristãos primitivos praticavam *diariamente* (Atos 2:46), e não apenas no primeiro dia da semana, como se pretende insinuar. A própria Bíblia se encarrega de desmentir conclusões levianas.

WALKER, notável historiador eclesiástico, assim comenta o costume: "... partiam o pão diariamente em casas particulares. Este 'partir

do pão' servia a um fim duplo: era um elo de fraternidade e um meio de sustento para os necessitados." (4)

A idéia de serviço de santa ceia não está necessariamente expressa na frase. Assim se desmantela a afirmação leviana.

2. O sistema de contar os dias de pôr de Sol a pôr de Sol vem da criação, e está em toda a Bíblia. E quanto ao tempo referido na passagem de Atos 20:7, podemos alinhar um rol de citações que confirmam o nosso ensino.

CONYBEARE AND HOWSON, batistas, têm esta convicção:

"Era o anoitecer que sucedia o sábado judaico. No domingo de manhã o navio deveria partir... Ele [Paulo] continuou sua solitária viagem naquele domingo, depois do meio-dia, na primavera, entre os carvalhais e córregos de Ida." (5)

ROBERTSON, também batista, admite:

"Com toda a probabilidade se reuniram em nosso sábado à noite – o início do primeiro dia ao pôr de Sol." (6)

CALVINO, o patrono doutrinário da predestinação esposada pelos batistas, assim comenta a passagem:

"É ponto pacífico que Paulo esperara pelo sábado porque no dia anterior à sua partida podia muito mais facilmente encontrar reunidos todos os discípulos num mesmo lugar. Digno de nota é o fervor de todos eles não se sentindo incomodados em que Paulo lhes discursasse até à meia-noite, embora necessitasse ele seguir viagem; tampouco se tratava de uma ocasião especial para serem instruídos. Pois não tinha o apóstolo outro motivo para alongar o seu discurso a não ser unicamente o profundo desejo e atenção dos seus ouvintes." (7)

Convém alinhar mais comentários de eruditos evangélicos, observadores do domingo:

HACKETT, professar de grego do Novo Testamento no Seminário Teológico de Rochester, diz em Seu comentário:

"Os judeus contavam o dia da tarde para a manhã, e sobre esta base a noite do primeiro dia da semana seria nosso sábado à noite. Se Lucas

aqui contava assim, como supõem muitos comentaristas, o apóstolo então aguardara o término do sábado judaico, e realizara sua última reunião religiosa com os irmãos em Trôade... na noite de sábado, e em conseqüência, recomeçara a viagem na manhã de domingo." (8)

O autorizado e sempre citado MOFFATT, consigna o seguinte comentário sobre a passagem em lide:

"Paulo e seus amigos não podiam, como bons judeus, iniciar uma viagem no sábado; fizeram-na tão cedo quanto foi possível, a saber, na madrugada do 'primeiro dia' tendo o sábado expirada ao pôr-do-sol." (9)

Outro estudioso do assunto foi McGARVEY, da igreja Discípulos de Cristo:

"Chego, portanto, à conclusão de que os irmãos se reuniram na noite após o sábado judaico, que era ainda observado como dia de repouso por todos dentre eles que eram judeus ou prosélitos; e considerando este fato, tal foi o início do primeiro dia da semana, empregado na maneira acima descrita. Na manhã de domingo, Paulo e seus companheiros reiniciaram a viagem." (10)

ROBERTSON NICOLL nos diz sobre o assunto:

"Vieram a Trôade, e lá permaneceram por uma semana, forçados sem dúvida pelas exigências do navio e seu carregamento. No primeiro dia da semana, S. Paulo reuniu a igreja para o culto. A reunião realizou-se no que poderíamos chamar de sábado à noite; pois nos devemos lembrar que o primeiro dia judaico começava ao pôr de Sol do sábado." (11)

STOCKES, outro comentarista de valor, nos diz:

"A reunião foi realizada no que poderíamos chamar a *noite de sábado*; pois nos devemos lembrar de que o primeiro dia judeu tinha inicio ao pôr de Sol do sábado." (12)

STIFLER, também autor de um comentário do livro Atos dos Apóstolos, nos informa:

"Sem dúvida reuniram-se na noite de nosso sábado, de modo que o pão da comunhão foi partido antes do romper do dia, na manhã do nosso domingo." (13)

Conviria relembrar a maneira bíblica de delimitar o dia. Para isso devem-se reler Gên. 1:5, 8, 19, 23 e 31; 2:3; Lev. 23:32 ú. p.; S. Mar. 1:32; 15:42 e outras passagens.

Assim fica pulverizada a segunda conclusão leviana e simplista do autor.

3. Grande tolice é afirmar que Lucas, sendo gentio e escrevendo a outro gentio, se tivesse valido do sistema romano de demarcar o tempo. Os evangelhos sinóticos referem-se ao sistema judaico, ainda vigorante em seus dias. E também Lucas. Primeiramente vejamos no seu Evangelho dirigido ao mesmo Teófilo:

S. Luc. 2:8 – "vigílias da noite" (não havia tal entre os romanos)

S. Luc. 4:40 – "pôr-do-sol"

S. Luc. 23:44 – "hora sexta" (meio-dia entre os romanos) e também "hora nona" (3 horas entre os romanos).

S. Luc. 24:29 "é tarde e já declina o dia" (referência clara ao pôr-do-sol).

Há também em Atos dos Apóstolos:

Atos 2:15 – "hora terceira" (9 horas entre os romanos)

Atos 3:1 – "hora nona" (15 horas)

Atos 10:3 – "hora nona"

Atos 10:9 – "hora sexta" (meio-dia)

Atos 23:23 – "hora terceira" (21 horas) da noite. Cláudio Lísias não mandaria escoltar Paulo às três da madrugada...

Lucas não se valeu da contagem romana. E assim fica fulminada a terceira conclusão do autor.

4. Que os romanos desde o início de sua história adotassem o chamado "dia civil," é afirmação que provoca risotas entre pessoas de certa cultura. Recomendaríamos o livro *Sunday in Roman Paganism* de Leo Robert Odom, que traz exaustivas provas de que o "dia civil" se implantou no início da era cristã.

Citaremos aqui apenas o testemunho de um escritor batista, W.. E. ALLEN:

"No fim do primeiro século o método judaico não estaria mais em uso." (14)

Deve-se dizer, alto e bom som, que a Bíblia não se subordina aos arbítrios humanos, pais Deus não altera Suas normas. O modo bíblica de cantar o tempo é sempre o mesmo. E se os oponentes, contra todas as provas, teimarem em afirmar que a reunião de Trôade se deu num primeiro dia da semana, então o foi numa noite que findava esse dia, e então a "santa ceia" ocorreu numa segunda-feira, pois se deu depois da meia-noite!!!

5. Aquele advérbio "provavelmente" destrói o argumento do autor. Eu não basearia doutrina alguma sobre probabilidades. Tudo o que creio se assenta na sólida base de um "Assim diz o Senhor..."

Depois de expor estes fatos incontraditáveis, afirmamos: ainda que a reunião de Trôade se desse, sem sombra de dúvida, num domingo, e ainda que nela se celebrasse a santa ceia, nada disso constituiria prova de que o dia de repouso houvera sido mudado, pois não há na Bíblia recomendação taxativa a respeito.

A verdade, Porém, é que Paulo passou aquele domingo caminhando a pé, de Trôade a Assôs, uma distância de várias dezenas de quilômetros. Bem analisada, a passagem é contrária à tese dominguista.

Referências:

(1) Augusto Neander, *The History of the Christian Religion and Church*, translated by John Rose (1831) vol. 1, pág 337
(2) Charles John Ellicott, A Bible Commentary for Bible Students, vol. 7, pág. 138.
(3) Meyer's Commentary on the New Testament, Acts, págs. 384 e 385.
(4) Williston Walker, *História da Igreja de Cristo*, Imprensa Metodista, 1925, pág. 32.

(5) Conybeare and Howson, *Life and Epistles of the Apostle Paul*, (ed. Antiga), pág. 629.
(6) Archibald Thomas Robertson, *Word Pictures*, vol. 3, pág. 339.
(7) João Calvino, *Commentary upon the Acts of the Apostles*, vol. 2, pág. 235.
(8) Dr. Horácio B. Ackett, *Commentary on Acts*, (ed. 1662), págs. 221 e 222.
(9) The Moffatt New Testament Commentary, (Acts), pág. 187.
(10) Prof. McGarvey, Commentary on Acts, sobre Atos 20:7.
(11) W. Robertson Nicoll, *The Expositor's Bible*, (ed. 1903) sobre Aios 20:7.
(12) G T. Stockes, *The Expositor's Bible*, Atos vol. 2, pág 393.
(13) Stifler, *The Acts of the Apostles*, pág. 201.
(14) W. E. Allen, *Harmonia dos Evangelhos* (Casa Publicadora Batista), Apêndice n.º 3, pág. 248.

AS "COLETAS" DA IGREJA DE CORINTO

COMO não podia deixar de ser, lá vem o surrado texto de I Cor. 16:2, falso pilar, tão falso quanto os que mais o sejam nessa inglória tentativa de justificar, pela Bíblia, a guarda do domingo. O autor, muita de indústria, valeu-se da versão Almeida comum, que omite a expressão "em casa" consignada no original do texto. Percebendo, porém, que teria que admitir o fato (de as coletas serem reservadas parceladamente em casa), sai-se com esta escápula: "Ora, se cada um pusesse de parte 'em sua casa' o dinheiro, teria que ser feita a coleta quando Paulo chegasse e era justamente isto o que ele queria evitar!"

Veremos como isto se pulveriza a um simples sopro da verdade. Nem haveria necessidade de argumentar, pois o próprio texto de Almeida na Versão Revista e Atualizada no Brasil, com uns grifos que poderíamos pôr, se encarregaria de fulminar a falsidade. Ei-la:

"*Quanto à coleta para os santos, fazei vós também como ordenei às igrejas da Galácia. No primeiro dia da semana, cada um de vós ponha de parte,* EM CASA, *conforme a sua prosperidade, e vá juntando, para que se não façam coletas quando eu for*." (I Cor. 16:1, 2)

Maior clareza não pode haver! Torna-se dispensável qualquer comentário! A simples leitura do texto nos convence de que: a) não se tratava de culto nem de reunião de espécie alguma no primeiro dia da semana; b) a coleta *não* era feita na 1reja; c) a coleta não era parte do culto nem se destinava à igreja local; d) era uma *separação de dinheiro* que cada um devia fazer em sua casa; e) quando Paulo viesse, cada um lhe entregaria o total de sua separação semanal, que Paulo levaria ou mandaria para os crentes pobres de Jerusalém. *Não se faria coleta alguma quando Paulo viesse, porquanto esta já fora feita, já estava pronta*. Paulo somente a tomaria para encaminhá-la ao seu destino.

Diante da clareza meridiana da Bíblia, não sei em que ficam as afirmações do autor do livro *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus*.

Notemos no texto a expressão "pôr de parte", separar, reservar, depois de um balanço na situação, "conforme a prosperidade." Ora, se se tratasse de coleta feita num culto, Paulo não usaria estas expressões. Notemos mais a demolidora expressão "em casa" que está no texto original, e também nas melhores traduções. Isto liqüida a pretensão de ser a coleta *feita* na igreja. Notemos ainda a expressão "vá juntando", o que indica uma acumulação que se formava gradativamente mediante periódicas reservas de dinheiro. Tudo tão claro e concludente!

Por que num "primeiro dia da semana"? Porque com o sábado findava-se a semana. Os cristãos eram previdentes e organizados. Era costume *no início* da semana logo no seu primeiro dia planejarem suas atividades seculares, considerarem os gastos da semana anterior, anteciparem providências e fazerem provisão dos gastas para a nova semana. Uma questão de contabilidade doméstica. Paulo lhes recomenda que, ao fazerem a costumeira previsão, *no início da semana*, não se esquecessem de separar, o que fosse possível, em dinheiro para os pobres de Jerusalém, colocando o donativo numa caixa em seus lares. A idéia de culto ou de reunião dominical é completamente estranha ao texto, e seria uma deslealdade à Bíblia forçá-la aqui.

O *The Cambridge Bible For Schools and Colleges*, autorizado comentário das Escrituras publicado pela "Cambridge University Press" dos prelados da Igreja Anglicana, declara, comentando este texto, que "não podemos inferir desta passagem que os cristãos se reuniam no primeiro dia da semana." E prossegue:

" *'Cada um ponha de lado'*, isto é, em casa, no lar, não em reuniões como geralmente se supõe. Ele [Paulo] fala aqui de um costume que havia naquele tempo, de se colocar uma pequena caixa ao lado da cama, e dentro dela se depositavam as ofertas, depois de se fazer oração." – Parte "The First Epistle to the Corinthians" editado por J. J. Lias, pág. 164.

Notemos que este comentário é insuspeito, parque é da lavra de ardorosos advogados do repouso dominical.

A seguir, citaremos interessante testemunho católico. O cônego Hugo Bressane de Araújo, em seu opúsculo *Perguntas e Respostas*, Vol. 1, pág. 23, escreve o seguinte:

"P. Mas dizem os protestantes que S. Paulo manda guardar o domingo.

"R. Não. S. Paulo, na I Epístola aos Coríntios, cap. XVI, só ordena que se faça uma coleta para os pobres no primeiro dia da semana; eis as palavras do Apóstolo: verso 2.º: 'Ao primeiro dia da semana, cada um de vós ponha de parte alguma coisa *em casa*, guardando assim o que bem lhe parecer, para que se não façam as coletas quando eu chegar.' *Porventura esta determinação do Apóstolo acerca das esmolas para os pobres de Jerusalém anula o preceito sobre a observância do sábado?*" – Edições 1931, págs. 23 e 24 (Grifos nossos).

Este comentário também é insuspeito, par ser de origem da instituição responsável pela observância dominical religiosa. Alinhemos ainda alguns testemunhos de pessoas guardadoras do domingo:

Sir William Domville, em seu livro *The Sabbath*, entre outras considerações diz:

"É estranho que um texto que nada diz a respeito de qualquer reunião para qualquer propósito, venha a ser usado para provar um costume de reunir com finalidades religiosas! ...

"Se é insustentável inferir do texto um costume de reunir – pois nele não se menciona reunião alguma – parece ainda mais insustentável, e mais incoerente inferir dele... Que a ordem de reservar um donativo em casa signifique que o mesmo deveria ser dado na igreja...

"A tradução em nossas Bíblias comuns é exatamente como a original: 'Cada um de vós ponha de parte *em casa*'. Uma tradução ainda mais literal da palavra original *thesaurizon* (acumulando), mostra de modo mais claro que cada irmão contribuinte devia ir ajuntando por si mesmo, e não entregar a oferta de semana em semana a uma outra pessoa." – *The Sabbath*, págs. 101-104.

Diz Neander:

"Contudo não podemos de modo algum ver aqui qualquer observância especial do dia, como afirma Osiander."

John Peter Lange, outro comentarista muito citado, conclui:

"A expressão é, pois, conclusiva contra a opinião prevalecente de que a coleta se faria na igreja. Era ela um negócio individual e privado."

E mais adiante:

" 'E vá juntando'... Em virtude de todo domingo alguma contribuição ser posta à parte, formaria, sem dúvida uma acumulação."

Era, sem dúvida, esta "acumulação" que Paulo tomaria e enviaria de uma só vez, já pronta, para Jerusalém.

A *Enciclopédia Bíblica* (em inglês) de Cheyne and Black, no artigo "dia do Senhor," comenta esta passagem, chegando à seguinte conclusão:

"Não devemos, no entanto, passar por alto o fato de que a dádiva de cada um devia ser separada particularmente (*par hauto*) isto é, em seu próprio lar, e *não alguma assembléia de adoração*."

Outro fato digno de nota é que, antes do fim do quarto século de nossa era, ninguém se lembrou de valer-se deste texto para pretender corroborar a guarda do domingo. O primeiro a fazê-lo foi Crisóstomo, em sua *Homília 43* sobre I Coríntios. No entanto, o próprio Crisóstomo admite que a coleta não se fazia na igreja. Eis textualmente seu comentário:

"S. Paulo não afirmou que trouxessem suas ofertas à igreja para que não se envergonhassem da pequenez da quantia; mas, 'aumentando-a aos poucos em casa, que a tragam, quando eu chegar'; por ora, vão *juntando*, em casa, e façam de suas casas uma igreja e de seu mealheiro um cofre."

Ao autor do livro que estamos considerando, devolvemos o "argumento" em forma de silogismo:

Premissa maior: O dia em que o crente, em sua casa, põe de parte um donativo para os pobres, é dia de guarda;

Premissa menor: Ora, os crentes em Corinto faziam isso no primeiro dia da semana;

Conclusão: Logo, o primeiro dia da semana é dia de guarda.

Estará certa a premissa maior? Seria esta a forma de se estabelecer uma doutrina? Será sincero este modo de proceder com as coisas divinas?

Pensaram acaso os leitores como deveriam sentir-se os crentes de Corinto, se lhes fosse dado saber naquela ocasião, que alguns professos cristãos do século XX haviam de tentar estabelecer a doutrina da guarda do domingo, no simples fato de eles, os crentes coríntios, colocaram moedas em cofres domésticos com a intenção de ajudar os pobres de Jerusalém? Com certeza estes amigos de Paulo ficariam estarrecidos! E talvez bem aborrecidos também!

Falsos pilares! Bolhas de sabão. . .

CISTERNAS ROTAS – I

JEREMIAS, o profeta, falando das falsas fontes de ensino, chama-as de "cisternas rotas, que não retêm as águas" (2:13). Deixar as Escrituras – infalível Palavra de Deus – para escorar-se nos chamados Pais da Igreja é, sem dúvida, abeberar-se nas cisternas rotas da confusão, da dúvida, da incerteza e da incoerência. Embora alguns desses homens tenham sido piedosos, a verdade é que não eram inspirados, e seus escritos não são infalíveis. Pelo contrário, há neles uma eiva tremenda de absurdos e ilogismos insanáveis. Eis a amostra:

Inácio, por exemplo, pretende que se torna assassino de Cristo quem não jejua no sábado ou no domingo (1); defende a transubstanciação, considerando herege quem admite apenas o simbolismo da santa ceia (2); exalta demais a autoridade do bispo, pondo-a acima da de César, chegando ao cúmulo de afirmar que, quem não o consulta, segue a Satanás (3). É bom lembrar que, das quinze cartas atribuídas a Inácio, oito são absolutamente falsas, e as restantes são duvidosas, cheia de interpolações e acréscimos. Não se sabe exatamente o que esse *Pai* escreveu!!!

Barnabé (se é que existia tal personagem), diz que a lebre muda cada ano o lugar da concepção (4), que a hiena muda de sexo anualmente (5), e a doninha concebe pela boca (6). Afirma que Abraão conhecia o alfabeto grego (séculos antes que tal alfabeto existisse) (7) ; alegoriza a Bíblia, compara a circuncisão ao "oitavo dia" que afirma ser o dia de reunião (quando não existe oitavo dia na semanal) (8). Sua epístola é espúria, disparatada e não merece crédito.

Justino era quiliasta*; ensinava, entre outros absurdos, que os anjos do Céu comem maná (9), e que Deus, no princípio do mundo, deu o Sol para ser adorado. (10)

Clemente de Alexandria sustenta que os gregos se salvam pela sua sabedoria (11); afirma que Abraão era sábio em astronomia e aritmética, e que Platão era profeta evangélico. (12) Erra demasiada e crassamente nas citações que faz da Bíblia.

Tertuliano, o que mais heresias ensinou, era sarcástico, injurioso, apaixonado, colérico, fanático e aderiu à heresia montanista.** Diz regozijar-se com os sofrimentos dos ímpios no inferno (13) Afirma que os animais oram (14). Defende o purgatório, a oração pelos mortas, e outros despautérios doutrinários (15)

Cipriano, de feiticeiro que era no paganismo, tornou-se anabatista na igreja.

Eusébio (já além da era patrística) era ariano.***

Irineu quer que as almas, separadas do corpo, tenham mãos e pés (16) Defende a supremacia de Roma, alegando que a Igreja tem mais autoridade do que a Palavra de Deus (17) Diz que os "animais imundos" são os judeus (18) defende ardorosamente o purgatório (19), e chega até a dar a idade certa de Cristo que, segundo ele, tinha quase cinqüenta anos (20)

Poderíamos alongar esta relação citando outros "pais" e seus despautérios. Par aí se vê, porém, o absurdo de citá-los para comprovar doutrina. Enquadram-se perfeitamente na conceituação do profeta Jeremias: são verdadeiras cisternas rotas.

---

* Sectário do quiliasma, doutrina herética segundo a qual os predestinados, depois de julgamento final, ficarão ainda mil anos na Terra, no gozo de maiores delícias.

** Aderente da heresia de Montano, do segundo século, que fazendo tábua rasa dos dogmas e disciplina da igreja, insistiam na intervenção perpétua do Paráclето (Espírito Santo) inspirando os homens por meio de revelações especiais.

*** Partidário da heresia de Ário, que negava a divindade de Cristo.

Adão Clarke, abalizado comentarista evangélica, depois de considerar a obscuridade dos escritos destes "pais," conclui: "Em ponto de doutrina a autoridade deles é, a meu ver, nula." (21)

Eduardo Carlos Pereira, douto escritor evangélico, disse que a patrística além de constituir-se "testemunha falível de autoridade humana," era "tradição que a crítica não pode sequer firmar no terreno digno da História." Diz ainda que se trata de "tradição confusa e contraditória." E remata: "Pululam, nos anais primitivos da Igreja, escritos espúrios ou apócrifos, que revelam a tendência perigosa para a ficção e para as lendas, que degeneraram largamente nas fraudes pias dos tempos medievais." (22)

O Arcediago Farrar acrescenta: "Há pouquíssimos deles cujas páginas não estejam repletas de erros, erros de método, erros de fatos, erros históricos, de gramática, e mesmo de doutrina." (23)

Mosheim, afamado historiador eclesiástico confirma: "Não é de admirar que todas as serras dos cristãos podem encontrar nos chamados *pais* algo que favoreça sua própria opinião e sistemas." (24)

Sim, os escritos patrísticos provam tudo, amparam a maior heresia. O leitor agora vai ter um choque ao ler estas estarrecedoras declarações, extraídas de uma publicação batista, antiga mas autêntica. Em resposta um jovem ministro que perguntara ao jornal como poderia provar a sua congregação uma coisa, quando nada encontrasse com que prová-la, na Bíblia, o pastor Levi Philetus Dobbs D. D. escreveu o seguinte:

"Recomendo, no entanto, um judicioso emprego dos Pais em geral, da mais alta confiança para qualquer pessoa que esteja na situação do meu consulente. A vantagem dos Pais é dupla: em primeiro lugar porque exercem grande influência sobre as multidões; em segundo lugar *porque você poderá encontrar o que quiser nos Pais*. Não creio que haja opinião mais tola e manifestamente absurda, para a qual você não possa encontrar passagens para sustentá-la nas páginas daqueles veneráveis homens de experiência. E para a mente comum, tanto vale um como outro. Se acontecer que o ponto que você quer provar nunca tenha

ocorrido aos Pais, então você pode facilmente mostrar *que eles teriam tomado seu lado* se apenas tivessem pensado no assunto.

"E se, por acaso, nada há para sustentar, mesmo remotamente, de maneira favorável o ponto em questão, não desanime: *faça uma boa e vigorosa citação e coloque nela o nome dos Pais, e pronuncie-a com ar de triunfo*. Ela será igualmente valiosa. Nove décimos do povo não se detém a indagar se a citação apóia a matéria em debate. *Sim, irmão, os Pais são a sua fortaleza. Eles são a melhor dádiva do Céu ao homem que tenha uma causa que não possa ser amparada por nenhum outro modo*." (25) (Grifos acrescentados.)

Duvidaríamos dessa monstruosidade se não a tivéssemos lido em letra de forma!!!

Citação de Inácio

Diz o oponente: "Inácio, discípulo de João, o apóstolo, escreveu cerca do ano 100 da nossa era o seguinte: 'Aqueles que estavam presos às velhas coisas vieram a uma novidade de confiança, *não mais guardando o sábado, porém vivendo de acordo com o dia do Senhor*."

Vamos passar esse argumento pelo crivo da crítica e ver o que restará dele.

1. A crítica não confirma que Inácio fosse discípulo de João, nem que esse escrito date precisamente do ano 100. Como se disse no preâmbulo, a Inácio *são atribuídas* 15 epístolas. Serão autênticas? Diz a *Enciclopédia Britânica*, a respeito:

"É agora opinião universal dos críticos que as primeiras oito dessas pretensas cartas de Inácio são espúrias. Trazem em si provas indubitáveis de serem produto de uma época posterior àquela em que Inácio viveu... Por unanimidade são hoje postas à parte como *falsificações*..." (Grifos acrescentados).

Depois de considerações críticas textuais dos "escritos" de Inácio conclui:

"... alguns vão a ponto de negar que tenhamos *qualquer escrito autêntico de Inácio*, enquanto outros, embora admitindo as sete cartas mais curtas como *provavelmente sendo dele*, ainda duvidam muito de que estas estejam livres de intercalações." (Grifos nossos.)

Diz Schaff que estes "documentos... logo se tornaram tão interpolados, cortados e mutilados, que hoje é quase *impossível descobrir com certeza qual é o genuíno Inácio da História ou o pseudo Inácio da tradição*." (26)

Pois bem, nesta cisterna rota, neste cipoal de confusões, nestas águas turvas e revoltas, vai o acusador buscar uma citação em abono do espúrio dia de repouso. O trecho citado encontra-se na *Epístola de Inácio aos Magnesianos*, cap. IX, §1.

2. Além disso, a citação é duvidosa (pois não se pode ter certeza se é mesmo de Inácio ou se foi interpolação). E o pior é que no texto grego original mais popularizado e difundido não se encontra a palavra "dia" [*hemera*, ou outra equivalente]. Na realidade a frase, nestas versões, é obscura. Aquele final "não mais guardando o sábado porém vivendo de acordo com o dia do Senhor," está no grego, nas versões comuns, literalmente assim:

meketi sabbahizontes, alla kata kyriaken zoontes
não mais sabatizando, mas conforme o do Senhor vivendo

Como se vê, fica assim obscura e sem nexo a expressão de Inácio *"não mais sabatizando, mas de acordo com o (?) do Senhor vivendo"*, exigindo um aditamento para formar sentido. E então o bispo Lightfoot, advogado do domingo, teve a idéia de acrescentar, ou melhor, de encaixar ali a palavra "dia," forçando o duvidoso Inácio a dizer: "... não vivendo mais para o sábado, mas para o dia do Senhor." (27)

Deu-se, portanto, uma adulteração grosseira, flagrante, uma fraude enfim que é repetida impensadamente pelos dominguistas em geral. Será decente firmar doutrina em base tão precária, fraudulenta e indigna de crédito? Mas não é só. Os eruditos, estudando a citação de Inácio, julgam que a interpolação da palavra "dia" destoa por inteiro do contexto,

porque não se *vive* de acordo com um *dia*, mas sim de acordo com um princípio, uma idéia, um exemplo ou uma orientação na vida.

E encontramos em *Patrologia Graeca*, de Migne, Vol. 5, pág. 669, obra abalizadíssima, o original de Inácio desta forma: "Não mais sabatizando, mas vivendo de acordo com a vida do Senhor." O sentido aí é que a vida de Jesus se reflita em nossa vida também.

O Dr. Frank Yost afirma: "Os aludidos eruditos [Lightfoot e Lake] omitiram a palavra *vida* para possibilitar a inserção da palavra dia. Mas a palavra *vida* lá se encontra, e forma sentido lógico, quando devidamente traduzida, sem subterfúgio, do original grego." (28)

O próprio contexto dessa *Epístola de Inácio aos Magnesianos* revela que o genuíno ou suposto Inácio tratava não do dia da ressurreição, mas da vida divina que, mediante o Senhor ressuscitado, capacitava o crente a viver uma *vida* cristã de fé, livre do formalismo judaico. Em toda a epístola não há qualquer referência ao dia de adoração.

Em conclusão: as versões populares omitem qualquer substantivo antes do genitivo "do Senhor." A versão crítica original consigna a palavra *vida* e jamais *dia*. E assim se reduz a frangalhos o argumento estribado nessas palavras atribuídas a Inácio.

Referências:

(1) Epístola de Inácio aos Filipenses, cap. XIII, § 3°., in fine.
(2) Epístola de Inácio aos de Esmirna, cap. VII, § 1º.
(3) *Epístola de Inácio aos de Filadélfia*, cap. IV, § 1º. e também na *Epístola de Inácio aos de Esmirna*, cap. IX, § 1º.
(4) Epístola de Barnabé, cap. X, § 6º.
(5) Idem, cap. X. § 7º.
(6) Idem, cap. X, § 8º.
(7) Idem, cap. IX, § 8º.
(8) Idem, cap. XV, §§ 8º. e 9º.

(9) Justino Camelini, p. 274.
(10) Justino, *Apologia sobre o Fim*.
(11) Clemente, Stromata, Livro 6, cap. 11.
(12) Idem, Livro 5, cap. 14.
(13) Tertuliano, *As Sombras*, cap. 50.
(14) Tertuliano, *Orando* (discurso).
(15) Ibidem.
(16) Irineu, *Contra Heresias*, Livro III, cap. 63.
(17) Idem, Livro III, cap. 4, §§ 1º. a 3º.
(18) Idem, cap. 8. § 4º.
(19) Idem, Livro IV, cap. 27, § 2º.
(20) Idem, Livro II, cap. 22, § 6º.
(21) Clarke's Commentary, on Proverbs 8.
(22) E. C. Pereira, *O Problema Religioso na América Latina*, págs. 215, 219 e 227.
(23) Farrar, *The History in Interpretation*, págs. 162, 163 e 165 (ed. 1886)
(24) Mosheim, *Ecclesiastical History*, Liv. 1, part. 2, cap. 3, seção 10.
(25) Jornal *National Baptist*, march 7, 1878, Dr. Wayland, redator.
(26) *History of the Christian Church*, 2º. período, parte 165, vol. 2, pág. 660.
(27) Frank H. Yost, *Early Christian Sabbath*, cap. 5.

CISTERNAS ROTAS – II

PROSSIGAMOS seguindo o oponente em seu refúgio pela seara patrística em busca de "provas" da observância do domingo, já que não as encontrou irrecorrivelmente nas Escrituras. Veremos tão frágeis castelos de cartas desmoronarem-se irremediavelmente.

O Inaceitável Barnabé

Diz-nos ele: "Barnabé, A. D. 120, diz: 'Nós guardamos o *dia oitavo* com alegria, no qual também Jesus ressurgiu dos mortos, e tendo aparecido ascendeu ao Céu."

É nulo, absolutamente nulo o valor desse testemunho. Quanto à idoneidade e credibilidade desse suposto Barnabé (quem teria sido?) veja-se o que dissemos no preâmbulo do artigo precedente. E esta epístola equívoca, inçada de absurdos e futilidades, encontrada em 1844 pelo sábio alemão Tischendorf num convento ao sopé do monte Sinai, com muita benevolência da crítica foi datada de meados do século II, *época em que a apostasia começara a infiltrar-se na igreja cristã*, e o "festival da ressurreição" também ia sendo observado, como conseqüência da forte oposição aos judeus.

A "epístola" é absolutamente apócrifa e até pais da igreja como Eusébio, Jerônimo e Agostinho negam-lhe autoridade. Uma simples leitura de toda a epístola evidencia-lhe o caráter espúrio, a começar das absurdas alegorias que faz de fatos e festas do Velho Testamento. Coisa totalmente inaceitável. Ocupemo-nos da parte invocada pelo oponente, tangenciada com a observância do domingo.

O contexto do capítulo 15 nos informa que o citado Barnabé estabelece um paralelo inadmissível, ilógica e aberrante, querendo forçar um inexistente "oitavo dia" (a semana só tem sete) a ser uma continuação do princípio judaico da cerimônia da *circuncisão* e isto porque – na

obtusa relação que esse hipotético Barnabé estabelece – aquele rito se fazia ao "oitavo" dia do nascimento do varão israelita. É de pasmar! É de estarrecer! Salta aos olhos de qualquer pessoa a futilidade, a insanidade deste argumento (?), pois o corte do prepúcio ocorria *uma só vez na vida* do judeu, e o dia de guarda (como era ignorante esse Barnabé!) ocorre *semanalmente*. Tão arrevesada e descabida é essa idéia que nenhum comentarista dela toma conhecimento. E é nesse emaranhado de incoerências que se vai buscar "prova" para o que não se pode provar pela Palavra de Deus.

Justino Refere-se ao "Dia do Sol"

Escreve o grande advogado dominguista de *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus*: "Justino Mártir, A. D. 140, disse: *'No dia chamado domingo* há uma reunião num certa lugar de todos os que habitam nas cidades ou nos campos, e as memórias dos apóstolos e os escritos dos profetas são lidos... *Domingo é o dia* em que todos nós nos reunimos em comum, *porque é o primeiro dia* em que Deus fez o mundo, e porque no mesmo dia Jesus Cristo nosso Salvador levantou-Se dos mortos. Ele foi crucificado no dia anterior ao de Saturno (sábado) e no dia após o de Saturno, que é o dia do Sol (Domingo), tendo aparecido aos Seus apóstolos e discípulos, *ensinou-lhes estas coisas as quais vos temos apresentado para a vossa consideração*' (Apologia, cap. 67)."

Tendenciosa e infeliz esta citação. Tradução errada, porquanto a palavra domingo que aí consta três vezes ERA INTEIEAMENTE DESCONHECIDA naquele tempo (meados do segundo século). O original de Justino diz exatamente o seguinte:

"No dia chamada DO SOL, faz-se uma reunião de todos os que moram nas cidades e nos distritos rurais e se lêem as memórias dos apóstolos e os escritos dos profetas... No DIA Do SOL realizamos uma reunião em conjunto, no qual dia Deus, havendo mudado a obscuridade e a matéria, fez o mundo; e Jesus Cristo, nosso Salvador, ressuscitou dos

mortos no mesmo dia. Fora crucificado um dia antes ao [dia] de Saturno e no dia que segue ao [dia] de Saturno – o DIA DO SOL – tendo aparecido aos apóstolos e discípulos ensinou-lhes estas coisas que submetemos à vossa consideração." (Versais e grifos acrescentados.)

Note-se a diferença! A palavra *domingo* aí é pura invenção do oponente, porquanto o original menciona tão-somente *dia do Sol* – o feriado pagão vigente naqueles tempos. Justino vivia em meio ao surto expansionista do mitraísmo, culto de adoração solar que se implantara no Império. Esta *Primeira Apologia* endereçava-se a Antônio Pio e ao povo romano, e nela Justino refere-se aos mistérios de Mitra como coisa conhecidíssima de seus leitores. Em outro documento, o *Diálogo com Trifo*, Justino menciona claramente o mitraísmo por duas vezes.

Se a citação de Justino Mártir prova alguma coisa, prova apenas isto: que nos meados da segundo século, os cristãos já estavam adotando práticas pagãs, em virtude da forte campanha antijudaica e também. começando a cortejar o Estado, fato que continuou com o episódio de Constantino. É isto o que provam as palavras acima de Justino. É isto o que os adventistas crêem e ensinam. É isto o que a História regista: a apostasia gradual. Tudo isto ocorreu sem a menor sanção escriturística – sem a mínima autoridade da Palavra de Deus. E esse *primeiro dia* da semana não era dia de guarda, pois após a reunião matinal, os cristãos retornavam ao trabalho.

Justino jamais chamou ao primeiro dia da semana "domingo" e muito menos de "dia do Senhor" – designação que posteriormente se ligaria ao dia espúrio. Sim Justino refere-se unicamente à "semana astrológica" do paganismo, e ao fato de o "festival da ressurreição" celebrar-se *após* o sábado bíblico, que *ainda* era o dia de guarda. Esse dia de reunião, chama-o de "dia do Sol." No mesmo trecho se menciona o sábado como "dia de Saturno," o sétimo dia da "semana astrológica." Por amor dos leitores menos cultos, daremos uma tabela dos dias da semana astrológica, e como o nome dos dias passou para algumas línguas: Ver pág. seguinte.

SEMANA PLANETÁRIA

Dias da Semana	Corpos celestes que os presidiam	Nomes em grego	Nomes em latim	Nomes em inglês e sua origem
1º. dia	Sol	Helvoy (de Helios)	(Dies) Solis	Sunday (literalmente "dia do sol")
2º. dia	Lua	Selenes (de Selene)	(Dies) Lunae	Monday (de **moon** (day), ou "dia da Lua")
3º. dia	Marte	Areos (de Ares)	(Dies) Martis	Tuesday (do teutônico **tiw**, "Marte")
4º. dia	Mercúrio	Hermoy (de Hermes)	(Dies) Mercuris	Wednesday (do teutônico **woden**, "Mercúrio)
5º. dia	Júpiter	Dios (de Dis ou Zeus)	(Dies) Iovis	Thursday (do teutônico **thor**, "Júpiter")
6º. dia	Vênus	Aphrodites (de Afrodite)	(Dies) Veneris	Friday (do teutônico **friga**, "Vênus")
7º. dia	Saturno	Kronos (de Cronos)	(Dies) Saturni	Saturday (do teutônico **seater**, "Saturno")

Aí está a semana planetária do paganismo, que deu origem aos nomes dos dias da semana em quase todos os idiomas.

A título de informação e para robustecer o argumento, mencionamos ainda os dias semanais em algumas línguas de origem latina: o "dia do Sol" do mitraísmo passou posteriormente, com implantação do costume apóstata, a designar-se "dia do Senhor", e os cristãos também o fizeram relacionando-o com Cristo.

Dias da Semana	Em Espanhol	Em Francês	Em Italiano	Significado
Domingo	Domingo	Dimanche	Domenica	Originário de "Dominica" que veio a pela designação que se passou a dar de "dia do Senhor", sem autorização das Escrituras.
Segunda-feira	Lunes	Lundi	Lunedi	Dia da Lua
Terça-feira	Martes	Mardi	Martedì	Dia de Marte
Quarta-feira	Miércoles	Mercredi	Mercoledi	Dia de Mercúrio
Quinta-feira	Jueves	Jeudi	Giovedi	Dia de Júpiter
Sexta-feira	Viernes	Vendredi	Venerdi	Dia de Vênus
Sábado	Sábado	Samedi	Sabbato	De "shabbath", repouso

O Sol como "Senhor" do Império Romano

Sabemos que, no Império Romano, o deus-Sol Mitra era popularmente designado como o *Sol Invictus* (o Sol invencível) – ocorrem com certa freqüência expressões como "*Sanc* – que se designava o Sol, na verdade significava "Senhor." Nos almanaques chineses consta o *"dia de Mih"* (dia de Mitra) que se traduz por "dia do Senhor." Em inscrições romanas relacionadas com o mitraísmo – culto do Sol invencível – ocorrem com certa freqüência expressões como *"Sancto Domino Invicto Mithrae"* (o Santo Senhor Mitra Invencível), *"Domino Soli"* (o Senhor, o Sol) *"Domino Soli Sacrum"* (sagrado ao Senhor, o Sol), *"Domino Soli Sacro"* (ao Senhor, o Sol sagrado). O imperador Aureliano chegou a proclamar oficialmente o Sol como *Sol Daminus Imperii Romano* (o Sol, Senhor do Império Romano), e mandou cunhar a efígie do Sol em moedas.

Antiquíssima inscrição tumular encontrada em Catânia, ao pé do monte Etna, na Sicília, epitáfio para uma criança sepultada, diz: "Ele nasceu, ó Senhor das boas coisas, no décimo quinto dia antes das

calendas de novembro, no dia de Saturno; viveu dez meses; e faleceu no décima dia antes das calendas de setembro, no dia do Senhor do Sol."

Aos que desejarem mais amplas informações históricas sobre o mitraísmo, recomendamos as abras *Textes Figurés aux Mystères de Mithra*, de F. Cumont, e *Sunday in Roman Paganism*, Robert Leo Odom, das quais extraímos os dados acima. São autores da maior idoneidade.

Ouçamos ainda alguns testemunhas:

"Os gentios constituíam um povo idólatra que adorava o Sol, e o domingo (ou dia do Sol) era o seu dia mais sagrado. Ora, a fim de conquistar o povo em seu novo campo, parecia se não natural ao menos necessário *fazer do domingo o dia de repouso da igreja*. Naquele tempo achava-se a igreja num dilema: ou adotar o dia dos gentios, ou fazer com que os gentios mudassem a seu dia de adoração. Impor a mudança do dia dos gentios teria sido uma ofensa e pedra de tropeço para eles. A Igreja podia naturalmente ganhá-los melhor, observando o dia em que eles repousavam. Assim não foi preciso causar ofensa desnecessária, desonrando o dia deles." – William Frederick, *Three Prophetic Days*, págs. 169 e 170.

"Os cristãos primitivos logo adotaram a semana astrológica. O domingo foi aceito como um dos dias santos da religião oficial romana. Assim a instituição pagã foi inserida no cristianismo." – Webster, *Rest Days*, págs. 220 e 221.

"A igreja tomou a filosofia pagã e fez dela o escudo da fé contra os pagãos. Ela tomou o dia do Sol dos pagãos e fez dele o domingo cristão." – *The Catholic World*, revista, março de 1894.

"As nações idólatras, em honra ao seu principal deus, o Sol, começava o seu dia ao aparecimento dele." "Dia do Sol (Sunday) era o dia em que os pagãos, em geral, consagravam culto e honra ao seu principal deus, o Sol, dia que, consoante nosso cômputo, era o primeiro da semana." – Jennings, *Jewish Antiquities*, livro 3, cap. I e III.

"Os mais antigos *germanos*, sendo *pagãos* costumavam dedicar sen primeiro dia da semana à especial adoração do Sol, razão por que aquele

dia, em nosso idioma inglês, ainda conserva o nome de "Sunday" (dia do Sol). – *Verstegan's Antiquities*, pág. 11.

Tome-se, por exemplo, um dicionário autorizada, o de Webster (edição do ano 1925), e no verbete "Sunday" lemos essa frase:

"*Sunday*, ou dia do Sol, é assim chamado porque antigamente este dia era dedicado ao Sol, ou ao seu culto."

A autorizada enciclopédia Schaff-Herzog dá-nos interessante informação a respeito de como o dia do Sol entrou para o cristianismo, sem preceito bíblico, sem sanção divina, sem exemplo de Jesus ou recomendação apostólica. Ei-la:

"*Domingo* (Dies Solis *do calendário romano; "Dia do Sol" porque era dedicado ao Sol), o primeiro dia da semana, foi adotado pelos primitivos cristãos como um dia de culto*. O "Sol" de adoração latina era por eles [cristãos] interpretado como "o Sol da Justiça" ... *Nenhum preceito para a Sua observância consta do Novo Testamento nem, na verdade, Sua observância é determinada*." – *Schaff-Herzog Encyclopedia*, verbete "Sunday".

Conhecendo-se a verdade histórica quanto à apostasia gradual que culminaria mais tarde com o edito de Constantino na esfera civil, e decisões de alguns concílios na esfera religiosa, selando assim o domingo como dia de guarda, pode-se ver, em seu verdadeiro aspecto e sentido a declaração de Justino Mártir a respeito de reuniões que se faziam no DIA DO SOL. E assim se pulveriza a "prova" de Justino ...

CISTERNAS ROTAS – III

CAUSA pena a insegurança dos que se agarram à patrística para salvar uma causa perdida. Os chamados *pais da igreja*, como vimos, também ensinaram os maiores dislates e absurdos, e as mais desbragadas heresias. Replicam os oponentes que, se os citam, fazem-no apenas como referência histórica para provarem que os pais se referiam a um "costume já implantado na igreja subapostólica."

Ora, se isto é verdade então forçosamente, por coerência e honestidade mental, terão que admitir que o batismo de afusão, o purgatório, os jejuns cerimoniais, fórmulas, orações pelos mortos e outros disparates eram "costumes" da igreja e, como tais, devem ser aceitos e praticados em nossos dias – embora tais costumes contrariem os claros ensinos dos livros canônicos!!! Se eram exatas as informações que davam de um fato, por que o seriam menos em relação a outros fatos?

Analisemos outras cisternas rotas onde se abebera o autor de *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus* para basear uma "prova" em favor da guarda do domingo, já que não a encontrou nas páginas inspiradas da Bíblia.

Uma citação de Bardesanes

Sem indicar a fonte direta, diz o autor: "Bardesanes, de Edessa, A. D. 180, declara: 'Num dia, *o primeiro da semana* nós nos reunimos'." Não sabemos de quem é o grifo, nem de que livro extraiu a cita, porque quase todas as obras de Bardesanes se perderam, excetuando-se fragmentas de seus Hinos à Alma inseridos num apócrifo *Atos de S. Tomé, e Sobre a Fatalidade*, conservados por Eusébio.

O *Livro de Leis de Diversos Países* lhe é atribuído par Eusébio, Epífano e Teodureto, mas crê-se que tal obra seja, se não total pelo menos em grande parte de um de seus discípulos. Esse Bardesanes era

gnóstico e instituiu um sistema religioso considerado herético, especulativo como o valentinianismo, e muito influenciado pela mitologia e astrologia caldaicas. Suas especulações cosmogônicas são do paganismo mesopotâmico. Tinha concepção docetista de Cristo, afirmando que Ele não possuía corpo real nem padecera sofrimentos. Negava-Lhe a ressurreição. Se alguém quiser um completo perfil desse heresiarca, basta ler o que sobre ele diz a enciclopédia "*Schaff-Herzog*".

Pois bem, esse Bardesanes que escreveu em começos do século III (quando a apostasia gradual ganhava corpo) diz que num primeiro dia da semana se reuniam. Não afirma que era domingo, tampouco que se tratava já do *dia do Senhor*, e muita menos que já esse dia fosse *dia de guarda*.

Um herege não tem peso como autoridade em matéria religiosa, e ainda que se pudesse provar que se reuniam num primeiro dia da semana, não indica que tal prática tivesse a sanção de Cristo, da Palavra de Deus ou claríssima recomendação apostólica. "A Mim me deixaram – o manancial de águas vivas – e cavaram cisternas, cisternas rotas, que não retém as águas." Jer. 2:13.

Clemente de Alexandria

É bom reler o que dissemos a respeito desse *pai* na introdução do capítulo *Cisternas Rotas – I*. Seus escritos são uma mescla de filosofia pagã com cristianismo. Schaff e Herzog afirmam que Clemente era inepto para discernir entre o bem e o mal. Farrar menciona que ele punha em pé de igualdade livros apócrifos e livros canônicos. Afirma que ele não conhecia bem as Escrituras, pais citava versículos que não existem. Afirmou Clemente que Jeremias era o autor dos livros apócrifos *Sabedoria de Salomão* e o de *Baruque*. Cria que a versão Septuaginta era inspirada, bem como a *Sibila*. Diz que Platão era profeta que predisse o estabelecimento do domingo, no décimo capítulo da "República". Seus livros *Stromata* constituem um amontoado de coisas inaproveitáveis.

A cita do oponente é a seguinte: "*Clemente de Alexandria*, no Egito, A. D. 194: 'Ele cumprindo o preceito, conforme o Evangelho, guarda o *dia do Senhor*, quando abandona uma disposição má e assume aquela do gnóstico, glorificando em si a ressurreição do Senhor'."

Clemente, sem dúvida, refere-se ao festival da ressurreição que se celebrava no primeiro dia da semana, mas que ainda não era dia de guarda, porquanto, depois da cerimônia, os crentes retornavam às suas ocupações. Era, sem dúvida, o "costume" que, com o correr do tempo, determinou a observância oficial do domingo, sem, contudo, amparar-se em qualquer base das Escrituras.

Há no trecho citado de Clemente alusão a um INEXISTENTE preceito (?) do evangelho. O leitor terá imediatamente dez milhões de cruzeiros se nos mostrar esse preceito dominguista em qualquer dos evangelhos. Reconhecendo, também, que tal preceito NÃO EXISTE, o nosso gratuito opositor apela para a fantasia... E *imagina* esta saída [que bem demonstra a derrota fragorosa): "*Isto parece indicar* [tudo é vago, nebuloso, hipotético, "parece"] que Jesus, entre a ressurreição e a ascensão deu mandamento a respeito do primeiro dia da semana." Fantasia! Fantasia! Fantasia! Tudo inócuo. Tudo sem o menor valor probante, e só prova a insustentabilidade de uma posição antibíblica. E é com tais expedientes indignos que os adversários dos adventistas justificam a deliberada transgressão do quarto mandamento da Lei de Deus.

Tertuliano

Diz o oponente: "Tertuliano, na África, A. D. 200: 'Nós solenizamos o *dia após o sábado* em contradição àqueles que chamam a este dia o seu sábado.' (Apologia, cap. 16)'."

Muito bem! Agora leiamos algo mais da pena desse mesmo Tertuliano para ver se, de fato, era o domingo uma instituição bíblica, certa, pacífica, um "dia de guarda" intocável. Nessa mesma *Apologia*, no

mesmo capítulo, há este trecho: "Outros... pensam que a Sol é o deus dos cristãos, porque é sabido que adoramos em direção a Leste e festejamos o dia do Sol." Isto é sintomático, e revela que tal prática não era bíblica.

Ainda Tertuliano diz em outro lugar: "Somente no dia da ressurreição do Senhor deviam [os cristãos] guardar-se não apenas contra o ajoelhar-se, mas contra todos os gostos de serviço de solicitude, ADIANDO MESMO NOSSAS OCUPAÇÕES para não darmos qualquer lugar ao maligno." (Versais nossos.) É claro que, por aquele tempo, os cristãos, após a reunião matinal do festival da ressurreição, retornavam aos seus trabalhos. O primeiro dia da semana era, na época, dia de trabalho normal. Os cristãos não se abstinham das tarefas seculares.

Diz o pastor Albert C. Pittman, Pastor da Primeira Igreja Batista de Dayton, Ohio, EE.UU.: "Primitivamente reuniam-se [os cristãos] no domingo *de manhã* porque o domingo não era um dia feriado, *mas sim um dia de trabalho normal como os demais* ... Cantavam um hino a Cristo, ligavam-se por um voto de companheirismo, partilhavam uma merenda religiosa e, *em seguida, retornavam ao seu trabalho, para os labores da semana*." – *The Watchman Examiner* (jornal batista) de 25 de outubro de 1956. (Grifos nossos.)

E tem mais. O mesmo Tertuliano, (em quem o acusador procura escorar-se), escrevendo a respeito de certas práticas em voga no seu tempo, entre elas o festival da ressurreição, conclui que provinham da tradição, sem o menor apoio nas Escrituras. Melhor é citar o próprio Tertuliano:

"Sempre que ocorre o aniversário, fazemos ofertas para os mortos (um costume pagão) e o fazemos como honras de aniversário ... o jejum, *a adoração no dia do Senhor*. Regozijamo-nos desde a páscoa ao domingo menor. Sentimo-nos angustiados se o vinho e o pão... devessem ser jogados ao chão.... Fazemos na testa o sinal da cruz.

"Se, para estas e outras regras, vós insistis sobre uma *positiva determinação da Escritura, nada encontrareis. A tradição vos será*

apresentada como originadora destas práticas, o costume as fortaleceu e a fé as pôs em prática." – Tertuliano, *De Carona*, seções 3 e 4.

O tiro tertulianiano saiu-lhe pela culatra. Dessa forma, o argumento se destrói por si mesmo. Nem faremos comentário. É nesses falsos pilares que se vai buscar prova em abona da guarda de um dia que não era, a rigor, guardado. Causa pena!

Tertuliano diz que os cristãos, ao se reunirem no primeiro dia da semana *não deviam ajoelhar-se*. E um seu contemporâneo, Orígenes, de Alexandria, nos diz em sua *Homília Sobre Números* 23, parte 4, que se devia observar o sábado, e cita Heb. 4:9 ("Ainda resta um sabatismo para o povo de Deus"). Eis um trecho:

"Abandonando, pois, a observância *judaica* do sábado, que espécie de guarda do sábado se espera do cristão? No dia de sábado nenhuns atos seculares devem ser efetuados. Se, pois, vos abstendes de todas as obras seculares, nada façais de mundano, mas estai livres para obras espirituais, vinde à igreja, ouvi a leitura e o comentário, e pensamentos em coisas celestiais, atentando para a vida futura, mantendo diante dos olhos o julgamento vindouro, não considerando coisas presentes e visíveis, mas o invisível e o futuro. *Esta é a observância cristã do sábado*."

Se isto prova alguma coisa, prova que o sábado era ainda observado como *dia de guarda*. Prova também que no primeiro dia da semana, o dia do Sol, os cristãos já se reuniam *de manhã* para comemorarem o festival da ressurreição, mas na parte da tarde retornavam às ocupações seculares. Se prova alguma coisa, prova que em ambos os dias havia atividades espirituais. Pelos *mesmos cristãos*. A interpretação oferecida pelo oponente, de que somente as cristãos *judeus* guardavam o sábado e que os cristãos *gentios* guardavam o domingo é falsa e insustentável. Também, para justificá-la foi valer-se de quem? Do desmoralizado Canright que torceu uma citação de Eusébio.

Outros Pais

As citações finais de outros vultos da Patrística nem mereceriam ser consideradas em vista da data que trazem: terceiro e quarto séculos. Tempo em que a apostasia já se consumara. Notemos, porém, que Cipriano, o feiticeiro que se tornou anabatista, incoerente e confuso como os demais *pais*, alude ao *oitavo dia*. Faz coro com o costume já implantado e que, paulatinamente, determinou o abandono do sábado.

A *Constituição Apostólica*, (que pelo simples fato de datar-se do fim do terceiro século prova não ser da autoria dos apóstolos, mas de escritores apócrifos da igreja oriental), invocada pelo oponente, reclama a união dos cristãos no dia da ressurreição de Cristo. No entanto, os escritores dessa pretensa *Constituição Apostólica* nos informam da observância do sábado. Diz um trecho:

"Observarás o sábado, em intenção dAquele que repousou de Sua obra da criação, mas não cessou Sua obra de Providência: é um repouso para meditação da lei, e não dia para ociosidade das mãos." – Livro 2, seção 5, cap. 36. Em outros capítulos menciona o sábado como devendo ser guardado, ao lado do primeiro dia da semana, como valor de prova é nulo tal documento. É contraditório!

O mesmo diremos de Anatólio, e Pedro de Alexandria, este já no quarto século.

A última cita de Pais é de Eusébio, e demonstra a observância simultânea de ambos os dias. No entanto, o mesmo Eusébio escreveu: "Todas as coisas que eram dever ser feitas no sábado, estas NÓS AS TRANSFERIMOS para o dia do Senhor" – *Commentary on the Psalms*. Confessa com esse "nós transferimos" que a mudança do dia de guarda foi obra de *mãos humanas*. Não se fez por Deus, por Cristo, pelos apóstolos, por preceito bíblico. Pelos homens, e só pelos homens, no período da apostasia gradual!!!

Conclui o adversário afirmando que a guarda do domingo tem a autoridade do Espírito Santo aos apóstolos: "Quando vier aquele Espírito de verdade, ele vos guiará em toda a verdade." A seu ver, essa "toda a verdade" refere-se ao domingo, verdade que, segundo crê, veio através dos "iluminados" Pais da Igreja. E remata, sem rebuços: "É nisto precisamente que estamos baseados e por isso guardamos o domingo."

Baseado num fragílimo castelo de cartas!!! Em "cisternas rotas, que não retêm as águas." Jer. 2:13. Causa pena!

O CÉLEBRE EDITO DE CONSTANTINO

NINGUÉM nega que no dia 7 de março de 321, o imperador Constantino promulgou uma lei que assim reza:

"Que todos os juízes, e todos os habitantes da Cidade, e todos os mercadores e artífices descansem no venerável dia do Sol. Não obstante, atendam os lavradores com plena liberdade ao cultivo dos campos; visto acontecer a miúdo que nenhum outro dia é tão adequa4o à semeadura do grão ou ao plantio da vinha; daí o não se dever deixar passar o tempo favorável concedido pelo céu." – Codex Justinianus, lib. 13, it. 12, par. 2 (3).

Este acontecimento influiu decisivamente para transformar o "festival da ressurreição" num autêntico "dia de guarda" no império romano.

Os nossos oponentes, visando fazer confusão, procuram dar sentido tendencioso ao histórico decreto, ao mesmo tempo que propalam ser ensino nosso que a instituição dominical fora *criara* pelo imperador. Nada mais falso. Equivocam-se grandemente os que afirmam ser ensino adventista que o domingo foi *instituído* por Constantino e por *um determinado papa*. Jamais ensinamos que Constantino fosse o autor do domingo, mas sim que, na esfera civil, deu o passo para que se tornasse *dia de guarda,* promulgando a primeira lei neste sentido, coroando assim a gradual implantação do domingo na igreja e no mundo.

Contudo, dizer que muito antes de Constantino nascer já os cristãos GUARDAVAM o domingo é afirmação temerária, destituída de veracidade histórica. Os testemunhos que o oponente alinhou nada provam em favor da OBSERVÂNCIA já estabelecida do primeiro dia da semana como dia de culto cristão. Não merecem inteira fé, por serem duvidosos, falíveis e incongruentes. Não invoca SEQUER UM testemunho bíblico ou histórico exato, incontraditável, irrecorrível. Não pode fazê-lo. O máximo que se poderia afirmar é que, antes de Constantino, boa parte dos cristãos, já em plena fermentação da

apostasia gradual, reuniam-se de manhã no primeira dia da semana, para o "festival da ressurreição," e depois voltavam aos misteres costumeiros. Nada de *guarda, observância ou santificação* do dia. Isso ninguém jamais provará.

O nosso acusador cita o edito dominical de Constantino. Cita-o para dar-lhe uma interpretação distorcida, às avessas. Segundo ele o edito destinava-se a favorecer os cristãos. Não se dirigia aos pagãos. concordamos que o imperador tinha em mira agradar aos cristãos de seus dias, porém para conciliá-los com a observância do *dia do Sol*, que os pagãos observavam. Mero jogo político.

Confusões e Contradições

Afirma o acusador: "Era um edito para favorecer particularmente os cristãos..."

Vamos analisar esta afirmativa. Notemos o seguinte: se a observância dominical, pelos cristãos, já era fato líqüido e certo, *não careciam eles de leis seculares para os favorecer*. E prossegue: "[o edito] não foi feito para agradar os pagãos." Não foi mesmo porquanto os pagãos vão precisavam de leis que lhes ordenassem guardar o "dia do Sol", considerando que o mitraísmo era religião dominante no Império, sendo o próprio Constantino mitraísta. Diz a História que ele era adorador do Sol que se "converteu" ao cristianismo. Isso lança luz nas verdadeiras intenções do edito.

Mas agora surge a confissão interessante: Diz o autor do *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus*: "O edito era dirigido *aos pagãos* e por isso empregou-se a expressão *dia do Sol* em vez de *dia do Senhor*..." (Digamos, entre parênteses, que há aqui um equívoco, pois o edito era dirigido a todos, moradores das cidades e dos campos indiscriminadamente. Os pagãos, sem dúvida, constituíam a imensa maioria.)

Voltaríamos a insistir: Por que empregou Constantino a expressão "dia do Sol"? A resposta será dada pela acusador. Diz ele: "*Está provado*,

por homens abalizados, que esses [os pagãos] jamais guardaram esse dia [o primeiro dia da semana]." Isto até provoca riso. O oponente diz candidamente que os pagãos jamais em tempo algum observaram o primeiro dia da semana.

Prestaram os leitores atenção? Pois bem. Leiam agora estoutra declaração na mesma página e no mesmo parágrafo, a respeito do edito de Constantino: Era dirigido *aos pagãos*" por isso Constantino "usou a expressão DIA DO SOL para que pudessem [eles, os pagãos] compreendê-lo bem." Ai está a confissão. E insistimos com o autor: Por que os pagãos compreenderiam bem a expressão "dia do Sol" em vez de "dia do Senhor"? Por quê? Insistimos, por quê? A resposta é uma só: PORQUE GUARDAVAM O DIA DO SOL. Era o dia de guarda do mitraísmo, religião professada pelo próprio Constantino. Por essa contradição se pode ver a insegurança do acusador.

Mais adiante cita e endossa outra famoso apóstata adventista, o briguento A. T. Jones, quando este assevera que a primeira lei feita sobre o domingo, foi feita a pedido da igreja." E cremos que o foi realmente, mas a pedido... *de qual igreja?* A pedido da igreja semiapostatada, igreja que já levava no bojo inovações do paganismo, igreja conluiada com o Estado, igreja já desfigurada, que então usava velas, altares, praticava o monasticismo, borrifava água benta, impunha penitência, o sinal da cruz, e até ordens sacerdotais. Esta a igreja que solicitou o edito de Constantino. Esta a igreja que algumas décadas a seguir, num concílio, decretou a abstenção do trabalho no domingo e quis impedir a observância do sábado, no concílio de Laodicéia. Se o oponente aceita essa igreja como expressão do verdadeiro cristianismo, contente-se. É um direito seu. Nós não aceitamos. Não nos conformamos com ele, e continuamos a insistir na tese da origem pagã da observância dominical. Temos a História a nosso favor. Temos os fatos que depõem em abono de nossa mensagem. A verdade não precisa de notas forçadas para sobreviver. Impõe-se por si.

E agora, a nuvem de testemunhas. O nosso ponto de vista vai ser confirmado exuberantemente, por depoimentos da mais alta idoneidade. Vejamos o que dizem os eruditos, os enciclopedistas, os historiadores: Ei-las:

"O mais antigo reconhecimento da observância do domingo, como um dever legal, é uma constituição de Constantino em 321 A.D., decretando que todos os tribunais de justiça, habitantes das cidades e oficinas deviam repousar no domingo (*venerabili die Solis*), com uma exceção em favor dos que se ocupavam do trabalho agrícola." – *Enciclopédia Britânica*, art. "Sunday".

Note-se a expressão "mais antigo reconhecimento", que prova não ser então liqüida e certa a observância dominical. Antes disso não o era certamente.

"Constantino, o Grande, baixou uma lei para todo o império (321 A. D.) para que o domingo fosse guardado como dia de repouso em todas as cidades e vilas; mas permitia que o povo do campo seguisse seu trabalho." – *Enciclopédia Americana*, art. "Sabbath".

Esse primeiro dia era o "dia solar" dos pagãos, que já o guardavam. Pelo decreto, o dia devia ser por todos (inclusive os cristãos) "guardado como dia de repouso" em todas as cidades e vilas. Muito claro.

"Inquestionavelmente, a primeira lei, tanto eclesiástica como civil, pela qual a observância sabática daquele dia se sabe ter sido ordenada, é o edite de Constantino em 321 A.D." – Chamber, *Enciclopédia*, art. "Sabbath".

Notemos que Chamber diz ser a lei também *eclesiástica*. Por quê? Devido à fusão com o cristianismo, à influência religiosa, e à habilidade de estadista que quer agradar a gregos e troianos. Dessa forma o incipiente "festival da ressurreição" das manhãs do primeiro dia da semana se fundiria com o dia solar pagão do mitraísmo, e não haveria descontentes. Constantino atingia seus objetivos.

A influência da igreja semiapostatada na elaboração do decreto é evidente. Eusébio, contemporâneo, amigo e apologista de Constantino

escreveu: "Todas as coisas que era dever fazer no sábado, estas NÓS as transferimos para o dia da Senhor." – Eusébio, *Commentary on the Psalms*.

Essa expressão "*nós* transferimos..." é sintomática, e prova que esse dia de guarda é invenção humana, puramente humana, de procedência pagã, de um paganismo já amalgamado com o cristianismo desfigurado da época.

"*Os cristãos* trocaram o sábado pelo domingo. Constantino, em 321, determinou a observância rigorosa do descanso dominical, exceto para os trabalhos agrícolas... Em 425 proibiram-se as representações teatrais [nesse dia] e no século VIII aplicaram-se ao domingo todas as proibições do sábado judaico." – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, art. "Domingo".

O grande e abalizado historiador cardeal Gibbon, com sua incontestada autoridade assevera o seguinte: "O Sol era festejado universalmente como o invencível guia e protetor de Constantino....

"Constantino averbou de *Dies Solis* (dia do Sol) o 'dia do Senhor' – um nome que não podia ofender os ouvidos de seus súditos pagãos." – *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 20 §§ 2°., 3°. (Vol. II, págs. 429 e 430).

Ainda sobre o significado do célebre edito diz-nos o insuspeito pastor Ellicott:

"Para se entender plenamente as provisões deste edito, deve-se tomar em consideração a atitude peculiar de Constantino. Ele não se achava livre de todo o vestígio da superstição pagã. É fora de dúvida que, antes de sua conversão, se havia devotado especialmente ao culto de Apolo, o deus-Sol. ... O problema que surgiu diante dele era legislar em favor da nova fé, de tal modo a não parecer totalmente incoerente com suas práticas antigas, e não entrar em conflito com o preconceito de seus súditos pagãos. Estes fatos explicam as particularidades deste decreto. Ele denomina o dia santo, não de dia do Senhor, mas de "dia do Sol' – a

designação pagã, e assim já o identifica com seu antigo culto a Apolo." – Pastor George Ellicott, *The Abiding Sabbath*, pág. 1884.

Se isto não bastar, temos ainda o insuspeito Dr. Talbot. Só citamos autores não adventistas. Ei-lo:

"O imperador Constantino, antes de sua conversão, reverenciava todos os deuses (pagãos) como tendo poderes misteriosos, especialmente Apolo, o deus do Sol, ao qual, no ano 308, ele [Constantino] conferiu dádivas riquíssimas; e quando se tornou monoteísta o deus ao qual adorava era – segundo nos informa UHLHORN – antes o "Sol INCONQUISTÁVEL" e não o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo. E na verdade quando ele impôs a observância do dia do Senhor (domingo) não o fez sob o nome de *sabbatum* ou *Dies Domini*, mas sob o título antigo, astrológico e pagão de *Dies Solis*, DE MODO QUE A LEI ERA APLICÁVEL TANTO AOS ADORADORES DE APOLO E MITRA *COMO AOS CRISTÃOS*." (Versais nossos.) – Dr. Talbot W. Chamber, *Old Testament Student*, janeiro de 1886.

Isto é confirmado por Stanley, que diz:

"A conservação do antigo nome pagão de "*Dies Solis*" ou "Sunday" (dia do Sol) para a festa semanal cristã é, em grande parte, devido à união dos sentimentos pagão e cristão, pelo qual foi o primeiro dia da semana imposto por Constantino aos seus súditos – tanto pagãos como cristãos – como o "venerável dia do Sol"... Foi com esta maneira habilidosa que conseguia harmonizar as religiões discordantes do império, unindo-as sob uma instituição comum." Deão Stanley, *Lectures on the History on thc Eastern Church*, conferência n°. 6, pág. 184.

Comentando a chamada "conversão" de Constantino, escreve o erudito bispo Arthur Cleveland Coxe:

"Foi uma conversão *política*, e como tal foi aceita, e Constantino foi um pagão até quase ao morrer. E quanto ao seu arrependimento final, abstenho-me de julgar." – *Elucidation* 2, *of* "Tertullian Against Marcion", book 4.

Comentando as cerimônias pagãs relacionadas com a dedicação de Constantinopla (cidade de Constantino) diz a autorizado MILMAN:

"Numa parte da cidade se colocou a estátua de PITIAN, noutra a divindade SMINTIA. Em outra parte, na trípode de Delfos, as três serpentes representando PITON. E sobre um alto triângulo, o famoso pilar de pórfiro, uma imagem na qual *Constantino teve o a atrevimento de misturar os atributos do Sol, com os de Cristo e de Si mesmo* ... Seria o paganismo aproximando-se do cristianismo, ou o cristianismo degenerando-se em paganismo?" – *History of Christianity*, book 3, chap. 3.

Outro testemunha interessante é o de Eusébio:

"Ele [Constantino] impôs a todos os súditos do império romano a observância do dia do Senhor COMO UM DIA DE REPOUSO, e também para que fosse honrado o dia que se segue ao sábado." – *Life of Constantine*, Book 4, chap. 18. (Versais nossos.)

Uma fonte evangélica:

"Quando os antigos pais da igreja falam do dia do Senhor, às vezes, talvez por comparação, eles o ligam ao sábado; porém jamais encontramos, anterior à conversão de Constantino, uma citação proibitória de qualquer trabalho ou ocupação no mencionado dia, e se houve alguma, em grande medida se tratava de coisas sem importância... Depois de Constantino as coisas modificaram-se repentinamente. Entre os cristãos, o "dia do Senhor" – o primeiro da semana – *gradualmente* tomou o lugar do sábado judaico." – *Smith's Dictionary of the Bible*, pág. 593.

Lemos na *North British Review*, Vol. 18, pág. 409, a seguinte declaração:

"O dia era o mesmo de seus vizinhos pagãos e compatriotas; e o patriotismo de boa vontade uniu-se à *conveniência* de fazer desse dia, de uma vez, o dia do Senhor deles e seu dia de repouso... Se a autoridade da igreja deve ser passada por alto pelos protestantes, não vem ao caso; parque a *oportunidade* e a *conveniência de ambos os lados* constituem seguramente um argumento bastante forte para uma mudança cerimonial, como do simples dia da semana para observância do repouso e santa convocação do sábado judaico."

Um livro idôneo é *Mysteries of Mithra*, de Cumont. Nas páginas 167, 168 e 191 há valiosas informações corroboradas pelas História e pela Arqueologia a respeito do mitraísmo. Poderíamos acrescentar dezenas de outros depoimentos, porém o espaço não o permite. Os citados, no entanto, provam à saciedade a tremenda influência do edito de Constantino em implantar definitivamente a guarda do primeiro dia da semana.

O CONCÍLIO DE LAODICÉIA

O OPONENTE dispara sua artilharia contra o Concílio de Laodicéia, visando tirar-lhe toda autoridade legislativa para a igreja romana. O intuito é evidente: enfraquecer nossa argumentação baseada num dos cânones votados por aquele sínodo da igreja apostatada. Veremos, no entanto, como também essa arremetida não atinge os objetivos, e falha completamente.

Quem lê nossa literatura de propaganda percebe que, de fato, costumamos citar o concílio de Laodicéia como *outro forte sustentáculo* da implantação da observância do dia espúrio de repouso, pois essa assembléia eclesiástica, cuja data mais admissível é 364 A. D., depois alguma discussão sobre a disparidade do dia de guarda, motivada em parte pela vigência do edito constantiniano, estabeleceu no Cânon 29:

"Os cristãos não devem judaizar e descansar no sábado, mas sim trabalhar neste dia; devem honrar o dia do Senhor e descansar, se for possível, como cristãos. Se, entretanto, forem encontrados judaizando, sejam excomungados por Cristo." – Hefele, *History of the Councils of the Church*, Vol. II, livro 6, sec. 93, pág. 318.

Aí está, com a maior fidelidade possível, a transcrição do Cânon 29, legislando sobre o dia de guarda. Os cristãos fiéis observavam o sábado. contudo a apostasia gradual já se manifestava com certa ascendência nos meias eclesiásticos, tendo tomado vigoroso impulso com o célebre edito do imperador Constantino em 321, além de *outras leis dominicais* promulgadas por ele nos anos seguintes. Contudo, o sábado continuava sendo observado. Eis alguns depoimentos:

"O sábado foi religiosamente observado na Igreja do Oriente, durante mais de trezentos anos depois da paixão do Salvador." – E. Brerwood (professor do Gresham College de Londres), *Learned Treatise of the Sabbath*, pág. 77.

Outro historiador sincero, criterioso e imparcial, afirma: "Retrocedendo mesmo até ao quinto século, foi contínua a observância do sábado judaico na igreja cristã, mas com rigor e solenidade gradualmente decrescentes, até ser de todo abolida." – Lyman Coleman, *Ancient Christianity Exemplified*, cap. 26, seção 2.

Mais forte se nos afigura ainda o depoimento do historiador Sócrates, que escreveu em meados do quinto século. Diz ele:

"Quase todas as igrejas do mundo celebram os sagrados mistérios no sábado de cada semana; não obstante os cristãos de Alexandria e de Roma, em vista de alguma antiga tradição, recusaram-se a fazê-lo." – *Ecclesiastical History*, Livro V, cap. 22.

Sozomen, outro historiador do *mesmo período, escreveu*:

"O povo de Constantinopla e de outras cidades, congrega-se tanto no sábado como no dia imediato; costume esse que nunca é observado em Roma." – *Ecclesiastical History*, Livro VII, cap. 19.

Estas citações provam que o sábado era observado pelos fiéis, *naquele tempo*, mas a igreja de Roma e as de sua órbita de influência já começavam a implantar o domingo. O "festival da ressurreição," sem nenhum caráter de dia de guarda, tivera grande incremento com a imposição oficial pelo edito de Constantino. O resultado foi a confusão, a guarda de *ambos* os dias por muito tempo. Pois bem, é num ambiente assim que o concílio de Laodicéia vota o cânon 29. Nesse contexto histórico é que se vê a apostasia ganhando terreno, e melhor se percebe o sentido desse voto.

Ninguém pode negar que esse cânon foi estabelecido, e salta à vista que se trata de uma lei eclesiástica impondo a guarda do domingo. Se a observância dominical era, na ocasião, ponto pacífico, fato estabelecido, coisa indiscutível – como quer o oponente – então por que o concílio de Laodicéia cogitou deste assunto em suas sessões? Por que legislou a respeito de um ponto líquido e certo?

O fato inegável é que o conclave traçou diretrizes a respeito do dia de guarda.

É vão, inútil o esforço do acusador, escorado em Canright, em pretender minimizar a autoridade desse concílio, alegando que se realizara no Oriente e não em Roma, que a cidade de Laodicéia era grega e não romana, que a igreja de Roma não esteve presente nele, que era concílio local, sem amplitude, que só havia 33 bispos e outras arengas deste jaez.

Tudo isto, no entanto, não passa de inócuo tiro de festim, e em nada, absolutamente em nada, enfraquece a tese adventista. Não destrói o rato de um concílio católico, ou melhor, um concílio da igreja chamada cristã mas praticamente em plena integração da apostasia, ter legislado solenemente a respeito do dia de guarda. E a favor da observância dominical em detrimento do sábado perguntaríamos: Para que invocar o sábado, se ele fora cancelado na cruz e ninguém mais se lembrava dele? Respondam os dominguistas.

Repetimos que as alegações do opositor são de todo improcedentes. Analisemo-las. O *local* da instalação do concílio nada significa contra sua autoridade, eis que os primeiros concílios, e concílios gerais, ecumênicos e importantes da igreja romana realizaram-se no Oriente. Por exemplo, o primeiro concílio geral realizou-se em *Nicéia* (Ásia Menor) no ano 325 A. D. e na mesma cidade o segundo em 787 A. D.; cm *Constantinopla* (Turquia) houve nada menos que quatro concílios, sendo o primeiro em 381 A. D., o segundo em 553 A. D., o terceiro em 681 A. D. e o quarto em 889 A. D. Em *Calcedônia* (Ásia Menor) reuniu-se o concílio de 551 A. D. Excetuando-se o concílio de Éfeso em 431 A. D., *só a partir de* 1123 A. D. os concílios romanos têm lugar em cidades européias. E mais ainda: em Roma propriamente dita só se realizaram os cinco concílios de Trento, e o do Vaticano em 1870. O fato de a maioria desses sínodos se terem realizado fora de Roma não lhes enfraquece a autoridade, por isso que a tese do oponente é insustentável.

A afirmação de que era concilio local, sem amplitude, revela ignorância dos fatos, pois essa assembléia foi totalmente confirmada pelo *concílio geral de Calcedônia*, sendo aí aceitos, ratificados e

oficializados todas as suas decisões e cânones, INCLUSIVE O CÃNON 29, o cânon que ordena a guarda do domingo. Á vista deste fato, a concílio de Laodicéia pode ser considerado geral. Tem o mesmo peso de autoridade. A História e os fatos desmentem as afirmações levianas do autor do livro que estamos considerando, pois o que interessa saber é se as medidas ali tomadas ficaram circunscritas a Laodicéia apenas, ou tornaram-se diretrizes *para toda a cristandade de então*. Isto é fundamental. O cânon 29 do concílio de Laodicéia, que veda o trabalho no domingo, *tornou-se diretriz para a igreja romana*, e é neste ponto indesmentível que baseamos nossa tese.

Mais ainda. Este concílio teve autoridade de estabelecer o cânone dos livros sagrados da Escritura, excluindo, como excluiu, os livros apócrifos. Essa medida também foi de aplicação universal. Nessa ocasião o livro de Apocalipse não foi aceito, porém foi ele finalmente incluído no cânon no Novo Testamento por outro concílio *local*, também realizado fora dos domínios romanos: o concílio de Cartago (África) no ano 397 A. D.

Notemos bem: graças a esses dais concílios locais, realizados fora de Roma, e mesmo com pequena representação da igreja romana, é que o nosso acusador tem boje a sua Bíblia como está, com o cânone em ordem, com todos os livros inspirados, excluídos os deuterocanônicos. Por isso não deveria ele minimizar a autoridade do concílio de Laodicéia, eis que suas decisões tornaram-se leis e regras da Igreja. Verdade é que, na Contra-Reforma, a igreja romana voltou a incluir no cânon os apócrifos, com o fim evidente de combater o protestantismo.

O "Jornal Batista," de 29 de setembro de 1960, defendendo em artigo os livros canônicos das Escrituras, cita em abono de sua tese esse sínodo. Diz na primeira página:

"Vários Concílios reunidas desde os primeiros séculos... refugaram a canonicidade e inspiração dos apócrifos. *O Concílio de Laodicéia, que se reuniu na ano* 367, o concílio de Trulo e o de Calcedônia, consideraram terminantemente tais livros como fora de canonicidade."

Como é que aqui os amigos batistas não minimizam a autoridade do Concilio de Laodicéia?

Diz Eduardo Carlos Pereira, em sua obra *O Problema Religioso na América Latina*, pág. 78: "*O Concílio de Laodicéia* (364), confirmado pelo concílio de Trulo e pelo concílio geral de Calcedônia (451) *excluiu do Seu catálogo os livros apócrifos*." (Grifos nossos.) Comprova que esse concílio teve a mesma autoridade de um concílio geral.

Diz a abalizada enciclopédia *New Schaff-Herzog*: "Também [nesse concílio de Laodicéia] se estabeleceu o cânone dos livros sagrados, com exclusão do Apocalipse."

E a Enciclopédia Britânica acrescenta: "Todos os cânones [do Concílio de Laodicéia] foram confirmados pelo Concílio de Calcedônia em 461."

Tanto isto é verdade que o "Cânon n.º 1" do Concílio Geral de Calcedônia, assim começa: "Os cânones até esta data elaborados pelos santas pais em todos os concílios TERÃO VALIDADE." (Versais nossos) – Hefele, obra citada, Vol. 3, pág. 385.

E ainda mais: o imperador Justiniano tomou conhecimento desta ratificação de decisões sinodais, em sua *Novella* 131, quando se refere aos cânones adotados e CONFIRMADOS pelos primeiros quatro concílios gerais. E esses cânones foram incorporados no código imperial, com força de lei civil, constituindo sua infração crime contra o Estado.

Não é preciso prosseguir. As alegações do acusador desmantelam-se irremediavelmente.

Assaz conhecida é a afirmação de William Prynne, em seu livro *Dissertation on The Lord's Day*, págs. 33, 34 e 44:

"O sábado do sétimo dia foi... solenizado por Cristo, pelos apóstolos, e pelos cristãos primitivos, *até que o Concílio de Laodicéia*, de certo modo, aboliu sua observância... O Concílio de Laodicéia (364 A. D.)... primeiro estabeleceu a observância do dia do Senhor."

De tudo isto é fatal a conclusão de que a igreja apostatada, em conluio com o Estado, é responsável pela mudança do dia de repouso,

fato que ocorreu paulatinamente, a princípio com a celebração cerimonial do "festival da ressurreição" na parte matinal do primeiro dia da semana, depois se foi consolidando com leis civis e com decisões sinodais. Jamais afirmamos que um *determinado* papa aboliu o sábado como dia de guarda. Repetimos que a mudança foi um processo lento, porém sob a tutela do papado, como chefe visível, ostensivo e diretivo da igreja. É bom esclarecer que nos referimos ao papado como *instituição*, que existia embrionária, em potencial, *mesmo nos primeiros séculos* da nossa era. Essa instituição cuidou de "mudar os tempos e a lei." E o fez com maestria, embora a longo prazo.

Os catecismos romanos estão cheios de citações que reconhecem a autoridade da igreja romana como responsável pela mudança do dia de repouso. Poderíamos alinhar aqui dezenas de citações confirmativas. Não o fazemos por serem por demais conhecidas.

O fato essencial é que a mudança do dia de repouso não tem a sanção das Escrituras Sagradas, nem um preceito de Cristo, nem recomendação apostólica. Não é, portanto, bíblica. Ao contrário, tem fundamenta ÚNICAMENTE na tradição. E tradição, para nós, não constitui regra de fé e prática. Deve, pois, ser rejeitada.

E assim se desfaz mais um "argumento" dos inimigos da verdade.

A NATUREZA DO HOMEM SEGUNDO A BÍBLIA

"DEUS fez o homem de dois elementos: 1.º, 'pó da terra' ou corpo, e 2.º, 'fôlego da vida' ou espírito, que juntos formaram uma 'alma vivente', como se vê claramente nesta passagem: 'E formou o Senhor Deus o homem do *pó da terra*, e soprou em seus narizes o *fôlego da vida*; e o homem foi feito *'alma vivente'* (Gên. 2:7). Aqui, como em outras passagens da Bíblia, a palavra 'alma' abrange o ser humano todo, tanto corpo como espírito."

Estas palavras que se acham à página 95 do livro a que estamos respondendo levam nosso pleno endosso. Essa é a verdade, que o oponente reconhece. Diz a seguir que "a idéia *que o povo em geral tem* da palavra "alma" é da parte invisível do homem. Acrescentamos que essa idéia popular *não veio* da revelação divina mas sim dos povos pagãos da mais remota antigüidade, penetrou na igreja apostatada, infiltrou-se na teologia cristã e chegou até nós com foros de verdade bíblica.

"A doutrina da imperecibilidade da alma não é bíblica mas pagã. Nasceu na Grécia e propagou-se na Igreja, através de Platão, do século V em diante, graças à influência de Agostinho. A doutrina de sua natureza simples, uma, indivisível etc., não se mantém diante das concepções psicológicas modernas e da teoria mais racional acerca da propagação do ser humana, corpo e alma." (1)

Essa afirmação é do saudoso mestre e amigo Prof. Otoniel Mota, eminente pastor presbiteriano e leva também nossa pleno endosso.

O homem não possui imortalidade inerente, própria, natural. Ele só adquirirá o toque da imortalidade, se for crente, por ocasião do arrebatamento, *na primeira ressurreição*, quando Cristo vier buscá-lo. Ler atentamente I Cor. 15:51-54; 1 Tess. 4:15-17; S. João 5:28 e 29. Diz a Bíblia que unicamente Deus possui a imortalidade. I Tim. 6:16; 1:17. Logo, o homem é *mortal*. Quando criado, tinha a imortalidade sob

condição, que não soube manter, pois o pecado sujeitou-o à marte. E isto se transmitiu a todo o gênero humano.

O Dr. George Dana Boardman (1828-1903), Pastor da Primeira Igreja Batista de Filadélfia, instituidor da famosa "Boardman Foundation of Christian Ethics" na Universidade de Pensilvânia, escreveu no ano de 1880 um livro interessante intitulado *Studies in the Creative Week*, e nessa obra, abordando o assunto da imortalidade, afirma textualmente:

"Do Gênesis ao Apocalipse, nem uma só passagem – quanto eu saiba – ensina a doutrina da imortalidade natural do homem. Por outro lado, o Livro Santo declara, com ênfase, que somente Deus tem a imortalidade (I Tim. 6:16); quer dizer: Deus exclusivamente possui a imortalidade inerente, em Sua própria essência e natureza imortal....

"Se, puis, o homem é imortal, é porque a imortalidade *lhe foi outorgada*. Ele, então, é imortal, não porque fosse criado nessa condição, mas porque se tornou assim, sendo sua imortalidade derivada dAquele que tem, Ele só, a imortalidade. Com relação a este fato, tudo indica que a árvore da Vida no meio do jardim do Éden fora designada como símbolo e garantia. Que este é o significado da Árvore da Vida é evidente das palavras finais do registro da Queda: 'Então disse o Senhor Deus: Eis que o homem é como um de Nós, sabendo o bem e o mal; ora, pois, para que não estenda a sua mão, *e tome também da Árvore da Vida*, e coma e *viva eternamente*, o Senhor Deus, pois, o lançou fora do Jardim do Éden... E havendo lançado fora o homem, pôs querubins ao oriente do Jardim do Éden, e uma espada inflamada que andava ao redor, *para guardar o caminho da Árvore da Vida.'* (Gên. 3:22-24). Se o homem é inerentemente imortal, *que necessidade havia da Árvore da Vida?* Isto se nos afigura bem claro: a imortalidade era, por qualquer razão, simbolicamente *condicionada ao comer da misteriosa Árvore*, e a imortalidade se destinava ao homem integral – espírito, alma e corpo." – *Studies in the Creative Week*, págs. 215 e 216.

Aí está outro depoimento que leva nosso endosso, com a ressalva de que o fato não foi apenas simbólico, mas real. O que o homem possui é

o "fôlego da vida" ou "vida" (o que dá animação ao corpo), que lhe é retirado por Deus, quando expira. E o fôlego é reintegrado no ar, por Deus. Mas não é entidade consciente ou o homem real como querem os imortalistas.

Pretendendo contrarrestar os claros ensinos da Palavra de Deus, o autor alinha alguns textos bíblicos, que vamos considerar sucintamente:

1°. – "E o pó volte à terra, como o era, e o espírito volte a Deus, que o deu." Ecles. 12:7. "Ao sair-lhe a alma ..." Gên. 351:18. "... a alma deste menino" "... a alma tornou a entrar nele" I Reis 17:21 e 22. Com isto pretende provar que o homem tem natureza dupla, corpo e alma. Mas na verdade o "espírito" ou "alma" não tem o sentido que a teologia popular lhe atribui, mas sim, "vida", "fôlego", "sopro", "respiração".

Ao nascer o homem, recebe de Deus o "fôlego de vida" (Gên. 7:22), que ao morrer não poderá reter e retorna para Deus. "Se lhes cortas a respiração, morrem, e voltam ao seu pó" (Sal. 104:29). Sim, o fôlego da vida (e não uma entidade consciente) é recolhido por Deus quando o homem morre, para reintegrá-lo no ar. Na ressurreição, Deus *soprará* de novo o fôlego da vida nos mortos. "Se Deus... para Si recolhesse o Seu espírito e o *seu sopro*... o homem voltaria para o pó." Jó 34:15 e 16.

Espírito e sopro (ou fôlego) são uma coisa só, e aqui são citados para reforço. Se isto fosse uma entidade real e consciente, então se localizaria no nariz da homem o que é absurdo. Gên. 2:7, 7:22; Isa. 2:22. Mas toda a confusão desaparece se traduzirmos os termos em lide por "vida", "fôlego". O pó volta à terra, e *o fôlego* é recolhido por Deus "que o deu". Se, como quer o autor, "o espírito volta a Deus," então também *veio* de Deus, pois uma coisa só *volta* de onde *veio*. Aí já se terá que admitir a *preexistência da alma* consciente, isto é, todos nós já existíamos antes de nascermos aqui na Terra. Ora, isto seria o maior dos absurdos.

Ainda mais, o texto diz, de maneira genérica, que todo o pó volta à terra, *como o era*, e logicamente toda a alma ou espírito (como quer o oponente) *para Deus*. Notemos bem: "para Deus". Então, sejam bons ou

ímpios, vão fatalmente *para Deus* quando morrem, isto é, terão *todos* o mesmo destino, com a salvação garantida. Por onde se vê a falácia do argumento. Era este fôlego que Estêvão e Cristo não podendo reter, quando estavam prestes a *expirar* (e expirar significa soltar o fôlego, exalá-lo definitivamente), pediram ao Pai que o recebesse de volta. (Atos 7:59 e S. Luc. 23:46). Mas não era parte consciente, pois Cristo, dias depois, ressurreto, dissera: "*Ainda não subi* para Meu Pai."

2°. – "Não temais os que matam o corpo e não podem matar a alma; temei antes aquele que pode fazer perecer no inferno a alma e o corpo." S. Mat. 10:28. Quer provar, com este texto que há corpo e alma imortal. Mas se o texto prova alguma coisa é que *a alma é perecível*, pois diz "perecer... a alma e o corpo. Alma aqui tem o sentido de "vida," a "natureza espiritual do homem." Temos a promessa da vida eterna que os ímpios não nos podem tirar, *ainda que nos matem*, e neste sentido é que eles não nos podem *matar a alma*. Se somos crentes fiéis a Deus, ainda que nos matem, não pereceremos. "Espírito, alma e corpo" é uma forma redundante e enfática de definir a personalidade integral do homem.

3.º – "... um espírito não tem carne nem ossos". S. Luc. 24:39. Os atemorizados discípulos, descrentes na ressurreição de Cristo, julgavam ver uma "aparição" e não uma pessoa física. Quando Jesus andava sobre o mar, também julgavam ver um "fantasma" ou "espírito" conforme a crença popular. E o conspícuo comentarista batista Broadus nos confirma:

"Os discípulos criam em aparições, como também os judeus (excetuando-se os saduceus), e todas as nações parecem naturalmente inclinadas a essa crença. A opinião dos apóstolos, *naquele tempo*, não tem autoridade para nós, uma vez que eles ainda nutriam *muitas noções errôneas*, das quais só foram libertados pela subseqüente inspiração do Confortador que lhes fora prometido." (2)

Também o notável Willinston Walker, em sua obra de história eclesiástica, falando da idéia da imortalidade natural, registra:

"*Os fariseus ensinavam a existência de espíritos* tanto bons como maus ... opinião que recebeu grande impulso das idéias pérsicas. Acreditavam [os fariseus]... no galardão e suplício eterno, *idéias que tiveram grande desenvolvimento nos dois séculos antes de Cristo*... Os discípulos de Cristo saíram da camada religiosa imbuída destas idéias." (3)

Aí está a gênese da idéia pagã imortalista que se infiltrou na teologia popular cristã. Segundo a Bíblia, Deus é espírito, os anjos são seres-espíritos, mas nunca o homem.

A palavra "espírito" (em hebraico *neshamah* ou *ruach* e em grego "pneuma") é empregada nas Escrituras com diversidade de sentidos, como "faculdades morais e intelectuais, índole, caráter, pensamento etc." (Alguns poucos exemplos: Sal. 51:10; Isa.19:14; Ezeq. 11:5; S. Luc.1:17; 1 Cor. 4:21; Filip. 1:27; II Tim.1:7; S. Tia. 3:16, e outros passos). Com o sentido de "ânimo e energia"**:** Gên. 45:27; Juí. 15:19; Jó 17:1; Sal. 143:7. Com o sentido de "fôlego"**:** Jó 14:10; Ecles. 12:7; Sal. 146:4; S. Luc. 8:55; S. Tia. 2:26; Apoc. 11:11, e outros passos. Com o sentido de "vida"**:** Jó 12:10; 1 Cor. 5:5; Apoc. 13:15, além de outros lugares. Com o sentido de "poder divino"**:** Gên. 1:2; Isa. 44:3; Isa. 61:1; 1 Cor. 6:19, e outros passos. Com o sentido de "anjo"**:** II Crôn. 18:18-20; Atos 8:26 e 29; Heb. 1:13 e14.) No entanto em nenhum caso "espírito" significa "entidade abstrata e imortal, que sobrevive à matéria."

A palavra "alma" (em hebraico *nephesh*, e em grego *psyché*), também tem largo emprego na Bíblia, ora significando "vida", "pessoa", "criatura". E aqui reconsideramos os textos apresentados pela oponente**:** Gên. 35:18: "Ao sair-lhe a *alma* (porque morreu) ..." Moffatt traduz assim: "E foi-se a *vida* dele (pois morreu)..." E I Reis 17:22, que trata da ressurreição do filho da viúva de Sarepta, Moffatt traduz: "... a *vida* do menino voltou, e ele reviveu". Jamais tem o sentido de "entidade consciente e imortal". Isto é puro paganismo que as denominações

populares não fazem mais do que repetir, através de sua cediça e mofada teologia!

4°. – "Ora, Deus não é Deus de mortos, porém de vivos; porque para Ele vivem todos." S. Luc. 20:38. Quer o oponente que isto prove a imortalidade do homem, e para isso foge da realidade dos fatos. Aos saduceus que negavam a ressurreição, Jesus diz: "*E acerca da ressurreição dos mortos*, não tendes lido o que Deus vos declarou...." S. Mat. 22:31, e conclui: "Deus não é Deus dos mortos, mas dos vivos." Cristo de modo algum Se referia à continuação da vida após a marte, mas à ressurreição, significando claramente ser a ressurreição a única parta pela qual os mortos poderão voltar à vida. Para que torcer o que está claro?

Referências:

(1) Otoniel Mota, *Meu Credo Escatológico* (opúsculo), ed. 1938, pág. 3.
(2) Broadus, Comentário ao Evangelho de S. Mateus, vol. II, pág. 56.
(3) W. Walker, História da Igreja Cristã, pág. 21.

FALSOS PILARES DO IMORTALISMO

A Resposta ao Malfeitor na cruz

COMO não podia deixar de ser, lá vem a surrada citação de S. Luc. 23:43: "Em verdade te digo que boje estarás comigo no Paraíso." A nota tônica da escatologia bíblica no que tange ao galardão dos justos é que ele ocorre unicamente par ocasião da volta de Jesus. S. Mateus 16:27; 25:31-34; II Tim. 4:8; 1 S. Ped. 5:4; Apoc. 22:12; 1Tess. 4:17, além de inúmeras outras passagens.

O passo em lide, segundo cremos baseadas em razões que a seguir apresentaremos, deve estar incorretamente pontuado, além de conter sem razão a partícula "que". Matos Soares, Basílio Pereira e outros traduzem: "Em verdade te digo: hoje estarás comigo no Paraíso." Se a pontuação fosse removida para depois da palavra hoje, teríamos: "Em verdade te digo hoje: estarás comigo no Paraíso." Os manuscritas do Novo Testamento, escritos em grego e em caracteres unciais *não tinham pontuação*.

Diz-nos o batista J. Angus em sua conhecida obra *História, Doutrina e Interpretação da Bíblia*, Vol. I, pág. 39, que somente no século VIII é que foram introduzidos nos MSS *alguns sinais* de pontuação, e que no século IX introduziram-se o ponto de interrogação e a vírgula. Que a colocação da pontuação altera substancialmente o sentido do texto é evidente. Há um exemplo, muito citado, da imperatriz da Rússia que alterou uma ordem de exílio assim redigida: "Perdão impossível, enviar para a Sibéria". Com cuidado removeu a vírgula colocando-a noutro lugar, e ficou assim: "Perdão, impossível enviar para a Sibéria." E o prisioneiro foi salvo.

Alinhemos, sucintamente, algumas evidências a favor de nossa tese:

1. Boas traduções rezam que o ladrão pedia a Jesus que se lembrasse dele "quando *vieres* no Teu reino." Assim, por exemplo o

fazem Matos Soares, a Trinitariana, a Versão Italiana de G. Deodatti, a francesa de L. Sègond, a inglesa de King James e outras. "Quando *vieres* no Teu reino" e não "quando entrares." "Quando *vier*... então Se assentará no trono..." S. Mat. 25:31. Para *essa ocasião* pedia o ladrão um lugar no reino, e não para aquele dia em que agonizava ao lado de Jesus.

2. Certamente o ladrão não podia estar *com Jesus* no Paraíso naquele dia, a menos que Jesus lá estivesse também. E Jesus foi para lá naquele dia? Não. Como sei?

a) porque *três dias depois*, já ressurreto, disse à Madalena: "Não Me detenhas, porque *ainda NÃO SUBI* para Meu Pai." S. João 20:17. Estivera *dormindo* no túmulo, e não subira ao Pai. Ressurgira, e ainda não subira ao Pai. E nem de leve se pode inferir que uma "alma" consciente subira, pois a Escritura não sugere tal disparate.

b) porque uma análise cuidadosa da cena do Calvário revela que *o ladrão não morreu naquele mesmo dia*, pois S. João 19:31-33 nos diz: "Os judeus, pois, para que no sábado não ficassem os corpos na cruz, visto como era a Preparação (pois era grande o dia de Sábado), rogaram a Pilatos que lhes quebrassem as pernas, e que fossem tirados. Foram, pois, os soldados e, na verdade, quebraram as pernas do primeiro, e ao outro que com ele fora crucificado; mas, vindo a Jesus, e vendo-O já morto, *não Lhe quebraram as pernas*."

Por que "quebrar as pernas" dos justiçados? Porque o crucificado *não morria no mesmo dia*. Cristo foi caso excepcional e sabemos que não morreu dos ferimentos ou da hemorragia, mas de quebrantamento do coração. Morreu de dor moral por suportar os pecados do mundo. Mas os outros, não, e as crônicas descrevem o condenado esvaindo-se lentamente durante dias.

Diz, por exemplo o comentário de J. B. Howell:

"O crucificado permanecia pendurado na cruz até que, exausto pela dor, pelo enfraquecimento, pela fome e a sede, *sobreviesse a morte*. Duravam os padecimentos geralmente três dias, e às vezes, sete." (1)

É óbvio que os homens de maior robustez física duravam até sete dias na cruz. No caso em tela, os judeus, não permitiram que se conservasse um criminoso na cruz no dia de sábado, pois consideravam um desrespeito à santidade do dia de repouso.

"De acordo com n costume, quebravam as pernas dos criminosos depois de os haverem removido da cruz, deixando-os estendidos no chão, até que o sábado passasse. Depois do sábado haver passado, sem dúvida esses dois corpos foram outra vez amarrados na cruz, e lá ficaram diversos dias, até morrerem ..."

Se era necessário quebrar as pernas aos dois malfeitores, antes do pôr-do-sol, é porque não haviam, morrido ainda. Na pior das hipóteses viveram ainda, pelo menos, um dia a mais que o Mestre. Como podia, um deles, estar no mesmo dia junto de Jesus?

3. Há traduções bem autorizadas que vertem o texto de S. Luc. 23:43 de forma a harmonizá-lo com o teor da Bíblia a respeito do galardão *no reino, quando Jesus voltar*. E vamos citá-las:

a) *Tradução Trinitariana*, em português, editada em 1883, pela "Trinitarian Bible Society" de Londres. Diz: "Na verdade te digo hoje, que serás comigo no Paraíso."

b) *Emphasized New Testament*, de Joseph Bryand Rotherham, impresso em Londres, em 1903, assim reza:

"Jesus! Lembra-te de mim na ocasião em que vieres no Teu reino. E Ele disse-lhe: Na verdade, digo-te neste dia: Comigo estarás no Paraíso."

c) *The New Testament*, de George M. Lamsa, de acordo com a Texto Oriental, traduzido de fontes originais aramaicas, diz:

"Jesus lhe disse: Na verdade te digo boje, estarás comigo no Paraíso."

d) A chamada *Concordant Version*, em inglês, assim traduz:

"E Jesus lhe disse: 'Na verdade a ti estou dizendo hoje, comigo estarás no Paraíso."

e) Um manuscrito importante. Trata-se de famoso manuscrito curetoniano da Versão Siríaca, existente no Museu Britânico. Assim reza o MS:

"Jesus lhe disse: Na verdade te digo hoje, que comigo estarás no Jardim do Éden."

Diante destes fatos, porque dizer que "os sabatistas torcem o sentido?" Que é interpretação "fútil e capciosa?"

E há mais ainda: o comentário da *Oxford Companion Bible*, que diz:

" 'Hoje' concorda com 'te digo' para *dar ênfase à solenidade da ocasião*; não concorda com "estarás'."

E no Apêndice n°. 173, o famoso *Oxford Companion Bible*, esclarece:

"A interpretação deste versículo *depende inteiramente da pontuação*, a qual se baseia toda na autoridade humana, pois *os manuscritos gregos não tinham pontuação alguma* até o nono século, e mesmo nessa época somente um ponto no meio das linhas, separando cada palavra... A oração do malfeitor *referia-se também àquela vinda e àquele Reino*, e não a alguma coisa que acontecesse no dia em que aquelas palavras foram ditas."

E conclui o mesmo comentário, no final do mesmo Apêndice:

"E Jesus lhe disse: 'Na verdade te digo *hoje*' ou neste dia quando, prestes a morrerem, este homem manifestou tão grande fé no Reino vindouro do Messias, no qual só será Rei quando ocorrer a ressurreição – *agora*, sob tão solenes circunstâncias, te digo: serás comigo no Paraíso."

E a expressão "hoje" ligada ao verbo não é redundante, mas enfática. É encontradiça na Bíblia. Leiam-se, por exemplo, Deut. 20:18; Zac. 9:12; Atos 20:26, e outros passos.

A conclusão fatal é que S. Luc. 23:43 é um falso pilar em que se ergue a teoria da imortalidade inata no homem e seu imediato galardão *post mortem* . . .

A História do Rico e Lázaro

À pág. 103 do desmoralizado libelo, o oponente menciona a parábola do rico e Lázaro, como prova do galardão imediato após a morte. Mas em pura perda, como vamos demonstrar cabalmente.

Embora alguns estudantes superficiais da Bíblia se atrevam a dizer que a narrativa não é parábola, mas um fato real contado por Jesus, a esmagadora maioria dos mais conspícuos teólogos crêem que é parábola. Hastings, Rand, Smith, Davis, Angus, entre os que me ocorrem no momento. Fosse real, não conteria enredo eivado de idéias pagãs, conceitos talmúdicos e metáforas judaicas. Eram idéias *populares* nos dias de Jesus, mas não eram conceitos bíblicos. Nos escritos de Flávio Josefo, por exemplo, encontramos referência a "Seio de Abraão," e "Hades" como lugar de tormento, aliás de acordo com idéias persas e egípcias. Jesus, como recurso didático, servia-Se de idéias populares, embora errôneas, *para chegar a conclusões corretas*.

Diz o erudito Manson:

"A narrativa por certo não foi engendrada por Jesus para a circunstância que a motivou. Isto porque há casos análogas e paralelos na literatura rabínica, e o Prof. Gressman os identifica como de origem egípcia, representados principalmente pelo conto SI-USIRE, o qual relata, com o realismo de quem conhece os segredos do além, como *um mendigo de Mênfis*, queimado sem honras, foi visto *vestido de linho real no reino de Osíris*, enquanto um *homem rico* que recebera suntuoso sepultamento na terra *fora conduzido ao Hades*." (2)

O abalizado Plummer, com sua incontestável autoridade, afirma:

"Não há, na parábola, o propósito de dar informações acerca do mundo invisível. Nela é mantida a idéia geral de que a glória e a miséria depois da morte são determinadas pela conduta da homem antes da morte; mas os pormenores da história *são extraídos das crenças judaicas relacionadas com a situação de almas no Sheol*, e devem ser entendidas

de conformidade com essas crenças. As condições dos corpos dos personagens *são atribuídas a almas* a fim de nos permitir compreender o enredo da narrativa." (3)

Acresce o douto Shailer Mathews:

"Não há evidência clara de que os judeus nos dias de Jesus cressem num *estado intermediário,* e é inseguro ver nesta expressão [*seio de Abraão*] uma referência a tal crença.'" (4)

Smith, em seu conhecido dicionário bíblico, conclui:

"É impossível firmar a prova de uma importante doutrina teológica numa passagem que reconhecidamente é abundante em metáforas judaicas." (5)

Edershein, em seu livro *Life and Times of Jesus the Messiah,* afirma categoricamente que a doutrina da vida além da morte *não pode ser extraída desta parábola*.

Diz um outro autor evangélico:

"Coisas omitidas da narrativa: o sangue que faz remissão, a graça que perdoa os arrependidos e a fé que descansa numa obra expiatória." (6)

Se, de fato, Cristo quisesse ensinar a situação exata das "almas" no além, mesmo na hipótese de haver Céu e Inferno consoante a mofada teologia popular, teria Ele o cuidado de ser exato no enredo, no ambiente e nos pormenores da história. Por exemplo, o Céu não seria apresentado como lugar *onde não se nota a presença de Deus*, a Pai nem de Jesus; não seria lugar encostado ao inferno, que permitisse conversação entre seus habitantes; que permitisse verem-se e penalizarem-se (imaginem uma piedosa mãe, no lado de cá, vendo seu filho querido mas não salvo, convulsionando-se eternamente em dores lancinantes nas chamas, no lado de lá!); Lázaro salvou-se antievangelicamente sem Jesus, pelo mérito da pobreza. Se o rico pediu a intercessão do Abraão da parábola, justificaria a doutrina esdrúxula da "intercessão dos santos." Abraão deveria ter um seio descomunal para abrigar todos os remidos, e ele próprio como remido para onde iria? Será ele o monitor do Céu? Os

justos que morreram antes dele (Abel, e Enoque, por exemplo) em que "seio" estariam?

Por isso o estudioso Charles L. Lewis, (evangélico) pondera:

"Não se admite, como pretendem muitos, que o seio de Abraão seja uma expressão figurativa da mais elevada felicidade celestial, pois o próprio Abraão *em pessoa aparece na cena*. Se, pois, ele próprio se acha presente numa cena literal, é incorreto usar seu seio, ao mesmo tempo, em sentido figurativo. Se seu seio é *figurado*, então o próprio Abraão também o é, e também a narrativa inteira." (7)

O Talmude (*Kiddushin* 72b) refere ao "regaço de Abraão", e Josefo ao "seio de Abraão." No mesmo Talmude se diz que "Abraão está assentado ao lado das portas do Sheol, e *não permitirá que nenhum israelita lá entre*."

Consoante a literatura judaica, o *hades* compunha-se de duas câmaras, uma para os justos e outra para os ímpios (*Midrash*, sobre Rute 1:1). Também o livro *Sabedoria de Salomão* 3:1 alude à "câmara" dos justos. Que o Hades tem uma câmara onde os ímpios *são atormentados* se tem notícia pelo livro de Enoque 22:9-13 e ainda no Talmude (*Erubin* 19a). Também que os habitantes de ambas as câmaras mantêm diálogo se tem notícia através do *Midrash*, sobre Ecles. 7:14. Que as justos, como recompensa, entram para o "regaço de Abraão" se lê no Talmude (*Kiddushin* 72b). Por onde se vê a origem não bíblica, mas apócrifa dessa esdrúxula escatologia.

Embora errôneas essas idéias, eram populares nos dias do Cristo.

"Jesus serve-Se da concepção e crença comuns de Seu povo, a respeito de um estado intermediário entre a morte e a ressurreição final, para, num diálogo sublime e *simbólico* mantido no mundo invisível entre Abraão e o rico..." (8)

Outra pena autorizada escreve: "Nesta parábola Cristo Se acercava do povo *no próprio terreno deles*. A doutrina de um estado consciente de existência entre a morte e a ressurreição era mantida por muitos dos que ouviam as palavras de Cristo. O Salvador lhes conhecia as idéias e

compôs Sua parábola de modo a *inculcar verdades importantes em lugar dessas opiniões preconcebidas*." (9) (Grifos nossos)

Portanto, o diálogo mantido pelo rico e Abraão é *alegórico*, e o importante é descobrir o que Cristo quis realmente dizer, pois, em se tratando de alegorias, símiles ou parábolas, é preciso atinar com a *idéia central*, o escopo principal, e não deixar-se prender pelos pormenores, que são acessórios para completar a cena.

O douto Joseph Angus (batista) em sua conhecida obra, num capítulo sobre interpretação nos dá este judicioso conselho *acerca das parábolas*:

"Converter delicados pormenores em grandes verdades escriturísticas é obscurecer o grande desígnio do todo, e assim, *trazemos um significado para a parábola em vez de extrair dela o significado*. Isso é um hábito que nos pode levar aos enganos mais sérios." (10)

Bem, vamos direto à parábola. Se eram *almas* que deixaram o corpo e estavam no "seio de Abraão" e no Hades (almas do rico e de Lázaro) então seriam aberrantes, pois estas *almas* têm "olhos (verso 23), têm "seio" (verão 23), têm "dedos" (verso 24), têm "língua" (verão 24). Se têm olhos e língua, devem ter cabeça; se têm dedos, logicamente devem ter mãos e necessariamente braços. Se uma delas sentia sede e reclamava água para refrescar a língua, concluímos que tinha organismo. *Falavam*, o que significa que tinham cordas vocais, laringe etc., e se *ouviam*, deviam ter órgãos auditivos. Se tinham cabeça, tronco e membros, ou seja, partes corpóreas, materiais, então *não eram almas*. Não podiam ser corpos glorificados, pois ainda não haviam ressuscitado Os corpos achavam-se *debaixo da terra*, pois diz a narrativa: ... o mendigo morreu... e morreu também o rico e FOI SEPULTADO." (Verso 22). E no versa 31 a ressurreição é apresentada coma acontecimento futuro.

Mas, crêem os imortalistas, se houve diálogo é porque estavam conscientes. Sendo alegoria, não se impõe essa conclusão. Temos, na mesma Bíblia, a parábola de Jotão, relatada em Juízes 9:8-15, das *árvores* que "foram uma vez a ungir um rei para si". As árvores falavam,

mas o ensino que de lá se tira não é o de que as árvores são conscientes! Outra alegoria semelhante nos é relatada em Isaías 14:9-11, onde os falecidos reis de todas as nações, que estão no *Sheol*, se levantam dos tronos e conversam, dizendo: "Tu também como nós estás fraco? És semelhante a nós?" Ora, isso é *alegórico*, e não constitui ensino direta sobre um estado consciente após a morte. Por que o seria na parábola de Jesus?

Qual seria, então o ensino de Jesus na parábola do rico e Lázaro? Dissemos ensino, e não doutrina, pois, como diz acertadamente um comentador de peso:

"É regra aceita em teologia que as doutrinas não devem ser baseadas sobre parábolas." (11)

A narrativa é endereçada "aos judeus, que eram avarentos" (v. 14) e vem depois da parábola do mordomo infiel, que fizera provisão para sua garantia futura. Os fariseus consideravam a riqueza um favor do Céu, e a pobreza um desfavor divino. Cristo quis desfazer esse conceito errôneo, e contou a parábola. Os fariseus inflavam de excessivo orgulho nacional, e julgavam-se salvos pela indisputável fórmula "filhos de Abraão." O Mestre quis ensinar que o procedimento humano aqui na Terra reflete-se na vida por vir, e que não há uma segunda oportunidade de salvação.

"Na parábola do rico e Lázaro, Cristo mostra que nesta vida os homens decidem seu destino eterno. Durante o tempo da graça de Deus, esta é oferecida a toda a humanidade. Mas, se os homens desperdiçam as oportunidades na satisfação própria, afastam-se da vida eterna. " (12)

O grande ensino é de ordem *moral e espiritual*, e não doutrinário e escatológico. *Não houve o objetivo de ensinar a falsa idéia da imortalidade natural*. As cenas acidentais são meros pormenores para completar o quadro, mas destituídos de ensinamento em si mesmos. A única referência de cunho escatológico está na conclusão da parábola, no versículo 31, e diz respeito à RESSUBREIÇÀO que é apontada como *único meio de um morto voltar à vida*.

Concluindo, diremos que o Abraão da parábola ao afirmar que os cinco irmãos do rico têm "Moisés e os profetas" e que se não cressem

neles não creriam em coisa alguma *ainda que algum dos mortos ressuscite*, deixou patente: a) que eram remetidos aos ensinos das Escrituras, sobre o estado do homem na morte (e elas dizem que o homem dorme na sepultura até a ressurreição); b) que os mortos estavam inconscientes na sepultura, *porque somente da sepultura pode alguém ressuscitar*. Não haviam, pois recebido ainda o galardão; não se achavam no Céu, nem no inferno. Estavam aguardando o juízo vindouro. Então teriam o galardão e o castigo.

E assim se desmantela mais um falso pilar do imortalismo!

Referências:

(1) E. Howell, Comentário a S. Mateus, pág. 500
(2) William Manson, The Gospel of Luke, *The Moffatt New Testament Commentary* (Harper and Brothers), pág, 190
(3) Rev. Alfred Plummer, *Critical and Exegetical Commentary on the Gospel According St. Luke* – New York – Scribners – 1920, pág. 393.
(4) Sailer Mathews, art. Seio de Abraão, *Dictionary of the Bible*, James Hastings, pág. 6.
(5) Dr. William Smith, *Dictionary of the Bible*, vol. 2, pág. 1038.
(6) S. E. Mc Nair. *Guia do Pregador*, vol. 1, pág. 36.
(7) Charles B. Ives, *The Bible Doctrine of the Soul*, 1877, págs. 54 e 55.
(8) Sátilas Amaral Camargo, *Ensinos de Jesus Através de Suas Parábolas*, pág. 165.
(9) Ellen G White, *Parábolas de Jesus*, pág. 263.
(10) Joseph Angus, *História, Doutrina e Interpretação da Bíblia*, pág. 181.
(11) F. D. Nichol, *Answers to Objections*, nota ao pé, pág. 567.
(12) Ellen G White, *Parábolas de Jesus*, pág. 260.

OUTRAS FICÇÕES IMORTALISTAS

O "Espírito" de Moisés no Monte

À PÁGINA 104, mencionando a cena da transfiguração de Jesus, afirma que era "o espírito" de Moisés que lá aparecera e não seu corpo glorificado, como sustentamos.

A Bíblia não diz que era o *espírito* de Moisés que lá estava. Isto é uma conclusão gratuita. Dizem os evangelhos que Moisés e Elias lá apareceram ao lado do Mestre, *em pessoa*, glorificados como o seremos algum dia se permanecermos fiéis até ao fim. Dizer que o texto alude a *espírito* é ir "além do que está escrito". Consideremos o seguinte:

1. Cristo lá se achava *corporalmente*, porém transfigurado num ser resplandecente sem perder, contudo, Suas características pessoais.

2. Elias – que não provara a morte – também ali se achava corporalmente. Ou teria ele deixado o corpo inanimado ou tombado em algum canto do Céu, enquanto o *espírito* descera ao monte da transfiguração? Elias fora arrebatado vivo, e ao ingressar no Céu, sem dúvida, seu corpo fora transformado, fora glorificado, pois "a carne e o sangue não podem herdar o reino de Deus", "nem a corrupção herdar a incorrupção." Mas, lemos em S. Lucas 9:31 que Moisés e *Elias* "apareceram com glória." Jesus também, pois toda a cena era uma antecipação da glória futura do reino.

3. Se os dois personagens acima citados lá se achavam com *corpos* glorificados, porque só Moisés lá estaria em *espírito*? Seria uma "alma" visível, conversando com pessoas *corporalmente presentes*? Diz S. Marcos que ambos (Moisés e Elias) *falavam* com Jesus. Logo, não eram *espíritos*. Tão real era a cena ali no monte que Pedro propôs construir três tendas. "Uma para Ti [para Cristo], *outra para Moisés*, e outra para Elias." S. Mar. 17:4. É inadmissível construir tenda para um *espírito*.

Não se tratava de visão, sonho ou alucinação de Pedro, porque, quase quarenta anos depois, bem lúcido ainda, referia-se ao fato: "nós vimos a Sua glória" (II S. Ped. 1:16-18). Vira a Pessoa de Jesus, a *pessoa* de Elias e a *pessoa* de Moisés.

O fato de os dois personagens desaparecerem depois não prova que eram espíritos, pois o corpo glorificado também tem esta propriedade. Jesus, ressurreto, penetrou num cômodo completamente trancado. S. João 20:19.

4. Que Moisés ressuscitara é fato que aceitamos, inclusive por outras evidências bíblicas. Lemos que, de fato, Moisés fora sepultado na terra de Moabe, no entanto, *ninguém soube o local de sua sepultura*. Deut. 34:6. Havia nisso um desígnio da parte de Deus. Todos os que morrem, são contados como prisioneiros de Satanás, no sentido de estarem na sepultura, retidos, inativos, vencidos. Lemos, porém, em Heb. 2:14, que Jesus, "pela Sua morte aniquilou o que tinha o império da morte, isto é, o diabo." Pois bem, cremos que Moisés escapou da prisão da morte.

a) Em Judas 9, lemos que houve disputa entre Miguel, o arcanjo e o *diabo* acerca *DO CORPO* de Moisés. A disputa não era sobre a sepultura, mas sobre o *corpo* do servo de Deus. Satanás reclamava Moisés como seu cativo, porém Miguel (que cremos ser Cristo, Dan. 10:21; 12:1; S. João 5:28; Dan. 12:2; 1 Tess. 4:16) também o reclamava para si. *Não seria admissível que houvesse uma disputa sobre a corpo de Moisés, a não ser que se tratasse da ressurreição desse corpo*. A ambição maior do inimigo é manter mortos PARA SEMPRE todas os que são filhos de Deus, e dormem nos seus túmulos.

b) Lendo-se as ressurreições ocorridas na Bíblia, antes da de Cristo, costuma-se citar a do filho da viúva de Sarepta (I Reis 17) como a mais antiga. Temos, contado, em Romanos 4:14, essa espantosa revelação: "No entanto, a morte reinou desde Adão *ATÉ MOISÉS* ..." Notemos o verbo reinar, que quer dizer, dominar, prevalecer. Ora, depois de Moisés os homens continuaram morrendo, mas o texto acima nos diz que *a*

morte teve domínio indiscutível sobre os mortais ATÉ MOISÉS. Em outras palavras, *até Moisés* ninguém se levantou do túmulo para provar que é possível reviver. Nisso o diabo viu seu império abalado. Vemos nisso evidência clara à ressurreição de Moisés.

c) Muitos comentadores não adventistas também admitem a ressurreição de Moisés. Olshausen entende que a narrativa da transfiguração é literal, e no seu comentário sobre o passo, afirma:

"Porque se admitimos a realidade da *ressurreição do corpo* e sua glorificação – verdades que indubitavelmente fazem parte da doutrina cristã – toda a ocorrência no monte não apresenta grandes dificuldades. A aparição de *Moisés e Elias*, que é tida por muitos como ponto assaz incompreensível, é facilmente concebida como possível, *se aceitarmos a sua glorificação corporal*."

O notável comentarista Adão Clarke assim considera o texto de S. Mateus 17:3:

"Elias veio do Céu no mesmo corpo com que deixou a Terra, pois fora *trasladado*, e não viu a morte. (II Reis 2:11). E *o corpo de Moisés fora provavelmente ressuscitado*, como sinal ou penhor da ressurreição; e como Cristo está para vir a julgar os *vivos* e as *mortos* – porque nem todos morreremos, mas todos seremos transformados (I Coríntios 15:51) – Ele certamente deu plena representação deste fato *na pessoa de Moisés*, que *morrera* e então fora trazido à vida (ou aparecera naquele momento como aparecerá ressurreto no dia final), e na pessoa de Elias, que *nunca provou a morte*. Ambos *os corpos* (Moisés e Elias) apresentavam a mesma aparência, para mostrar que os corpos dos santos glorificados são os mesmos, quer a pessoa seja *arrebatada* (viva) ou *ressuscitada* (estando morta)."

d) Os judeus *criam* na ressurreição de Moisés. Havia entre eles um livro apócrifo intitulado "Assunção de Moisés." Crê-se geralmente que Judas 9 é nada menos que ama citação desse livro.

e) A maior prova, porém é o fato de *Moisés aparecer* glorificado no monte.

Cita ainda o Sr. Pitrowski I Cor. 15:20 para concluir que Cristo foi o *primeiro* a ser ressuscitado. Leiam-se, contudo, estas passagens: I Reis 17:17-22; II Reis 4:32-36; S. Mat. 27:52 e 53; S. Luc. 7:14; S. João 11:43 e 44; Heb. 11:35, além de outras. Mas ressurreição *para a glória*, a primeira foi a de Moisés.

Cristo, feito "as primícias dos que dormem," não significa que fosse a primeiro da ressurreição, pois em outro texto semelhante a Tradução Brasileira reza: "seria Ele o primeiro que, *pela* ressurreição dos mortos, havia de anunciar a luz ao povo e aos gentios." Atos 26:23.

E Boomfield, em seu comentário pondera:

"As palavras do texto podem ser traduzidas 'depois da ressurreição dos mortos' ou 'pela ressurreição,' sendo mais exata esta última."

Wakfield traduziu assim o passo:

"Cristo sofreria a morte, e seria o *primeiro* a proclamar a salvação a seu povo e aos gentios *pela* ressurreição dos mortos."

"Primícias" não está em relação com prioridade, mas *como símbolo*. Relaciona-se com o *molho movido* que o sacerdote erguia na festa dos asmos, na dedicação dos primeiras frutos da colheita. Cristo era o Antítipo dos molhos, do mesmo modo como é chamado Cordeiro por ser Antítipo dos cordeiros do sacrifício, no ritual do santuário. Houve muitos cordeiros sacrificados antes dEle. Como Antítipo, Cristo é as *primícias* dos que dormem. Leia-se S. Tia. 1:18 e ver-se-á que também somos primícias. Em Apoc. 14:4 se lê que os 144.000 são *primícias* também.

E assim se desmantela mais uma ficção imortalista.

As Almas Debaixo do Altar

Na mesma pág. 104, o oponente se refere às almas dos mártires debaixo do altar no Céu (Apoc. 6:9-11). E diz que são espíritos sem corpo. Antes de refutarmos, será bom repetir que c livro de Apocalipse é eminentemente *simbólico*, e o próprio opositor, à pág. 20 declara: "Ora, é fácil confundir e enganar alguém com interpretações plausíveis que se

dêem a estes símbolos." E é precisamente isto que ele faz, na argumentação das "almas debaixo do altar" considerando coma um lato real aquilo que é simbólico. Ora, esta passagem não pode ser tomada em sentido literal. Além disso, é preciso considerar:

a) Se é verdade que as almas dos justas, ao morrerem eles, vão diretas para a glória, não ficariam acotoveladas *debaixo* do altar dos sacrifícios, sofrendo aflitas, clamando em altos bradas por vingança contra os inimigos Nem isto é do espírito cristão, que manda "amar os inimigos, e orar por eles."

b) Afirmar que o altar estava *no Céu* é temerário, pois o único altar que lá existe, é a altar do incenso, e *não o do sacrifício*, e o dato de dizerem que queriam vingança "dos que habitam sobre a Terra" não indica que estivessem no Céu. Mesmo porque, segundo a melhor exegese, estas "almas" eram as pessoas vítimas da matança do cavaleiro chamado Morte, descrito *no quarto selo*. Queremos dizer que as "almas" que aparecem sob o quinto selo foram mortas sob o selo precedente, *dezenas ou mesmo centenas de anos antes*, portanto os seus perseguidores já estavam mortos, e ainda de conformidade com a teologia popular deveriam já estar no inferno, portanto *já sofrendo a punição*, sendo inócuo, pois, o clamor por vingança.

Com referência ao altar, Diz Adão Clarke:

"Foi-lhe apresentada uma visão simbólica, na qual ele viu um altar; e debaixo dele as almas dos que foram mortos por causa da Palavra de Deus – martirizados pela sua fidelidade ao cristianismo – são representadas coma sendo recentemente mortas, vítimas da idolatria e da superstição. *O altar acha-se na Terra e não no Céu*."

Portanto o *clamor por vingança* era simbólico. Diz-se que o sangue de Abel *clamava* a Deus. Gên. 4:9 e 10. O salário dos trabalhadores, retido por fraude, *clamava*, e seu clamor chegou aos ouvidos de Deus. S. Tia. 5:4. Houve, na visão, a mesma *personificação* atribuída ao rico e Lázaro. Nada mais.

Diz Alberto Barnes, em seu comentário sobre o passo:

"Não devemos supor que isto ocorreu literalmente, e que João viu *de fato* as almas dos mártires debaixo do altar, porque toda a representação é simbólica; tampouco devemos supor que os ofendidos e maltratados estejam de fato no Céu clamando por vingança contra aqueles que os maltrataram... Pode-se, contudo bem concluir que haverá uma lembrança dos sofrimento dos perseguidos *tão real como se* ali fosse feito semelhante clamor, e que os opressores têm tanto a temer da vingança divina *como se* aqueles a quem injuriaram clamassem no Céu ao Deus que ouve as orações e exerce vingança."

As visões dos selos referem-se a eventos históricos, passados na Terra. Essas "almas" (pessoas) por certo não estavam vivas quando João as viu sob o quinto selo, pois somente depois da ressurreição estariam vivas e fruiriam o milênio. Ler Apoc. 20:4.

Se fossem "espírito" como quer o oponente, como se concebe espíritos imponderáveis, fluídicos e abstratos *vestindo* roupagens brancas?

Não, tratava-se de uma visão. Tudo era *simbólico*. Como a reputação das mártires tivesse sido enegrecida, então se mostrou sua inocência pelo símbolo de vestiduras brancas. *A passagem de modo algum se destina a ensinar a doutrina da consciência na morte*. Nem a pessoa na glória pede vingança. Assim vai por terra mais um castelo de cartas...

Expressões de Paulo

II Cor. 5:1-8. O oponente fez uma confusão propositada visando a obscurecer a pensamento paulino. Diremos sucintamente que a expressão "nossa casa terrestre deste tabernáculo" refere-se ao *corpo*. Diz que aqui *gememos* no corpo, por isso aspirava ser revestido da habitação celestial (corpo glorificado). Queria que o mortal se revestisse da imortalidade (verso 4). Quando se dará isso? Ele mesmo nos diz que isso *só ocorre na ressurreição*, nunca antes. LER I COR. 15:51-54. Ler, reler e reter.

Assim se harmoniza o pensamento límpido de Paulo como que ele próprio escreveu, sem distorções grosseiras. "Enquanto no corpo, ausente do Senhor." Depois da ressurreição, *presente com o Senhor*, pois estaremos fora *deste* corpo, revestido do corpo imortal e glorificado. O texto invocado não diz *quando* se operará esta mudança, mas em I Cor. 15 nos é dito *claramente*. Na ressurreição. Por que fugir da verdade bíblica, apenas par um capricho?

Filip. 1:23. Também Paulo fala de seu *desejo* de estar com Cristo o que é melhor, e de fato o é. Este *partir*, significa, de fato, o fim da jornada. Mas, a inconsciência da morte, que para nós se conta por séculos ou milênios, é um ápice de tempo para os que *dormem* na tumba.

II Cor. 12:2-4. A experiência do arrebatamento de S. Paulo. Quer o opositor que a expressão "ausente do corpo" signifique que um "espírito" dele se evadiu. Na verdade, nos escritos paulinos a expressão "fora do corpo" requer outra interpretação. Em I Cor. 5:3 ele emprega expressão eqüivalente, para dizer que, embora ausente de Corinto desejava lá estar *em espírito* para resolver um casa de disciplina na igreja. Será que Paulo praticava o chamado "desdobramento em campo astral" dos esoteristas? Porque, na verdade em II Cor. 12:2 o original diz *ektos toy somatos*, que bem traduzido é "longe do corpo," e em I Cor. 5:3, está *apon to somati*, "ausente do corpo" que a tradução Revista e Atualizada de Almeida verte acertadamente por "ausente em pessoa".

O mesmo pensamento ocorre em Col. 2:5: "embora ausente quanto ao corpo, *em espírito* estou convosco". Nem de leve insinuou Paulo que se referia ao "corpo" e ao "espirito" no sentido de alma imponderável, etérea, esgazeada, uma fumacinha que se evade do corpo... E nesse texto a expressão ainda é mais forte no original, pois em vez de corpo, Paulo emprega *sarki* (sarkos) que é *carne*. Seria "longe da carne". Em II Cor. 12, Paulo teve um arrebatamento de sentidos como outros registrados em Atos 10:10; 11:5; Apoc. 1:10. Nada além disso. O mais é intriga da oposição religiosa.

Quanto ao "partir" de Paulo, como já se disse, indicava Sua morte, apenas isso. Mas não esperava, com a marte, receber *imediatamente* o galardão. Citemos apenas um texto para provar isso. "O tempo da minha *partida* é chegado ... a coroa da justiça me está guardada, a qual o senhor me dará *NAQUELE DIA*." II Tim. 4:6 e 8. Que dia, perguntaríamos. O próprio Paulo nos diz claramente: "a todos quantos amam a SUA VINDA." (verso 8, última parte). Prefiro crer em Paulo a crer em qualquer doutrinador humano.

Quanto a expressão dormir, largamente empregada na Bíblia, significa o estado de inconsciência dos mortos até o dia da ressurreição, quando os justas receberão a imortalidade. "Lázaro *dorme*, mas vou acordá-lo do seu sono" – disse Jesus (S. João 11:11). Pouco depois, "Jesus lhes disse claramente: Lázaro *morreu*" (verso14). O sono é a inconsciência da morte. Nada mais. Prefiro crer em Cristo a crer nos imortalistas e pagãos.

No final do cap. VIII, o autor demonstra sua completa ignorância da doutrina adventista sobre a vida futura. Tacha-a de "crasso materialismo," "que o homem morre como animal", que só "os ateus e os devassos" concordam que tudo "acaba na morte", e podem viver sem receio na maior devassidão. *Deus é testemunha dessa acusação sem fundamento!* Cremos que, por ocasião da volta gloriosa do Senhor, os justos serão arrebatados para fruírem a vida eternas no reino de Cristo. Terão a imortalidade, o gozo, a bem-aventurança eterna. Brilharão para sempre. Não morre ninguém "como animal" – isto é invenção do nosso descaridoso e grosseiro oponente.

Quanto aos ímpios, ressurgirão depois do milênio, sendo finalmente *punidos*, com fogo e enxofre, numa pena *proporcional à culpa* de cada um. Porque a justiça requer que a punição seja proporcional ao crime. O homem será julgado e punido "segundo as suas obras;" "segundo o fruto de suas ações"; "segundo o fruto das suas obras"; "segundo as suas obras"; "segundo a sua obra". S. Mat. 16:27; Jer. 17:10; 32:19; Rom. 2:6; Apoc. 22:12.

Repetimos: a *destruição* dos ímpios não é coisa momentânea, não é instantânea e terá *duração* proporcional à culpa de cada um. Alguns *por mais tempo*; outros por menos tempo; e outros ainda quase nada. Mas finalmente terão que ser destruídos, pois assim o exige a economia do Céu. A esperança dos adventistas centraliza-se em Cristo e na ressurreição. Mas o oponente ignora isso, e diz que ensinamos que, com a morte "tudo se acaba." Por que diz isso? Por que tão grosseira mentirá? Por quê?

ARENGAS SEM FUNDAMENTO

DIZ à pág. 104, que a expressão final do Sal. 90:10, "vamos voando" significa a "alma" que se evade do corpo quando morre o homem. Isso é uma infantilidade. Se o oponente lesse com absoluta isenção de ânimo a aludido salmo chegaria à conclusão insofismável de que seu autor simplesmente se refere à *brevidade da vida humana* (que é o teor do salmo-oração), pois "tudo passa rapidamente e nós voamos", isto é, os nossos dias transcorrem *com muita celeridade para o fim*. Tal é o sentido exato. Por que sofismar?

Com relação à frase divina a Adão, pág. 109, era plano de Deus que Adão *jamais morresse*, e tivesse a imortalidade que lhe seria outorgada sob condição de obedecer. E quando o Senhor lhe disse: Certamente *morrerás*... quis dizer apenas que *o dia em que* desobedecesse a ordem e comesse do fruto proibido *marcaria para ele a perda da imortalidade* que lhe seria assegurada pela outra Árvore, *a da vida*. A dialética rançosa da opositor não pode deformar a cristalinidade do texto!

A "segunda morte" referida à pág. 110, e do texto de Apoc. 20:6, é a *destruição dos ímpios*. Primeiro, morreram fisicamente (1ª. morte); segundo, não tomaram parte na *primeira ressurreição*, a dos justos, e pois não são "bem-aventurados e santos" como reza a mesmo texto, pois "os restantes dos mortos não reviveram até que se completassem os mil anos e, portanto, nessa *segunda ressurreição*, voltaram temporariamente à vida para algum tempo depois serão destruídos pelo fogo e enxofre (2ª. morte). A alusão à morte espiritual não cabe aqui.

A Punição dos Ímpios é Eterna

Cita à pág. 11, o conhecido texto de S. Mateus 25:41 e 46, para ver nas expressões "fogo eterno", "castigo eterno" e "vida eterna," uma duração infindável. A velha superficialidade carregada da idéia medieval do inferno!

Para qualquer pessoa isenta de preconceito, as palavras que se traduzem por "eterno" e "todo o sempre" não significam necessariamente que nunca terão fim. No Novo Testamento, vêem do grego *aion*, ou do adjetivo *aionios*. É impossível forçar esse radical grego significar sempre um *período que não tem fim*. Quando aplicado a coisas terrenas, tem sentido restrito de duração enquanto durar a coisa a que se liga; quando junto de Deus ou coisas derivadas de Deus, então, sim, exprime duração sem-fim. No caso dos textos invocados pelo oponente as palavras "fogo" e "castigo" são temporais e o adjetivo *aionios* ali tem sentido restrito. Quanto ao fogo, durará enquanto houver o que queimar.

Caso idêntico ocorre em Judas 7 onde se diz que "Sodoma e Gomorra e as cidades circunvizinhas" sofreram "a pena do fogo eterno [*pyros aionios*]. Por acaso essas cidades ainda estão ardendo? Não, pois foram "reduzidas a cinzas" II S. Ped. 2:6. Assim será o fogo eterno [*aionios*] destinado a destruir os ímpios. Queimá-los-á, enquanto houver algo para ser queimado. É uma duração ilimitada; porém, não eterna, no sentido infindável. Em Filemom 15, lemos "a fim de que tu o retivesses para sempre [*aionios*]."

No entanto, o erudito H. G. Moule, comentando o texto, diz:

"O adjetivo *aionios* tende a marcar a *duração enquanto a natureza da matéria o permite*. E no uso geral tem íntima relação com as coisas espirituais. 'Para sempre' neste texto significa, permanência de restauração tanto natural como espiritual."

Ligado, porém, a Deus significa eterno, para sempre. Também ligado à "vida" *que provém de Deus*, significa uma vida de duração sem-fim.

A obra clássica de Liddel & Scott (Dicionário Grego) dá os seguintes significadas de *aion*:

"1. Um espaço ou período de tempo, especialmente toda a vida. Vida. Também a vida de uma pessoa. Idade: a idade do homem...

2. Um longo período de tempo. Eternidade...

3. Mais tarde. um espaço de tempo claramente definido... Uma era. A vida presente. Este mundo."

Alexandre Cruden, em sua conhecida Concordância (em inglês), assim anota a palavra "eterno":

"As palavras 'eterno, 'perpétuo', 'para sempre' são *algumas vezes* tomadas no sentido de um longo espaço de tempo, e não devem sempre ter estritamente esse sentido."

Falta, portanto, profundidade no estudo dos eternistas e imortalistas!

Obadias 16 não se refere exclusivamente a Edom, como pretende o autor. A partir do verso 15 fala da restauração *final* de Israel, mas amplia ainda a assunto para *todas as nações* (v. 15). Refere-se ao "dia do Senhor", *ao dia do juízo*.

Apoc. 20:9 refere-se aos ímpios, pois as fatos mencionados ocorrerão *depois do milênio*. Todas as nações (formadas pelos ímpios ressuscitados na segunda ressurreição) sitiarão a Nova Jerusalém. Então ocorrerá a destruição delas! Um comentador batista diz que essas nações são símbolos "dos inimigos ferozes de Cristo e do povo de Deus," Portanto os ímpios, aliados a Satanás. (*O Apocalipse, sua Mensagem e Significação*, (batista) E. A. McDowell, pág. 237)

Repetimos que a destruição dos ímpios não é *instantânea*, como diz o oponente na sua completa ignorância de nossa doutrina, mas será *lenta*, uma cena dantesca, horripilante, na qual os mais impenitentes arderão no fogo e enxofre, entre grites lancinantes, por um *tempo dilatado*, pois a punição será proporcional ao grau de culpabilidade de cada um apurada no juízo investigativo. É a "estranha obra de Deus" (Isa. 28:21).

Os ímpios perecerão. "... não pereça, mas tenha a vida eterna." S. João 3:16; 10:28; Rom. 2:12; Sal. 37:20; 92:9, 20; 92:9.

Os ímpios serão destruídos. Sal. 145:20; 92:7i Prov. 29:1; S. Luc. 17:27 e 29; I Tess. 5:3; II Tess. 2:8 e 9; Filip. 3:19.

Os ímpios morrerão. Ezeq. 18:4 e 26; Rom. 8:13; 6:23; Tia. 1:15; Apoc. 21:8.

Os ímpios serão desarraigados. Sal. 37:28, 22 e 38; 94:23; Prov. 2:22; I Sam. 28:9.

Os ímpios serão consumidos. Sal. 21:9; II Tess. 2:8; Deut. 32:22; Isa. 5:24; Sal. 104:35.

Os ímpios morrerão. S. Luc. 19:27; Isa. 11:4; Sal. 34:21.

Os ímpios deixarão de existir. Sal. 37:10; 104:35. Obadias16.

A vida ser-lhes-á tirada. Prov. 22:23.

Serão abrasados. Sal. 97:3; S. Mat. 3:12.

Tornar-se-ão em cinza. Mal. 4:3.

Desfar-se-ão em fumo. Sal. 37:20.

O Estado do Homem na Morte

Está dormindo. Que a morte é um sono ocorre 75 vezes nas Escrituras, sendo 47 vezes no Velho Testamento e 18 no Novo Testamento. A teologia popular procura em vão desembaraçar-se desta verdade, alegando ser uma "aparência," mas Jesus afirma que o sono é a *morte real* e não a aparência dela. S. João 11:13 e 14.

Está na sepultura. S. João 5:28 e 29; S. Mat. 28:6; S. João11:43.

Está no pó da Terra. Gên. 3:19; Sal. 22:15; Isa. 26:19; Jó 7:21; Dan. 12:2, e outros passos.

Está inconsciente, sem ação mental em absoluta inatividade. Sal. 6:5; 146:3 e 4; Ecles. 9:5, 6 e 10; 3:20; Isa. 38:18 e19.

Não está no céu. S. João 3:13; 7:33 e 34; Atos 2:34.

O mau não está no inferno. Está "reservado" no túmulo até o dia do juízo. Jó 21:30; II S. Ped. 2:9, e outros passos.

O homem morto, tanto bom como mau, está num mesmo lugar. Ecles. 3:20; 6:6.

O morto será despertado pelo milagre da ressurreição. Isa. 26:19; Dan. 12:2; Ezeq. 37:12; S. Luc. 20:37 e 38; S. João 5:28 e 29; 1cor. 15:42, 44 e 5%; 1 Tess. 4:16; Apoc. 20:6, 13 e outros passos.

A recompensa de cada um só será dada quando Cristo voltar. S. Mat. 16:27; Apoc. 22:14; 1 S. Ped. 5:4; S. Luc. 14:14; II Tim. 4:1, e outros passos. Os heróis da fé, que *dormem* desde tempos remotos, alcançarão a recompensa também nessa ocasião. Heb. 11:39 e 40. Só o que vence *adquire* a imortalidade. Apoc. 2:7 e 11.

Em conclusão:

"Para o crente a morte não é senão de pouca importância. Cristo fala dela como se fora de pouco valor. 'Se alguém guardar a Minha palavra, *nunca verá a morte*', 'nunca provará a morte'. João 8:51 e 52. Para o cristão a morte não é mais que um sono, *um momento de silêncio* e escuridão. A vida está escondida com Cristo em Deus, e 'quando Cristo, que é a nossa vida, Se manifestar, então também vós vos manifestareis com Ele em glória'. Col. 3:4." (1)

Referência:

(1) Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, pág. 787.

FANTASIAS EM TORNO DO PODER USURPADOR

TODO o capítulo XI é uma tessitura de fantasias que, a rigor, nem mereceria uma confutação, passo por passo; contudo vamos ligeiramente mostrar certos equívocos, e reiterar as características bíblicas da besta. A Bíblia faz uma roupa sob medida que se ajusta perfeitamente neste poder político-religioso, e basta um pouco de acuidade para o descobrir.

1°. *Engano*: A localização cronológica do aparecimento da besta, que o autor insiste que será no fim do mundo, baseando-se erroneamente nas palavras de fecho do livro de Daniel: "encerra as palavras e sela o livro até ao *tempo do fim*." Dan. 12:4. Ora, isto se refere ao fato de as profecias de Daniel serem entendidas no tempo do fim e a outros fatos que ocorreriam nesse tempo. Nunca porém o surgimento do anticristo, porque ele tem sua origem no quarto animal (Dan. 7:19). Aí está o ponto de partida dos eventos que gerariam o poder. E o *quarto animal*, com características estranhas, definido em Dan. 7:7 na ordem dos animais que desfilam na capítulo, significa o império romano, que sucedeu respectivamente a Babilônia, Medo-Pérsia e Grécia.

O *quarto animal seria o quarto reino* (Dan. 7:23), o qual é necessariamente Roma. Desse império romano saía o poder político religioso que a Bíblia denomina de besta. E saiu no fim da *época* em que Roma imperava. A divisão do império romano, em dez reinos, completou-se em 476 A. D. O poder político-religioso deveria surgir *depois dessa data*. É o assunto dos reinos, e do surgimento deste poder é um *assunto distinto* de outros. "Aqui terminou o assunto" (verso 28). Esta é a interpretação correta, da escola histórica de interpretação profética.

2°. *Engano*: Diz à pág. 121 que ensinamos ter o papado surgido em 538 e ACABADO em 1790. Cremos que o oponente ouviu cantar o galo

mas não sabe onde, pois nem o papado *acabou* em 1790, como jamais, em tempo algum afirmamos esse disparate!

Aliás, essa data de 1790 está errada, erradíssima. Desconhecemo-la totalmente. *Deve ser* 1798, como está em nossos livros, mas não se refere ao fim do papado. Ensinamos o seguinte:

O período que vai de 538 a 1798 refere-se a 1260 *anos da supremacia papal*. Diz a História que em 538, a derrota dos ostrogodos liquidou o poder ariano na Itália e deu início à supremacia do bispo de Roma. No decorrer desses 1260 *anos*, a igreja dos fiéis sofreu toda sorte de perseguições. Em 1798, em pleno regime de terror da Revolução Francesa, o catolicismo enfraqueceu-se, foi instituído o culto da razão, o papa foi aprisionado pelo Gal. Berthier e morreu no exílio. Este é o período de 1260 anos. Além dessa exata contextura histórica, temos as profecias desse período de 1260 anos de perseguição aos fiéis. Consoante o princípio interpretativo do dia-ano (Núm. 14:34; Ezeq. 4:6), temos três predições que se harmonizam e se completam. Ei-las:

Dan. 7:25: "um tempo, tempos e metade de um tempo", ou seja um ano, dois anos, e meio ano. O ano biblicamente era de 360 dias.

Então, temos 360 + 720 + 180 = 1.260 dias (ou anos)

Apoc. 13:5: "quarenta e dois meses." sendo o mês de 30 dias, temos 42 x 30=1.260 dias (ou anos).

Apoc. 12:6, remata claramente 1.260 dias (ou anos).

Tudo concorre para a exatidão da época que durou a supremacia do poder perseguidor. Como surgiria no fim?

3°. *Engano*. Perfilhando a escola *futurista* de interpretação e rejeitando a escola *histórica* que é a correta, o autor coloca o Anticristo *no futuro*, admitindo apenas "protótipos" dele, como Antíoco Epífano..." e mesmo os papas." Não, o Anticristo emergiu das dez divisões do quarto reino (Roma), e prosperou durante a Idade Média. Antíoco Epífano *não cumpre com exatidão as especificações proféticas*, entre muitas pelas seguintes razões:

1ª. Os quatro chifres do bode (Dan. 8:8) eram *reinos* (verso 22). Logicamente a *ponta pequena* também deve ser um reino. Ora, Antíoco era apenas um rei do império selêucida, portanto *uma parte* de uma ponta. Necessariamente não podia ser outro chifre completo.

2ª. Esta *ponta*, segundo a profecia, se desenvolveu em direção ao Sul, ao Oriente e à terra formosa da Palestina (verso 9). Ora, Antíoco avançou para o Egito, terminando em humilhação imposta pelos romanos. Os sucessos de Antíoco na Palestina foram de curta duração, e sua marcha para o Oriente foi cortada pelo seu falecimento. E sua política para dominar o helenismo ruiu completamente, e tampouco seus feitos lhe deram notável "prosperidade" (verso 12) que a profecia reclama.

3ª. Antíoco não atingiu o período final (verso 23) senão em meados da época em que o helenismo se dividia em reinos. Na verdade sua política foi mais pontilhada de fracassos do que de êxito. (Ler o verso 25). Ele não cumpre especificações na profecia.

4ª. Antíoco não se levantou contra o "Príncipe dos príncipes (v. 25). Também nesse particular carece ele de cumprimento.

5ª. Seu "lançar a verdade por terra" (verso 12) foi temporário e completamente inócuo, sem resultado, porque suscitou os judeus a defenderem sua fé contra a influência do helenismo.

6ª. Embora Antíoco proferisse palavras arrogantes, oprimisse os judeus e, *por pouquíssimo tempo profanasse o Templo*, é óbvia e flagrante a inadequação desse rei em preencher muitos pontos da profecia, os pontos mais importantes.

7ª. Para forçar Antíoco a ser a "ponta pequena" de Dan. 7, seria necessário reduzir os 2.300 dias proféticos (Dan. 8:14) a 1.150 *dias literais* (e não anos) pois só mediante este artifício se pode obter um período de 3 anos de devastação do Templo levada a efeito pelo rei invasor.

4º. *Engano*: não levar em conta, com isenção, as características dominantes do poder político-religioso. Eis as principais:

"Proferirá palavras contra o Altíssimo". Pediria ao opositor que lesse o II tomo, Vol. VI, págs. 26-29 da *Prompta Biblioteca* de Lucius Ferraris. Também o *Acta Conciliorom*, de P. Joannis Hardium, Vol. IX, pág. 1651.

"Magoará os santos da Altíssimo". O autor desconhece a história da inquisição, das perseguições aos valdenses e albigenses, atrocidades das matanças, notabilizando-se a da noite de S. Bartolomeu? Os tribunais do santa ofício, o "crê ou morre"? Apoc. 13:7; 18:24.

"Cuidará em mudar os tempos e a lei". Compare um catecismo com o decálogo bíblico. Ver-se-á a diferença.

"Um tempo, tempos e metade de um tempo", o mesmo que "quarenta e duas semanas" enfim os "1.260 dias". Os 1.260 anos da supremacia, tempo da perseguição, de 538 a 1798.

Quem os cumpriu? Dan. 8:11 e 12 refere-se a uma subversão da estrutura religiosa, e isto foi cumprido pelo poder em tela. Inclusive procurou usurpar prerrogativas do Príncipe dos príncipes, como "adoração", "autoridade de perdoar pecados", "títulos de exaltação" etc. Seria adorado. Apoc. 13:8.

Cores "púrpura e escarlata". Apoc. 17:4; 18:16.

Teria sede na "cidade de sete montes" Apoc. 17:9. Roma tinha as célebres sete colinas ou montes (Aventino, Esquilino, Capitolino, Palatino, Viminal, Quirinal e Céstio).

Exerceria domínio quase universal. Apoc. 17:15.

Aí estão algumas peças da roupa feita sob medida. Com isto reafirmamos nossa interpretação. E com a proclamada união das igrejas, com o predominante espírito de ecumenismo liderado por esse poder político-religioso, já nos Estados unidos começam a surgir as "leis azuis" que cominam punição aos que *não guardam o domingo*.

O PROGRESSO E O TRABALHO DOS AVENTISTAS

MANDA-NOS a justiça excluir do livro acusador o capítulo XII, substituindo-o pelas palavras que seguem.

A organização adventista do sétima dia está abalando os cinco continentes. Multiplicam-se espantosamente seus postos missionários *em todas as partes do mundo*, não apenas nas cidades como nas regiões mais ínvias do globo, nas selvas da Birmânia, nos sertões da África, nas terras inóspitas da Índia, na Guiné, nas ilhas Gilbert, nas Filipinas, nas regiões andinas, nas ilhas Salomão e inúmeros outros lugares que seria fastidioso enumerar. Suas atividades são omnímodas e multifárias, como o exige o "evangelho eterno" (Apoc. 14:6), ou a *mensagem completa* que abrange "espirito, alma e corpo" e que deve ser proclamado "a toda nação, tribo, língua e povo."

Os setores são multiformes. A pregação agressiva do púlpito; o ousado evangelismo público através de conferências sobre completos temas bíblicos *para este tempo*; a obra médica traduzida numa rede mundial de hospitais e clínicas que somam a 241, dos quais 7 se acham no Brasil; a obra educativa que compreende 360 escolas secundárias e superiores, das quais 9 estão no Brasil; perto de 5.000 escolas primárias, das quais 203 no Brasil; 42 casas publicadoras (havendo uma no Brasil) editando 287 periódicos em 228 línguas e dialetos; mil emissoras de rádio irradiam a "Voz da Profecia" com mensagens Cristocêntricas de urgência, anunciando a breve volta do Senhor, sendo 301 no Brasil e aqui são transmitidas em Português, Alemão e Japonês.

Há 246 programas evangelísticos na Televisão, sendo 4 no Brasil. Quase um bilhão de lições bíblicas da Escola Radiopostal são expedidas presentemente. *Só no Brasil os adventistas presentemente mantém 12 lanchas-ambulância, que singram os principais rios, levando a cura e o Evangelho às desassistidas populações ribeirinhas*, estando uma destas lanchas equipada com laboratório e aparelho de abreugrafia.

O pioneiro da obra das *lanchas médicas* adventistas no Brasil, o pastor Leo Halliwell e sua esposa foram agraciadas pelo Governo brasileiro com a comenda da ordem do Cruzeiro do Sul.

Sendo a mensagem adventista completa e visando, inclusive, a saúde do crente ("nosso corpo é o templo do Espírito Santo"), mantêm eles no mundo 28 fábricas de produtos alimentícios saudáveis, das quais uma no Brasil. Há 31 asilos e orfanatos, dos quais 3 no Brasil. Têm no mundo aproximadamente 10.000 templos, com que 1.500.000 membros, e freqüentadores da Escola Sabatina *quase dois milhões*. Pregam em 928 línguas e dialetos. E isto para uma denominação que tem pouco mais de 100 anos de existência! Terão crescido nesta proporção as denominações que nos combatem? Quando este livro estiver circulando, por certo estas estatísticas estarão desatualizadas, são de 1962. Comparar com a de 1912 citada no livra que nos combate] E vejam os leitores se têm cabimento as palavras que o autor cita á pág. 130: "... dentro de vinte anos... muitas de suas melhores igrejas terão desaparecido."

Prossigamos! Como administradores de hospitais, os adventistas do sétimo dia estão *na vanguarda* no mundo todo, elogiados pelos governantes, e a miúdo convidados por entidades públicas a administrar e construir hospitais, pois nesse terreno têm um padrão de excelência.

Chiang-Kai-Sheque, ao construir o primeiro grande hospital moderno em Formosa, em 1964, convidou o médico adventista Dr. Henrique Miller para dirigi-lo. Já com 74 anos, aquele médico havia dirigido, com êxito inigualável, 4 hospitais na China.

A Fundação Kettering, em Dayton, Ohio, EE.UU., ao fundar um hospital com 200 leitos, investindo nele 7.500.000 dólares, pediu aos adventistas do sétimo dia que o construíssem e o administrassem.

O sanatório Adventista de Hinsdale, Illinois, é modelo de nosocômio. Os adventistas têm duas universidades, destacando-se a de Loma Linda com 12 faculdades, e a famosa Faculdade de Medicina.

O setor de beneficência social e socorro aos flagelados apresenta os mais surpreendentes resultados. O fundo permanente de flagelados só no

terremoto que abalou o Chile em 1960 distribuiu mais de 200 toneladas de roupa e 300 toneladas de alimento às vítimas, com incrível rapidez, fora os medicamentos.

Nas sociedades de jovens adventistas, além do preparo espiritual há uma classe de atividades escoteiras, e, nos colégios, mantemos o famoso Curso de Formação de Enfermeiro Padioleiro. Em conseqüência, o serviço prestado no socorro de feridos na guerra tem sido inestimável. Assim surgiu o grande herói da II Guerra Mundial, em Okinawa, o jovem adventista Desmond Doss. Pondo em prática, na frente de combate, os conhecimentos de socorrista, aprendidos na sociedade de jovens, enfrentou galhardamente os piores perigos na frente de combate, salvou muitas vidas, e foi proclamado *herói nacional*, agraciado pessoalmente pela governo dos EE.UU. (Truman) com a *Grande Medalha de Honra do Congresso* - a mais alta condecoração que o país pode conferir a um herói.

No Brasil, os colportores adventistas são campeões na difusão da Bíblia. Em 1963 venderam mais Bíblias completas *do que qualquer outra denominação*, e num Congresso de Colportagem patrocinado pela Sociedade Bíblica do Brasil, os técnicos da colportagem adventista foram chamados a dar sua colaboração, proclamados como os mais entendidos no assunto!

Os que profetizaram *o desaparecimento* dos adventistas esfumam-se na desmoralização, enquanto Deus está com o movimento dos que têm a fé de Jesus e guardam os mandamentos divinos!

Voltemos ao livro acusador.

Além da estatística de 1912 estar falha, errada e tendenciosa, o autor cita fatos inverídicos. Por exemplo. O Dr. Kellog que ele menciona como apóstata, na verdade foi desligado disciplinarmente da igreja, *mas jamais abandonou suas crenças adventistas*, e foi inclusive sepultado com o ritual da Igreja Adventista do sétimo Dia! E seu hospital finalmente voltou à posse dos adventistas. Essa é a verdade.

REEXAME DE PASSAGENS ASTUTAMENTE TORCIDAS

NO último capítulo, o oponente, calcado em Canright, aceita suas sutis distorções exegéticas, pervertendo o sentido cristalino de textos bíblicos relacionados com a lei de Deus ou o dia de guarda, com o objetivo confesso e deliberado de expungir deles, a qualquer custo, os dez mandamentos da lei divina. Embora diga examinar as "passagens mais importantes desde o Gênesis ao Apocalipse" que citamos em abono da tese divina da vigência da lei, na verdade, o autor cometeu uma traição aos leitores. Além de citar, de permeio, textos irrelevantes, e de deformar o sentido dos de maior peso, *omitiu deliberadamente muitos textos importantes, alguns dos mais fortes e conclusivos* em favor da verdade que pregamos. E isto é grave, sumamente grave. Eis alguns deles:

Atos 16:13 – "QUANDO FOI SÁBADO, SAÍMOS DA CIDADE PARA JUNTO DO RIO, ONDE NOS PARECEU HAVER UM LUGAR DE ORAÇÃO; E ASSENTANDO-NOS, FALAMOS ÀS MULHERES QUE PARA ALI TINHAM CONCORRIDO."

Diante deste texto, a astúcia mais requintada dos negadores da lei divina não pôde engendrar um subterfúgio exegético. Não cabe a alegação surrada de que Paulo ia às sinagogas para agradar os judeus, porque aqui estava em território macedônico, não entrou em sinagoga, mas saiu da cidade e foi a um lugar tranqüilo realizar, com seu companheiro, o culto de adoração a Deus. Este é um das "pontos fortes em favor do sábado" reconhecidos por Billy Graham. Por que nosso acusador o omitiu?

I S. João 3:4 – "O PECADO É A TRANSGRESSÃO DA LEI."

Definição bíblica do pecado que preferimos a quaisquer outras. A lei aí referida, não podia ser a lei cerimonial, que não mais existia quando se escreveu o texto acima, perto do fim do primeiro século de nossa era; não podia referir-se à lei civil judaica, pois Israel já não mais existia como nação. *Com toda certeza se referia à lei moral.* E esta é a

mesma que Deus houve por bem compendiada nos dez mandamentos. Por que o oponente o omitiu?

S. Lucas 4:16, 17, 20, 31 e 32 –

"INDO PARA NAZARÉ... ENTROU NUM SÁBADO, NA SINAGOGA, SEGUNDO O SEU COSTUME, E LEVANTOU-SE PARA LER... O LIVRO DO PROFETA ISAÍAS ...

"TENDO FECHADO O LIVRO,... SENTOU-SE.

"E DESCEU A CAFARNAUM, E Os ENSINAVA NO SÁBADO... A SUA PALAVRA ERA COM AUTORIDADE."

Esta seqüência mostra que Jesus, *no início de Seu ministério* freqüentava assiduamente a casa de culto aos sábados, SEGUNDO O SEU COSTUME. E lá ia para ensinar, com Sua autoridade. Ler os rolos sagrados. Tão-somente isto. Não ia para agradar os judeus, porque até que os desagradou muita (verso 29). Proclamou-Se "Senhor" (Dono, Soberano) do sábado.

Romanos 5:13 – "O PECADO NÃO É IMPUTADO NÃO HAVENDO LEI."

Isto significa que a lei *revela* o pecado, aponta-o, denuncia-o, exprime-o, qualifica-o, imputa-o no homem, visto que a lei moral é o padrão de excelência que Deus instituiu, e o compendiou em dez mandamentos.

Romanos 3:20 – "PELA LEI VEM O PLENO CONHECIMENTO DO PECADO."

A função da lei divina é *e sempre será revelar* o pecado, tornar o homem *consciente* e convicto do pecado. Qual espelho, a lei mostra no homem a sujidade da transgressão e o remete para Cristo a fim de lavar-se da impureza.

Romanos 4:15 – "ONDE NÃO HÁ LEI, TAMBÉM NÃO HÁ TRANSGRESSÃO."

A função da lei, também na era cristã, como *padrão divino de excelência*, é indicar transgressões que constituem pecado.

Romanos 2:13 – "OS QUE PRATICAM A LEI HÃO DE SER JUSTIFICADOS."

A justificação pela fé em Cristo leva o homem à perfeita *harmonia* com a lei, de sorte que, agora regenerado, sua vida de nova criatura será necessariamente uma *prática* do padrão de excelência. Este padrão se

mostra em todos os atos do cristão. Os versos 21 e 22 esclarecem que se trata do decálogo.

Romanos 3:23 – "... DESONRAS A DEUS, PELA TRANSGRESSÃO DA LEI?"

É o fecho de uma série de admoestações paulinas sobre a necessidade de *praticarmos* a lei, a lei moral sumariada nos dez mandamentos. Antes desta conclusão, Paulo menciona três de seus preceitos: contra o "furto", contra o "adultério", e contra a "idolatria". Na era cristã, está em vigor a lei.

Efésios 6:2 – "HONRA A TEU PAI E A TUA MÃE (QUE É O PRIMEIRO MANDAMENTO COM PROMESSA), PARA QUE TE VÁ BEM, E SEJAS DE LONGA VIDA SOBRE A TERRA."

Evidentemente Paulo não citaria um mandamento inequívoco do decálogo, nem usaria um contexto confirmativo, se os dez mandamentos *tivessem sido abolidos*. Isto prova que os mandamentos estão reafirmados no Novo Testamento, em vigor na era cristã.

Romanos 13:9 – "NÃO ADULTERARÁS, NÃO MATARÁS, NÃO FURTARÁS, NÃO COBIÇARÁS, E SE HÁ QUALQUER OUTRO MANDAMENTO, TUDO NESTA PALAVRA SE RESUME: AMARÁS AO TEU PRÓXIMO COMO A TI MESMO."

Aqui mandamentos claros do decálogo são mencionados como em vigor. É também sen resumo: "Amarás o teu próximo coma a ti mesmo", que o oponente *ignorantemente* afirma ser lei cerimonial.

Há muitos outros textos que poderíamos citar, mas seria desviar do nosso objetivo. Vamos nos ater aos principais que o inimigo da lei divina apresenta inescrupulosamente distorcidos. À pág. 136 começa:

Gên. 2:1-3. A *instituição divina* do sábado, remate da Criação. O autor, para destruir o que a Palavra de Deus diz, inventa duas cavilações: 1. Que Deus descansou nesse dia mas não ordenou a Adão que o fizesse; 2. Que o texto não diz que o sétimo dia é o sábado.

Resposta: 1. Êxo. 20:10 e 11 responde a essa indecorosa invenção. Deus ordenou enfaticamente a guarda do sábado, *com justificativa neste primeiro sábado da Criação*. Pelo que o autor pretende, Adão trabalhava

enquanto Deus descansava! Fantástico! 2. No mesmo texto citado, encontra o autor a resposta da segunda cavilação, pois, no mandamento, Deus aponta sempre o *primeiro sábado* da Criação como fundamento de Sua exigência de guarda, afirmando que *aquele sétimo dia* era sábado. Ler supletivamente Heb. 4:4 e 9.

Gên. 26:5. "Abraão ... guardou ... as Minhas leis." O autor nas desafia: 1. a provarmos que se refere a lei moral dos dez mandamentos; 2. que estes só foram dados 400 anos depois; 3. que os mandados foram, entre outros, a circuncisão, despedir a mãe de Ismael, sacrificar Isaque. Que a lei moral compendiada nos dez mandamentos não entra aí de modo algum.

Resposta: 1. O próprio texto estabelece distinções no que Deus exigia de Abraão: a) obedecer à voz, b) guardar mandado; c) guardar preceitos; d) guardar estatutos, e finalmente *guardar as leis*. O autor se encarrega de pormenorizar estas partes, com omissão da última: a guarda das leis. O autor não admite, em hipótese alguma que a lei moral de Deus compendiada 430 anos depois, no decálogo, esteja presente no fiel Abraão. Ora, *desde o começo do mundo*, existe a lei moral divina consubstanciada nos dez mandamentos. Embora *não escrita* achava-se implantada no coração, na mente e na consciência do homem.

Provas: I – O *pecado existe* desde o princípio, e pecado é *transgressão da lei*. A lei moral divina e o pecado são paralelos e coexistentes. Adão pecou, *transgrediu* o concerto (Oséias 6:7); II – Caim *matou* e isto foi imputado como pecado que jazia à porta mas o dominou (Gên. 4:7). O próprio Pitrowski traduziu um livro de Wallace, onde, falando da lei moral de Deus, entre outras coisas, diz: "Ela tem sido imutável e o será eternamente. *Um assassínio* foi assassínio quando cometido contra Abel, é assassínio nos dias atuais e o será sempre" (p. 94, grifos nossos). III – Satanás foi "*homicida* desde o princípio" e "mentiroso" (S. João 8:44); José foi guardado de cometer "adultério", definido como *pecado* (Gên. 39:9). Os habitantes de Sodoma e Gomorra

eram *pecadores* (adúlteros). Se não houvesse lei que lhes definia o pecado, então pereceram inocentemente.

Se a lei divina estava em vigor nos dias de Abraão, se ele foi tão solícito em "obedecer à voz de Deus", guardar mandados, ordens e preceitos cerimoniais, como o oponente menciona, *por que haveria de ser relapso em guardar a lei moral?* Daí o crermos que a última parte do texto se refere à lei moral que 430 anos depois foi promulgada solenemente porque estava se apagando do coração do povo de Deus devido ao longo convívio com os egípcios.

2. 430 anos depois, assinala a época em que a lei divina foi *dada por escrito* de forma solene, porém *tacitamente* existia desde o aparecimento do homem.

3. Se Abraão não a tivesse obedecida, como quer o oponente, então seria ímpio e incoerente, pois era fiel em obedecer mandados, preceitos, e estatutos, mas falhava na guarda da lei moral divina! Seria insincero e bifronte! Mas o oponente só aceita que Abraão tenha guardado a lei divina sumariada nos dez mandamentos, se o texto estivesse assim: "Abraão guardou a Minha lei dos dez mandamentos." Nossa incredulidade não exige isto; humildemente cremos no que está implícito no texto, e aceitamos o que ele quer dizer. Abraão observou a lei moral, necessariamente os 10 mandamentos em que foi resumida pelo próprio Deus. E Abraão é chamado "amigo de Deus." Não seu inimigo a ponto de transgredir sua santa lei!

Êxo. 16:22-30. A passagem de modo algum *institui* o sábado, como quer o opositor. Logo após a fuga do Egito, o povo cuja espiritualidade fora deformada pelos longos anos de cativeiro, começava a volver-se para Deus, e Moisés tinha a missão de orientá-lo. Então, como o milagre do maná ia operar-se, o povo é advertido de que *no sábado não deveria* colhê-lo. Tanto é verdade que o povo se havia esquecido do mandamento, que em Êxo. 20:8 lhe é dito enfaticamente: *"LEMRRA-TE... do dia de sábado para o santificar"*, remetendo o homem *para a semana da criação*

(verso 11). Logo, o sábado existia *da Criação ao Sinai*, SEGUNDO A BIBLIA, e a obrigação de santificá-lo também! Não, o sábado *não foi instituído* na época da queda do maná.

Afirmar que a "ordenação" referida em Êxo. 15:25 é o sábado, é avançar demais o sinal, é muita credulidade, é fantasia. Uma observação de passagem: como se explica que aqui o oponente, de uma palavra isolada, tira *livremente* uma conclusão quanto ao sábado, e, em *muitíssimos outros* textos explícitos cuja contexto cita inequivocamente mandamentos do decálogo, o autor *rejeita* a alusão aos dez mandamentos? Dois pesos e duas medidas! Outras minúcias do autor nem merecem resposta, de tão descabidas que são. Na ocasião os israelitas eram o povo de Deus, depositários dos oráculos divinos, e isso é sumamente importante.

Êxo. 20:1-17. Sobre o *texto puro do Decálogo*, escrito pelo "dedo de Deus", o autor lança sua baba de demolidor. O que se contém nas páginas 138-141 é um amontoado de blasfêmias. O autor não faz mais do que repetir uma porção de absurdos, já respondidos aqui e ali, e principalmente nos capítulos intitulados "A Tese Anominiana" e "É o Sábado uma Instituição de Israel?" para onde remetemos o leitor. Não traz nenhum "argumento" novo.

Êxo. 31:16 e 17. Sucintamente diremos o seguinte: nestas passagens aparece o adjetivo hebraico *olam* (que corresponde ao grego *aionios*), que se traduz por "perpétuo". É flutuante em sua significação, *conforme o substantivo a que se apega; é absoluto ou relativo*, pode ter significação restrita ou ampla. Junto de um substantivo de natureza transitória, de ordem temporal, encerra um sentido de duração limitada à época em que a coisa se destinava a vigorar; junto de coisas eternas, o sentido é de duração sem-fim. O sábado teve começo com o mundo (Gên. 2:3) e aqui durará até o fim do mundo (Isa. 66:22 e 23) e irá até a

Nova Terra; portanto sua *perpetuidade* não poderá confundir-se com a das transitórias festas judaicas. Muita caturrice do nosso opositor.

Quanto ao fato de, nos tempos da instrução de Israel, o transgressor do sábado ser condenado à morte pois o juízo vinha de imediato *em alguns casos*, diremos: 1. o transgressor premeditado da lei divina, seja em relação ao sábado ou outro mandamento, ainda hoje estará condenado à *morte*, à segunda morte, quando o juízo executivo de Deus se abater sobre ele, na último dia. (Ecles. 8:11) Também o transgressor do 3º. mandamento devia ser morto (Lev. 14:1). Agora, o será no futuro, com fogo e enxofre. Por que não? A morte virá no juízo, para os transgressores da lei divina! É ensino bíblico.

Lev. 23:38. Já respondido no capítulo sobre os sábados cerimoniais. O sábado do Senhor era, de fato, distinto, isto é, ALÉM dos "sábados", além dos "dons", além dos "votos", além das "ofertas", porque todas estas coisas (sábados, dons, votos e ofertas) eram inequivocamente *cerimoniais*.

Deut. 31:24-26. Exaustivamente respondido no capítulo "As Duas Leis Contrastadas". Tanta *as pedras* do decálogo como o *livro* eram para testemunho do povo de Deus, que na época eram os israelitas. Isto, de modo algum confunde as leis.

II Reis 21:8. O contexto abona a nossa interpretação, de que há referência às duas íeis. É-nos dito que Manassés *praticou a idolatria* (versos 3 e 7) condenada pelo 2º. mandamento, e também substituiu o *serviço cerimonial* do santuário pelos "altos de Ezequias" (verso 3). As *duas* leis foram por ele transgredidas. Jesus não ensinou *nada* DIFERENTE, pois os textos por Ele mencionados *existiam* no Pentateuco, e eram *resumo* da lei moral, como já analisamos exaustivamente em outro ponto. Toda a lei e os profetas DEPENDEM (da raiz grega, *kremastos*, "suspenso", "pendente", "contido") destes dois

princípios *fundamentais* da lei divina, e que são o resumo do decálogo, mas não o anulam. O Novo Testamento do P. Basílio Pereira assim verte: "Nestes dois mandamentos SE ENCERRA TODA A LEI E OS PROFETAS." Para que sofismar?

I Crôn. 16:15-18. Não usamos este texto no sentido em que o autor pretende. Neste salmo, Davi exalta a glória divina, proclamando que o Senhor *Se lembra* do que promete a Seu povo, de suas alianças, Seus juramentos. Embora haja alusão ao fato de ser assegurado o quinhão de herança na terra de Canaã, pelo concerto estabelecido, podemos inferir também o cumprimento *futuro*, isto é, de levar seu povo, à Canaã celestial, *à herança dos santos na luz*. A expressão "mil gerações" é idiomática, como os "setenta vezes sete" e outras muito encontradas na Bíblia. Representam um número *infinito*.

Neem. 9:13 e 14. Sobre os "mandamentos bons", veja-se a resposta no capítulo "As Duas Leis Contrastadas".

Sal. 19:7. "A lei do Senhor é perfeita." Diz o nosso acusador que "o erro dos sabatistas é afirmarem que lei signifique *só o decálogo* e nada mais", o que não é verdade. Pior é a posição do oponente que quer que lei *não signifique* o decálogo mas tudo o mais, o que é muito grave. Perguntaríamos: onde obteve a informação de que no Salmo 19 *só se compreende o decálogo?* Onde pode provar que este é nosso ensino? Sobre Sal. 19:7, leia na lição da Escola Sabatina (adultos), 2°. trimestre de 1964, pág. 82, o seguinte:

"Lei" é tradução do hebraico *torah*, que significa "instrução". Inclui os Dez Mandamentos, mas não se restringe aos Dez Mandamentos, nem mesmo ao Pentateuco, que não passam de partes dela. Deve ser tida como incluindo toda a Revelação – tudo quanto Deus revelou de sua natureza, caráter e propósito, e do que quer que o homem seja e faça."

Donde se conclui que o acusador investe contra um sistema doutrinário "adventista" engendrado por ele. Em parte se deve a Canright essas invenções. É verdade que, ao nos referirmos ao decálogo, afirmamos ser ele perfeito, como resumo da divina lei moral, e podemos citar Sal. 19:7 para aboná-lo porque *nele se inclui* o decálogo. Aliás, no parágrafo 3, da acusação, à pág. 145, o oponente concorda que o decálogo se acha incluído na expressão de Sal. 19:7. Para nós é o suficiente, pois se o decálogo está incluído como lei perfeita, segue-se QUE NÃO FOI ABOLIDO. Para que nos acusar?

Sal. 40:8. "A Tua lei está dentro do Meu coração." Refere-se a Cristo. E Ele mesmo disse, de modo a não deixar dúvidas: "... Eu tenho guardado os mandamentos de Meu Pai" (S. João 15:10). E o nosso acusador admite que Jesus *guardava o decálogo*. Nada temos a acrescentar. Nula e inócua a acusação contra os adventistas do sétimo dia, baseada neste texto.

Sal. 89:27-36. Deus não quebra o seu concerto, cuja base são os dez mandamentos. Veja-se o capítulo "O Novo Concerto Reafirma a Lei de Deus". A referência não é obviamente a *um* filho de Davi, mas às conseqüências da perpetuidade de sua linhagem que redundaria na perpetuidade de seu trono. E da linhagem surgiria o Messias. Tão claro, e o autor confundiu tanto, em pura perda. "Promessa do reino messiânico a Davi", é o título que a Versão Atualizada de Almeida consigna.

Sal. 119. O oponente admite que o *decálogo* esteja *incluído* neste salmo. É o bastante. Cremos que se refere preponderantemente à lei moral, pois há indícios claros no contexto.

Por exemplo: os que andam na lei do Senhor, "não praticam a iniqüidade" (verso 3) ; é uma lei que produz "integridade de coração" (v. 7); "purifica" (v. 9); previne o "pecado" (v. 11); é contrária à "cobiça" (v. 36); à "vaidade" (v. 37); lei firmada "para sempre" (v. 89); contra a

"falsidade" (v. 104); contra a "mentira" (v. 163); seus "mandamentos *são justiça*" (v. 172).

Ora isto honestamente não pode aplicar-se ao cerimonialismo judaico ou às leis civis de Israel, ou a ritos, como a circuncisão, ou a festas como a páscoa etc. Refere-se, o salmista, predominantemente á lei moral consubstanciada nos dez mandamentos. sejamos humildes em aceitar o ensino de Deus. Para que forçar uma opinião?

Ecles. 12:13 e 14. "Teme a Deus e *guarda Seus mandamentos*. Porque Deus há de trazer a juízo toda a obra..." Seremos JULGADOS pela lei moral. Ela será a *norma do juízo*. A única lei ligada ao juízo é a lei moral maravilhosamente resumida nos dez mandamentos. Ela subsistirá até ao fim, até ao juíza. Jamais será abolida.

Isa. 56:1-7. Refere-se, sim *aos estrangeiros* com promessa de bênçãos abundantes se guardassem o santo sábado de Deus. E como viviam eles na era pré-cristã em que a fé no Salvador se expressava através da lei cerimonial, de holocaustos e sacrifícios, Deus promete-lhes *igualmente* aceitar *também* suas oferendas cerimoniais. Leia-se *com isenção* os versos 6 e 7. Por que torcer o que está claro? A passagem é sempre conclusiva a favor do sábado, e isso é o que importa.

Isa. 58:12-14. Ainda que se aplicasse *exclusivamente* à casa de Jacó naqueles dias, o preceito é firme em ordenar a guarda do sábado. *Não importa a que povo Deus Se dirige*, o que importa é se o que disse É NORMATIVO. Se é, está liquidada a questão. No sermão do Monte, Crista se dirigia a judeus. Se Deus se dirige a babilônios, abissínios ou a brasileiros, isto não tem peso para *diminuir o valor de Suas instruções*.

Não torcemos coisíssima nenhuma, mas o acusador o faz. Por exemplo no verso 1, não se refere somente à casa de Jacó, mas também "ao Meu povo", "teus filhos" (v. 12). Lendo-se com isenção o texto e seu contexto verifica-se que o sentido é de que *a promessa feita à casa de*

Jacó seria também outorgada aos observadores do sábado, indiscriminadamente. "E te sustentarei COM a herança de teu pai Jacó" (v. 14), isto é, a mesma herança que prometi a Jacó. Tal é o sentido.

Isa. 66:22 e 23. A explicação do acusador é cavilosa. Que o texto se refere à Restauração é óbvio, pois alude a "novos céus e a NOVA TERRA *que hei de fazer*", portanto um acontecimento futuro. E no verso 23 os verbos estão no futuro. "E será que de uma lua nova a outra lua nova ... VIRÁ ..." Matos Soares traduz: "E será que DE MÊS EM MÊS..." e *"de um sábado a outro virá toda a carne a adorar perante MIM."* E o verso 24 também é escatológico, e alude à condenação dos ímpios.

A "lua nova" entre os judeus nem sempre significava a *festa* mensal, mas simplesmente uma referência para indicar o *início de cada mês* entre eles. Cremos que a referência em Isa. 66:23 é a de que na Nova Terra haverá a Árvore da Vida que produz seu finto "de mês em mês" (Apoc. 22:3) e os remidos se servirão dela (Apoc. 22:14). Portanto, infere-se uma reunião *mensal dos remidos*, e esta é a referência do texto invocado e não compreendido pelo oponente. Não esquecer que hoje nós somos "o Israel de Deus".

Ezeq. 22:26. O que o texto diz é que a *profanação do sábado*, além da extorsão, do roubo e da violência (verso 29) se incluía nas abominações de Jerusalém. Para Deus é profanação, e isto liquida o assunto. Reiteramos: não nos importa a que povo ou a que instituição Deus se dirige; se o que Ele diz É NORMATIVO, serve para todos os povos, *especialmente para os que O temem*. O argumento discriminatório e "nacionalista" do oponente é de uma indigência de pasmar. O que importa são as instruções INSPIRADAS de Deus!

Dan. 7:25. Respondido no capítulo "Fantasias em Torno do Poder Usurpador".

S. Mat. 5:17-19. Exaustivamente refutado no capítulo "Sofismas a Granel." Vale a pena reler o que escrevemos lá.

S. Mat.19:16-22. Jesus INSOFISMAVELMENTE se refere ao decálogo, pois começa a citar a segunda tábua da lei, notadamente o V, VI, VII e VIII mandamentos, concluindo por citar o *resumo* dessa segunda tábua. O bastante, porém, para que se saiba honestamente a que lei se referia. De fato só citou mandamentos MORAIS. Se Jesus *não chegou a citar o sábado*, é porque, como leitor do coração humano, sabia que o jovem não estava em falta com esta parte, pois este dissera que guardava os mandamentos.

Como, porém, havia amealhado fortuna, demonstra egoísmo e apego aos bens, é de crer-se que o fez transgredindo *os mandamentos mencionados* por Jesus. *O fato incontestável é que Jesus Se referiu ao decálogo!* E em relação aos mandamentos citados por Cristo, confessa o oponente: "NATURALMENTE NINGUÉM PODERIA CONSEGUIR A VIDA ETERNA, QUEBRANDO QUALQUER UM DESTES MANDAMENTOS, QUE SÃO TAMBÉM MANDAMENTOS DA NOVA DISPENSAÇÃO." (P. 152) Isto liquida a questão! Para que insistir em que Jesus aboliu os mandamentos?

S. Mat. 24:20. Sobre a fuga no sábado, o oponente arma duas teses cavilosas: 1ª. "fugindo no sábado encontrariam as portas da cidade fechadas, impossibilitando a fuga", e 2ª. "Jerusalém observaria o sábado neste tempo, pois os judeus não aceitaram as doutrinas de Jesus."

Resposta: 1ª. A ordem de não fugir no sábado é endereçada "aos que estiverem na *Judéia*" (v. 16). Mesmo, porém que se restrinja aos que estivessem em Jerusalém, no sábado suas portas costumavam ficar abertas, ou quando muita se fechavam os maiores portões, mas sempre ficavam abertas os menores. No sábado, Jesus saía da cidade e passeava com os discípulos pelas searas (S. Mat. 12:1) e voltava à cidade no mesmo dia (S. Mat. 12:9). O motivo de evitar a fuga no sábado era que a

espiritualidade do dia ficaria comprometida com preocupações, de ordem material, atropelos, sustos, apreensões etc.

2ª. Jesus não Se dirigia, no momento, aos judeus, mas *a Seus discípulos*, para que orassem no sentido de que o sábado fosse guardado e não profanado por uma fuga precipitada. Os exércitos romanos não respeitariam o sábado; daí a razão da ordem do Cristo.

Quanto à santificação do "inverno" transferimo-la ao nosso oponente! Por certo Cristo se referia à inconveniência da fuga no inverno, que a tornaria penosa demais. Por que tergiversar?

S. Mar. 2:27 e 28. Exaustivamente respondida no capítulo "Desprezo Ostensivo Pelo Quarto Mandamento". Acrescentaríamos que o sábado "foi FEITO". Quem o fez? Responde a Bíblia: "Todas as coisas foram FEITAS por Ele (o Verbo, Cristo), e sem Ele nada do que foi FEITO se FEZ." S. João 1:3. "Por Quem FEZ também o mando" Heb. 1:2, ú. p. Portanto, tudo foi FEITO por Ele, e "o sábado foi FEITO *para contemplação da homem*", segundo traduz Figueiredo. A discussão de Cristo com os fariseus girava em torno *da maneira de guardar o dia* (sábado), e não era controvérsia sobre *qual o dia* a ser guardado. Basta ler a Bíblia com isenção e humildade, mas isto é difícil para os que têm espírito preconcebido. Cai por terra mais esta arenga.

S. Luc. 23:56. As mulheres piedosas por certo *não foram instruídas* a observar o primeiro dia da semana, pois nesse dia *compraram* aromas (S. Mar. 16:1); mas diz a Bíblia que guardaram o sábado *segundo o mandamento* que sem dúvida estava em vigor. A ressurreição de Cristo, como demonstramos à saciedade, em outras partes deste livro, NÃO MUDOU NAQUELA ÉPOCA o dia de repouso. A arenga de que estas piedosas mulheres estavam guardando o Pentecostes, não colhe, pois lemos que as mulheres "perseveravam em oração" e o faziam DIARIAMENTE (Atos 2:46), sem vinculação com o Pentecostes que, na época, foi uma ocorrência normal na cidade onde os cristãos se reuniam

diariamente. Isto em nada afeta a *guarda do sábado* pelas mulheres. Por que forçar um sentido que a Bíblia não dá?

S. João 3:13. Não empregamos este texto para abonar a tese que o autor pretende. Nem há razão para estar alinhado aqui. Eis o resumo da interpretação que damos a esta passagem e que aparece na "Revista Adventista" de janeiro de 1964, pág. 31:

"Já várias vezes apareceu aqui a resposta a essa passagem (S. João 3:13), e transcrevemos o que se disse nestas colunas no número de maio de 1961, pág. 37: O contexto da passagem mostra que o que Cristo quis dizer é que ninguém senão Ele mesmo subira ao Céu *para obter informações acerca do plano de Deus relativamente ao homem*. Diz Clarke: 'Nosso Salvador provavelmente pretendia corrigir uma falsa noção dos judeus, a saber: que Moisés ascendera ao Céu para receber a lei'." Aqui o adversário tomou bonde errado... o de Canright!

Atos 2:34. A Bíblia não diz que se refere ao *corpo* de Davi com exclusão de seu espírito. Isto é uma ilação livre do oponente. O que se lê é que Davi (sua pessoa) não subiu ao Céu. E isto basta! Para que inventar?

Atos 13:14; 18:14 etc. Remetemos o leitor sincero para a quadro demonstrativo das reuniões no sábado registradas no Novo Testamento, no capitulo "Desprezo Ostensivo Pelo Quarto Mandamento", onde se pulveriza a tese infeliz do nosso opositor.

Rom. 3:31. S. Paulo diz de modo claro e *insofismável*: "Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, *de maneira nenhuma!* Antes, CONFIRMAMOS a lei." Mas o oponente desafia S. Paulo e declara: "Já temos provado que a lei foi *abolida* na cruz" (p. 159), isto é, foi *anulada* pela fé. Preferimos ficar com o apóstolo s. Paulo. A lei mencionada nos primeiras capítulos de Romanos, inclusive o 3.º, é a *lei moral*, o *decálogo*, queira ou não o nosso confuso oponente. Rom. 2:21 e 22, fala do decálogo (não furtar,

não adulterar, não praticar idolatria). Rom. 3:20 explica que "pela lei vem o conhecimento do pecado". (A alusão circunstancial à circuncisão, ou incircuncisão é a judeu e gentio, pois o verso 30 diz que tanto um – o circunciso – como o outro – o incircunciso só se justificam pela fé.) Ainda em Rom. 7:7 e 8 *há alusão inequívoca ao decálogo*. Por que não o seria no texto em lide?

Rom. 7:12. "Lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom." Na sua infeliz argumentação, o autor *concorda* que a lei é santa, é justa, é boa, mas mesmo assim entende que não devemos guardá-la. Preferimos colocar-nos ao lado de Deus, e pela Sua graça e pelo poder que Cristo nos dá, andar na *obediência* à Sua lei, santa, justa e boa. Leia o leitor a segunda parte do capítulo "Outras Cavilações" deste livro onde fulminamos a falsa interpretação da "lei do marido."

I Cor. 7:19. Mandamentos de Deus são *mandamentos de Deus*, e existem para serem observados, venham eles por intermédio de Moisés, de Cristo ou de Paulo. É certo que os conselhos paulinos, joaninos, petrinos ou de quem mais o sejam, sendo inspirados, são mandamentos que provêm de Deus. Mas a alusão de s. Paulo I Cor. 7:19 cremos que é à lei moral, pois alude ele ao "chamado" do crente para a vocação devida. No mesmo verso, a circuncisão (lei cerimonial) é apresentada como coisa distinta dos "mandamentos de Deus". Os "mandamentos do Senhor" de 14:37 podem-se traduzir com mais propriedade por "instruções de Cristo," de aplicação local para os carnais crentes coríntios que abusavam das dons espirituais, faltando mesmo com a ordem e a decência no culto. Basta examinar o contexto. A mesma palavra grega *entolé* que se traduz por "mandamento," também significa "ordem", "preceito", "mandado", "instrução", e no segundo exemplo tudo indica ser este o sentido.

Gál. 3:19. Cremos e ensinamos que se trata da lei cerimonial, e sendo assim encerrou-se com Cristo. Mas ainda que se refira a toda a lei, incluindo a moral, o grande centro da lei é *sempre* Cristo. Há comentadores que aplicam o texto à lei moral, concluindo que a lei foi posta por causa do pecado, mas vindo Cristo tornou-se Ele o *remédio* para o pecado. A nosso ver, as posições teológicas em torno do texto são irrelevantes. O que vale é que a lei moral divina *jamais* foi abolida. Quanto à distinção de leis, veia-se o capítulo "As Duas Leis Contrastadas".

Col. 2:14-16. Resposta cabal e pulverizante no capítulo "Novas Distorções Textuais". Convém reler.

Epístola aos Hebreus. Trata quase exclusivamente do *ritual do santuário*, da função sacerdotal, e da exaltação de Cristo como Sumo Sacerdote. Basta ler o livro para ver que não alude ao decálogo. As pouquíssimas alusões indiretas a ele são acidentais, mesmo assim não cabe, nem remotamente, a idéia obtusa de que foi abolido.

S. Tiago 2:8-12. Pediríamos ao leitor paciente que lesse atenta e demoradamente, haurindo as palavras, as passagens citadas à margem. Se há texto límpido e inquestionável no Novo Testamento que fale do decálogo é este, e dos maiores. Na mente honesta do sincero indagador da verdade, porventura se aninharia alguma dúvida a respeito *de que lei* se refere Tiago, quando lê: "Pois qualquer que guarda toda a *lei*, mas tropeça em um só ponto, se torna culpado de todos. Porquanto, aquele que disse: *Não adulterarás*, também ordenou: *Não matarás*. Ora, se não *adulteras*, porém *matas*, vens a ser *transgressor da lei*." Pois bem, o nosso opositor se encarrega de "produzir" a dúvida na mente do leitor.

Embora salte aos olhos a verdade cristalina de que Tiago se refere à lei moral consubstanciada nos dez mandamentos, ou melhor, diretamente à segunda tábua do decálogo – a parte que estabelece os deveres *do*

homem para com seu próximo – o Sr. Pitrowski, inimigo figadal, inveterado, ferrenho e irreconciliável do decálogo, *não podendo fugir à esmagadora evidência do próprio texto*, recorre a um processo escuso: afirma despudoradamente que a expressão "Amarás ao teu próximo como a ti mesmo" (resumo da segunda parte do decálogo, Rom. 13:9) É LEI CERIMONIAL (sic)!!! para concluir absurdamente que Tiago estava exigindo igualmente a guarda da lei que manda sacrificar animais e guardar as festas judaicas (p. 162 e 163). Ora, isto é excessiva má fé em exegese, uma indigna interpolação de sentido completamente alheio ao texto transparente da Bíblia. Exatamente este foi um dos pontos mencionados pelo teólogo W. Kerr, levando-o à convicção de que o livro *O sabatismo à Luz da Palavra de Deus* é uma *aberração teológica!*

Lei "real" ou "régia" como diz a Almeida Revista e Atualizada é a lei do Rei, isto é, Deus, em cujo reino, na glória, será ela uma realidade nas relações entre os remidos, lei esta cuja segunda parte é toda sumulada na expressão "Amarás ao teu próximo coma a ti mesmo." Mas é preciso muita coragem para afirmar o disparate de que isto se refere ao holocausto de animais, festas etc. Não, o "amarás ao teu próximo" tem sua extensão e suas especificações *no decálogo*, nos últimos seis mandamentos. Para finalizar, podemos afiançar aos leitores que essa estrábica exegese é privativa do Sr. Pitrowski, pois em nenhum outro livro se encontra tal monstruosidade.

I S. João 2:3-6. "Aquele que diz: Eu O conheço e não guarda os seus mandamentos é mentiroso." Dois falsos pilares ergue o oponente sobre este texto: 1º. de que não se referem aos mandamentos do decálogo; 2°. de que são mandamentos *de Jesus*, e pois, diferentes dos de Deus. Estes pilares se desmoronam diante destes fatos irrespondíveis.

a) Jesus Cristo *é Deus*, um com o Pai, e portanto Seus mandamentos em nada são contrários aos mandamentos de Seu Pai. A própria teologia ortodoxa sustenta que o "Anjo do Senhor" que apareceu a Moisés na sarça ardente (Êxo. 3:2) e *no monte Sinai* (Atos 7:30) ERA O PRÓPRIO

JESUS. (*) Não pode, por conseguinte, haver a menor disparidade entre o Filho e o Pai, ou entre os mandamentos de Cristo e os mandamentos de Deus;

b) na mesma epístola joanina e na mesma linha de raciocínio (cap. 5, versos 2 e 3) refere-se, explicitamente, a "mandamentos de Deus," o que, por si, destrói a distinção que o oponente pretende estabelecer. E estes mandamentos *de Deus*, devem ser guardados *por nós* cristãos, segundo a inferência clara do texto. Quer dizer que mandamentos de Deus e de Cristo, são, em última análise, a mesma coisa;

c) na segunda carta de S. João, verso 5, ele próprio afirma que o mandamento é "o que tivemos *desde o princípio*." Qual era, então? Ele mesmo responde: "que nos amemos uns aos outros," ou seja o resumo da segunda tábua do decálogo;

d) ou ainda em I S. João 3:23 nos é dado o *resumo do decálogo*, das DUAS TÁBUAS e que assim está redigido: 1º. crer no nome de Jesus Cristo (isto significa amar a Deus, pois Cristo é Deus), e 2º. amarmo-nos uns aos outros (lei régia, súmula da segunda tábua). A conclusão fatal é de que a referência joanina, no caso, é à lei moral de Deus, e isto nos basta.

I S. João 3:22. Respondida no tópico precedente, letra d. Crer no Filho" é "crer no Pai" (pois quem vê o Filho vê o Pai). É amar a Deus, resumo da primeira tábua do decálogo. "Amarmo-nos uns aos outros" é resumo da segunda tábua da lei. Tão claro.

Apoc. 11:19. Refere-se à arca do concerto vista no templo que está no Céu. Pedimos ao leitor que releia o que dissemos no capítulo "O santuário Celestial e a Expiação" a respeito do *mobiliário*, se assim nos podemos expressar, que há no templo celestial. Reiteramos que entre as

* Entre os estudiosos batistas que defendem ser a pessoa de Cristo o "Anjo do Senhor" destaca-se o velho teólogo Antônio de Mesquita.

peças desse santuário antitípico destacam-se: "sete tochas de fogo" (Apoc. 4:5) ; "altar de ouro" e "altar de incenso" (Apoc. 8:3); "santuário do tabernáculo do testemunho" (Apoc. 15:5); a "arca da aliança" "no santuário" (Apoc. 11:19).

Na arca típica do santuário terrestre havia as tábuas da lei, pois diz a Bíblia**:** "Então, escreveu o Senhor *nas tábuas* ... os dez mandamentos ... Virei-me, e desci do monte, e *pus as tábuas na arca que eu fizera*." Deut. 10:4 e 5. A conclusão de que *a lei divina*, que na Terra é regra de justiça e no Céu será NORMA DE JUÍZO, se acha na arca vista por João, é irreversível. O sacerdócio terreno era "sombra" do sacerdócio de Cristo. Cristo no Céu, como Sumo Sacerdote "ministra" em favor do pecador que Lhe pleiteia o perdão dos pecados, aceitando-O como salvador. Quanto a haver lá animais para sacrifício, é uma conclusão marota do oponente, pois a Bíblia diz: "não por sangue de bodes e de bezerros, MAS PELO SEU PRÓPRIO SANGUE, entrou no santo dos santos [do santuário celestial]" Heb. 9:12.

Por que torcer? O capitulo 9 de Hebreus contrasta o santuário terrestre, típico, com o santuário celestial, antitípico. Não fala em "substituição" (o verbo é o do oponente e não da Bíblia) de santuários, mas em vários lugares se diz que o terrestre era "sombra" (prefiguração, tipo, exemplar, modelo). Eis as passagens: "modelo" (Êxo. 25:9; 25:40) "figura," "sombra" (Heb. 8:5; 9:23; 10:1) "alegoria", "parábola" (Heb. 9:9).

Apoc. 12:17. Cremos que a referência é aos mandamentos morais, pois um povo santo não os poderá transgredir. Não se refere a leis cerimoniais parque a profecia é histórica, de uma época em que surgiria uma igreja composta de crentes que sustentariam *o testemunho de Jesus* e seriam obedientes aos *mandamentos de Deus*, época muitíssimo distanciada do tempo em que se sacrificavam animais no sistema expiatório.

A interpretação de que o dragão aqui seja Roma, corre por conta do acusador. Embora o "dragão" tenha aplicação a Roma pagã *em certas profecias apocalípticas*, aqui a referência inequívoca é a Satanás, a "antiga serpente, o dragão" *mencionado em Apoc.* 12:9, que é contexto da passagem invocada. Quem disse que a referência aí é a Roma pagã? O oponente açoitou o ar.

Quanto à expressão "testemunho de Jesus" temos fundamento bíblico para crer tratar-se do dom de profecia de que é possuidora a igreja adventista do sétimo dia. Compare-se: "os que guardam os mandamentos de Deus e sustentam *o testemunho de Jesus*." (Texto em estudo), e "o testemunho de Jesus é o ESPÍRITO DE PROFECIA" (Apoc. 19.10). Este dom privativo da igreja remanescente a tem orientado sabiamente através de sua marcha ascensional que a faz cumprir uma desatinação divina, em meio a todos os percalços.

Apoc. 14:12. "Aqui está a perseverança dos santos, os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus." Qual a igreja que especificamente tem existência nestes dais pilares: *a fé em Cristo* e a conseqüente obediência que leva à *guarda dos mandamentos?* Resposta: A IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA! Louvado seja o Senhor!

Finis coranat opus.

Destaque

Estava este livro no prelo, quando fomos informados do falecimento do Sr. Ricardo Pitrowski, ocorrido na Guanabara, o que lastimamos.

A fim de prevenir possíveis explorações futuras, adiantamos que o conteúdo de *Subtilezas do Erro* data de 1955 quando iniciamos a sua

publicação em forma de artigos na "Revista Adventista," e só recentemente decidiu-se enfeixá-los em livro.

Nesta despretensiosa defesa que fizemos aos ataques de *O Sabatismo à Luz da Palavra de Deus*, nada há de pessoal contra o autor daquele livro, mas unicamente debatemos idéias, de molde a fixar a exata posição doutrinária da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Nosso trabalho é obra mais de esclarecimento que de polêmica.

Por outro lado apraz-nos proclamar que membros da família do ilustre extinto são bons amigos dos adventistas, e alguns até favoreceram nossas instituições de assistência social, o que muito agradecemos.

Belo Horizonte, 20 de Janeiro de 1965.

Arnaldo B. Christianini